



*Uma história de lutas e conquistas
em prol do produtor rural e do
agro do Paraná e do Brasil*

60 anos
FAEP

60 anos
FAEP

Depósito legal na CENAGRI, conforme Portaria Interministerial nº 164, datada de 22 de julho de 1994, junto à Biblioteca Nacional e ao SENAR-AR/PR.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, por qualquer meio, sem a autorização do editor.

Autores

Dimitri Valle
Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque
Carlos Manoel Machado Guimarães Filho
Giovana Chiquim Cereja

Entrevistas

Dimitri Valle
Giovana Chiquim Cereja
Iris Ferrarini e Cristina Torelli

Organizadora

Lumière Comunicação

Coordenação técnica

Carlos Manoel Machado Guimarães Filho

Normalização e revisão final

Dimitri Valle
Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque
Carlos Manoel Machado Guimarães Filho
Giovana Chiquim Cereja

Coordenação gráfica

Lumière Comunicação

Capa

William Goldbach

Projeto gráfico e diagramação

Roberto Querido

Catálogo no Centro de Editoração, Documentação e
Informação Técnica do SENAR-AR/PR

Valle, Dimitri

60 anos da FAEP : uma história de lutas e conquistas
em prol do produtor rural e do agro do Paraná e do
Brasil / Dimitri Valle ...[et al.]; organizadora Lumière
Comunicação. — Curitiba : SENAR AR/PR, 2025.
352 p. : il; 22cm x 24 cm.

ISBN 978-85-7565-253-4

1. Federação da Agricultura do Estado do Paraná -
História. 2. Agricultura. 3. Agropecuária. 4. Agronegócio.
5. Trabalhador rural. 6. Sindicalismo. I. Albuquerque,
Carlos Augusto Cavalcanti. II. Guimarães Filho, Carlos
Manoel Machado. III. Cereja, Giovana Chiquim. IV.
Lumière Comunicação. V. Título.

V181

CDD: 630.98162

Bibliotecária responsável: Luzia Glinski Kintopp - CRB/9-1535

Sumário

9	<i>Apresentação</i>
11	<i>Guia de leitura</i>
12	1965-1980 Nasce a FAEP: uma nova fase de defesa dos interesses do campo
64	1981-1995 Anos desafiadores: transformações econômicas ampliam atuação da FAEP
126	1996-2010 FAEP inova no relacionamento com associado, consegue mais recursos e avança na defesa sindical ao produtor rural
180	2011-2025 Retomada do diálogo com poder público resulta em avanços inéditos para o setor rural do PR
256	Especial Ágide Meneguette: uma vida dedicada à defesa do campo
280	Especial Grandes conquistas da FAEP: vitórias que preparam terreno para o futuro do agronegócio paranaense
323	<i>Galeria dos Presidentes da FAEP</i>
329	<i>Diretorias da FAEP</i>
351	<i>Referências bibliográficas</i>

Aos produtores rurais do Paraná, a
quem representamos e defendemos
todos os dias.

Apresentação

Vamos direto ao fato: o desenvolvimento da agropecuária do Paraná até os dias atuais se mistura com a história dos 60 anos da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP). Garanto, não seria possível escrever este livro sem colocar a nossa FAEP de mãos dadas com as conquistas, os avanços, a evolução, os programas, os projetos, o crescimento do setor rural estadual. Não é questão de parcialidade, mas, simplesmente, de justiça!

A escolha da narrativa dos primeiros quatro capítulos a cada 15 anos comprova esse fato. Ao ler os relatos nas próximas páginas desde a criação da nossa FAEP, passando pelo período de maturação, consolidação e crescimento até os dias de hoje, quando somos uma entidade referência nacional, tudo está entrelaçado com o avanço da agropecuária do Paraná, que também é referência no país. Ou seja, em outras palavras, contar a história da FAEP é o mesmo que falar como o setor rural paranaense chegou até aqui.

Não foi fácil, isso eu também garanto a vocês. Exigiu muito trabalho, muito suor, muito esforço de cada um dos milhares de produtores rurais que estão espalhados pelos 399 municípios do Paraná. E, principalmente, daqueles que não estão mais conosco, mas que deram contribuição inestimável para chegar onde estamos hoje. Mas valeu a pena, com certeza! O capítulo sobre as conquistas e atuações comprova isso.

O nosso desejo é que esta obra ganhe o Paraná e o Brasil. Não apenas para que as pessoas, dos meios rural e urbano, saibam sobre o trabalho da nossa FAEP. Isso, tenho certeza, muita gente já sabe. Nós queremos que esse livro inspire cada produtor rural e cada pessoa da cidade a pensar que um setor forte se faz com gente trabalhadora, organizada e dedicada que conta com uma entidade representativa que luta pelos diretos e interesses do meio rural. É isso que fazemos todos os dias aqui na FAEP. E vamos continuar por muito tempo.

Boa leitura!

Ágide Meneguette, presidente da Federação da
Agricultura do Estado do Paraná (FAEP)

Guia de leitura

Este livro convida o leitor a revisitar os acontecimentos que marcaram seis décadas de defesa do produtor rural paranaense. Organizada inicialmente em quatro capítulos cronológicos, a obra percorre, em blocos de 15 anos, a trajetória da FAEP desde sua fundação, em 1965, até 2025.

Além desse panorama histórico, dois capítulos especiais completam a obra. Um deles é dedicado ao reconhecimento de Ágide Meneguette, a principal liderança rural do Paraná, cuja atuação foi determinante para o fortalecimento da Federação. O outro destaca as grandes conquistas que consolidaram a FAEP como uma das entidades ruralistas mais influentes do Brasil, preparando-a para continuar defendendo o campo e construindo novas vitórias no futuro.

Você tem em mãos mais do que um registro histórico: este é um livro que celebra a força, a união e o protagonismo do setor rural paranaense. Boa leitura e que estas páginas tragam boas lembranças e inspiração.





1965

1980

Nasce a FAEP

**uma nova fase de defesa
dos interesses do campo**

Organizar a representatividade do setor produtivo rural em todo o país não era uma tarefa fácil até os anos 1960. A categoria tinha uma legislação de relações de trabalho específica, o que a diferenciava do modelo sindical corporativista de outros segmentos, como o industrial.

Nos estados, eram raros os sindicatos divididos entre patrões e empregados. No caso do setor agrícola, o protagonismo cabia às associações rurais nos municípios. Elas agregavam todos os envolvidos na atividade do campo, sem separação por categoria. As associações compunham uma federação que as representava em nível estadual. Era uma entidade muito diferente daquela que se conhece hoje.

Entender como nasceu essa nova federação ajuda a lançar luz sobre os primeiros passos organizados do movimento sindical rural no Paraná.

Desde a década de 1940, havia a necessidade de uma melhor organização do setor rural. Um movimento de produtores rurais surgido no Norte Pioneiro, na região de Santo Antônio da Platina, levantou essa necessidade e acabou atraindo agricultores de outras regiões do Paraná. As associações rurais de Santo Antônio da Platina, Cambará, Curitiba, Mallet, Rio Negro, São Mateus do Sul, Araucária e Rolândia foram as organizações que deram início à formatação de uma entidade estadual.

Em dezembro de 1950, era fundada a FARP (Federação das Associações Rurais do Paraná). Ela foi a precursora da FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná).

A FARP, com sede em Curitiba, era a representante estadual das associações rurais localizadas nos municípios que tinham atividade agrícola. Outro detalhe: a maneira como o campo se organizava em suas atividades profissionais também não era vinculada ao Ministério do Trabalho, mas tratada na pasta da Agricultura.

Esse cenário foi sendo construído pelas representações do setor agrícola nacional na formação das primeiras leis trabalhistas do campo. A bancada rural tinha muita força política e, com isso, conseguiu influenciar a criação pelo Congresso Nacional de uma legislação exclusiva para reger suas relações de trabalho, chegando ao ponto de ter seus interesses atendidos na pasta ministerial da Agricultura e não na do Trabalho, como se viu. No entanto, esse conjunto de leis deixava lacunas jurídicas perigosas, já que o setor agrícola não seguia preceitos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), criada no governo de Getúlio Vargas, em 1943. Inspirada na “Carta Del Lavoro”, do governo italiano de Benito Mussolini, a CLT, além de prever questões de registro em carteira profissional e horas trabalhadas, também era a referência de outras classes profissionais para se organizar sob a forma de entidades sindicais patronais e de trabalhadores.

Mas, os setores rurais da época entendiam que a natureza do trabalho agrícola era diferenciada – portanto sem condições de ser organizada em sindicatos separados por categoria profissional. A divisão inicial foi a de sindicatos de produtores acima de dois módulos rurais, ficando outra entidade responsável pelos produtores abaixo de dois módulos rurais e os trabalhadores. O que parecia algo exclusivo e com maior controle, se revelou conflituoso para o setor rural com o passar do tempo. Esse mesmo arcabouço exclusivo de leis que permitia concentrar trabalho e produção rural nas mesmas entidades de representação não era claro para impedir a criação de mais de uma organização rural classista. Na época, eram comuns notícias de entidades que surgiam por vontade própria de seus interessados em várias regiões do país tentando arregimentar uma base de associados, gerando assim dupla representação e disputas por filiados de um mesmo setor. Para sustentar essa estrutura, as entidades associativas do setor rural eram mantidas por subvenções governamentais e contribuições diretas dos associados e não por imposto sindical, situação já em andamento nos outros setores empresariais e de trabalhadores.

No Brasil, desde o Império, a agricultura foi pilar da economia brasileira, moldando a ocupação do território, a estrutura social e a inserção do país no comércio mundial, especialmente com culturas como o café, a cana-de-açúcar e o algodão. Sua profunda

influência nos rumos brasileiros ajuda a explicar o funcionamento “à parte” com todos os setores da sociedade naquele período.

O diretor-secretário da FAEP, Livaldo Gemin, na gestão 2024-2027, afirma que as associações rurais foram importantes, num primeiro momento, para desenvolver a cultura da representação sindical no meio agrícola. Antes delas, não havia entidades de qualquer espécie para defender os interesses do campo, ressalta Livaldo, que está no meio sindical desde 1975, quando ingressou como secretário-executivo no Sindicato Rural da Lapa.

“Lá atrás o país era totalmente agrícola, mas a organização de quem trabalhava no campo não existia assim de uma forma própria. O Ministério da Agricultura e as secretarias de Agricultura nos Estados estabeleceram uma forma de fomentar a atividade rural. Eles organizaram um fomento chamado associações rurais. Como precisava ter uma cadeia de domínio dessa organização das associações, apareceu a FARP”, detalha Livaldo.

Coordenadas por uma federação (no caso, a FARP), as associações, de acordo com o dirigente da FAEP, serviam como referência para estender diversos tipos de apoio aos ruralistas. “Nessas associações o governo alocava agrônomos, veterinários e pessoal para trazer o conhecimento a essa região que a associação rural representava”, completa Livaldo.

Mudança de “FARP” para FAEP

Sob a tutela do Ministério do Trabalho, essa realidade no campo começou a ser modificada em janeiro de 1964. Finalmente o setor rural brasileiro ingressava no modelo corporativista que identificava melhor empresários do campo de um lado e trabalhadores rurais do outro. Era criada a CNA, a Confederação Nacional da Agricultura, para representar o setor produtivo, e a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores

na Agricultura), entidade que passaria a defender os colaboradores que prestavam serviços nas propriedades rurais e o pequeno produtor rural, que também era identificado como trabalhador. A CNA e a CONTAG viriam a substituir a então Confederação Rural Brasileira (CRB), que congregava as federações e associações rurais municipais. A nova CNA era fruto da Lei Federal Nº 4.214, de 2 de março de 1963. Ela foi criada para disciplinar as relações no campo nos moldes sindicais que indicavam a existência de uma confederação, federações estaduais de agricultura e sindicatos rurais nos municípios para as categorias de patrões e empregados. Esses sindicatos acabaram sendo os substitutos das associações rurais.

No caso dos produtores rurais, portanto, a Lei 4214 foi a referência legal para que os empresários rurais de cada estado iniciassem movimentos visando se adequar à nova realidade sindical. No Paraná, a FARP começou a ceder lugar à FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná). Os trabalhadores do campo e os pequenos produtores também ganharam sua federação, a FETAEP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná).

A FAEP foi oficialmente criada em 16 de dezembro de 1965. Foi nessa data que o Ministério do Trabalho reconheceu, por carta sindical, a FAEP como a entidade legal de representação dos produtores rurais paranaenses. Essa foi a data de fundação da FAEP, concebida sob as novas leis de organização sindical.

Após a chegada da Lei Nº 4.214/63, começa de maneira efetiva a transformação de uma federação para outra. A carta sindical começa a ser reivindicada ainda em 1963, quando o presidente da FARP, Francisco Bertagnoli, apresenta ao Ministério do Trabalho a solicitação de reconhecimento da FAEP. Esse pedido teria uma definição na gestão seguinte. O presidente da FARP, na época das mudanças, era o engenheiro agrônomo Paulo Patriani, cafeicultor de Santo Antônio da Platina. Natural de Catanduva (SP) e radicado em Santo Antônio da Platina, Patriani era coproprietário da fazenda São Paulino, em sociedade com seu irmão Fernando Patriani, que veio a ser fundador e presidente do sindicato rural neste município paranaense. Paulo respondia pela direção da Escola Técnica Rural de Santo Antônio da Platina quando assumiu na década de 1960, após o mandato de Francisco Bertagnoli, a presidência da FARP.



Foto: reprodução

A carta sindical é o documento do Ministério do Trabalho que reconhece a FAEP como entidade estadual de representação dos produtores rurais paranaenses.

Com a carta sindical confirmada, a estrutura administrativa e jurídica da FARP foi transferida em nome da nova federação presidida por Patriani. Com o reconhecimento do Ministério do Trabalho, foi dado assim o primeiro grande passo para reorganizar a defesa dos interesses da classe rural no Paraná.

Mas ainda havia muito o que fazer: faltava estender a nova realidade aos produtores rurais dos municípios paranaenses. Eles ainda permaneciam vinculados às associações rurais. A transformação em sindicato patronal de cada associação rural exigia que cada uma delas chamasse seus filiados e deliberasse pela modificação em assembleia. Essa etapa permitiria transferir legalmente todo o patrimônio físico, estrutura jurídica e administrativa das associações para os novos sindicatos rurais.

Você sabia?

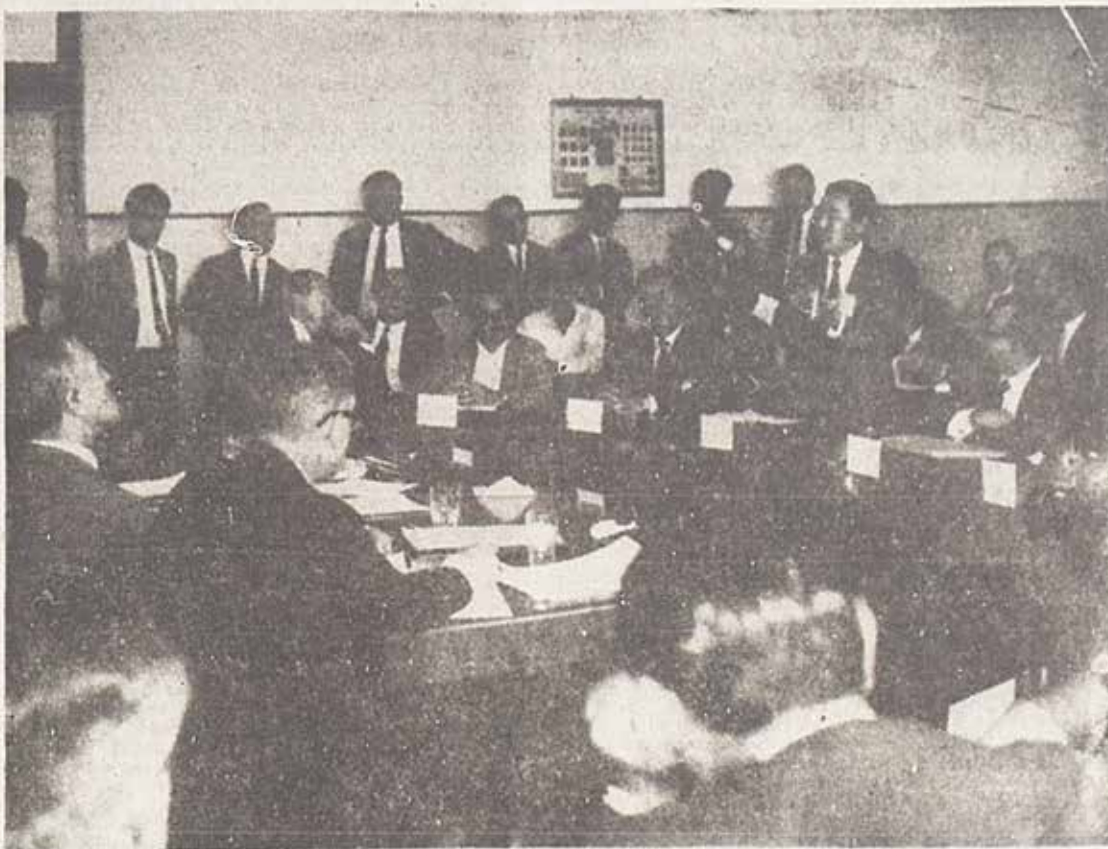
Até o início da década de 1970, o café era o principal produto da economia paranaense. O cultivo do grão no estado era equivalente à metade da produção nacional e à terça parte da produção mundial.

FAEP e a campanha de sindicalização

Coube à FAEP, sob a gestão de Paulo Patriani, liderar essa campanha de sindicalização nos municípios com atividade agrícola no Paraná e transformar as associações em sindicatos rurais de forma efetiva e legal. Esse plano de mobilização foi apresentado durante um grande evento rural realizado em Curitiba, entre os dias 13 e 15 de dezembro de 1965. Vale reforçar que foi na semana deste evento ligado às forças produtivas do campo em que também saiu a Carta Sindical do Ministério do Trabalho que oficializou a existência da FAEP. O Encontro Regional Rural de Curitiba reuniu, em dezembro de 1965, na capital do estado, representantes dos governos estadual e federal, e de lideranças do campo não apenas do Paraná, mas de São Paulo, Santa Catarina e

Rio Grande do Sul. Entre os temas discutidos, estava a estratégia de sindicalização e incentivo ao associativismo, apoio à eletrificação rural, manutenção das estradas e garantia de crédito ao produtor rural. O encontro foi finalizado com a promessa de uma grande campanha, a partir do ano de 1966, para reorganizar a estrutura de representação sindical das associações rurais vinculadas à antiga FARP. Para integrar a FAEP, todas as associações teriam que virar sindicato.

COOPERATIVISMO



O I Encontro Rural Regional teve prosseguimento na tarde de ontem, com debates, principalmente, em torno de problemas ligados ao cooperativismo e assistência aos trabalhadores do campo.

Encontro Regional Rural de Curitiba foi realizado em dezembro de 1965, reunindo delegações de vários estados para discutir os rumos da agricultura. Evento foi organizado na mesma semana em que a FAEP era reconhecida como representante do produtor rural paranaense.

Foto: reprodução Gazeta do Povo

A diretoria da FAEP, aproveitando a repercussão do encontro regional rural, não perdeu tempo para elaborar como iriam funcionar na prática as estratégias de sindicalização. Na manhã da véspera de Natal (dia 24 de dezembro) de 1965, o presidente da FAEP, Paulo Patriani, e toda a diretoria organizaram um encontro direcionado aos representantes das associações rurais municipais, em Curitiba.

Na reunião, foi esclarecido que, transformadas em sindicato rural, as associações passariam a dispor de benefícios, como a participação das verbas do imposto sindical, tanto o pessoal da FAEP como os associados da FETAEP. A previsão era de que 200 mil propriedades rurais no Paraná poderiam contribuir, assegurando repasses para financiar a atividade de representação da federação e dos novos sindicatos.

Outro ponto importante ressaltado naquela reunião era de que os poderes públicos tratariam dos interesses dos produtores rurais somente com as entidades organizadas com base na Lei Nº 4.214/63. Ou seja, era se sindicalizar ou ficar de fora da nova estrutura de representatividade da classe agrícola. Quem optasse por permanecer como associação rural também não passaria mais a receber recursos oficiais para sua manutenção. O prazo final para a sindicalização, por decreto federal, terminaria em fevereiro de 1968.

Os sindicatos não exerciam apenas uma função de representatividade de classe. Por meio dessas organizações, o associado poderia usufruir de vários serviços e direitos.

“Chegamos a ter no nosso sindicato da Lapa 14 mil fichas de atendimento médico e odontológico. O governo fazia um convênio com os sindicatos para realizar esses serviços. O sindicato era um canal para que o governo carresse seus recursos para chegar lá na base. Na organização fundiária tínhamos que fazer uma declaração de produtor, que ia ao Incra. O órgão analisava e, com essa declaração, lançava o imposto territorial rural. Era também uma forma de reconhecer a propriedade da terra”, conta Livaldo Gemin.

Convênio com governo acelera sindicalização

Em junho de 1966, foi realizado um movimento decisivo para acelerar o processo de sindicalização. A ação uniu a classe produtora rural e o governo do Paraná (gestão Paulo Pimentel). Em convênio assinado pela FAEP e a então ACARPA (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná) – o atual Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR-Paraná/Emater) –, ficou estabelecido um trabalho para dinamizar a sindicalização e estender a assistência técnica aos produtores filiados às associações rurais que iriam se transformar em sindicatos.

“Este será o quinquênio (1966-1970) da agricultura paranaense”, celebrou o presidente da FAEP, Paulo Patriani, na assinatura do convênio.

A declaração fazia sentido. A capilaridade da estrutura do governo estadual iria garantir a chegada da orientação necessária a todas as regiões sobre a sindicalização e seus efeitos positivos para o campo.

De acordo com cláusula contratual, a FAEP entrou com parte dos recursos para fazer o convênio funcionar. Coube a então ACARPA usar de seu orçamento e do pessoal técnico para levar a cabo a campanha de sindicalização e assistência técnica. Foi previsto ainda no acordo a execução, pela ACARPA, de um levantamento da situação das associações e sindicatos rurais, além de programas de educação visando à formação de sindicatos rurais nas localidades onde funcionavam apenas as associações.

Além do governador Paulo Pimentel (gestão 1966-1971), assinaram o documento o então Secretário da Agricultura, José Miró Guimarães, que também era o presidente da ACARPA, Paulo Patriani, presidente da Federação da Agricultura, e Ayrton de Mattos, executor do convênio. O ato foi prestigiado pelas principais lideranças empresariais da época no estado, com a presença de Lydio Paulo Bettega, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Carlos Alberto Pereira de Oliveira, representante da Associação Comercial do Paraná (ACP), Waldomiro Geyer, delegado do Ministério da Agricultura no Paraná, além de outras autoridades e representantes de entidades de classe.



Paulo Patriani era o presidente da FAEP quando houve a transição da antiga entidade estadual da agricultura, a FARP, para a nova Federação que passou a representar os produtores rurais.

Segurança alimentar

O Ministério da Agricultura, em agosto de 1968, apontava que os estoques de alimentos não perecíveis, como feijão e milho, além de sementes oleaginosas, tinham capacidade para abastecer o Paraná (que tinha cerca de 6,3 milhões de habitantes) por até seis meses seguidos, caso cessasse toda a atividade da lavoura.

Desafios e contradições

A FAEP tentava assim agilizar o processo de sindicalização de sua classe por todo o Paraná. Em alguns momentos, não foi uma tarefa fácil. A Federação recebia informações do interior do estado sobre a permanência em atividade de entidades pertencentes ao antigo regime, reunindo na mesma organização trabalhadores e empresários. Essas entidades se colocavam no direito de exigir de todos, sem distinção, o recolhimento das contribuições para sua manutenção. Caso persistisse, a situação geraria uma irregularidade jurídica, já que a Lei N° 4.214, deixava claro que cada categoria profissional do campo tinha de ter sua entidade de classe específica.

Um ofício solicitando apoio do Ministério do Trabalho e Previdência Social foi elaborado pela FAEP para que se realizasse uma intervenção. Um grupo de trabalho chegou a ser formado pelo ministério para esclarecer o novo regime de representação sindical. A atitude da Federação deu certo e os casos irregulares foram sendo paulatinamente resolvidos, com o avanço da sindicalização legalizada em todo o Paraná.

Em mensagem a toda a classe rural, para homenagear em 28 de julho de 1966 o Dia do Agricultor, o presidente da FAEP, Paulo Patriani, já comemorava a disposição dos empresários para se organizar diante dos desafios de um novo quadro econômico:

“Já é pacífico na consciência nacional ser necessária uma expansão harmônica dos setores agrícolas e industriais para que a demarragem [sucesso no lançamento] desenvolvimentista seja sólida e

progressivamente acelerada. Paralelamente, o complexo sindical favorecido ao empresariado rural pelo governo da União, para que reivindique com legitimidade e auto promova o seu progresso, é agora uma realidade. Toda lavoura está conscientizada por um ânimo de coesão e organização, esboçando-se [...] um organismo classista destinado a ser o maior e o mais importante da Nação”, destacou Patriani na mensagem aos produtores estampada nos jornais paranaenses da época.

Em agosto de 1966, por exemplo, a FAEP procurou incentivar a sindicalização rural diretamente, realizando visitas de seus dirigentes às cidades. O diretor jurídico da entidade, Ostoj Roguski, percorreu polos da região centro-sul do Paraná para debater a nova organização em cidades como Irati, União da Vitória, São Mateus do Sul e Palmas. A Federação oferecia às lideranças rurais dessas regiões orientação jurídica de como respeitar os ritos para concretizar a adequação das entidades de representação do agronegócio à nova lei sindical em vigor. Em outubro de 66, chegaram notícias da adesão de outros produtores rurais. Poucos meses após o anúncio do amplo plano de sindicalização, o avanço da representatividade era confirmado também nos municípios da Lapa, Rio Negro, Contenda, Araucária, Bocaiúva do Sul e Colombo. Cecílio Ferreira Guarita, que representava o presidente Paulo Patriani em visita a Rio Negro, creditava essa rápida adesão ao convênio da Federação e da ACARPA (atual IDR/Paraná): “tais resultados estão se revelando altamente satisfatórios e a entidade principal do ruralismo paranaense observa que sua execução está sendo feita com vigor pelos técnicos da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná”.

Articulação política e protagonismo

Ao mesmo tempo em que mantinha uma estratégia agressiva de sindicalização em todas as regiões do estado, a FAEP se voltava para projetar sua exposição em eventos do agronegócio além das divisas do Paraná. Esse movimento político era natural, ainda mais na década de 1960. O estado era o responsável pela produção de cerca de 50% do café cultivado no Brasil. Para lembrar, o café ainda figurava com folga como a principal

fonte de divisas naquela época nas exportações brasileiras. Portanto, uma federação da agricultura vivendo no meio dessa realidade tinha a obrigação de protagonismo em encontros e seminários (conclaves, como se dizia naqueles tempos). Afinal, eram nesses eventos que saíam as reivindicações do setor produtivo rural direcionadas aos tomadores de decisão, no caso, o governo central, em Brasília.

Você sabia?

Em 1968, o Paraná era o líder nacional na produção de algodão, concentrando 24,2% do cultivo registrado em todo o país.

Um desses exemplos foi verificado no encontro de produtores rurais da Região Sul do país. Realizado em agosto de 1966, na cidade de Florianópolis, a reunião abordou temas como os reflexos da nova adaptação sindical em todos os setores do campo (transformação das associações em sindicatos rurais). Em comunicado enviado à imprensa da época, a FAEP informou que na reunião foram discutidas sugestões no sentido de facilitar a formação de sindicatos rurais de empregadores e a realização de eleições, “afastando no máximo o intervencionismo estatal e os entraves de ordem burocrática”.

A Conferência de Direito Rural, promovida no Rio de Janeiro pela CNA em setembro de 1966, foi outro encontro usado pela FAEP para defender seus interesses. Organizado para comemorar o aniversário de fundação da CNA, a conferência elaborou uma série de pedidos que tinham por endereço a mesa do então presidente da República, marechal Arthur da Costa e Silva.

Primeira eleição na FAEP

Com a criação de sindicatos rurais avançando, a FAEP conseguiu realizar sua primeira eleição sob o novo nome da federação. Paulo Patriani permaneceu de forma intersetina à frente da presidência da FAEP até a realização da primeira grande eleição de

diretoria, em fevereiro de 1967. Patriani, em chapa única, foi eleito pelos representantes dos novos sindicatos rurais para o primeiro mandato à frente da nova federação. Os mandatos seguiam sendo de três anos de duração. A experiência de Patriani como líder ruralista fez com que ele assumisse também uma das vice-presidências da CNA e respondesse pela função de secretário estadual da Agricultura.

Com a diretoria definida, o trabalho de representação do produtor ganhava corpo. As participações em eventos estaduais e nacionais para debater os rumos da agricultura serviam de aprendizado prático para a FAEP elaborar novas ações e ampliar sua influência. Os pedidos endereçados às autoridades governamentais não significavam apenas uma atitude de reivindicação. A Federação, com base no trabalho de seu corpo técnico e jurídico, formulava teses e sugestões, adotando uma postura de assessoramento dos órgãos governamentais que tinham poder de decisão.

Uma iniciativa vitoriosa levando essa filosofia de trabalho na prática daquela gestão pioneira foi registrada no debate de mudança da alíquota do então ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias). O Ministério da Fazenda estava coordenando uma alteração geral nas alíquotas do imposto, que é o atual ICMS. Alertada dos efeitos na cadeia produtiva, a classe rural no Paraná, encabeçada pela FAEP, passou a liderar uma intensa campanha para evitar a majoração das alíquotas, que estavam em 12% e poderiam subir até 19,5%, pelos estudos da época. A alegação é de que o reajuste era necessário para combater os baixos níveis de arrecadação nos estados do país.

Em telegrama enviado ao então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, em janeiro de 1967, a direção da FAEP assinala as graves repercussões para a cadeia econômica do campo e das cidades.

“Interpretando o pensamento unânime da agricultura paranaense, tomamos a liberdade de comunicar V. Excelência a impossibilidade de a lavoura atender às disposições da nova Lei do ICM, principalmente a exigência de recolhimento do tributo na saída do produto de estabelecimento do lavrador. A permanência do atual sistema acarretará desestímulo ao agricultor, em prejuízo da economia nacional, com sérios reflexos no custo de vida das cidades.”

Em março de 1967, em novo encontro organizado em Curitiba, a FAEP e outras classes empresariais rurais dos estados do RS, SC, SP, MG e RJ manifestaram-se contra qualquer reajuste do imposto. Depois de uma série de debates a respeito da melhor aplicação do ICM, veio a vitória que as classes produtoras rurais esperavam. Em fevereiro de 1969, o então secretário da Fazenda do Paraná, Rubens Leite, disse que “a cobrança do ICM em relação a produtos agrícolas será feita somente quando da venda a varejo ou operação que importe na saída do produto agrícola para fora do Estado, excluindo a exportação de industrializados”.

O secretário da Fazenda citou decreto baixado pelo governador Paulo Pimentel que reformulou parte dos critérios de incidência, isenções e não incidências do ICM, afirmando que “ali está uma prova de que o governador deseja estabelecer no Paraná uma política tributária justa e equânime, funcionando como instrumento de propulsão do desenvolvimento pela correção dos desníveis da economia.”

A pauta a respeito dos efeitos do aumento sem critérios das alíquotas do ICM permanecia dentro da agenda de articulações da FAEP no ano de 1968. Em janeiro, nova mobilização capitaneada pela Federação do Paraná envolve também as entidades de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Em novo comunicado, os dirigentes das federações encaminham comunicados aos ministros das áreas da Fazenda e do Planejamento, além do próprio presidente da República. A mudança das alíquotas, segundo as entidades, é considerada “inoportuna” e poderia impactar toda a cadeia agrícola.

Congresso Brasileiro do Café

O assunto também é debatido na segunda edição do Congresso Brasileiro do Café, evento realizado em Curitiba, no Círculo Militar, em abril de 1968, com a presença do então presidente da República, Costa e Silva. A FAEP ajudou a organizar o evento. O congresso teve a participação de 292 representantes de entidades e organismos públicos ligados à produção cafeeira no país. Foram apresentadas 110 teses abrangendo os

mais diferentes aspectos da cafeicultura. O encontro contou com o trabalho de 46 jornalistas para a cobertura nacional. O Paraná tinha posição privilegiada na produção cafeeira do país, com cerca de 50% da produção nacional vinda do estado. O “ouro verde” era também o principal produto brasileiro de exportação. A questão tributária também foi abordada no Congresso e seguiu sendo alvo de atenção dos produtores rurais nos meses seguintes.

Com seguidas mobilizações, em outubro de 1968, as classes produtoras ganham um importante aliado nos questionamentos referentes às mudanças do ICM. O então ministro da Agricultura, o paranaense Ivo Arzua, se posiciona pela redução da alíquota de 15% para 3%. A pressão começava a surtir efeito: na região de Guarapuava, o diferimento da alíquota conquistado para o plantio do trigo permitiu duplicar a produção do grão.

Apesar dos poucos anos de existência, o histórico de trabalho da FAEP em defesa do agronegócio mostrava uma organização ativa e atenta a qualquer situação que pudesse afetar o setor rural. A entidade já exibia condições de cuidar de diversos assuntos estruturais ao mesmo tempo. Enquanto acompanhava assuntos econômicos que poderiam impactar os produtores em âmbito local ou nacional, a FAEP não descuidava também do projeto de sindicalização.

Em relatório de atividades apresentado à diretoria em março de 1970, o presidente Paulo Patriani comemorava uma enorme ampliação de criação de novos sindicatos rurais.

“Com eleições em 18 sindicatos, reconhecimento de outros 23 e posse de 20 diretorias, o exercício de 1969 chega ao seu final com a ascensão da ordem de 110 sindicatos rurais filiados a FAEP”, relatava o dirigente no balanço de atividades.

Patriani reeleito presidente da FAEP

O sucesso na sindicalização realizada por todo o Paraná se refletiu na eleição da diretoria da FAEP para o triênio (1970-73). Escolhido na primeira eleição como primeiro presidente da Federação em 1967, Paulo Patriani conquista novo mandato. Por 38

votos a 16, Patriani foi reeleito para comandar a FAEP no novo período de gestão, a partir de 30 de março. Ele venceu a chapa de Julio Ferreira Brandão, que era o primeiro vice-presidente da entidade (gestão 1967-70).

Crescimento constante na pecuária extensiva

Em 1960, o Paraná possuía 1.955.000 cabeças de gado. Já no ano de 1972, o rebanho ultrapassava as cinco milhões de cabeças, de acordo com dados coletados pelo IBGE na época.



Foto: arquivo FAEP

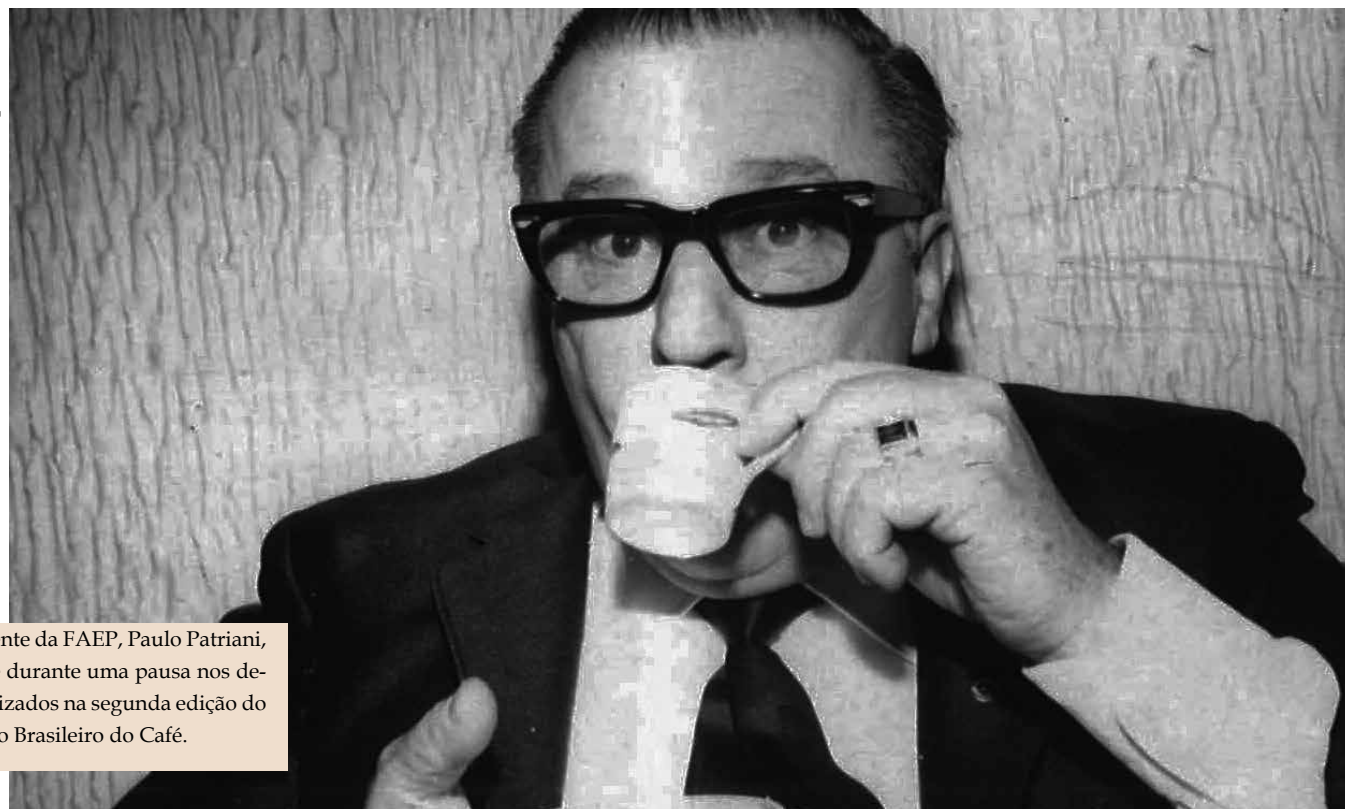
Rebanho no Paraná experimentou crescimento expressivo a partir dos anos 1970.

Foto: arquivo FAEP



Congresso brasileiro do café foi realizado em Curitiba no mês de abril de 1968, com apoio e envolvimento da FAEP na organização do evento.

Foto: arquivo FAEP



O presidente da FAEP, Paulo Patriani, toma café durante uma pausa nos debates realizados na segunda edição do Congresso Brasileiro do Café.

“O que mais nos honra é a conduta democrática em que se desenvolveram as eleições, cujo resultado acolhemos com humildade, que sempre mantivemos à frente da presidência da FAEP. Nosso compromisso é apenas de redobrar esforços em favor da agricultura, meta prioritária do presidente Médici e estrutura econômica do nosso estado”, disse Patriani, na sede da FAEP após a contagem dos votos.



Roberto Carlos desembarca acenando e sorrindo para as fãs que ficaram de longe.

apenas 12 elementos do Batalhão de Guardas da PMEP. Não eram apenas jovens que esperavam RC; também havia muitas senhoras passadas em anos firmes no Aeroporto. Muitos aviões que sobrevoo-

Para a entrevista coletiva Roberto Carlos apareceu com a indumentária da apresentação que faria pouco mais tarde: camisa preta com rendinhas na frente, calça cinza justa e botinhas gêmeas, de salto alto.

sólido impulso revitalizar o

Patriani reeleito por mais três anos presidente da FAEP

Foi realizado ontem, a eleição para a nova Diretoria da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, com mandato de 3 anos. Os trabalhos preparatórios do pleito tiveram início na sexta-feira, quando os delegados-eleitores de cada Sindicato Rural apresentaram suas credenciais à secretaria geral. Nessa primeira eleição, sob o regime sindical para o patronato rural paranaense o engenheiro agrônomo Paulo Patriani, que presidia a antiga Federação dos Associações Rurais, foi escolhido para a presidência da entidade, liderando uma chapa composta por dirigentes rurais de todas as regiões do Estado.

A Mesa Aradadora, nomeado por indicação do procurador da Justiça do Trabalho da 2.ª Região, foi presidida pelo Sr. Francisco Bertagnoli Júnior, secretariado pelo Sr. Cecílio Ferreira Guarita, tendo por messário o Sr. José Crontes Pires.

OS NOVOS

A eleição, iniciada às 15 horas no auditório da FAEP, apurou os seguintes diretores e conselheiros à entidade ruralista:

Diretoria — Membros efetivos — Paulo Patriani, Julio Ferreira Brandão, Décio Vergani, Jocely Pereira, Benjamin Hameerschmidt, Thirso Silva Gomes e João Romanus.

Os Suplentes da Diretoria são os sr. Fernando Patriani, Antonio Branco Martins, Neli Jorge, Homero Pavan, Rivaldo Maria Menarin, Antonio Domakowski e José Knopik.

FISCAL E

REPRESENTANTES O Conselho Fiscal é integrado pelos membros efetivos Eliseu Dabul, Rubens

Suplente P. de Amaral e Ely de Andrade. São suplentes os Srs. Estanislau Cavalheiro de Lira, Romeu Vidiani Carneiro e José Ribas.

O Conselho de Representantes junto à Confederação Nacional da Agricultura é integrado pelos Srs. Paulo Patriani, Julio Ferreira Brandão, Fernando Patriani e Thyro da Silva Gomes. Com Suplentes figuram os Rurais: Décio Vergani, Eliseu M. Dabul, Homero Pavan e Jocely Pereira.

A posse solene da nova Diretoria terá lugar no dia 24 de março, no auditório da Federação da Agricultura. Na próxima semana terá lugar reunião da nova Diretoria para distribuição de cargos.

REELEIÇÃO NA FAEP



O engenheiro agrônomo Paulo Patriani foi reeleito, ontem, presidente da Federação da Agricultura do Paraná.

CEREBRO ANTECIPA

Paulo Patriani (terceiro da direita para a esquerda) discursa após sua reeleição em 1970 para mais um mandato de três anos à frente da FAEP.

Foto: reprodução Gazeta do Povo

Com experiência acumulada no sindicalismo, FAEP encara desafios do café

Os anos 1970 chegavam e com eles desafios imensos envolvendo o cultivo do café e a cotação da *commodity*. A nova década prenunciava situações que poderiam comprometer a competitividade do café brasileiro nos mercados nacional e internacional. Com quase cinco anos de existência, a FAEP já acumulava experiência na defesa sindical de seus associados e em eventos sobre os rumos do café brasileiro. Nesses seminários, a entidade paranaense se destaca em contribuir com estudos e sugestões para garantir uma política cafeeira que mantivesse a liderança brasileira no comércio internacional.

O terceiro Congresso Nacional do Café, realizado em Poços de Caldas (MG), em abril de 1970, alertou que as próximas safras não teriam condições de atender às demandas interna e de exportação, justificando mudanças na política cafeeira do país. A FAEP, em relatório de estudos apresentado no Congresso, alertou que as ações governamentais adotadas “não têm obedecido a um plano racional e integrado e que, assim sendo, a cafeicultura não pode ficar mais na dependência de medidas parciais, isoladas, mal programadas e pessimamente executadas”. O tom adotado neste trecho do relatório apresentado no evento na cidade mineira resumia a gravidade e o tamanho do problema que o setor estava enfrentando. Os cafeicultores na época reclamavam que as políticas de controle de preço e erradicação de cafeeiros (realizadas com a intenção de manter um preço competitivo da *commodity*), por exemplo, comprometiam até mesmo estoques estratégicos.



Sendo o principal produto de exportação do Brasil nos anos 1970, o café atraía todas as atenções nos debates econômicos. FAEP tinha presença constante nas discussões nacionais sobre os rumos da *commodity*.

O diálogo franco e aberto com as autoridades governamentais federais e do estado seguia surtindo efeitos. Em junho de 1970, os governos federal e estadual anunciaram um plano de incentivo à cafeicultura no Paraná. A ação vinha dois meses após as manifestações da FAEP e produtores rurais em defesa de mudanças nos planos de incentivo à cultura. Foram anunciados o replantio de 120 milhões de pés de café num prazo de três anos. A medida veio corrigir situações envolvendo políticas anteriores de erradicação da cultura que deixaram os estoques baixos para o consumo interno e a exportação. A gigantesca iniciativa chegava em boa hora: entre 1966 e 1969, a produção cafeeira paranaense enfrentou três rigorosas geadas, gerando perdas médias entre 30%

e 40% nas lavouras. O replantio também visou corrigir outra distorção: o abatimento dos cafeeiros autorizado pelo governo federal para ajudar a controlar os preços internacionais a partir da segunda metade da década de 1960. O Programa de Erradicação do Café criado pelo Governo Federal previa a indenização por pé de café erradicado. Mas considerou-se na época que o abatimento foi realizado além do estimado, gerando perdas que colocaram em risco a oferta do produto por parte do Paraná naquele período.

Você sabia?

A partir de 1966, o Paraná era o estado que alcançava a liderança na produção média nacional de trigo por hectare.

Foto: arquivo FAEP



A triticultura começou a registrar crescimento a partir dos anos 1960 e atualmente o Paraná é o líder nacional, concentrando mais de 50% da produção no país.

Essa estratégia, sempre apoiada pela direção da FAEP na época, foi importante para o que seria registrado entre os meses de julho e agosto de 1972. Uma sequência de fortes geadas dizimou, de acordo com estimativas divulgadas na ocasião, cerca de 50% da safra. “(Foi um) Ano em que o café teve mais um episódio melancólico face as geadas. Além dos prejuízos materiais, teria efeito extremamente negativo sobre o ânimo dos responsáveis pela produção do nosso mais importante produto de exportação”, alertava o relatório da FAEP sobre o assunto.

FAEP acompanhou a evolução do Porto de Paranaguá

Em 1971, o setor produtivo obteve outra importante vitória, pleiteada há muitos anos, inclusive pela FAEP: o aumento da profundidade do canal de acesso ao porto de Paranaguá. O navio de bandeira inglesa Demetercon zarpava de Paranaguá em direção ao porto de Gênova (Itália) com todos os porões carregados de milho. O recorde de 23.500 toneladas do grão embarcado marcava uma nova era para o porto. A diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha oficializou em abril daquele ano os novos índices de calado do canal de acesso depois do serviço de dragagem realizado na região. O fato colocava Paranaguá em igualdade de condições com outros terminais, como o de Santos (SP). Antes do aprofundamento do canal, os navios que vinham buscar a produção de grãos do Paraná não poderiam sair com carga completa por causa da limitação do calado. Com a nova realidade, Paranaguá gerava novos benefícios à navegação internacional que, não tendo mais a necessidade de escala em outro porto para complementação da carga, passou a economizar em taxas de frete em função da rapidez com que os navios chegavam ao seu destino. Antes da dragagem, os navios tinham de completar a carga de grãos produzidos no Paraná no porto de Santos.



Foto: arquivo FAEP

FAEP sempre acompanhou, com a elaboração de sugestões e estudos, a evolução da infraestrutura do porto de Paranaguá, o principal canal de escoamento das exportações de *commodities* do Estado.

Novo presidente assume preocupado com situação da lavoura paranaense

A eleição da nova diretoria da FAEP para o triênio 1973-76 foi marcada por essa preocupação envolvendo os desafios climáticos e econômicos da agricultura paranaense, com foco no setor cafeeiro. O novo presidente eleito em chapa única, Mário Stadler de Souza, coronel do Exército e produtor rural de Matelândia, fez questão de enfatizar logo após sua eleição a necessidade de um amplo balanço da situação. Naquele início de 73, o Paraná ainda contabilizava as perdas das fortes geadas do ano anterior. Antes

de anunciar medidas específicas, Stadler foi franco em priorizar a necessidade de um amplo levantamento de como estavam a agricultura e a pecuária no estado. No dia da eleição, em 24 de fevereiro de 1973, após a proclamação do resultado, Stadler se reuniu com representantes de mais de 60 sindicatos rurais que vieram a Curitiba participar da votação. A meta era saber o que cada região tinha de mais urgente a resolver.

“Aos responsáveis por estas atividades cabe o lugar de destaque que o Paraná mantém no cenário nacional e que desejamos ver ainda mais elevado nos próximos três anos. Não prometo nada, antecipadamente, porquanto o nosso trabalho requer uma elevada dosagem de equipe e, acima de tudo, uma avaliação das condições atuais”, disse Stadler à imprensa. O raio-x sobre a realidade no campo era necessário. Uma praga conhecida como “ferrugem”, que havia sido detectada há dois anos em cafezais da Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, chegava com força no Paraná. A praga inutilizava as folhas do cafeeiro na parte superior, que adquiriam manchas em tons amarelados. Na parte inferior da folhagem, a ferrugem produzia um pó alaranjado (fungo) que também contribuía com o desfolhamento e o atraso do desenvolvimento do cafeeiro.

Desde o início do monitoramento da praga, a FAEP enviou alertas e pedidos para que técnicos da Secretaria de Agricultura do Paraná fizessem um acompanhamento rigoroso do problema. O estado, seus representantes na área agrícola e lideranças rurais resistiram até onde foi possível, mas a ferrugem chegou e fez estragos consideráveis nas plantações de café no norte do Paraná.

Preocupadas com o alastramento da doença, as lideranças empresariais do Paraná recorreram à FAEP para ter uma radiografia do problema. A estimativa divulgada na época é de que a praga havia afetado todas as lavouras do Paraná em maior ou menor grau de prejuízo. Em junho de 1973, o presidente da FAEP, Mario Stadler, fez uma palestra na Associação Comercial do Paraná (ACP) para expor a gravidade da situação. Segundo ele, “o problema da ferrugem é tão complexo que ainda hoje é impossível precisar exatamente quanto custa o seu combate. Uma coisa é certa: o problema é grave e o cafeicultor, embora venha recebendo boa compreensão das autoridades cafeeiras, continua descapitalizado e cada vez mais impotente para fazer face ao combate”, afirmou Stadler. Dos cafezais do município de Mandaguari (norte do Paraná), vinha o exemplo que o dirigente da FAEP alertou na reunião da ACP: dos cerca de 1.800 cafeicultores do município, apenas 18 se mostraram em condições de fazer um controle correto da ferrugem.

UNIÃO DE TODOS



O engº. Mário Stadler de Souza eleito Presidente da Federação da Agricultura do Paraná pregou a união do sindicalismo rural.

Sindicatos rurais elegem os novos dirigentes da Federação

Logo após ser eleito Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, as primeiras palavras do senhor Mário Stadler de Souza foi de exortação da classe à uma união de princípios em favor do sindicalismo rural. O pleito que elegeu os novos dirigentes da FAEP para o triênio 1973/76 foi realizado ontem na sede da entidade, iniciando às 10 horas. Antes das 12 horas já havia votado a maioria dos delegados presentes, o que àquela altura, já assegurava a única chapa inscrita o direito de ser proclamada vencedora, conforme as disposições estatutárias.

"Não prometo nada, antecipadamente, porquanto o nosso trabalho requer uma elevada dosagem de equipe e, acima de tudo, uma avaliação das condições atuais" — declarou o novo presidente Mário Stadler de Souza. Acrescentou que para tanto, necessita do trabalho conjunto de todos, sem o que a FAEP nada poderá alcançar, face a situação dos sindicatos "espalhados por este nosso imenso Paraná". Destacou uma preocupação especial aos setores da Pecuária e da Agricultura em geral, enfatizando que "aos responsáveis por estas atividades cabe o lugar de destaque que o Paraná mantém no cenário nacional e que desejamos ver ainda mais elevado dentro dos próximos 3 anos". Após a eleição, o senhor Mário Stadler de Souza manteve um encontro com todos os novos diretores da FAEP, ouvindo as exposições de cada região pela voz de seus representantes.

OS ELEITOS

A nova diretoria eleita ontem, por cerca de 50 sindicatos rurais do Paraná, tem como membros efetivos os senhores Mário Stadler de Souza, Presidente (Matelândia); Nelson Teodoro de Oliveira (Campo Mourão); João Ribeiro Junior (Arapongas) Vice-Presidentes; Antonio Caggiano (Imbituva) e Valmir Gomes da Rocha Loures (Laranjeiras do Sul) Secretários; Ubilar Guerra Lobo (Apucarana) e João Romanus (Cerro Azul) Tesoureiros. Como suplentes foram eleitos os senhores Wilson Baggio (Cornélio Procopio), Horst Jurgen Riepenhoff (Primeiro de Maio), Ruy Virmond Marques (Guaçuva), Omar de Oliveira (Foz do Iguaçu), Hélio Rodhe (Medianeira), Lourival Rauen (Paranavaí) e Genésio Bernardelli (Cambará). O Conselho Fiscal ficou constituído dos senhores Baptista Cherobim (Palmeira), Antonio Simões de Araujo (Cascavel) e Francisco Miró (Pirai do Sul), constando como suplentes os senhores Fernando Patriani (Santo Antonio da Platina), João M. Cruz (Ponta Grossa) e Dirceu Marés de Souza (União da Vitória). São Delegados Representantes junto a Confederação Nacional da Agricultura os senhores Mário Stadler de Souza e Paulo Carneiro Ribeiro (Londrina), figurando na suplência Ubilar Guerra Lobo e Antonio Caggiano. A posse dos novos dirigentes da FAEP será em fins de março próximo.

O novo presidente da FAEP na época, Mário Stadler de Souza, ao centro da foto, assume o comando em um contexto de muitos desafios e transformações da lavoura paranaense.

Numa tentativa de reagir aos alertas do setor produtivo, com a FAEP liderando mais uma vez as ações, o governo paranaense começou a planejar um amplo combate à ferrugem. No dia 1º de outubro de 1973, as autoridades anunciaram uma grande mobilização, liberando recursos (130 milhões de cruzeiros novos - aproximadamente R\$ 75 milhões em valores de hoje) para financiar o plantio de novas lavouras e a compra de fungicidas para atacar a ferrugem. No entanto, o estrago estava feito. Dados divulgados na imprensa da época informaram que houve quebra de safra do café no Paraná. No ano de 73, foram contabilizadas 5,3 milhões de sacas de café. Em termos de comparação, no ano anterior (1972), a colheita tinha chegado a 9,3 milhões de sacas.

Soja começa a crescer no Paraná

Diante de tantas dificuldades climáticas e financeiras, o produtor rural paranaense começou a direcionar a atenção para uma oleaginosa, que no mercado internacional começava a mostrar seu potencial de venda. A soja foi introduzida de forma lenta, a partir do oeste e sudoeste, após a segunda metade da década de 1960. No ano de 1966, sua produção era de apenas 80 mil toneladas/ano no Paraná. Mas, devido a sua boa cotação, o grão começou a ganhar a confiança dos agricultores do estado. No começo da década seguinte (anos 1970), o Paraná já ultrapassou com folga a marca de 1 milhão e 500 mil toneladas de soja, tornando o estado o segundo maior produtor do país, atrás apenas do Rio Grande do Sul. A FAEP estava atenta a essa tendência de mudança e acompanhava com estudos e relatórios a migração para outras culturas.



O cultivo da soja experimentou crescimento expressivo no Paraná a partir da década de 1970.

Em relatório sobre as atividades realizadas no ano de 1973 e início de 74, o presidente Mario Stadler de Souza assinala uma vontade crescente de produtores de café em apostar na soja. “A soja levou parte da população rural, desencantada com a política cafeeira, a dedicar-se ao grão”, mencionou Stadler no documento, chamando ainda a atenção de que o cultivo da oleaginosa também precisava de estímulos para manter a crescente produção. O dirigente da FAEP, apesar dos problemas frequentes que atingiam com força a política cafeeira, ainda apostava numa virada na produção do café, desde que observados critérios de apoio ao produtor.

“Se houver a formulação de uma política setorial integrada que, a curto prazo, promova o necessário impacto psicológico, objetivando transmitir ao cafeicultor, e que, a médio e longo prazo, se

traduza em medidas de efetivo alcance, representadas por preços reais, compatíveis com os novos custos adicionados em decorrência da ferrugem, então serão obtidos os resultados almejados”, ressaltou Stadler a respeito de um possível reerguimento do café.

Você sabia?

Dados da FAEP em 1973 apontam que o Paraná participa com cerca de 25% na produção nacional de gêneros essenciais, como milho, feijão, soja e trigo.



Foto: arquivo FAEP

O milho foi uma das *commodities* que sempre manteve o Paraná com a fama de “celeiro do Brasil”.

Durante mais uma edição do Encontro Regional Rural, que voltou a ser realizado em Curitiba, em 30 de março de 1974, o drama do café seguia sendo alertado às autoridades responsáveis pelas políticas agrícolas no país. O ministro da Agricultura, Alysso

Paolinelli, da gestão do presidente Emílio Garrastazú Médici, recebeu de Stadler um documento oficial da FAEP que retratava a gravidade do momento enfrentado pelos produtores paranaenses. “A política desestimuladora do passado levou os cafeicultores a erradicar grande parcela dos cafeeiros existentes e reduzir os tratos culturais do parque remanescente, fatores que, aliados às condições meteorológicas adversas nos últimos dois anos, reduziram drasticamente a produção a ponto de se pronunciar uma capacidade de suprir a demanda existente”. Em outro trecho, o documento da FAEP alertava que as ações levadas a cabo para recuperar lavouras e produção ainda eram insuficientes “para a integral recuperação do parque cafeeiro existente, em virtude da descapitalização do produtor e da problemática da ferrugem”.

“O café passou por uma fase de declínio muito acentuado”, ressalta Walter Ferreira Lima, presidente do Sindicato Rural de Centenário do Sul e responsável pela coordenação da Comissão do Café na FAEP. Nas décadas seguintes e até hoje, foram feitos esforços, muitos deles com bons resultados, para seguir explorando as potencialidades do café.

“E a reversão para que se torne uma atividade rentável e de expressão no Paraná passa por todo um processo, onde a Federação está atuando junto. Fizemos, em 2025, um encontro aqui em Curitiba para colocar o café em evidência. E o café está se transformando em outro perfil no Paraná, e a Federação está participando disso. O que significa? É você transformar a cafeicultura, que antes tinha o estigma de que era de baixa qualidade, para um momento atual em que o café do Paraná está atingindo patamares como um dos melhores do Brasil em termos de qualidade. Então esse trabalho da Federação atua com bastante importância”, disse Walter, com mais de 40 anos de experiência na área sindical patronal.

Ao recordar os desafios do passado, Walter também lembra que a família de cafeicultores teve de migrar para outras culturas, como a soja, para seguir produzindo. Sem uma política consistente que garantisse preços mínimos ao produtor, a migração para outras culturas começava a ganhar mais corpo entre os produtores naquele ano da década de 70. Na região noroeste, o Sindicato Rural de Maringá, em abril de 1975, confirmava a substituição do café pela soja. O mesmo ocorria em Mandaguari e Cornélio

Procópio na mesma época. O então presidente do Sindicato Rural de Maringá, Aníbal Bianchini da Rocha, fez uma previsão naquele ano de 75 que, em muitos aspectos, se tornou real no futuro próximo: de que uma boa parte dos cafeeiros cederia lugar a culturas como a soja caso o produtor se sentisse abandonado pelas políticas governamentais de apoio a um preço competitivo do café.

Geada negra atinge cafeeiros e inicia radical transformação da lavoura paranaense

Alguns meses depois, no episódio que ficou conhecido como a geada negra do Paraná, foi desencadeado o início de um processo de transformação radical da lavoura no estado. Seria um caminho sem volta. Depois de anos seguidos de fenômenos climáticos adversos envolvendo fortes geadas, pragas constantes e incertezas sobre a cotação de preços e investimentos, o novo episódio representaria a pá de cal nos esforços para manter uma forte política cafeeira competitiva para o produtor rural paranaense.

Esse cenário começou a ser desenhado de forma lúdica, ganhando as manchetes de todo o Brasil. No dia 17 de julho de 1975, Curitiba amanheceu com ocorrência de neve. O fenômeno não era registrado desde 1928. O cenário de país europeu em época de inverno serviu para boas imagens e brincadeiras como guerras com bolas de neve e bonecos nas ruas e calçadas da capital. No entanto, a situação nas lavouras agrícolas do Paraná não acumulava motivos para alegria e divertimento.

A partir do dia 18 de julho de 1975, começaram a surgir relatos de todo o estado de perdas pesadas nas propriedades rurais. As estimativas trazidas pela imprensa na época davam conta de que cerca de 70% das lavouras de trigo foram perdidas para o frio, que no interior chegou a temperaturas de até 10 graus Celsius negativos. Mas a catástrofe mais intensa ficou concentrada nos cafezais. O frio foi tão intenso que o balanço registrado de perdas apontou que 100% dos cafezais no Paraná foram destruídos. A safra de 1975/76 já estava colhida e indicava produção aproximada de 8,5 milhões de

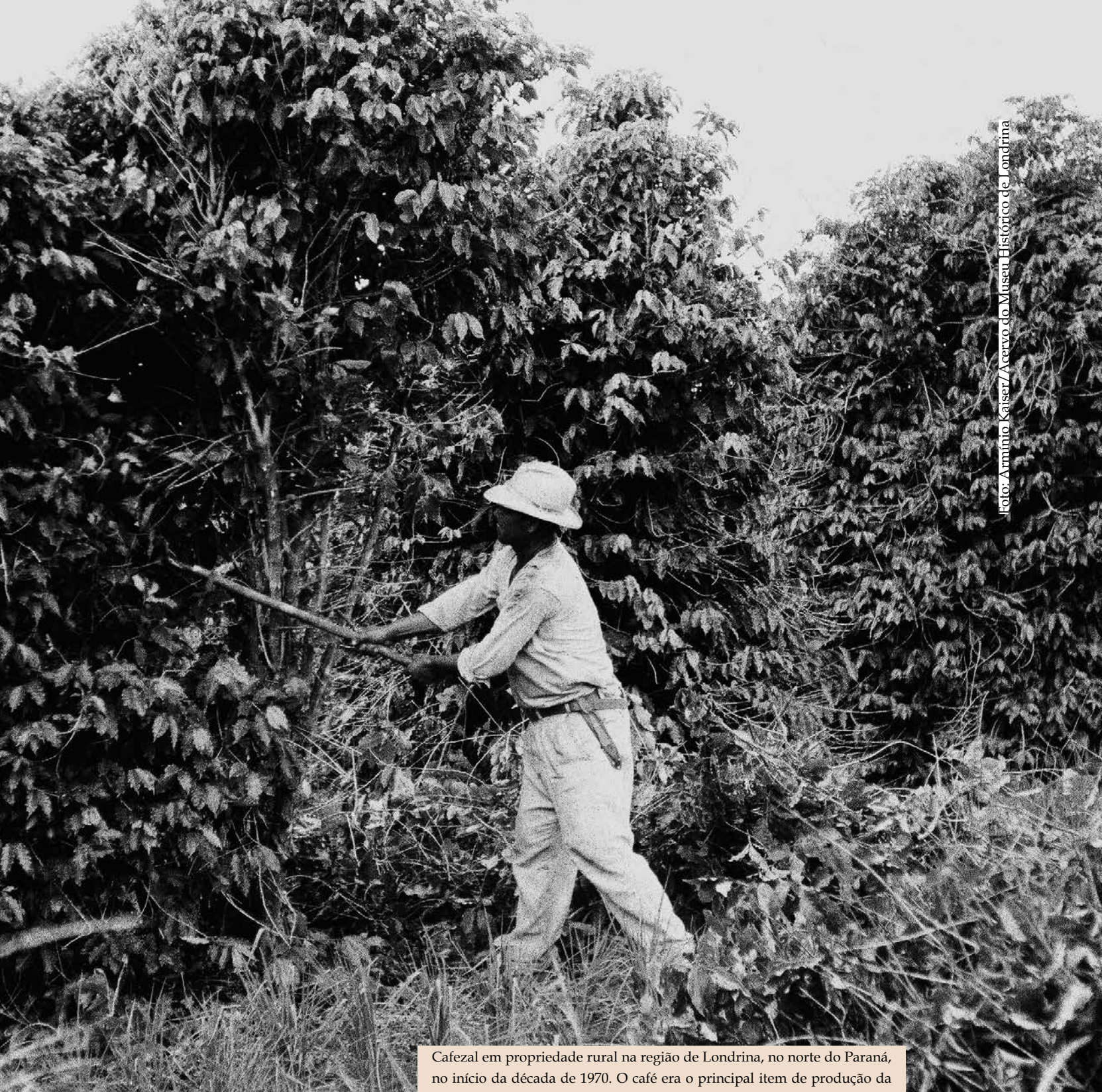
sacas de café. A safra seguinte, 1976/1977, conforme o noticiário, também já poderia ser projetada: zero. Isso mesmo. “Não sobrou nenhum pé de café”, dizia a manchete do jornal Folha de Londrina sobre a devastação causada pela geada negra.

Foto: Reprodução



Manchete da Folha de Londrina retrata o alcance da devastação causada pelas baixas temperaturas.

A situação causou uma intensa mobilização dos governos federal e estadual. O ministro da Agricultura, Alysson Paolinelli, do governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), voou para Curitiba assim que o noticiário nacional começou a trazer os impactos da geada para a economia do país. Paolinelli e o governador Jayme Canet Júnior iniciaram conversações no Palácio Iguaçu para traçar um plano de emergência que pudesse socorrer os produtores atingidos. O objetivo era evitar um colapso das atividades agrícolas e amplos problemas sociais para os atingidos.



Cafezal em propriedade rural na região de Londrina, no norte do Paraná, no início da década de 1970. O café era o principal item de produção da economia do estado.



Lavoura de café atingida pela geada negra no dia 18 de julho de 1975 na região de Londrina.

A direção da FAEP procurou ajudar as autoridades realizando um levantamento dos prejuízos. As perdas inutilizaram cerca de 950 milhões de pés de café. Era toda a lavoura da cultura no Paraná. O presidente da Federação, Mário Stadler, entregou o

balanço a Paolinelli pessoalmente ainda na pista do aeroporto Afonso Pena, solicitando urgência na resposta à destruição causada pelo frio. Entre as soluções, estava a liberação imediata do seguro agrícola, chamado de PROAGRO, além da manutenção de preços para assegurar a venda dos estoques, segurando a economia em movimento. Isso era possível porque os estoques de café no Brasil eram apontados em 60 milhões de sacas, das quais metade tinha sido produzida no Paraná.

Sem pasto para se alimentar, o rebanho de gado no Paraná começou a morrer de fome. A pedido da FAEP, o governo autorizou o abate de animais atingidos pelo frio. Foram solicitados e atendidos também, via federação da agricultura, o congelamento de preços de rações para os animais sobreviventes e abertura de linhas de crédito para financiar máquinas e equipamentos danificados pelo frio. O presidente da FAEP, diante do detalhamento realizado para assessorar os governos, declarou na ocasião que as autoridades tinham subsídios para tomar uma “decisão rápida sobre o que fazer”.

Os efeitos sociais foram extensos. Com a perda causada pela geada, muitas famílias ficaram sem trabalho, provocando um processo de êxodo rural, que continuou avançando pela década de 1980. As cidades foram as que mais absorveram esse processo de deslocamento em massa de pessoas pelo território nacional. Curitiba, por exemplo, foi declarada a capital que registrou o maior crescimento populacional no país entre 1970 e 80. A capital do Paraná saltou de 602 mil habitantes em 1970 para mais de 1 milhão de pessoas dez anos depois.

Ao falar sobre a atuação de Mário Stadler na destruição causada pela geada negra, para uma edição do Boletim Informativo da FAEP, em janeiro de 2015, o então vice-presidente da FAEP, Guerino Guandalini (*in memoriam*), recordou a importante atuação do dirigente durante a crise desencadeada pelo fenômeno climático. “Após a geada as pessoas ficaram desorientadas, não sabiam o que fazer. Com sua administração, Stadler ajudou o pessoal a encontrar caminhos”, lembra Guerino. “Ele fazia reuniões com as diretorias, envolvia o governo do estado, os Sindicatos. Era um grande coordenador e se preocupava muito com o agricultor, pois sabia que aconteceria uma grande transformação no Paraná após aquele episódio, como de fato aconteceu”, completa.

Proálcool também vira alternativa para produtor que perdeu tudo na geada

O cultivo da cana-de-açúcar no Paraná teve início na década de 1940, com a implantação das primeiras plantações em escala industrial, especialmente na região norte, como Londrina, Norte Pioneiro de Jacarezinho e Maringá. Naquela época, a cana era cultivada principalmente para a produção de açúcar, e o álcool era um subproduto residual do processo. No entanto, a partir da década de 1970, com a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), o cenário agrícola no estado começou a mudar.

O Proálcool, lançado pelo governo federal em 1975, teve um papel estratégico na transformação da cana-de-açúcar em uma alternativa viável para os agricultores paranaenses, diante dos efeitos da geada negra, que, no mesmo ano, destruiu vastas plantações de café no Paraná. O programa incentivou a produção de etanol, gerando uma expansão significativa do cultivo da cana, especialmente no norte do estado, onde as condições climáticas favoreciam o cultivo.

O impacto do Proálcool foi imediato, com o aumento da participação das usinas na produção da cana e o surgimento de destilarias no estado. O álcool deixou de ser um produto secundário e passou a ser a principal matéria-prima, impulsionando o setor sucroalcooleiro. As usinas passaram a investir em tecnologia e infraestrutura, o que permitiu uma maior eficiência na produção de etanol e açúcar.

Com o Proálcool, a cana-de-açúcar se consolidou como uma das principais culturas agrícolas do Paraná, oferecendo uma alternativa rentável para os produtores que haviam perdido suas lavouras de café. Também foi importante para absorver parte da mão de obra que precisava trabalhar, mas teve sua condição ameaçada pelo desemprego causado pela geada.

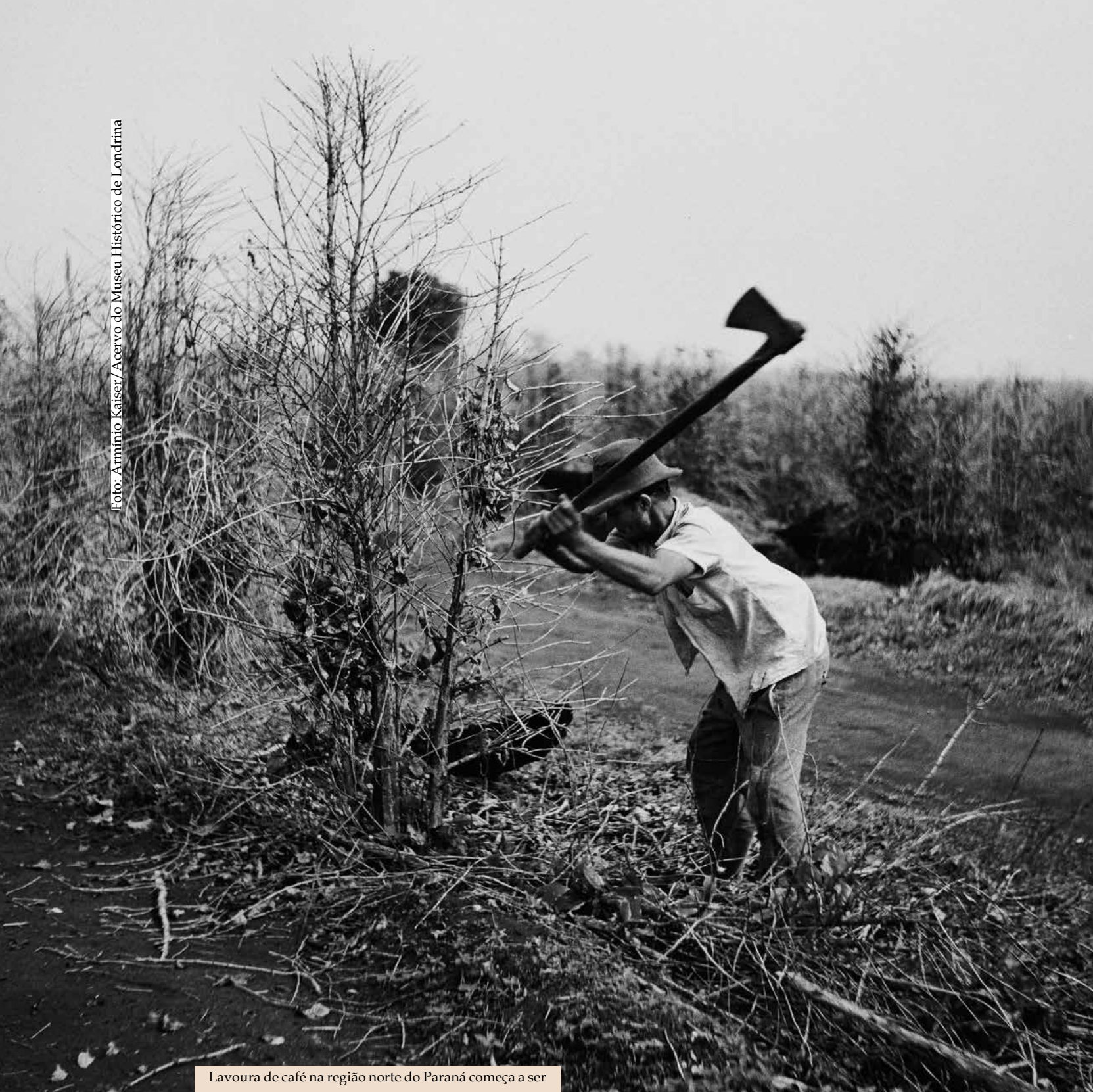


Foto: arquivo FAEP

Lavoura de cana-de-açúcar no norte do Paraná: estado virou referência na produção sucroalcooleira do país.

Após a passagem da geada negra, e dos prejuízos contabilizados na área econômica e social, com o abandono do campo por muitas famílias, começaram estudos para manter a atividade agrícola. Era voz corrente em todo o setor rural que outras culturas tinham que começar a ser intensificadas, tudo para manter a mão de obra ocupada. Cerca de 1,5 milhão a 3 milhões de pessoas eram estimadas como dependentes da economia cafeeira direta e indiretamente no Paraná. Assim, iam surgindo projeções sobre a intensificação do plantio de soja/trigo em áreas onde antes predominavam cafezais. Culturas como milho, feijão e arroz também passaram a ser incentivadas.

Após o fenômeno climático devastador de julho de 75 e ao longo do ano de 1976, as manchetes dos jornais do estado começaram a abordar de forma mais intensa o crescimento do cultivo da soja no Paraná. Nas ações governamentais para combater os efeitos econômicos da geada na lavoura, também despontavam constatações de que a oleaginosa protagoniza um papel de destaque no setor agrícola. Em mensagem enviada



Lavoura de café na região norte do Paraná começa a ser erradicada após a geada negra de julho de 1975.

à Assembleia Legislativa sobre o estado da economia no Paraná, no mês de março de 1976, o governador Jayme Canet Júnior diagnosticava “a boa performance de culturas como a soja”, apontando o cultivo como uma das alternativas às plantações destruídas de café. A estimativa de colheita da soja no Paraná em 1976 era de 4,5 milhões de toneladas de grãos, contra 3,4 milhões em 1975. O milho também crescia: plantio de 4,7 milhões de toneladas naquele ano, contra 3,6 milhões produzidas em 1975.

FAEP alerta para euforia e pede preços competitivos para a soja

Apesar de toda a euforia em relação à soja naqueles primeiros anos de crescimento do cultivo do grão, a FAEP se mostrava cautelosa. Os fatos que viriam na sequência provariam o posicionamento correto da Federação. O presidente da entidade, Mario Stadler de Souza, saudava a chegada em peso da nova cultura, mas pedia também ao produtor, por meio de estudos e entrevistas na mídia, uma cautela que sempre acompanhou a tradição de prudência do homem do campo.

Comércio agrícola pioneiro com a China

Após o reatamento de relações entre o Brasil e a China no ano de 1974, a agricultura paranaense esteve envolvida em importante ato pioneiro entre a economia dos dois países. A primeira operação comercial do setor privado com a China depois da normalização dos laços diplomáticos foi realizada por meio do Porto de Paranaguá. Em agosto de 1975, foi embarcado para a China o primeiro carregamento de 13.557 toneladas de soja produzidas na safra paranaense.

Stadler estava se referindo a preços condizentes com o custo de produção da soja. Desde 1972, quando o cultivo passou a crescer de forma vertiginosa, o preço da oleaginosa tinha muitas oscilações no mercado internacional, colocando os produtores em

risco de não raro apostar em boa colheita, mas não ver a cor do dinheiro. O que pedia a FAEP? Que o governo central se prevenisse de oscilações de preço e passasse a ter uma política que gerasse confiança necessária para o produtor rural cultivar e ter resultados mínimos condizentes para arcar com os custos de cultivo.

Início promissor da soja

Também a soja, um produto novo, vinha registrando índices de destaque no ano de 1970. O Paraná registrou o cultivo de 368 mil toneladas do grão, fazendo do estado a segunda unidade da federação na produção da *commodity*. O líder era o Rio Grande do Sul.

Soja cresce rápido no Paraná

Em 1972, a produção de soja no Paraná salta para cerca de 1 milhão e 500 mil toneladas. O estado seguiu na vice-liderança nacional de cultivo do grão, com 29% do mercado. Em 77, chegava a 4,5 milhões de toneladas e se tornava o principal produto exportador do Paraná.

“Incremento fantástico”

Ao longo do primeiro semestre de 1976, o governo federal anunciava boas notícias sobre a soja, numa demonstração de apoio ao produtor rural, como a FAEP defendia. O então ministro da Agricultura, Alysson Paolinelli, numa das visitas ao Paraná, declarou que o governo identificou naquela ocasião duas soluções: a identificação de novos mercados para o grão, como a Rússia, o Japão e o México. Além disso, o ministro deixou claro que o governo iria comprar os excedentes de produção do grão, evitando que o preço da *commodity* pudesse desabar e trazer prejuízos ao campo.

Um dos reflexos dessas garantias começou a ser sentido na colheita de soja. Na região de Londrina, principalmente, foi necessário que grande quantidade da soja colhida fosse estocada em armazéns do Instituto Brasileiro do Café, conforme noticiado no jornal Gazeta do Povo, em 19 de maio de 1976. Divulgado em outubro daquele ano, relatório do Departamento de Economia Rural (Deral), vinculado à Secretaria Estadual da Agricultura, reforçava a tendência de que a soja avançava de forma constante. O documento elaborado para identificar tendências da safra do biênio 1976/77 já apontava aumento de área plantada em torno de 20% a 30% em comparação a safra anterior. Entre 1971 e 76, o Deral identificou um aumento de 204% de área plantada com lavouras de soja no Paraná, qualificando o fato como “incremento fantástico”.

Governo confisca receita da soja. FAEP protesta e acerta no posicionamento

A elevação dos preços da soja causou um efeito inverso no mercado interno: reflexos na inflação dos itens básicos, como o óleo de soja. Sem fôlego para manter o “milagre econômico”, o país começava a registrar problemas na condução de sua economia. A situação era agravada pelo conflito entre Israel e países árabes. Em razão do constante estado de guerra no Oriente Médio, as nações que compunham a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) decretaram embargos na produção da *commodity*, gerando reflexos no mundo inteiro, inclusive no Brasil, que na época tinha de importar mais de 80% do petróleo que consumia. Restava ao governo baixar medidas para combater a escassez de combustível e os efeitos na economia. Uma das medidas para mitigar os reflexos da falta de combustíveis foi a criação do Proálcool, programa que instituiu a produção de álcool para abastecer a frota brasileira de veículos.

O governo brasileiro decide então baixar uma norma de confiscar parte da receita cambial obtida com as exportações da soja. A medida, editada em março de 1977, tinha o objetivo de ajudar a impedir a continuidade do crescimento inflacionário.

Antes da soja, confisco já era feito com o café

O confisco observado nos anos 1970 com a soja já era conhecido há mais de duas décadas pelo setor cafeeiro. O governo federal realizava o confisco de parte da produção do café desde a fundação do IBC (Instituto Brasileiro do Café), em 1953, até a extinção desse órgão federal, em 1990. Chegavam a ser confiscados dois sacos em cada três produzidos. Com a queda na produção de café a partir da grande geada em 1975, o governo passou então a mirar o mesmo mecanismo de confisco também na soja.

Embora tivesse bom trânsito junto aos governos militares, como outras classes empresariais da época também possuíam, a FAEP não abria mão de sua independência para defender os interesses do produtor rural e protestou formalmente contra a medida do confisco.

O presidente Mário Stadler assim analisou a medida, após ter feito comunicados oficiais às autoridades federais: “É um grande absurdo. Ao invés de deixarem o agricultor ganhar na soja, eles estabeleceram o confisco. Deveriam deixar que houvesse lucro por parte do agricultor. Como dá para notar, as soluções são inócuas e não levam a resultados objetivos”.

Foto: arquivo FAEP



Gestão de Mário Stadler (à direita) ficou marcada pela defesa da agricultura paranaense em um momento de profundas transformações no perfil rural do estado na década de 1970. Na imagem, Stadler com o então governador Jayme Canet Júnior durante homenagem prestada pela federação ao governador, que também era produtor rural.

Após muita pressão de toda a classe produtora do país, entre elas a FAEP, o governo cede parcialmente, e em julho de 1977, baixa de 12% para 7% o índice do confisco. Os números inflacionários naquela ocasião mostravam que a medida, de fato, como salientou a direção da FAEP, não ajudou a conter a inflação, que fechou o ano de 1977 na casa dos 39%. O confisco só seria encerrado pelo governo em abril de 1980, após pressão intensa dos produtores rurais.

Para defender a suspensão do confisco, Stadler, devido a sua posição como militar do Exército, teve uma atuação bastante próxima junto ao então presidente da República, general João Figueiredo. “Graças a ele, houve um entendimento sobre isso, que convenceu o Figueiredo a retirar o confisco”, contou em entrevista ao Boletim Informativo da FAEP, em janeiro de 2015, o dirigente sindical Nelson Teodoro de Oliveira, de Campo Mourão, que fez parte da diretoria da FAEP nas gestões de Mário Stadler, que faleceu aos 88 anos, em Curitiba, no dia 3 de janeiro de 2015.

Apoio ao novo ciclo da soja

Durante uma audiência na Assembleia Legislativa, ainda em outubro de 1977, para expor o quadro geral da agricultura paranaense, o presidente Mário Stadler pediu às autoridades do estado que estivessem atentas ao momento em que o produtor rural estava passando: a mudança de ciclo de sua principal cultura. A defesa da agricultura e todo o apoio necessário das autoridades do estado naquele momento só trariam benefícios a todos, comentou o dirigente da FAEP.

“O café sofreu seus percalços. Estamos ingressando num outro ciclo, o ciclo da soja. Urge e a responsabilidade é maior, Sr. Presidente [da Assembleia Legislativa], uma das maiores responsabilidades que eu acredito ser atinente ao homem público que representa o povo do Estado, é não deixar passar mais esta oportunidade”, afirmou Stadler aos deputados.

Após geada, seca testa mais uma vez a resiliência do produtor rural

Toda essa nova fase econômica, proporcionada pela soja, passaria por um primeiro grande teste de resistência entre o final de 1977 e todo o primeiro semestre de 1978. Foi o período em que o Paraná viveu sua pior seca naqueles últimos 20 anos. Houve racionamento de abastecimento de água em todas as regiões do estado, com quebra geral de todas as principais culturas. De acordo com as projeções divulgadas à época, a perda média geral chegou a 16,8% somando os prejuízos nas safras de soja, arroz, milho e algodão.

A exemplo do que fizera na ocorrência da geada negra, de julho de 1975, o ministro Alysson Paolinelli vem ao Paraná ouvir representantes do governo do estado e das classes produtoras. O então secretário da Agricultura do governo Jayme Canet Junior, Paulo Carneiro (futuro sucessor de Mário Stadler na década seguinte), formou uma comissão com todos os representantes de setores empresariais para definir uma reação ao problema climático.

A FAEP lidera a delegação apresentando ao ministro e ao secretário um relato pormenorizado da situação, que exigia o congelamento de preços dos insumos, prorrogação do pagamento de financiamentos e liberação de recursos extras para fazer frente aos reflexos causados pelo fenômeno climático.

A partir de maio de 1978, o tempo volta a colaborar no Paraná quando o período de chuvas frequentes começa a ser retomado. Isso deu fôlego ao produtor rural para uma retomada de suas atividades, além do enfrentamento dos prejuízos causados pela seca. A falta de chuvas, naquela ocasião atingiu outros estados do país, como Santa Catarina, e Rio Grande do Sul e parte de São Paulo.

Em participação no II Encontro Nacional de Agropecuária, realizado em Brasília no mês de outubro de 1978, as questões climáticas e uma permanente carência em investimentos em infraestrutura levaram a diretoria da FAEP a uma exposição nada otimista, mas realista das condições de produção rural no país.

Na palestra que proferiu no encontro, o presidente Mário Stadler denunciou o esvaziamento da atividade agrícola no país, fazendo com que ela perca sua eficiência

econômica, “de forma tal que o crédito rural subsidiado passa a ser apenas um mecanismo de compensação muito restrito”.

Em razão de ocorrências climáticas e falta de maior apoio financeiro e político ao homem do campo, Stadler declarou em Brasília que se o governo continuasse seguindo com a política inflacionária (que penalizava o setor rural por meio de confiscos de parte de sua receita cambial), “face aos dias difíceis em que vive nossa agricultura”, o país permaneceria em situação delicada, por não possuir estoques de segurança suficientes de suas principais culturas, como café, milho, arroz, soja e feijão, já que o produtor não tinha qualquer estímulo para produzir”, afirmou.

Stadler reeleito para o período 1979-82. Novos planos de atuação da FAEP

A atuação combativa e veemente de Stadler na defesa do campo em eventos de nível nacional e nos contatos mantidos com as autoridades governamentais tinha também reflexos junto a seu futuro na FAEP. Reeleito em fevereiro de 1979 para o terceiro mandato de três anos à frente da presidência, Mário Stadler lançava no mês seguinte um novo e dinâmico programa de trabalho em prol do desenvolvimento agropecuário.



Foto: arquivo FAEP

Assembleia geral da FAEP na década de 1970, realizada no mandato do presidente Mário Stadler. Gestão foi marcada pela realização de estudos para refletir os rumos da agricultura paranaense.

“Nestes próximos três anos, tenho um programa de ação bem definido, dentro de duas linhas, que são: uma política sindical [de criação de novos sindicatos] e uma política agrícola [apoiar a ampliação da agroindústria]”, destacou Stadler. O objetivo era continuar usando de forma estratégica a visibilidade obtida pela FAEP, como se viu na fala de Stadler no evento realizado em Brasília, para manter posicionamentos fortes e claros a respeito dos rumos que a atividade agrícola deveria adotar no Paraná e restante do país.

“No mais, além destas duas linhas políticas já citadas, temos de lutar por projetar o Paraná e a sua agropecuária no âmbito nacional, buscando assento nas mesas em que se decidem os destinos da mesma. Hoje se fala em agricultura em todos os setores da vida brasileira, e queremos ter a esperança de que realmente as nossas autoridades estejam imbuídas do pensamento de que, o produto primário é o fundamental e a base do desenvolvimento da nação. E, não fora isto, seria um dos melhores caminhos para a felicidade do povo, dando-lhe alimentos fortes e baratos”, disse o presidente da FAEP a respeito da nova agenda de trabalho que pretendia abordar. A pauta coincide com a aproximação de uma nova década, marcada por desafios ainda maiores para o produtor rural paranaense, como se verá no próximo capítulo.

Inês Pereira Barbos: Uma jornada de dedicação e superação na FAEP

Inês Pereira Barbos, aos 76 anos, comemora 51 anos de serviços prestados à FAEP. Sua trajetória é marcada por muito mais que números e chamadas telefônicas: é uma história de dedicação, superação e gratidão.

Natural de Campo do Tenente, Inês se mudou para Curitiba em 1963, quando sua família decidiu recomeçar na capital. Iniciou sua carreira profissional como telefonista em uma loja que vendia máquinas de escrever e calcular, e foi ali que, em 1968, recebeu o primeiro convite para trabalhar na FAEP. No entanto, sentindo-se ainda inexperiente, ela optou por não aceitar a proposta, encaminhando sua irmã, que ficou por 29 anos na Federação.

A chance de Inês chegou em 1974, durante a gestão de Mário Stadler. Além de telefonista, ela também exercia funções no protocolo e almoxarifado, demonstrando sua versatilidade. “Aqui é uma família”, afirma ela, referindo-se ao ambiente acolhedor que sempre encontrou na FAEP.



Foto: arquivo FAEP

Inês construiu uma longa carreira marcada pela dedicação e excelentes serviços prestados na FAEP

Ao longo dos anos, Inês foi protagonista de uma verdadeira evolução tecnológica dentro da Federação. Quando entrou, ainda era necessário um grande esforço para realizar uma simples ligação, que exigia o planejamento de chamadas por meio de diferentes linhas e procedimentos complicados. “Hoje é tudo digital”, observa ela, refletindo sobre as transformações tecnológicas que testemunhou.

Apesar de sua longa carreira, o ano de 2007 trouxe um grande desafio pessoal. Após ser diagnosticada com câncer, Inês pensou em deixar o trabalho, mas foi amparada pelos colegas e pela diretoria, que a incentivaram a continuar. “Recebi muito apoio para cuidar da saúde e continuar”, diz com gratidão.

Em sua rotina, ela valoriza o atendimento cordial e eficiente, com um foco em ouvir a demanda dos interlocutores antes de direcioná-los corretamente. “Tem que ter jogo de cintura. Saber perguntar, ouvir primeiro a demanda da pessoa para não

enviar ao lugar errado”, compartilha Inês, que sempre se esforçou para otimizar as conexões e fazer seu trabalho da melhor forma possível.

Além de ser uma profissional dedicada, Inês é uma pessoa com uma visão otimista da vida, algo que aprendeu com seu pai. “Nunca vi meu pai se queixar da vida. Ele sempre foi paciente e positivo”, relembra. Esse legado de paciência e resiliência a acompanha até hoje, ajudando-a a superar obstáculos tanto na vida pessoal quanto no ambiente de trabalho.

Hoje, Inês se sente realizada e reconhecida na FAEP. “O importante é não vir pelo dinheiro, mas ter compromisso, ouvir as pessoas e direcioná-las no departamento certo”, destaca, reforçando seu compromisso com a qualidade no atendimento. Casada, mãe de dois filhos e avó de um neto, Inês continua a ser uma peça fundamental na FAEP, onde, apesar da aposentadoria já ter se tornado uma possibilidade, ela segue firme, com o espírito de quem sabe que encontrou seu propósito.

Uma história de dedicação que vai além da rotina de um telefone, mas que é marcada pela confiança, apoio e valorização que Inês encontrou na FAEP ao longo dessas cinco décadas de trabalho.





1981
1995

Anos desafiadores
transformações econômicas
ampliam atuação da FAEP

A FAEP chegava à nova década com 15 anos de vida após um ciclo de profundas transformações na lavoura paranaense. Outros desafios, ainda mais complexos, não tardaram a aparecer. Com a redemocratização do país a caminho, após a Lei da Anistia, de 1979, permitindo um apaziguamento das partes em conflito desde a instauração do regime militar de 1964, a realidade do campo também foi afetada. Diante da mudança de perfil da agricultura paranaense, como retratada no capítulo anterior, entravam em cena novas circunstâncias e atores, principalmente na área econômica, ao longo das próximas duas décadas retratadas neste capítulo. Essas situações iriam exigir da FAEP empenho redobrado na defesa dos interesses do produtor rural. Foram anos de dificuldades, mas de muita luta de seus dirigentes.

A experiência acumulada nas décadas anteriores ampliou a visibilidade da FAEP no cenário nacional. Uma prova disso foi a nomeação de Mário Stadler como integrante do CMN (Conselho Monetário Nacional). O CMN tem a tarefa de definir políticas de defesa e valorização da moeda nacional e tratar questões e regras referentes ao câmbio, orçamentos públicos, tributos e dívidas da União, estados e municípios. A nomeação foi realizada em fevereiro de 1981 pelo então presidente da República, general João Baptista Figueiredo.

Stadler foi chamado a integrar o CMN para representar os interesses da agricultura nacional, o principal setor econômico a render divisas para o país. O presidente da FAEP, ao comentar sua nomeação, declarou na época à imprensa que pretendia “atuar no sentido de que o agricultor possa ter voz ativa nas decisões nacionais. Atuaremos nas decisões que possam interferir e melhorar as condições da classe”. O dirigente atribuiu o mérito da nomeação à própria classe produtora rural do Paraná. “Através do seu esforço, o produtor conseguiu o que é hoje: o maior estado produtor do país, possuindo grande representatividade agrícola”, destacou.



Mário Stadler em entrevista coletiva à imprensa, na sede da FAEP, para tratar de questões do agronegócio paranaense nos anos 1970.

Você sabia?

Em 1981, o Paraná, já considerado o “celeiro do Brasil”, também era estratégico nos negócios que o país fechava com outras nações. Cerca de 10% de todas as exportações brasileiras saíam do estado. Soja e café, apesar de tantos prejuízos registrados nos anos anteriores, lideram a lista de produtos paranaenses negociados com o exterior.



Foto: arquivo FAEP

No início da década de 1980, a soja já se consolidava como um dos principais itens exportadores do agronegócio paranaense.

Stadler sai em defesa da agricultura após acusação de ex-ministro

Passados poucos meses da nomeação de Mário Stadler para o CMN, ele teve de sair em defesa dos subsídios governamentais concedidos ao desenvolvimento da agricultura brasileira.

Um colega integrante do mesmo CMN criticou o apoio. O ex-ministro da Fazenda Otávio Gouveia de Bulhões, que trabalhou no governo do presidente Castello Branco entre 1964 a 67, disse que parte do apoio financeiro à agricultura era desviada para especular com a compra de imóveis e o mercado financeiro.

Stadler rebateu e, em entrevista à imprensa, disse que “os subsídios deram condições para que se criasse no país uma agricultura que hoje não se baseia somente no café”. O líder da FAEP lembrou que a visão do ex-ministro sequer levava em conta que os investimentos na agricultura acarretaram também na abertura de estradas, ampliação da rede de armazéns (da qual o Paraná é exemplo para o país) e investimentos em tecnologia.

“Agora, com a estrutura criada, os nossos homens do campo terão condições de produzir bem mais. A geração atual encara de forma bem mais otimista o futuro da agricultura do país”, ressaltou Stadler.

A questão financeira foi um fator decisivo para a economia nacional no começo da década de 1980. O país enfrentava uma grave crise, com inflação anual média de 80%, algo impensável nos dias atuais. Os juros básicos cobrados ao consumidor foram elevados pelo governo, em uma das principais tentativas de conter a deterioração da moeda nacional. Porém, a medida também se refletiu na agricultura. Preocupada com a situação, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) organizou debates regionais para servir de subsídio a um grande encontro programado para abril de 1982. O objetivo era alertar o governo sobre a grave crise que o setor rural já estava enfrentando, com recursos escassos à disposição da produção e, sobretudo, caros para serem obtidos.



Foto: arquivo FAEP

Sistema de armazenagem de grãos no Paraná sempre foi exemplo para todo o país.

Na reunião preparatória realizada em Curitiba, em janeiro de 82, a FAEP foi convidada a expor sua posição. Mário Stadler defendeu que a classe rural deveria apresentar “alternativas, pois hoje em dia o produtor está com todos os seus bens alienados ao Banco do Brasil e não tem mais garantias para dar em outros financiamentos quando ele precisa”. De acordo com o presidente da FAEP, era o momento de se defender um plano mais detalhado para a agricultura nacional, que não pensasse apenas na próxima safra. “Será que não é o caso de nós sugerirmos um plano nacional da agricultura, que estabeleça as linhas básicas, aplicável em cinco ou dez anos?”, questionou.

Você sabia?

Uma sequência de estiagens e fortes geadas ao longo do final do primeiro semestre e início do segundo, em 1981, destruiu cerca de 70% das lavouras de café no Paraná. Não foi a reedição da geada negra, registrada em 1975, mas o frio também prejudicou a produção de cerca de 50% da safra de trigo naquele ano.

Liderança de Stadler marca sua reeleição para a gestão 1982-85

A luta em defesa da agricultura seguia elevando a importância da FAEP como referência para definir os rumos da economia rural do país. Em nova demonstração de prestígio junto à classe rural, o presidente Mário Stadler de Souza foi reeleito para o período de gestão 1982-85. Sua recondução ao cargo foi marcada por eleição com chapa única, demonstrando sua credibilidade junto aos associados. Naqueles anos de dificuldade, tendo a inflação alta e a escassez de recursos como acompanhantes das realidades do campo, Stadler ressaltou a importância da “unidade sindical para suplantar as dificuldades com que vem se defrontando a agricultura”.

A questão dos juros foi abordada por Stadler no discurso de posse da nova diretoria, no dia 31 de março de 1982. O dirigente disse que o produtor rural enfrenta “distorções existentes no atual cenário do sistema de crédito rural”. A direção da FAEP enviou, via CNA, ao governo federal, um diagnóstico da situação do crédito, solicitando uma definição clara das regras que, naquela ocasião, eram modificadas ao sabor das oscilações da economia e dos preços por causa do aumento constante da inflação, o que acabaria sendo uma realidade na década de 1980. “O crédito, como poderoso instrumento da política desenvolvimentista econômica, será enfocado sem, todavia, omitir a insegurança gerada pelas constantes modificações acontecidas na política de crédito rural, o que tem tornado o trabalho no campo ainda mais instável”, defendeu Stadler.

Um outro exemplo envolvendo as finanças e o setor rural foi registrado pela FAEP em setembro de 1982, época de início do plantio da safra de verão. Não havia dinheiro nas agências do Banco do Brasil para os empréstimos de custeio da safra. Produtores do interior procuraram a Federação para relatar o problema. Uma delegação da FAEP viajou para Brasília na tentativa de contornar a situação.

Na capital federal, ninguém foi encontrado. O presidente Mário Stadler relatou à imprensa na época que tentou falar com o ministro do Planejamento, Delfim Netto, mas foi avisado que ele estava em São Paulo. O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e o presidente do Banco Central, Carlos Eduardo Langoni, encontravam-se nos Estados Unidos. Ainda foram procurados o ministro da Agricultura, Amaury Stabile, que estava cumprindo agenda no Rio de Janeiro, e o diretor de crédito rural do BC, Kleber Leite, em viagem a Manaus.

O episódio caiu como uma bomba no setor rural. Parlamentares paranaenses foram mobilizados pela FAEP, assim como integrantes do governo estadual. Era preciso evitar a todo custo maiores prejuízos, que se uniriam aos demais já enfrentados pela classe agrícola a cada nova safra. A movimentação trouxe resultados, com um compromisso público anunciado pelo próprio ministro da Agricultura no governo Figueiredo, Amaury Stabile, garantindo que não faltariam recursos para o custeio agrícola.

O ministro fez questão de vir ao Paraná tranquilizar os produtores após as articulações desencadeadas pela FAEP. O anúncio de Stabile foi feito em 15 de outubro de 1982 durante sua visita na 13ª Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, realizada no então Parque Castello Branco, em Quatro Barras, região metropolitana de Curitiba. Em entrevista coletiva durante o evento, o ministro reconheceu que no mês de setembro “houve uma certa morosidade da liberação dos financiamentos de custeio, devido a problemas de caixa do Banco do Brasil, que já foram solucionados”.

Nas semanas seguintes, os recursos foram sendo liberados para o plantio do milho, feijão, arroz, soja e algodão, em cima do calendário previsto para o começo da semeadura. Os recursos de custeio ajudam o agricultor na compra de óleo diesel para suas máquinas, sementes e insumos. Eram recursos esperados, sem burocracia, e que deveriam cair direto na conta do produtor rural com o objetivo de agilizar o plantio.



Liberação de recursos para as safras: FAEP sempre acompanhou a questão com muita atenção para manter a produção rural em constante movimento.

Economia: tema sensível que trouxe mudanças ao agronegócio nos anos 1980 e 90

O tema econômico iria acompanhar ainda mais de perto a vida no campo do Paraná e do Brasil ao longo da década de 1980 e no período seguinte. Seria uma trajetória difícil, cheia de obstáculos e geradora de novos reflexos para a economia agrícola, até alcançar uma situação de estabilidade com a chegada do Plano Real, nos anos 1990. Até lá, o agricultor teria de enfrentar muitos obstáculos. A FAEP trabalhava para resolver esses desafios.

Surgem as comissões técnicas permanentes

A estrutura de atuação sindical da FAEP foi aperfeiçoada a partir de abril de 1983 para dar conta dos complexos desafios econômicos que estavam recaindo sobre a agricultura brasileira. Naquele mês, ficou decidida a criação do setor de Comissões Técnicas Permanentes. A finalidade era conferir uma assessoria setorial às decisões que envolviam os interesses do empresariado rural.

Concebidas pela direção da FAEP, com a intenção de incrementar o conteúdo das propostas elaboradas na defesa dos interesses do campo, as comissões eram supervisionadas pelo então diretor-secretário da Federação, Mário Lima, e coordenadas pelo engenheiro agrônomo Ivo Meirelles, que naquela gestão desempenhava também a função de chefe do Departamento de Estudos Econômicos e Sociais.

As comissões foram divididas em nove, englobando os principais produtos da economia rural paranaense daquele período da primeira metade da década de 1980. Para constituir cada uma das nove comissões, a FAEP realizou um levantamento das principais atividades agrícolas do Paraná e, em seguida, designou 75 integrantes de todas as regiões produtoras. Foram denominadas as seguintes comissões técnicas: Bioenergia; Café; Cereais; Leguminosas; Raízes e Tubérculos; Fibras Têxteis; Política Econômica e Crédito Rural; Soja e Trigo; Pecuária de Pequeno Porte; Pecuária de Grande Porte e Assuntos Fundiários.

Com o estabelecimento das comissões, a FAEP dava um grande passo em acompanhar os desdobramentos econômicos que afetam o produtor rural. As comissões permanentes chegavam em boa hora, pois o ano de 1983 ficou marcado pela chamada “maxidesvalorização” do cruzeiro, moeda vigente na época, em outra tentativa desesperada do governo Figueiredo para conter a inflação, que se aproximava dos 100% ao ano, penalizando todos os segmentos econômicos. Particularmente no campo, a agricultura brasileira estava bem posicionada, com safras recordes dos principais grãos: soja, milho, café, algodão, trigo e feijão. A safra de 1982/83 tinha atingido 56 milhões de toneladas, com o Paraná, já apelidado de “celeiro do Brasil”, entregando 39% do

total (22,7 milhões de toneladas). Mas, devido à crise econômica, o lucro de forma geral era baixo, conforme noticiado à época, e mais uma vez o produtor se via numa luta sem fim para seguir trabalhando na lavoura.

Com crise econômica e governo sem dinheiro, produtor fica sem subsídio

Com a inflação em alta e dificuldades para o país arrecadar dinheiro suficiente para fechar suas contas (recorrendo diversas vezes ao Fundo Monetário Internacional para empréstimos), a agricultura é outra vez penalizada. Em dezembro de 1983, o Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu cortar os subsídios oficiais que facilitam os financiamentos bancários para as safras. Mário Stadler, membro do CMN, se posicionou contra a medida, mas foi voto vencido. Em defesa dos subsídios, o líder da FAEP lembrou que todos os países com economia agrícola forte praticam essa modalidade de concessão do crédito.

“A eliminação dos subsídios vai implicar diretamente no aumento do custo de produção dos alimentos e, conseqüentemente, no aumento dos índices do custo de vida”, afirmou Stadler. Como se sabe hoje, a inflação de alimentos, por exemplo, não cedeu e o corte nas regras estratégicas do crédito naquela ocasião não funcionou. Restava ao produtor, segundo a FAEP, fazer boas safras para tentar se capitalizar e não depender mais tanto do setor financeiro naquela ocasião. Era o setor rural, mais uma vez, obrigado a dar sua contribuição para o país tendo apenas ao seu lado suas próprias forças.

Nesse cenário de mais dificuldades, restava ao produtor colocar seu posicionamento crítico, além de apresentar alternativas ao próprio governo. Isso foi feito durante o I Seminário de Agroindústria, promovido pela Federação das Indústrias do Paraná, a FIEP, em Curitiba, no mês de julho de 1984. Mário Stadler e o então presidente da CNA, Flávio Costa Brito, fecharam questão ao defender que o governo estimulasse novas ações para alcançar “o aumento da produção em escala industrial e a difusão entre os mercados potenciais.”



Foto: arquivo FAEP

Gestão de Mário Stadler ficou marcada pela criação das Comissões Técnicas Permanentes, que seguem apresentando importantes contribuições na defesa dos interesses do campo.

Era uma visão que mostrava inovação e pioneirismo. Os governos seguintes, já no período de presidentes civis, vendo o potencial do agronegócio para ajudar a fechar as contas do país, passaram a organizar missões comerciais a outros países para destacar o valor estratégico da agricultura brasileira e abrir mais mercado para nossa agropecuária. Foram mantidos instrumentos de preços mínimos, valores de custeio agrícola e, com as missões, maior liberdade para as exportações agrícolas.

Comando da FAEP disputado por duas chapas

No entanto, como esses ainda eram fatores que demorariam as próximas duas décadas para se consolidar na economia agrícola nacional, o clima entre os produtores rurais para-anaenses era de insatisfação geral naquele segundo semestre de 1984. Inspirados também

pelo debate da redemocratização, como o Movimento Diretas Já, que tentou eleger pelo voto popular o sucessor do presidente da República, general Figueiredo, produtores rurais começam a se organizar para criar uma chapa sem o apoio do atual comando na FAEP.

O advogado e produtor rural Otélio Renato Baroni, representando os sindicatos rurais de Jaguariaíva e Araucária, confirmou que seria candidato à sucessão de Stadler, em entrevista à imprensa no mês de novembro de 1984. O vice da chapa foi Otacílio Campiollo, que respondia pela função de tesoureiro da FAEP na gestão de Stadler. Baroni, da chapa “Sindicalismo Autêntico”, afirma que sua plataforma de campanha irá se basear “num trabalho puramente sindicalista, sem atrelamento político-partidário”.

O ex-secretário da Agricultura no governo Jayme Canet Júnior (1975-1979), Paulo Carneiro Ribeiro, decidiu também sair candidato. Ele registrou a chapa “Representatividade, Competência e Tradição”, em 4 de dezembro de 1984. O então presidente da FAEP, Mário Stadler, compôs a chapa de Carneiro como delegado titular junto à CNA. Carneiro explicou que sua chapa obedecia a “critérios nitidamente democráticos, já que todos que a compõem foram indicados diretamente pelas bases sindicais rurais”. O vice de Carneiro era Ágide Meneguette, de Maringá, e ex-presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e ex-chefe de gabinete de José Cassiano Gomes dos Reis quando era secretário estadual da Agricultura na gestão do governador Ney Braga (1979-82).

Primeira votação termina em empate

A disputa pelos votos foi acirrada. Todos os 147 sindicatos rurais que compunham o sistema FAEP naquele início de 1985 estavam aptos a ser votantes. A eleição foi realizada no dia 26 de fevereiro de 1985. Ao final da apuração, o resultado foi um empate: 71 a 71. Houve também três votos em branco e um nulo. Paulo Carneiro ainda protestou contra a substituição na votação de um representante sindical que estava ao seu lado e outros dois que não puderam participar. Pelos seus cálculos, a inclusão desses

GAZETA DO POVO

71 x 71: finda assim a eleição da FAEP

Curitiba, quarta-feira, 22 de fevereiro de 1989

Um resultado surpreendente e até certo ponto inédito em política dessa natureza: terríveis erros e acertos para a escolha da nova diretoria da FAEP, a Federação do Estado do Paraná, cidade de Curitiba, em 21 de fevereiro de 1989. A eleição ocorreu em 21 de fevereiro de 1989. A eleição ocorreu em 21 de fevereiro de 1989.

Diante da tensão e do nervosismo que se instalou na Federação do Estado do Paraná, a eleição ocorreu em 21 de fevereiro de 1989. A eleição ocorreu em 21 de fevereiro de 1989. A eleição ocorreu em 21 de fevereiro de 1989.

Diante da tensão e do nervosismo que se instalou na Federação do Estado do Paraná, a eleição ocorreu em 21 de fevereiro de 1989. A eleição ocorreu em 21 de fevereiro de 1989. A eleição ocorreu em 21 de fevereiro de 1989.

Diante da tensão e do nervosismo que se instalou na Federação do Estado do Paraná, a eleição ocorreu em 21 de fevereiro de 1989. A eleição ocorreu em 21 de fevereiro de 1989. A eleição ocorreu em 21 de fevereiro de 1989.

Inflação ameaça nossa recuperação

Depois de uma estagnação a respeito da dívida externa e a perspectiva da economia brasileira, a inflação ameaça nossa recuperação.

Depois de uma estagnação a respeito da dívida externa e a perspectiva da economia brasileira, a inflação ameaça nossa recuperação.

Depois de uma estagnação a respeito da dívida externa e a perspectiva da economia brasileira, a inflação ameaça nossa recuperação.

Depois de uma estagnação a respeito da dívida externa e a perspectiva da economia brasileira, a inflação ameaça nossa recuperação.

Depois de uma estagnação a respeito da dívida externa e a perspectiva da economia brasileira, a inflação ameaça nossa recuperação.

Depois de uma estagnação a respeito da dívida externa e a perspectiva da economia brasileira, a inflação ameaça nossa recuperação.

Depois de uma estagnação a respeito da dívida externa e a perspectiva da economia brasileira, a inflação ameaça nossa recuperação.

Depois de uma estagnação a respeito da dívida externa e a perspectiva da economia brasileira, a inflação ameaça nossa recuperação.

Depois de uma estagnação a respeito da dívida externa e a perspectiva da economia brasileira, a inflação ameaça nossa recuperação.

Depois de uma estagnação a respeito da dívida externa e a perspectiva da economia brasileira, a inflação ameaça nossa recuperação.

Depois de uma estagnação a respeito da dívida externa e a perspectiva da economia brasileira, a inflação ameaça nossa recuperação.

Depois de uma estagnação a respeito da dívida externa e a perspectiva da economia brasileira, a inflação ameaça nossa recuperação.

Fiscal quer maior participação: lei

O Brasil de tributos federais quer participar mais da prova de inflação e de crescimento econômico. A lei de tributos federais quer participar mais da prova de inflação e de crescimento econômico.

Católica marca data para que alunos façam suas matrículas

Os católicos marcos para a matrícula dos alunos. A Católica marca data para que alunos façam suas matrículas.

Hoje, a vez da Fetaep

Hoje, quarta-feira, 22 de fevereiro, é a vez da Fetaep. Hoje, quarta-feira, 22 de fevereiro, é a vez da Fetaep.

Hoje, a vez da Fetaep

Hoje, quarta-feira, 22 de fevereiro, é a vez da Fetaep. Hoje, quarta-feira, 22 de fevereiro, é a vez da Fetaep.

Camelô retorna ao centro da cidade

Passado e carnaval, enquanto as ruas da cidade voltam a ser movimentadas, o camelô retorna ao centro da cidade.

FAE (sucessora da Fename) dá preços para material escolar

A Fundação de Amparo à Educação (FAE), sucessora da Fename, dá preços para material escolar.

Poucos saques na poupança atizada

Apesar de a poupança atizada, poucos saques foram realizados. Poucos saques na poupança atizada.

Poucos saques na poupança atizada

Apesar de a poupança atizada, poucos saques foram realizados. Poucos saques na poupança atizada.

Camelô retorna ao centro da cidade

Passado e carnaval, enquanto as ruas da cidade voltam a ser movimentadas, o camelô retorna ao centro da cidade.

FAE (sucessora da Fename) dá preços para material escolar

A Fundação de Amparo à Educação (FAE), sucessora da Fename, dá preços para material escolar.

Poucos saques na poupança atizada

Apesar de a poupança atizada, poucos saques foram realizados. Poucos saques na poupança atizada.

Poucos saques na poupança atizada

Apesar de a poupança atizada, poucos saques foram realizados. Poucos saques na poupança atizada.

Camelô retorna ao centro da cidade

Passado e carnaval, enquanto as ruas da cidade voltam a ser movimentadas, o camelô retorna ao centro da cidade.

FAE (sucessora da Fename) dá preços para material escolar

A Fundação de Amparo à Educação (FAE), sucessora da Fename, dá preços para material escolar.

Poucos saques na poupança atizada

Apesar de a poupança atizada, poucos saques foram realizados. Poucos saques na poupança atizada.

Poucos saques na poupança atizada

Apesar de a poupança atizada, poucos saques foram realizados. Poucos saques na poupança atizada.

Camelô retorna ao centro da cidade

Passado e carnaval, enquanto as ruas da cidade voltam a ser movimentadas, o camelô retorna ao centro da cidade.

FAE (sucessora da Fename) dá preços para material escolar

A Fundação de Amparo à Educação (FAE), sucessora da Fename, dá preços para material escolar.

Poucos saques na poupança atizada

Apesar de a poupança atizada, poucos saques foram realizados. Poucos saques na poupança atizada.

Poucos saques na poupança atizada

Apesar de a poupança atizada, poucos saques foram realizados. Poucos saques na poupança atizada.

Camelô retorna ao centro da cidade

Passado e carnaval, enquanto as ruas da cidade voltam a ser movimentadas, o camelô retorna ao centro da cidade.

FAE (sucessora da Fename) dá preços para material escolar

A Fundação de Amparo à Educação (FAE), sucessora da Fename, dá preços para material escolar.

Poucos saques na poupança atizada

Apesar de a poupança atizada, poucos saques foram realizados. Poucos saques na poupança atizada.

Poucos saques na poupança atizada

Apesar de a poupança atizada, poucos saques foram realizados. Poucos saques na poupança atizada.

Camelô retorna ao centro da cidade

Passado e carnaval, enquanto as ruas da cidade voltam a ser movimentadas, o camelô retorna ao centro da cidade.

FAE (sucessora da Fename) dá preços para material escolar

A Fundação de Amparo à Educação (FAE), sucessora da Fename, dá preços para material escolar.

Poucos saques na poupança atizada

Apesar de a poupança atizada, poucos saques foram realizados. Poucos saques na poupança atizada.

Poucos saques na poupança atizada

Apesar de a poupança atizada, poucos saques foram realizados. Poucos saques na poupança atizada.

Foto: reprodução Gazeta do Povo/Departamento de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná

Empate na sucessão da FAEP em 1985 repercutiu na imprensa, o que gerou intensa mobilização no setor rural.

apoiadores o faria chegar ao placar de 74 votantes, garantindo sua vitória por 50% mais 1. A apuração foi tensa. De acordo com relatos da época publicados pela imprensa, o presidente da Junta Apuradora, o procurador da Justiça do Trabalho, Luiz Carlos Gay Serpa Daiello, teve que aplicar seu poder e paralisar os trabalhos de apuração em algumas situações. Era preciso afastar da mesa de apuração os presentes para que a calma fosse restabelecida. Membros das duas chapas estavam protestando junto à mesa apuradora, tentando recuperar e anular votos a favor de seus candidatos.

Os ânimos permaneciam tensos. Houve uma denúncia, com a Polícia Militar sendo chamada, para reprimir pessoas que estariam armadas dentro do local de votação. Foi levantada pelos policiais a possibilidade de realizar uma revista para esclarecer a ocorrência. Houve uma negociação, com a presença do presidente da Federação, Mário Stadler, que era coronel da reserva do Exército, sem que a verificação tivesse necessidade de ser realizada.

O desempate

Na data marcada para a votação do desempate, em 13 de março, Paulo Carneiro venceu a disputa. Desta vez, o novo presidente da FAEP obteve 87 votos contra 57 de Baroni. Carneiro, ao comentar o resultado, bem diferente do verificado no empate da votação anterior, afirmou que a mudança de comportamento “decorreu de uma conscientização maior por parte dos delegados sindicais que agora decidiram me prestigiar. E valeu o meu passado de lutas em favor da classe rural do Paraná, luta essa que agora vou prosseguir à frente da Federação”.

Francisco Carlos do Nascimento, vice-presidente da FAEP e presidente do Sindicato Rural de Mandaguaçu, testemunhou aquela sucessão na FAEP. Nascimento afirma que a eleição de 1985 para a presidência da FAEP trouxe desafios políticos significativos, por conta da disputa complexa, quando Baroni, filiado a um sindicato do Norte Pioneiro, articulava uma chapa contra Stadler. Na ocasião, formou uma chapa com Paulo Carneiro Ribeiro na presidência e Ágide Meneguette, já diretor e futuro presidente do Sindicato de

Maringá, no cargo de vice. Com apoio de lideranças como Pedro Garcia, prefeito de Alto Paraná, e o ex-governador Jayme Canet Júnior, regiões estratégicas foram mobilizadas, resultando na vitória de Carneiro.



Foto: arquivo FAEP

O engenheiro agrônomo e produtor rural Paulo Carneiro Ribeiro foi o vencedor na segunda votação realizada em março de 1985 para um mandato até 1988. O período foi de muitos desafios econômicos, com represamento de recursos destinados à agricultura e alta inflação.

Café vítima de outros efeitos climáticos

Uma sequência de secas e geadas ao longo de 1981 interrompeu a recuperação da economia cafeeira no Paraná desde a grande geada de 1975. Cerca de 60% do plantio, de acordo com projeções divulgadas na época, foram perdidos para os fenômenos climáticos registrados em 81.

Após a disputada escolha da nova diretoria, o ano de 1985 seguiu exigindo uma modificação na agenda de trabalho da FAEP. Era o retorno do primeiro civil ao cargo de presidente da República, o maranhense José Sarney, vice do mineiro Tancredo Neves, que morreu antes da posse por problemas de saúde.

Porém, o país retomava os primeiros passos para reconstruir sua democracia. Aquele período foi marcado por amplo debate na sociedade brasileira, que lutava contra uma inflação galopante de dois dígitos ao mês. Era outra realidade, bem diferente do período entre o final da década de 1960 até a metade dos anos 70. Essa época ficou conhecida como o “Milagre Brasileiro”, quando o PIB do Brasil cresceu 11% ao ano entre 1969 a 73.

Agora, pedidos de grupos de pressão, empresariais e partidos políticos faziam marcação acirrada junto ao governo para acabar com a inflação e realizar um amplo programa de justiça social no país, exigindo emprego, moradia, educação de qualidade e melhores condições de saúde.

No campo, debate sobre reforma agrária ganha intensidade

O Paraná veio a ser notícia nacional quando um movimento, que se identificou como de trabalhadores rurais sem-terra, começou a organizar nos anos de 1983 e 84 uma série de invasões de propriedades rurais, principalmente na região sudoeste do estado.

Para o presidente da FAEP, Paulo Carneiro, “estamos vivendo novamente dias de apreensão no Paraná”. A diretoria da Federação organizou encontros com o governador José Richa para pedir o respeito à propriedade privada e o fim da violência no campo. Em julho de 1985, a direção e o governador José Richa se reuniram para discutir soluções para o problema das invasões. O governador se mostrou solidário em apoiar os pleitos.

A FAEP chegou a apresentar uma solução para absorver os “sem-terra” nas propriedades rurais da região sudoeste e assim encerrar os conflitos e invasões.

“Esta iniciativa da FAEP foi, felizmente, entendida pelos sindicatos rurais do sudoeste do estado que, imediatamente, com o apoio da grande maioria dos proprietários rurais da região, abriram oportunidades de absorção dos “sem-terra” nas condições quer de arrendatários, quer de trabalhadores contratados. Tanto quanto se sabe, assumindo uma posição radical, as lideranças dos “sem-terra” se recusaram a aceitar a proposta. Estamos, contudo, com a consciência tranquila de que fizemos o que estava ao nosso alcance”, destacou a direção em editorial no “Jornal da FAEP”, de agosto de 1985, direcionado aos seus associados.

A recusa em entendimentos, como os propostos pela FAEP, seria decisiva para fomentar uma sequência de conflitos agrários que avançariam nas décadas seguintes. A FAEP sempre se posicionou contra invasões de terra, mantendo toda a assistência aos proprietários dos imóveis. A Federação também sempre adotou uma postura de cobrar das autoridades o cumprimento das ordens judiciais para a retomada das propriedades, além de defender o diálogo como outra ferramenta de solução desses conflitos agrários. Jamais se posicionou a favor da violência e da destruição de patrimônio como formas de pressão para atingir objetivos no campo.



O presidente da FAEP, Paulo Carneiro, manifesta preocupação com a onda de invasões de terra em reunião com o governador José Richa em julho de 1985.

Além dos conflitos agrários, o período é marcado por intensas ocorrências climáticas. Os fenômenos, que tanto geraram prejuízos e transformaram a agricultura paranaense nos anos 1970, voltavam com força. Agora era a seca. Segundo medições da FAEP, devido à falta de chuvas nos meses de setembro, outubro e novembro de 1985, a agricultura paranaense enfrentou o que poderia ser classificada como a maior crise econômica de sua história. Os prejuízos chegavam na casa dos bilhões de reais, em caso de conversão na moeda da época, o cruzeiro. Nenhuma cultura escapou.

“Os agricultores estão descapitalizados, as safras estão praticamente perdidas e o que foi salvo não cobrirá sequer um quarto dos custos da produção perdida”, alertava a Federação em comunicado aos filiados. O produtor tentava reagir. No norte do estado, a aplicação de herbicidas era substituída pela capina, para manter a mão de obra ocupada. Recorria-se

aos estoques armazenados para manter o faturamento, ainda que mínimo. A ajuda governamental era demorada, e quando chegava, seus valores repassados eram considerados muito aquém das necessidades. O quadro de recuperação para 1986 seria lento e penoso.

FAEP organiza mobilização contra a seca

Um balanço divulgado pela FAEP em seu boletim informativo mensal, no mês de janeiro de 1986, revelava que a seca já permanecia há oito meses provocando prejuízos no estado. A FAEP decidiu lançar uma ampla mobilização para sensibilizar o governo federal. Uniu as classes produtoras e políticas do Estado, solicitando urgência no socorro. A entidade queria medidas mais robustas, e não ações paliativas e emergenciais. O produtor rural carecia, por exemplo, de crédito subsidiado, com uma correção monetária garantida, em razão das perdas inflacionárias acumuladas na época.

“Não são benefícios descabidos, uma vez que já foram concedidos a outras regiões que passaram por problemas de igual dimensão”, dizia trecho do comunicado endereçado ao presidente Sarney. O documento era encabeçado pela FAEP e assinado por representantes da FETAEP, Ocepar (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná), Associação dos Municípios do Paraná, Fiep, Faciap (Federação das Associações Comerciais do Paraná), Federação do Comércio do Estado do Paraná e Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná.

Essa estratégia trouxe repercussões e benefícios aos agricultores. Bancos privados decidiram atender ao apelo do governo federal e evitaram a execução das dívidas dos agricultores atingidos pela seca que castigou o estado na época. As dívidas eram da safra 84-85. A medida ganhou força em Brasília após a visita a Londrina, em janeiro de 1986, do então ministro da Agricultura, Carlos Alberto de Oliveira Ferreira. Numa reunião, da qual participou o presidente da FAEP, o setor pediu mais empenho do governo para evitar que agricultores com dívidas fossem executados e perdessem suas terras, que seriam repassadas aos bancos.

A trajetória do Boletim Informativo da FAEP: uma ideia que deu voz ao campo

Em 1985, o jornalista Celso Nascimento teve uma ideia que mudaria a forma como a FAEP se comunicava com os produtores rurais. Naquela época, havia uma lacuna importante: as reivindicações, ações e informações técnicas do setor agropecuário não chegavam de forma eficaz ao campo, muito menos eram destaque na grande imprensa, ainda muito centrada em temas urbanos.

“A imprensa, na época, era muito urbana. Não se aprofundava em questões rurais. Então, (o BI) foi considerado um veículo muito útil”, afirmou Nascimento.

Para resolver isso, nasceu o Boletim Informativo (BI). Segundo Nascimento, a publicação começou de forma rudimentar: datilografada, xerocada e distribuída em cerca de dez páginas semanais. “Era uma coisa muito simples”, recorda. Ainda assim, o conteúdo era valioso, pois tratava dos principais assuntos da semana e era enviado a 150 sindicatos rurais, deputados e secretários de governo. A proposta visava estabelecer uma conexão direta com o campo.

O impacto foi imediato. Em um cenário onde a imprensa tradicional não cobria temas rurais, o Boletim Informativo se consolidou como um veículo útil e necessário. Em pouco tempo, o boletim artesanal evoluiu para uma revista profissional, com diagramação digital e impressão em gráfica.

Com o passar dos anos, o Boletim Informativo não só resistiu ao tempo como se reinventou. Passou por mais de dez reformulações gráficas, ganhou novos recursos visuais e tornou suas reportagens mais atraentes ao público. Mesmo durante a pandemia da Covid-19, a publicação nunca parou. Hoje, com 38 anos de circulação ininterrupta, o Boletim é uma das revistas mais relevantes do setor agropecuário brasileiro, com 26 mil exemplares impressos por edição, a maior tiragem do Paraná, distribuídos gratuitamente em todo o estado e até em outras regiões do país.



Foto: arquivo FAEP

O jornalista Celso Nascimento foi o idealizador do Boletim Informativo da FAEP

Plano Cruzado

A situação climática e seus reflexos na economia agrícola dividiram as atenções com outro grande evento naquele início de 1986. Em fevereiro, o governo Sarney lançou o Plano Cruzado, novo nome da moeda nacional, que deixava de ser chamada de cruzeiro. A FAEP, em gesto de boa vontade, apoiou a iniciativa, mas sem abrir mão de um olhar crítico, que tantas vezes antecipou o que estaria por vir.

Paulo Carneiro assim analisava a situação: “O governo mostrou muita coragem ao lançar o pacote econômico, uma atitude digna que o país esperava há muito tempo. Todos torcemos para que as medidas anunciadas sejam um marco de uma nova fase

histórica e benéfica para o país”, ressaltou o dirigente. Porém, Carneiro deixava claro que era preciso que os posicionamentos em relação à agricultura por parte do novo plano econômico ainda precisassem ser esclarecidos em detalhes.

Não tardou muito para que os representantes da agricultura fossem provocados mais uma vez a protestar contra medidas governamentais envolvendo o Plano Cruzado. No mês de maio de 86, o setor produtivo rural observava com espanto e revolta que o governo forçava a queda dos preços mínimos e a importação de produtos agrícolas, tendo o objetivo de garantir a desvalorização das cotações, sob o pretexto de combate à inflação.

Em nota oficial, encaminhada à imprensa e seus associados, a FAEP alertou que aquelas ações davam “a impressão de que o governo está testando a paciência do agricultor ou quem sabe acabar de vez com ela de uma vez”. Ainda em maio, a Federação organizou em várias regiões do Paraná um protesto contra o governo com paralisação das atividades em cooperativas, sindicatos rurais e no comércio em geral, que apoiou a manifestação dos produtores rurais.

Foto: arquivo FAEP



Movimento de produtores rurais, apoiado pela FAEP, protestou contra as medidas do Plano Cruzado, em 1986



Foto: arquivo FAEP

Maio de 1986: produtores rurais do Paraná saem às ruas para protestar contra medidas do governo federal que estavam desvalorizando os produtos agrícolas.

FAEP articula frente parlamentar em Brasília

A classe dos produtores rurais precisava ampliar sua voz dentro dos centros do poder. Diante de um novo plano econômico que já dava mostras de não atender também o setor rural, a FAEP passou a articular a formação de uma bancada de representação no Congresso. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul sugeriram a criação de uma frente parlamentar rural interpartidária para apoiar a agricultura nos três estados do Sul. A sugestão partiu dos deputados paranaenses após reunião com Ágide

Meneguette, então presidente em exercício da FAEP, que expôs a situação dramática dos agricultores. Lembrou aos políticos que sem o apoio dos agricultores, que somavam milhões de votos, os que estavam no poder podiam não retornar mais aos seus mandatos nas próximas eleições. “Os agricultores estão cansados de promessas e mais promessas”, afirmou Ágide. A visão pioneira da FAEP e dos dirigentes da classe rural de outros estados culminou nos anos seguintes com a criação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que até 2025 reúne 353 parlamentares. O presidente da FPA neste ano, o deputado federal Pedro Lupion (PP), ressalta a importância da participação especial da FAEP nas mesas de debate e decisões dos rumos do agronegócio do país:

“Mais do que fazer a representação e a defesa das pautas dos produtores, o papel da FAEP é de interlocução junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nas esferas estadual e federal. Esse papel, feito em parceria com a FPA e com entidades como a CNA, permite que as demandas e necessidades do campo cheguem até nós, parlamentares, e que, juntos, possamos debater os melhores caminhos, com informação e dados, para se obter os resultados desejados: se será via projeto de lei no Congresso, ou interlocução junto ao Judiciário ou Executivo, enfim. A FAEP esteve conosco, por exemplo, nas discussões da reforma tributária, para evitar prejuízos aos produtores, na questão do seguro rural, na aprovação dos Fiagros - importante mecanismo de financiamento do agro brasileiro, entre outras importantes iniciativas”, destaca Pedro Lupion.

O engajamento de representantes do Congresso Nacional mais próximo junto ao agronegócio naquele decisivo ano de 1986 se revelou necessário. Em dezembro, produtores do Paraná e lideranças de outros estados se reuniram em Curitiba para debater os problemas do setor. O então ministro da Agricultura, Íris Rezende, participou do encontro e recebeu em mãos um documento com as reivindicações dos agricultores. Batizada de “Frente Ampla”, o grupo de produtores e lideranças políticas anunciou a deflagração de um grande movimento nacional em defesa de seus interesses. Paulo Carneiro destacou a seriedade daquela mobilização, diante da falta de cenários claros para o setor agrícola em meio a mudanças econômicas profundas. “Ou o governo decide agir com seriedade e clareza no tocante a uma política para a agropecuária ou acabará levando o setor à bancarrota”, afirmou Carneiro.

1987: Ano de decepções com o cruzado

Passados quase 12 meses da criação do Plano Cruzado, o setor agrícola se sentia abandonado e traído. Em fevereiro de 1987, o campo daria uma poderosa demonstração de força, no chamado “Dia Nacional de Alerta à Nação”. Organizado pela Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, cerca de 30 mil produtores rurais, de todas as regiões do país, marcharam em direção a Brasília.

Ao mesmo tempo, agricultores foram para as manifestações com máquinas agrícolas. No Paraná, os “tratores” aconteceram em todas as regiões do Estado, mobilizando aproximadamente meio milhão de pessoas, incluindo também setores do comércio e indústria. Na capital federal, os manifestantes apresentaram uma série de reivindicações. Entre os pedidos estavam a implantação de uma política agrícola concreta, realista e de longo prazo; preços justos que cubram os custos de produção; taxas de juros mais baixas e mais recursos para o plantio e comercialização das safras.

Paulo Carneiro, em editorial no informativo oficial da FAEP endereçado aos associados, desabafava: “Não há mais como prosseguir, não é possível mais trabalhar sem obter retorno. Basta de apenas sobreviver sem ter a menor condição de levar uma vida digna, de crescer junto com o país”. Como um dos principais esteios da economia nacional, o setor agrícola já prenunciava o fracasso de mais um plano econômico em 1987.

Mais resultados

O esforço das organizações envolvidas nos protestos trouxe resultados imediatos, com o governo anunciando em maio de 1987 medidas para incrementar o custeio das safras, além de eliminar a correção monetária de financiamentos feitos entre 1986 e 87. A retirada da correção dava mais fôlego para os produtores. Em comunicado aos associados, Paulo Carneiro afirmou que a conquista era resultado da união dos produtores e

do esforço sindical. “O produtor está forte e luta pelos seus direitos. O coração do homem do campo já pulsa, não só pelo compasso da sua atividade, mas também no ritmo de sua união”. Em julho de 87, o governo ampliava a isenção total da correção monetária para qualquer operação de crédito rural. Ao analisar a medida, a direção da FAEP comemorou que ela desafogou a situação dos produtores, representando “mais uma vitória do setor obtida graças à sua intensa mobilização”.

Há 37 anos, ele ajuda a ampliar a representatividade sindical no norte do Paraná

Francisco Aparecido do Nascimento é coordenador de assistência técnica do Sindicato Rural de Londrina. Ao relembrar seus 37 anos de atuação junto à entidade, destaca com firmeza a relevância da parceria construída com a FAEP ao longo dessas décadas. “O sindicato hoje é uma entidade forte também aqui do município

Foto: arquivo pessoal



Para Francisco, FAEP e sindicatos rurais têm sólida parceria, com resultados que consolidam a representatividade do produtor rural.

de Londrina”, afirma, ressaltando que essa solidez só foi possível graças ao apoio permanente da Federação. Ele relembra com apreensão o período de incertezas após o fim da contribuição sindical obrigatória: “foi um período desafiador, e eu me perguntava como conseguiríamos seguir em frente.” Para ele, a FAEP se mostrou

decisiva nesse contexto, oferecendo estrutura, cursos de capacitação e representação ativa junto ao governo federal. “Sem o apoio da FAEP é impossível ficar”, reforça.

Francisco também faz questão de homenagear a trajetória de Ágide Meneguette. “Eu posso dizer que ele é ótimo, proativo e competente. Está sempre pronto a auxiliar”, afirma. Para ele, Ágide deixa um legado sólido, resultado de um trabalho incansável que fortaleceu os sindicatos rurais do Paraná e construiu uma relação de confiança com os produtores. Com a condução dos trabalhos agora nas mãos de Ágide Eduardo, Francisco acredita que a continuidade desse compromisso com o setor está assegurada, mantendo vivo o espírito de cooperação que marcou essa longa caminhada conjunta.

O ano de 1987 chegaria ao fim com a certeza de que as mobilizações verificadas ao longo do período, não sustentavam apenas os interesses econômicos da classe rural, mas também fortaleceram os laços de união da categoria. A declaração foi dada por Paulo Carneiro durante assembleia geral realizada em dezembro daquele ano para representantes de 170 sindicatos filiados à FAEP. O dirigente ressaltou que a Federação “conseguiu efetivamente marcar a sua representatividade, através da união e da força da classe produtora rural do estado”. Essa mobilização, completou Carneiro, seria importante para o ano de 1988. Segundo ele, “as perspectivas não são boas”.

Carneiro reeleito para segundo mandato em 1988

Diante dos resultados conquistados nas mobilizações em defesa do produtor rural, principalmente nos anos de 1986 e 87, e a postura de diálogo aberto e respeitoso com todos, Paulo Carneiro foi reeleito para um segundo mandato (triênio 1988-91). Seu nome representava a chapa única inscrita na eleição. Em discurso, Carneiro considerou sua vitória um “reconhecimento gratificante” do trabalho que vinha desenvolvendo à frente da FAEP nos últimos três anos”. Ele disse que, para o segundo mandato, pretendia consolidar as metas que tinha traçado quando iniciou a primeira gestão. O presidente ressaltou que a FAEP “está firmada hoje como representante legítima dos interesses

do setor agropecuário paranaense devido ao trabalho ágil e eficiente que está sendo desenvolvido na defesa política, econômica e social da classe rural do Estado.” Ao tomar posse, em abril de 88, Carneiro disse que os próximos anos “seriam vividos sob o signo das incertezas, tanto no campo político como econômico”. Portanto, continuou o dirigente, seria preciso que a categoria rural seguisse unida e em estado de alerta para novas mobilizações.

Nova constituição preserva terras produtivas

Embora enfrentando graves problemas econômicos, também havia motivos para comemorar. Uma nova Constituição Federal seria promulgada em outubro de 1988. Mas cinco meses antes, em maio, durante negociações sobre como a reforma agrária estaria prevista na nova Carta Magna, a FAEP e outras entidades do setor rural defendiam que terras produtivas deveriam ser preservadas na nova partilha. Paulo Carneiro comemorou. “Felizmente prevaleceu o bom senso e o equilíbrio entre os constituintes na votação do capítulo da reforma agrária”, afirmou Carneiro. O presidente da FAEP também defendeu a reativação das comissões agrárias estaduais para acompanhar eventuais conflitos e dúvidas durante a aplicação da lei da reforma agrária. “A ação das comissões é fundamental para o bom andamento do processo de reforma, visto que nelas estão representados todos os segmentos envolvidos e todos têm direito de argumentação”, disse o presidente da FAEP.

Vitória na justiça

As comissões eram mantidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e visavam avaliar os imóveis destinados ou não ao processo de reforma agrária. No Paraná, a

comissão não estava funcionando, levando a FAEP a encaminhar o caso à Justiça. Após obter ganho de causa, a FAEP conseguiu reativar a comissão a partir de julho de 1988. Nos oito meses anteriores, as desapropriações de terra no Paraná estavam ocorrendo sem exame prévio da comissão, previsto em lei. Os representantes da FAEP pediram a reavaliação de seis desapropriações decretadas pelo governo federal no Paraná no período em que a comissão esteve desativada no estado.

Os aspectos jurídicos para o setor rural previstos na Nova Constituição, promulgada no dia 5 de outubro de 1988, também foram tema de seminário organizado pela FAEP. Uma série de seminários regionais foi promovida para discutir os rumos da agricultura paranaense. Em editorial no boletim da FAEP, Paulo Carneiro avaliou a nova Constituição como “um documento irregular, que alterna erros e acertos, avanços e retrocessos”. Mas elogiou a Lei Agrícola contemplada na Carta, antiga reivindicação do setor rural. Para Carneiro, a Lei Agrícola era fundamental para dar segurança e tranquilidade ao produtor no desenvolvimento do seu trabalho e para o progresso social e econômico do campo.

Em artigo na mesma edição do boletim, o então vice-presidente da FAEP, Ágide Meneguette, afirmou que, não fosse o excelente desempenho da agricultura nas duas últimas safras (87 e 86), a crise brasileira estaria insuportável. E previu: “Temos tudo para nos tornarmos uma potência agrícola, com um imenso território, clima privilegiado, mercado interno potencial para 140 milhões de pessoas (população brasileira da época) e amplas perspectivas no mercado mundial”. Ao concluir, Ágide disse sobre os desdobramentos da Constituição no setor rural: “Esperamos que a Lei Agrícola seja o instrumento legal para atingir esses objetivos, juntamente com o esforço de técnicos e produtores trabalhando com normas claras, com participação efetiva na condução de programas, para lançar o Brasil no século 21 como uma sociedade realmente moderna e justa”.



Das assembleias e reuniões de diretoria da FAEP saem as estratégias de atuação que garantem as conquistas em nome do produtor rural. Na foto, reunião em 1988. Ao centro, o presidente Paulo Carneiro e à esquerda da foto, o vice-presidente Ágide Meneguette.

Novo plano econômico faz FAEP alertar filiados no verão de 1989

Embora com uma legislação atualizada àqueles tempos, tentando trazer segurança jurídica para os negócios, o ano de 1989 iniciava com novas apostas na área econômica do governo. Era anunciado em janeiro o chamado “Plano Verão”, nova tentativa de baixar os índices inflacionários, que beiravam a casa dos 40% ao mês. Entre as medidas anunciadas, estava o corte de três zeros da moeda vigente, o Cruzado, surgindo

assim o Cruzado Novo (NCZ\$). Vários gêneros alimentícios e produtos de outros setores passaram a figurar numa lista com os preços congelados. Os salários também tiveram os reajustes suspensos.

A direção da FAEP recebeu mais essa iniciativa do governo Sarney com ceticismo. Em entrevistas à imprensa, Paulo Carneiro afirmou que “medidas como congelamentos e desindexações são comprovadamente ineficazes no combate à inflação, a menos que o governo cumpra com sua parte, sobretudo na questão do déficit público (gastar mais do que arrecada)”. Havia razão para tanta desconfiança, pois o congelamento geral de preços refletiu na política de preços mínimos dos produtos agrícolas. Estudo divulgado pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) alertava em fevereiro de 1989 que o setor agrícola já sentia os efeitos do Plano Verão. A perda real média nos preços mínimos chegava a 17% no setor da horticultura, por exemplo.

Dois meses depois do lançamento do Plano Verão, em março de 89, a FAEP começou a receber relatos de que o congelamento de preços estava sendo desrespeitado em relação aos insumos agrícolas. A Federação elaborou um estudo que comprovou a prática de preços abusivos por parte de fornecedores. O levantamento foi usado para alertar os filiados da FAEP e foi levado ao conhecimento dos associados e da direção da CNA na época, presidida pelo ex-ministro Alysson Paolinelli. “Todos os principais insumos, principalmente herbicidas, defensivos e maquinário, registraram variações positivas de preços no período compreendido entre janeiro e fevereiro, quando já estava em vigor o congelamento”, denunciava o estudo. Paulo Carneiro disse que o setor rural estava sendo penalizado com a situação, pois os produtos agrícolas que saíam do campo seguiam com os preços congelados, mas os insumos para produzi-los não.



Produzir no campo no final da década de 1980 se tornou um entrave: o governo apostava no congelamento de preços dos alimentos, mas nada fazia para combater o reajuste constante dos insumos. A FAEP combateu essa distorção, pressionando o governo federal a rever medidas.

Paraná lidera protestos contra congelamento na agricultura

Revoltados com os efeitos negativos que o congelamento dos preços dos produtos agrícolas estava provocando, agricultores paranaenses decidem organizar grandes protestos.

Em Ivaiporã, no dia 21 de abril de 1989, mais de mil produtores rurais realizaram manifestações de rua em resposta à falta de reajuste dos produtos agrícolas. Essa

grande concentração empolga os produtores, que no dia 27 de abril fecham por 24 horas a rodovia que liga os municípios de Fênix e Ivaiporã. Cerca de 400 produtores rurais se uniram e levaram para a rodovia cerca de 40 tratores.

O presidente da FAEP, Paulo Carneiro, concede entrevista em Curitiba para uma emissora de televisão para esclarecer a sociedade sobre o estado de penúria enfrentado pelo setor rural. “A agricultura nacional está desestimulada e descapitalizada. Se o governo federal não tomar alguma atitude imediata para mudar esta situação, os prejuízos vão servir para destruir ainda mais este setor já tão fragilizado”, disse o dirigente. O problema, segundo Carneiro, é que o Plano Verão do governo Sarney, com o congelamento geral de preços, provocou enorme distanciamento na relação preço/custo e preço/venda. O problema era que o governo congelou o preço dos produtos, mas não impôs regra semelhante quanto aos insumos, que chegavam a ter majoração de até 300%. “É necessário que o governo autorize um imediato reajuste de preços para a agricultura”, pediu Carneiro.

Articulação da “marcha sobre Brasília”

Com o silêncio do governo Sarney, os produtores rurais paranaenses colocaram o bloco na rua. FAEP, Ocepar e FETAEP decidem, em junho de 89, suspender toda a produção de soja e derivados, como farelo e óleo vegetal. A soja é o grão mais penalizado pelo sistema de congelamento de preços. O custo por saca na época era de NCZ\$ 15,26, mas com o congelamento, o máximo que se conseguia para cobrir as despesas era de NCZ\$ 14,00. A estimativa é de que a saca deveria estar em NCZ\$ 35,00, de acordo com a própria FAEP.

No decorrer dos dias daquele mês de junho de 89, os produtores de soja paralisaram as indústrias beneficiadoras, impedindo que os grãos chegassem até as plantas industriais para serem moídos. Há acampamentos instalados nas regiões de Cascavel, Guarapuava e Ponta Grossa. A atividade no porto de Paranaguá chega a ser reduzida em 80% no corredor de embarque de grãos.

Nestes protestos, começou a ganhar corpo a organização de uma marcha a Brasília. No dia 21 de junho de 89, além de rodovias que cortam o Paraná, os manifestantes conseguem paralisar o escoamento por ramais ferroviários. No final da tarde, o secretário estadual da Agricultura, Osmar Dias, recebeu comunicado do Ministério da Agricultura de que as reivindicações seriam atendidas parcialmente, liberando o preço da soja e prorrogando o pagamento de dívidas de custeio para 15 de setembro.

Apesar do recuo do governo, os manifestantes seguem à capital federal, com a “Marcha Sobre Brasília” no dia 27 de junho de 89. O Paraná envia 2 mil produtores rurais de ônibus a Brasília. Eles formam um exército de 10 mil manifestantes de todos os estados produtores rurais do país que pedem melhores condições de trabalho e renda. A pauta de reivindicações é entregue ao ministro da Agricultura, Íris Rezende, que passa a articular com a pasta da Fazenda e o gabinete da Presidência da República os encaminhamentos dos agricultores. Os bloqueios em rodovias e ferrovias começam a ser desmobilizados nos dias seguintes. Em agosto, o governo cede um pouco mais, desafogando a situação do agricultor: as regras de correção monetária dos produtos agrícolas são alteradas, gerando uma estreita, mas já bem-vinda, margem de lucro nas comercializações. A estratégia de pressão mais uma vez deu resultados aos produtores, marcando o ano de 1989 como o mais difícil de toda a década, sempre associada a altos índices de inflação e falta de recursos para tocar a agricultura.

Safra de verão em queda

Devido a um período de estiagem observado na primavera de 1988, a chamada safra de verão, colhida no início de 1989, acusou quebra de 15% em média nas principais culturas do setor agrícola paranaense, como arroz, milho, feijão, algodão e soja.

Sucessão de Carneiro: Guerino Guandalini articula nome de Ágide Meneguette

Em 1990, ano de dificuldades não tão diferentes quanto ao período anterior, a movimentação política interna da FAEP também passou a chamar a atenção. A sucessão de Paulo Carneiro se aproximava. Na época, o estatuto da FAEP já estava modificado, permitindo apenas uma reeleição. Diante da exigência, com Carneiro finalizando seu segundo mandato, era necessário encontrar um sucessor que pudesse dar continuidade ao trabalho em curso. Marcadas por desafios imensos, as duas gestões de Carneiro enfrentaram sucessivas crises econômicas durante os anos 1980. Eles ficaram conhecidos inclusive pela expressão “a década perdida”, diante dos prejuízos recorrentes enfrentados pelo setor produtivo descapitalizado, por causa da hiperinflação e dívidas acumuladas pelo país que ultrapassaram os US\$ 100 bilhões.

Para complicar, o governo do presidente Fernando Collor de Mello, que assumiu em março de 90, anunciou um drástico plano econômico, marcado principalmente pelo sequestro das contas bancárias de todos os brasileiros, numa tentativa desesperada de conter a inflação galopante, tirando dinheiro de circulação. Com ações tão radicais, e a alta dosagem dos remédios, quase que o paciente (no caso, a própria economia nacional) foi morto na tentativa de curá-lo. A moeda, o Cruzado Novo, cedeu lugar a uma nova denominação, o Cruzeiro. O setor agrícola nacional sentiu na pele todo o drama. Sem dinheiro em caixa para usar, o campo brasileiro acumulava déficits e períodos de atraso cada vez maiores para receber até mesmo verbas de custeio. Um filme já conhecido pelo produtor rural, mas que se mostrava em doses cada vez mais altas.

“Dois setores sacrificados com a inflação: os assalariados e os produtores. Mas um deles, o dos produtores, é mais sacrificado ainda com o combate à inflação. E este é o quarto plano de combate à inflação que estamos vivendo num curto período e que penalizou particularmente a agricultura, porque veio exatamente na safra”, disse Paulo Carneiro, em entrevista à imprensa, após voltar de Brasília, onde esteve para fazer contatos com o governo Collor e expor a real situação da agricultura paranaense. Entre os

pedidos, o de mais recursos, pois os CR\$ 14,3 bilhões anunciados pelo governo para comercializar a safra 89/90 eram insuficientes, sendo necessários cerca de CR\$ 45 bilhões. A estimativa era correta. O diagnóstico da FAEP foi confirmado pelo próprio governo Collor, que em abril de 90, aceitou liberar Cr\$ 40 bilhões para custeio da próxima safra e colheita dos cultivos de inverno, como feijão, trigo e cevada. O então ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, afirmou na solenidade organizada para anunciar a liberação da verba que a disponibilidade dos recursos indicava que o governo “estava atento” para atender as demandas do setor rural.

A FAEP protestava e, como entidade de representação de um setor importante da economia estadual e nacional, já apontava erros primários no chamado Plano Collor. Os números comprovaram: a safra brasileira de grãos 89/90 encolheu, sendo de 62 milhões de toneladas, uma quebra de 13,6% em relação à colheita anterior. A imprensa na época chamou a atenção para o fato de que o desempenho negativo era fruto da desorganização provocada na agricultura pelo plano de estabilização econômica do governo Collor. A Federação alertou que aquelas ações de Collor não dariam certo, como se verificou já no ano seguinte, em 1991, com a volta gradual da inflação e a liberação dos recursos confiscados pelo governo nas contas bancárias.



Foto: arquivo FAEP

Guerino Guandalini, presidente do Sindicato Rural de Astorga e um dos vice-presidentes da FAEP em várias gestões, teve papel decisivo nas articulações que levaram Ágide Meneguette à presidência da FAEP.

A representatividade sindical também foi afetada pela crise econômica. O governo Collor conseguiu baixar uma medida, depois revogada em menos de um ano, que passou a atrasar o repasse da contribuição sindical, feito à época pelo INCRA. A norma, enquanto durou, acentuou dificuldades para todos os organismos sindicais (patronais e trabalhistas) do país manterem suas atividades. Com a inflação galopante, quando os recursos da contribuição eram liberados, já se encontravam defasados. O vice-presidente da FAEP na gestão de Carneiro, Ágide Meneguette, chegou a fazer um aporte pessoal de recursos para manter os serviços administrativos. Quem lembra é João Lázaro Pires, gerente do Departamento Sindical da FAEP na atual gestão em 2025.

“A Federação passou por um momento delicado financeiro e o próprio Ágide fez um empréstimo pessoal, através da empresa familiar, a usina Santa Terezinha, ajudando a custear todas as despesas da federação. Isso deu uma impulsionada novamente na federação. Os problemas começaram a partir do final dos anos 80, quando a FAEP passou por um momento delicado, tendo que vender algumas coisas internas (como móveis, por exemplo), realizar reajuste no quadro de colaboradores e tudo mais”, recorda João.

Diante da experiência de articulação e liderança, já comprovada desde a época de líder estudantil do curso de Agronomia da UFPR e depois na presidência da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, o nome de Ágide Meneguette já circulava como um dos prováveis sucessores. Ajudava também a condição de vice-presidente da FAEP no mandato de Carneiro. Mas faltava bater o martelo e ter o apoio reconhecido pelos nomes de peso da Federação.

Em setembro de 1990, por exemplo, Ágide já era identificado na imprensa como presidente da FAEP. Ele assumiu a função em razão de licença de Paulo Carneiro para tratamento de saúde. Ágide, diante da situação de crise pela qual a agricultura brasileira passava, partiu para a única estratégia possível na ocasião: deixar os filiados da FAEP e a sociedade informados e esclarecidos sobre a situação.

Em entrevista ao jornal “Gazeta do Povo”, em 25 de setembro de 1990, o dirigente da Federação analisava os seis primeiros meses do governo Collor. “O otimismo de alguns setores da economia em relação aos seis primeiros meses do governo Collor não está presente na área da agricultura. Os produtores rurais, que durante todos os pacotes econômicos sempre foram penalizados, encontram-se ainda mais descapitalizados”, afirmou.

Guerino Guandalini, presidente do Sindicato Rural de Astorga, que até então era o mais experiente do grupo político que apoiava Paulo Carneiro, teve a ideia de organizar uma reunião para definir quem seria a nova liderança da FAEP. Na sua chácara, no segundo semestre de 1990, Guerino sugere o nome de Ágide e o apresenta durante um pronunciamento aos convidados. “Já corria o nome do Ágide como uma grande liderança, tinha outros nomes, mas o Guerino banca. Lógico que deve ter havido uma articulação de bastidores, e todo mundo ali clama mesmo o Ágide. Ninguém se opôs. Era uma noite especial, pois era aniversário do Paulo Carneiro”, recorda João.

Para completar o sentimento de unanimidade em torno do nome de Ágide, uma forte chuva caiu durante a reunião. O aguaceiro foi interpretado como um bom sinal para a futura candidatura. Não faltaram metáforas associando a chapa de Ágide com a importância da água para a fase de plantio. “Naquela noite houve chuva de mais de 120 mm que inundou a piscina, e ficou aquele jargão histórico de que a semente do Ágide foi muito bem plantada após uma grande chuva, para enraizar bem”, ressaltou João. Ágide sempre teve um carinho por Guerino, chamando-o carinhosamente de “padrinho” por ter lhe apoiado naquela ocasião. Liderança rural e respeitada pelo agronegócio paranaense e brasileiro, Guerino foi vice-presidente da FAEP até o falecimento, aos 91 anos, em abril de 2024.



Foto: arquivo FAEP

Ágide Meneguette durante sua primeira gestão, iniciada em 1991. Ele chegava com planos para trazer profundas mudanças nas ações de representatividade do agronegócio paranaense.

Em 28 de dezembro de 1990, veio a confirmação: a FAEP anuncia que Ágide Meneguette, da chapa “Modernidade”, será o candidato único na sucessão de Paulo Carneiro. O novo presidente da Federação assume em março de 1991. Meneguette fala à imprensa sobre as ações que pretende colocar em prática na sua futura gestão. Entre elas, está a estruturação de um projeto pioneiro da FAEP criado e inaugurado ainda na gestão de Paulo Carneiro, os Centros de Treinamento Agropecuários localizados em Assis Chateaubriand e Ibiporã. As unidades foram precursoras do SENAR-PR, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Paraná. Essas unidades estiveram a cargo do Departamento de Desenvolvimento, coordenado por Ronei Volpi, que chegou à FAEP na gestão de Carneiro. O departamento tinha foco em formação técnica e gerencial de produtores e estruturação dos sindicatos rurais. Antes mesmo da criação do SENAR, como se percebe, a FAEP já dava sinais claros de preocupação com a capacitação dos profissionais do campo.

Foto: arquivo FAEP



O presidente da FAEP, Paulo Carneiro, descerra a placa inaugural em março de 1991 do CTA de Assis Chateaubriand. A unidade iria revolucionar o treinamento de mão de obra no campo.



O CTA de Assis Chateaubriand quando foi inaugurado no mês de março de 1991 pela diretoria da FAEP.

SENAR regulamentado no Paraná: são os primeiros passos para apoiar projetos de capacitação e tecnologia ao produtor e aos trabalhadores do campo

Não eram só dificuldades que marcaram o dia a dia da FAEP entre o final da década de 80 e início de 90. Também surgiam boas notícias, em meio a tantos desafios econômicos: o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) chegou ao Paraná, graças a movimentos do então senador José Eduardo Andrade Vieira.

A pedido do ex-presidente da FAEP, Paulo Carneiro, Andrade Vieira desengavetou um projeto que criava o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). “O projeto estava lá, no Senado, engavetado há mais de cinco anos, e tinha a oposição do Albano Franco, que era da CNI (Confederação Nacional da Indústria). Em nossa primeira conversa, ele negou. Na época, a criação do SENAR representava tirar 27% do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que ia para o SENAI e o SENAC”, lembrou Zé Eduardo, em entrevista para a publicação que comemorou os 20 anos de atividades do SENAR no Paraná, em 2012. A amizade dos Andrade Vieira banqueiros com os Franco industriais desde os tempos da fundação do Bamerindus pesou nas conversas. E um belo dia, Zé Eduardo foi surpreendido com a publicação, no Diário Oficial, da criação do SENAR. A Lei 8.319, de 23 de dezembro de 1991, criando o SENAR, foi assinada pelo então presidente Fernando Collor de Mello e pelos ministros Antônio Cabrera (Agricultura) e Antônio Magri (Trabalho). Vieira, assim, trocava o “Zé do Chapéu”, como ficou conhecido na política, por sua ligação também com o campo, pelo “Zé do Boné”, do SENAR, contou o repórter José Maschio, o “Ganchão”, que o entrevistou para a revista editada para comemorar os 20 anos do SENAR-PR, em 2012.

Ronei Volpi, assessor especial da presidência do Sistema FAEP e que presidiu o SENAR-PR entre 1995 e 2012, conta que o início do SENAR-PR consolidou uma cultura de formação continuada no campo paranaense, baseada em planejamento, profissionalização e articulação entre produtores e entidades representativas. Essa cultura, segundo Volpi, já existia na FAEP desde antes do SENAR, mas ganhou fôlego e escala com a criação do serviço de treinamento de mão de obra do campo. Volpi assumiu o SENAR ainda em etapa de crescimento, mas ao longo de sua gestão, conseguiu evoluir, com a contratação de cerca de 400 instrutores e criação de mais de 200 cursos.

Essa transformação consolidou o SENAR-PR como referência nacional em formação rural. O modelo estadual, alinhado à FAEP, tornou-se um dos mais ativos e capitalizados do país. A relação entre as instituições é orgânica: por norma, o presidente da federação patronal estadual é também o presidente do SENAR no estado. A superintendência, por sua vez, é um cargo de confiança da presidência.

“Naturalmente, a Federação e o SENAR trabalham na mesma casa, que é o nosso caso”, afirma Volpi.



Foto: arquivo FAEP

Graças a movimentações que partiram da FAEP a partir de 1991, o SENAR começou a ser uma realidade em todo o Brasil, contribuindo no desenvolvimento do campo e do aprimoramento de mão de obra rural.

Em março de 1992, o SENAR teve suas atividades regulamentadas no Paraná. Administrado pela FAEP, o serviço passa a oferecer, no ano seguinte, cursos para o aperfeiçoamento de mão de obra dos produtores, trabalhadores rurais e das suas famílias. Outra missão foi atribuída ao SENAR-PR: a profissionalização do agricultor e melhoria da qualidade de vida. Assim, todas as classes rurais começavam a ficar mais bem preparadas para ter acesso a novas tecnologias e exercer a cidadania e alcançar o desenvolvimento sustentável. Graças ao aprendizado, as propriedades rurais que investiam nos cursos ganharam outro aliado: a redução no número de acidentes de trabalho.

Como se pode ver, a criação do SENAR-PR teve total apoio da FAEP. O presidente da Federação, Ágide Meneguette, enxergou uma instituição dedicada ao aprimoramento da agricultura como sua principal ferramenta transformadora do cenário rural.

O primeiro superintendente do SENAR-PR foi o economista Luiz Antônio Fayet.

Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque, atual assessor especial da FAEP e sucessor de Fayet na função de superintendente a partir de 1992, afirmou que o serviço de treinamento proporcionou uma ampliação no trabalho de representatividade da FAEP junto ao produtor rural. “Posso dizer que o SENAR-PR é um grande aliado da Federação e exerce ajuda essencial na manutenção de todo sistema”, disse Albuquerque.

“Tenho orgulho de ter ajudado a fazer parte do início da história do SENAR-PR e hoje (em 2025) podemos contar com mais de 250 cursos de capacitação, prestando apoio ao produtor para aumentar a produtividade na lavoura, controlar os custos na propriedade e, com isso, elevar sua renda”, destacou Albuquerque. Os cursos existentes são ministrados de forma presencial e à distância, via transmissão televisiva e, de forma mais recente, com o avanço da tecnologia, por meio da internet.

O SENAR-PR conta com a capilaridade das 11 regionais da FAEP e dos sindicatos rurais. Eles formam uma rede de apoio e divulgação de seus serviços para alcançar o produtor e o trabalhador rural.

Capacitação do SENAR-PR fortalece autonomia do produtor rural

O mobilizador do SENAR-PR no Sindicato Rural de Pitanga, Elias Harmuch Júnior, destaca a importância da formação técnica para o fortalecimento do meio rural. Segundo ele, antes de conhecer os cursos do SENAR-PR, muitos produtores buscavam informações com vendedores ou vizinhos, o que nem sempre resultava em orientações corretas. “Faziam do jeito que aprenderam, mas ao fazer um curso no SENAR percebem que podem melhorar os resultados”, explicou.

Elias afirma que a capacitação permite ao produtor avaliar melhor suas decisões, como o uso de insumos e manejo da propriedade. “Com conhecimento, ele passa a discutir com mais segurança o que precisa ou não para sua produção.”

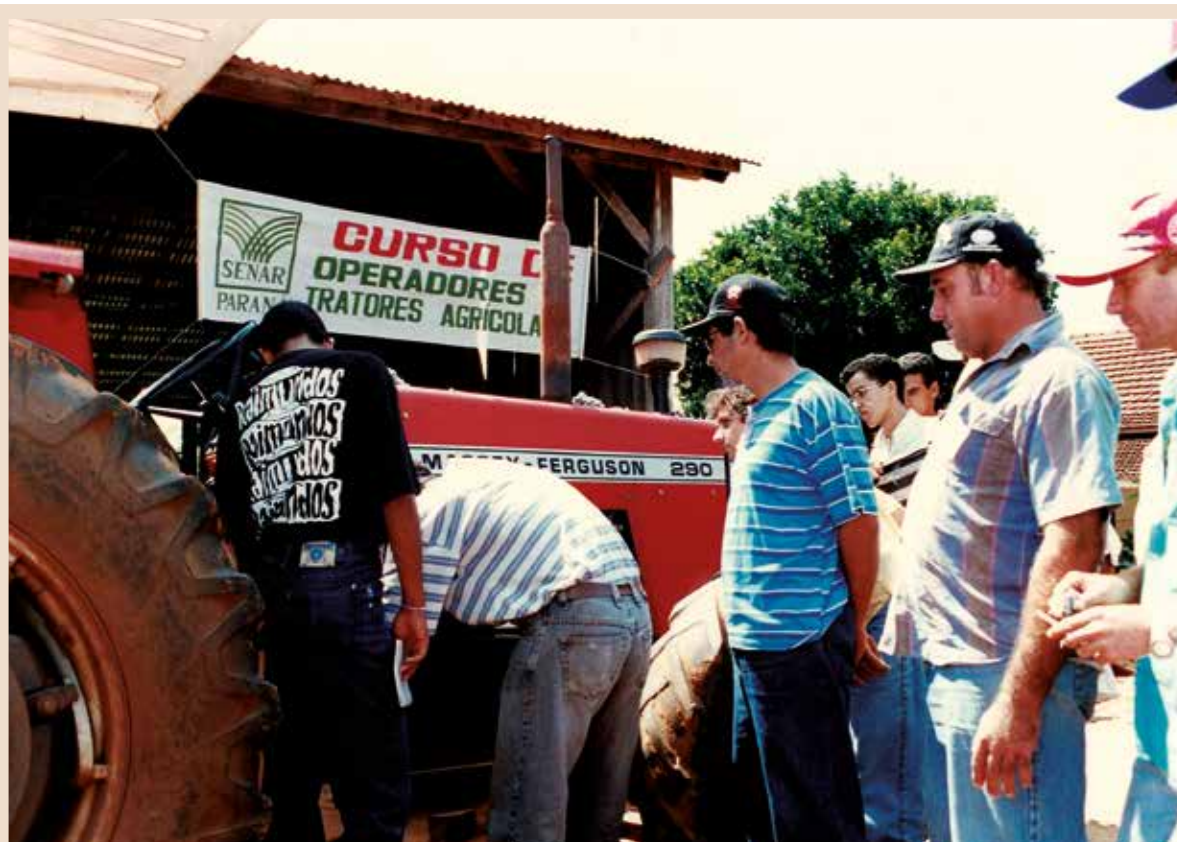
Com apoio da FAEP, os treinamentos contribuem para a profissionalização no campo, com foco em produtividade, gestão e qualidade de vida. “O produtor está se profissionalizando e deve entender que não é só tirar o leite, não é só produzir, não é só da porteira para dentro. Ele tem que entender da porteira para fora, e evitar ficar refém, quer seja de políticos, quer seja de vendedores. Ele tem que saber o que quer. Trazer conhecimento para ele é uma forma do produtor continuar produzindo, ter uma renda melhor e qualidade de vida”, ressaltou Elias.

Área social

De acordo com Francisco Pelição de Oliveira, supervisor regional do Sistema FAEP na região Oeste do Paraná, ainda no decorrer da década de 1990, o SENAR também passou a desenvolver atividades de promoção social no interior do estado, focando em comunidades rurais desassistidas. As ações envolviam capacitações com instrutores e materiais que levavam até mesmo infraestrutura básica às localidades visitadas.

Essas formações não apenas ampliavam o conhecimento técnico dos produtores e famílias, mas também contribuíram na cobrança por melhorias locais, como cozinhas comunitárias.

“Você chegava numa comunidade, não tinha estrutura [...] os treinamentos foram melhorando as estruturas também nas comunidades”, afirma Pelição. O dirigente lembra ainda do programa Renascer, voltado à alfabetização de jovens e adultos. A iniciativa foi um dos primeiros grandes projetos sociais do SENAR na região oeste. A proposta consistia em aplicar aulas em comunidades isoladas, com duração de quatro a seis meses. Além do conteúdo didático, a iniciativa teve efeito direto na autoestima e na cidadania das pessoas atendidas, que passaram a se reconhecer como sujeitos de direitos. “Com 4 meses, 6 meses, eles já aprenderam muita coisa [...] saber escrever seu nome, saber assinar.”



SENAR-PR: preparo da mão de obra rural garante qualidade e segurança na produção agrícola.

1993: Ano atípico para as relações da FAEP com o Ministério da Agricultura

Se o campo procurava sempre soluções inovadoras para seu progresso, como se observou no caso da missão do SENAR-PR, fatores externos e políticos seguiam desafiando a representatividade do setor. O ano de 1993 foi atípico para as relações da FAEP com o governo federal. Tendo de lidar com um governo em ritmo de reconstrução, após o

impeachment de Fernando Collor em dezembro de 1992, os dirigentes da Federação precisaram enfrentar seis mudanças no cargo de ministro da Agricultura ao longo de 93. Isso representou um trabalho extra. Sempre que o titular da pasta era outro, havia a necessidade de retomar o que havia sido tratado com o antecessor, por exemplo, gerando demora nas decisões urgentes.

“Isso demonstra a desorganização do governo em relação ao setor, desorganização esta sentida na frágil política agrícola do país”, escreveu Ágide Meneguette no boletim informativo da FAEP. A sensação de desamparo levou a prejuízos naquela ocasião. Era a liberação, por exemplo, da importação de trigo do Canadá, e o começo da entrada avassaladora de produtos têxteis asiáticos, refletindo no cultivo do algodão no Paraná. Nesses momentos, o produtor aguardava uma resposta governamental, que não veio.

“No Brasil, essa defesa da produção tem sido deficiente e, em muitas ocasiões, inexistente. A falta de proteção contra a competitividade dos produtos importados com subsídios na origem é uma grande prova disso. O trigo, algodão, cevada, malte e lácteos têm seus preços deprimidos pela política equivocada do governo, de não impor uma taxa aduaneira que elimine os nefastos efeitos dos subsídios. Num contrassenso, o Brasil sustenta a renda de produtores estrangeiros, enquanto o desemprego na área rural aumenta”, criticou Meneguette.



Num momento de abertura econômica no país, ocorrida na primeira metade da década de 1990, a FAEP defendeu a competitividade do setor rural brasileiro.

1994: Primeira reeleição de Ágide Meneguette mostra reconhecimento do produtor rural

A defesa intransigente dos interesses do campo iria seguir por mais três anos, com uma demonstração de união e força do setor rural paranaense. Em 31 de janeiro de 1994, Ágide Meneguette conquistava sua primeira reeleição, com 112 votos dos sindicatos rurais de todo o estado (eram 140 aptos a votar). Detalhe: sem registro de nenhum voto

nulo ou em branco. O presidente destacou a importância deste resultado. Ele lembrou que “demonstra o apoio e o reconhecimento de todos os companheiros nessa nossa luta em favor da agricultura. Mas também aumenta a nossa responsabilidade”, afirmou, logo após a confirmação do desempenho nas urnas.

O novo mandato começava com muito trabalho. O Plano Real foi instituído em julho de 1994, sendo um marco na economia do país para a estabilização da moeda nacional e o controle da inflação. A FAEP se posicionou a favor da nova moeda. O presidente Ágide Meneguette disse na ocasião estar otimista com o sucesso do real. “A agricultura precisa de regras definidas e aguardamos que isso ocorra de imediato”, manifestou o dirigente, lembrando os atropelos que o setor agrícola sofreu, com efeitos negativos causados desde o Plano Cruzado, na década de 1980, e os planos Collor I e II, resultando na descapitalização do produtor rural. Desde maio de 94, a FAEP lançou uma campanha de esclarecimento, por meio dos seus canais de informação junto aos associados, para explicar como seria a chegada da nova moeda e sua conversão para os preços agrícolas e a relação com o sistema bancário.

MARCA HISTÓRICA

Dezembro de 1994: em pouco mais de um ano, o SENAR-PR atingiu a marca histórica de mil cursos ministrados a cerca de 12 mil trabalhadores e produtores rurais. Treinados nas mais diferentes áreas da agropecuária paranaense, os cursos apoiam a formação de mão de obra rural e de promoção social no campo.



Foto: arquivo FAEP

SENAR-PR teve um início expressivo de suas atividades, levando orientação técnica e colaborando com a segurança do trabalho nas atividades do campo.

Real gera prejuízos ao produtor rural

No entanto, a chegada do real trouxe impactos profundos para a agricultura, gerando perdas e prejuízos que tiveram que ser recompostos ao longo do tempo. A direção da FAEP enviou um fax ao então presidente Itamar Franco apontando a falta de definição dos preços mínimos. “A permanência da TR [taxa referencial] no crédito rural e na renegociação das dívidas antigas e o sistema de câmbio fixo [1 dólar valia 1 real] são problemas que preocupam a agricultura na chegada do real”, disse o comunicado.

A estratégia de pressionar as autoridades gerou reações no governo. Em resposta aos alertas da FAEP, o então ministro da Fazenda, Rubens Ricúpero, declarou que a política de juros elevados teria “vida curta”, estando prevista apenas na fase inicial do real, adiantando que o governo estava atento à defasagem cambial, para evitar prejuízos à produção nacional. O ministro também fez referência ao compromisso firmado por meio da MP (Medida Provisória) do real, para a safra 94/95, para a adoção de mecanismos de fixação e revisão dos preços mínimos à época da colheita e comercialização da safra. Conseguida à custa de muita pressão dos dirigentes da classe rural, a resposta de Ricupero, se não eliminava todos os problemas, pelo menos assegurava meios de o setor rural conseguir fôlego para seguir trabalhando na nova realidade econômica.

Novos governos

O ano de 1995 chegava e, com ele, as expectativas do setor produtivo de que os novos governos que assumiam no âmbito federal, de Fernando Henrique Cardoso, e no Paraná, de Jaime Lerner, pudessem abrir amplos canais de comunicação para acolher as reivindicações do setor rural. Afinal, ambos tinham em suas campanhas mensagens que asseguravam ser o campo prioridade de governo.

Com a economia apresentando sinais de maior controle no campo inflacionário e queda nos índices de preços ao consumidor, 1995 seguiu sendo de muita luta, por parte da FAEP. Na pauta, estava a defesa do fim da chamada TR (Taxa Referencial) nos contratos de financiamento. Após a chegada do Real, criou-se uma distorção grave para o produtor rural, que passou a enfrentar defasagem entre o saldo devedor nas contas e os preços e custos de produção. Na prática, enquanto a TR era atualizada, os preços de garantia dos produtores rurais estabilizaram-se.

Ao relembrar aqueles acontecimentos, o presidente do Sindicato Rural de Paranavaí, Ivo Pierin, afirmou que produtores de hortifrutigranjeiros e algodão, por exemplo, foram bastante penalizados com o descolamento da falta de definição dos preços mínimos e mudança nos critérios de financiamento. Os juros foram elevados e houve congelamento de preços dos itens que compunham a cesta básica. Houve um descolamento da paridade entre crédito e preços dos produtos que antes predominavam. “Muito produtor rural quebrou e o Plano Real avançou por causa de problemas assim. Pode-se dizer que a permanência do plano deve muito ao setor agrícola, que teve de suportar os impactos econômicos trazidos nos primeiros anos da nova moeda”, afirmou Pierin, dirigente da classe rural desde o começo dos anos 90 e do ramo do cultivo e industrialização da mandioca, produto de grande destaque no setor rural do noroeste do Paraná.

Mobilização da FAEP contra a TR

No dia 8 de fevereiro de 1995, o novo ministro da Agricultura, o paranaense José Eduardo de Andrade Vieira, recebeu uma comissão de representantes dos produtores rurais brasileiros, entre eles a direção da FAEP. Na pauta, reivindicações que pudessem eliminar entraves para o produtor, entre eles a TR. Foi o primeiro contato oficial com o novo governo. A mobilização de contatos no governo continuou em 13 de fevereiro, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso cumpriu agenda em Campo Mourão, oportunidade em que a Federação mobilizou produtores para chamar a atenção a respeito das dificuldades envolvendo a TR.

A mobilização atingiu também outros estados. Em Porto Alegre, no dia 13 de março, agricultores dos três estados do Sul, de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás participaram de manifestações contra a política agrícola do governo federal. No dia 15, a FAEP organizou protestos nas principais cidades do Paraná, levando milhares de produtores às ruas para defender uma nova política agrícola para o país. Houve grandes concentrações em Medianeira, Pato Branco, Paranavaí, Dois Vizinhos, Guarapuava, Pitanga, Maringá, Marechal Cândido Rondon, Cascavel e Ponta Grossa, reunindo mais de 20 mil pessoas.

Os produtores compareceram com tratores e caminhões, fechando estradas e bloqueando o acesso às agências bancárias. As mobilizações iriam prosseguir até o governo federal dar atendimento aos principais pleitos do setor rural. Os protestos pelo país sensibilizaram o governo. No mês de abril de 95, o presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu as lideranças dos produtores rurais, entre elas, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette. Era dado um primeiro passo importante: a sensibilização por parte do governo diante das reivindicações do setor rural.

O presidente da República pediu tempo para as medidas econômicas do governo surtirem efeito, concordando que a TR não era a melhor referência para as operações de crédito desde os tempos em que era Ministro da Fazenda. FHC destacou que aquela audiência era importante por abrir “um canal de diálogo” com o setor produtivo do campo.

A articulação dos produtores rurais para chegar ao presidente surtiu efeitos. Após estudos demandados por FHC, levando em conta as repercussões dos seguidos protestos realizados no país pelos produtores rurais, o governo decide abolir a TR, estabelecendo novos critérios de financiamento a partir da safra 1995/96, adotando uma taxa fixa de juros. O desequilíbrio causado pela TR nos financiamentos anteriores, com a combinação de juros altos e estagnação dos preços pagos dos produtos agrícolas, também foi suprido pela Lei 9.138, de 1995, que assegurava mais prazo para o pagamento dos financiamentos, evitando assim a inadimplência forçada no campo. A mesma lei criou ainda o processo de securitização da dívida rural, permitindo a renegociação das dívidas e a transformação dos créditos em títulos de crédito. Ainda não era o

Mobilização do dia 15

Agricultor do Paraná mostra a sua força

A manifestação dos produtores rurais no dia 15 mostrou uma agricultura decidida a lutar pelo direito de produzir. A opinião, de lideranças ruralistas, está evidenciada no registro do protesto em várias cidades do Estado, quando milhares de pessoas deixaram a colheita da safra e o trabalho do dia-a-dia das propriedades rurais, para, nas ruas, exigir uma nova política agrícola para o país. Houve grandes manifestações em Medi-

aneira, Pato Branco, Paranavaí, Dois Vizinhos, Guarapuava, Pitanga, Maringá, Marechal Cândido Rondon, Cascavel e Ponta Grossa, reunindo mais de 20 mil pessoas. Os produtores compareceram com tratores e caminhões, fechando estradas e bloqueando o acesso às agências bancárias. Os agricultores continuam mobilizados até o dia 30 de março, aguardando a oficialização do atendimento aos principais pleitos do setor.



Tratores fecham a BR-277, em Medianeira, no dia 15



Ágide mostra a preocupação com o futuro da agricultura



Maringá: agricultores tomam todo o centro da cidade



Pato Branco durante o protesto dos agricultores do Sudoeste



As mulheres - presença marcante durante todo o movimento



Em Guarapuava, as lideranças abrem a manifestação

Nº 377 - Curitiba, semana de 27 de março a 2 de abril de 1995

Crédito: reprodução do Boletim Informativo da FAEP março/abril 1995

No Boletim Informativo da FAEP, uma síntese da grande mobilização realizada no Paraná pela FAEP para defender uma nova política agrícola para o país.

cenário ideal, pois a composição de preços dos produtos agrícolas passava pelo fortalecimento da política de preços mínimos, um tema constante dos produtores junto às negociações com o governo. No entanto, o resultado não deixou de ser uma conquista importante para aliviar os fardos que o setor agrícola tinha de carregar na área financeira. Era o produtor rural, com a FAEP exercendo seu protagonismo, vencendo mais uma batalha na defesa de seus interesses e ajudando no desenvolvimento do país.

Fundepec é criado

O ano de 1995 ainda reservava outra mudança positiva, com a criação do Fundepec, o Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná. Defendido pela FAEP, que tem a responsabilidade de fazer sua gestão, o fundo foi criado em 14 de novembro de 1995, reunindo instituições privadas representativas de produtores rurais e da indústria, para promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da pecuária, posteriormente estendido para a produção vegetal e viabilizar ações de defesa sanitária no Paraná. Esse trabalho se acentuou no segundo governo Jaime Lerner (1998-2002), quando a Secretaria da Agricultura foi ocupada por Antonio Poloni, que após sua saída do governo foi convidado para a função de assessor especial e consultor da FAEP. Poloni teve a ousadia de criar uma taxa paga por vacinação de animal para formar um fundo permanente que garantisse a indenização a produtores em caso de surtos de doenças. Desde então, não apenas bovinocultores, mas produtores de suínos, ovinos, caprinos e aves, sabem que na eventualidade de surtos de doenças ocorrerá o pronto pagamento da indenização por animal sacrificado desses rebanhos. Isso também evita que ocorrências sejam mascaradas e, desta forma, as consequências ampliadas.



Foto: arquivo FAEP

Fundepec foi criado para ajudar no desenvolvimento e aperfeiçoamento da agropecuária paranaense.

“Criamos esse fundo de segurança sanitária, caso haja problema. O produtor precisa abater o animal infectado, o que certamente vai gerar prejuízos. Mas com o Fundepec, o produtor perdeu o medo de comunicar a suspeita da doença. Era um gargalo, o produtor não gostava de sacrificar. Agora, o produtor comunica e abate, e o Fundepec indeniza. Foi um dos grandes feitos entre o estado e a iniciativa privada. Conseguimos criar a cultura de manutenção dessa fiscalização”, disse Poloni.

Agrinho: educação ambiental que transforma gerações

O Programa Agrinho foi outra novidade que marcou 1995. O projeto foi criado em um contexto em que o uso inadequado de agroquímicos nas áreas rurais era uma séria preocupação, gerando impactos significativos na saúde pública em todo o Paraná. Naquela época, ações pontuais, como campanhas publicitárias e distribuição de material educativo, já não eram suficientes. Era necessário investir em educação ambiental de forma estruturada, visando resultados duradouros.

Foi com essa visão que a FAEP e o SENAR-PR decidiram criar uma iniciativa voltada à conscientização ambiental desde a infância. A ideia era simples e poderosa: se as crianças aprendessem desde cedo, dentro da sala de aula, a lidar com essas questões e compartilhassem esse conhecimento com suas famílias, o impacto seria profundo e transformador.

Assim nasceu o Programa Agrinho, com a produção de material didático desenvolvido por educadores e especialistas em meio ambiente. Surgiu também o personagem Agrinho — um menino do interior, curioso, estudioso, esportista e amigo de todos. Junto com sua irmã Aninha e seus pais, José e Dona Ana, ele passou a protagonizar histórias que ajudavam a transmitir valores de cuidado com o meio ambiente, saúde e cidadania.

Ao longo dos anos, o programa ampliou seu escopo. Novos temas foram incorporados, como consumismo, alcoolismo e sexualidade, ajudando professores a abordar assuntos complexos de forma sensível e eficaz. O Agrinho cresceu, não apenas em conteúdo, mas em abrangência: além do Paraná, o programa já foi adotado em outros oito estados brasileiros e no Distrito Federal.

Todos os anos, o resultado das lições do Agrinho trabalhadas em projetos com as crianças nas escolas durante o ano é premiado numa grande festa, em Curitiba. É uma forma de incentivar e reconhecer a conscientização de todos de que a qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável e a proteção dos recursos naturais começam pela educação. Ao envolver milhares de profissionais da educação, produtores e trabalhadores

do campo e, sobretudo, as crianças, o Agrinho, que em 2025 completa 30 anos, se consolidou como o principal projeto educacional existente no Paraná.

O desenvolvimento do Programa acontece ao longo do ano, por meio de várias etapas cuidadosamente planejadas. Para os professores, é elaborado um material pedagógico com sólida base teórica, que oferece subsídios práticos e metodológicos para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula. Esse conteúdo é produzido por professores universitários especializados nos temas abordados.

Para os alunos, são preparadas cartilhas em formato de revista, que exploram temas importantes, como: ética, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, além de questões locais. Esses conteúdos são integrados às disciplinas tradicionais, permitindo uma conexão entre o conhecimento acadêmico e os desafios da vida real, promovendo uma abordagem cidadã dentro da escola.

Todos os materiais passam por atualizações periódicas, garantindo a relevância e a contemporaneidade dos temas. As cartilhas destinadas aos estudantes são encaminhadas aos Núcleos Regionais de Educação da Secretaria de Estado da Educação e às secretarias municipais, que se encarregam da distribuição às escolas participantes.

No entanto, o trabalho do Agrinho vai além da produção e entrega de material. O SENAR-PR também investe na formação dos professores, oferecendo capacitações nos municípios. Com preparo adequado e material em mãos, cada educador escolhe o tema mais relevante para sua realidade local, buscando impactar positivamente a vida dos alunos e envolver a comunidade ao redor da escola.

Essa escolha consciente e contextualizada é essencial para o sucesso do programa. As atividades desenvolvidas ao longo do ano resultam em projetos que podem ser inscritos no Concurso Agrinho, promovido anualmente pelo SENAR-PR, com o objetivo de reconhecer e valorizar o empenho de professores e estudantes na construção de uma educação mais significativa e transformadora. O Agrinho segue firme em sua missão: educar para transformar.



As crianças são estimuladas a pensar em ações para transformar a realidade do campo, como nesta apresentação teatral em 1999.



Premiação reúne professores e alunos em evento organizado pela FAEP, em Curitiba. Na imagem, participantes do evento de premiação da segunda edição do Agrinho, em 1997, no restaurante Madalosso.

Parceria ampla

O sucesso acumulado nas suas três décadas de atividades é refletido pelo número de parceiros que aderiram à causa. O Agrinho conta com o apoio de sindicatos rurais, prefeituras (por meio das secretarias municipais de Educação), Banco do Brasil, Itaipu Binacional, Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Dow AgroScience, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Paraná, Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Ministério do Trabalho e Emprego, e diversas secretarias estaduais do governo do Paraná — como Agricultura e Abastecimento, Educação, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, além da Justiça e Cidadania.

A cultura de aperfeiçoamento das ações de defesa do interesse da classe rural nos aspectos sociais e econômicos iria passar por profundas transformações. O Agrinho, como se viu, é um exemplo disso. São iniciativas que ajudam a fortalecer a representatividade do Sistema FAEP/SENAR-PR perante seus filiados. Esse desempenho positivo na defesa do produtor rural e da agricultura paranaense vai ganhar novo fôlego ainda na década de 1990. Ele seria determinante para os anos que viriam. É o que você irá conferir no capítulo seguinte.



2010

FAEP inova
no relacionamento com
associado, consegue mais
recursos e avança na defesa
sindical ao produtor rural

A Contribuição Sindical sustentava todo o sistema sindical brasileiro, com a cobrança de trabalhadores e de produtores – indústria, comércio e agropecuária. No caso do setor rural, os produtores pagavam à Receita Federal, que repassava à confederação, federações e sindicatos que integravam o Sistema CNA. Nas últimas décadas do século passado, a inflação estava altíssima e o Governo Federal com poucos recursos. Como consequência, o governo retinha as verbas a serem repassadas o máximo possível. Quando chegava ao caixa do sistema sindical rural, tudo estava extremamente defasado, criando graves problemas financeiros às entidades.

Por meio de acordo com a Receita Federal, com base na lei nº 9393/96, a FAEP foi autorizada a cobrar diretamente a contribuição durante o ano de 1997, até que o antigo sistema fosse restabelecido, permitindo a sobrevivência dos sistemas. A Contribuição Sindical foi extinta na reforma trabalhista em 2017.

Os recursos obtidos com a arrecadação eram importantes, pois passaram a fortalecer ainda mais a entidade para melhor atender os produtores rurais em todos os problemas enfrentados pela categoria, como as ações em dissídios em municípios em que não houve a possibilidade de convenção, e nos locais onde não existe sindicato.

Uma edição especial do Boletim Informativo da FAEP foi editada para ajudar os produtores rurais a entender as novas regras de contribuição.

FAEP Boletim Informativo

ENCARTE ESPECIAL

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL

1

9

9

7

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 01 - Sindicalismo rural
- 02 - Contribuição Sindical Rural
- 03 - Fixação e recolhimento da Contribuição Rural Sindical
- 04 - Quem paga?
- 05 - Quem cobra?
- 06 - Importância da Contribuição Sindical Rural
- 07 - Destinação e distribuição dos recursos arrecadados
- 08 - Penalidades pelo NÃO pagamento

CONTRIBUIÇÃO SENAR

- 01 - SENAR
- 02 - Contribuição SENAR
- 03 - Enquadramento SENAR
- 04 - Cálculo da Contribuição SENAR
- 05 - Destinação dos recursos arrecadados

Nº 482 - Curitiba, semana de 2 a 8 de junho de 1997

Encarte especial editado pela FAEP ajudou o produtor a entender como iriam funcionar as novas regras da contribuição sindical rural. Arrecadação ajudou a ampliar defesa dos interesses do campo.

Mudança no estatuto

Ainda em 1996, houve uma mudança importante no estatuto da FAEP. Até aquele ano, era permitida apenas uma reeleição para a presidência. Liderada pelo então vice-presidente Guerino Guandalini e outras lideranças, diante da boa repercussão das duas primeiras gestões de Ágide Meneguette na defesa dos interesses do produtor rural, foi aprovada uma nova norma no estatuto. Ela suprimiu o limite de participação em futuras escolhas dos quadros dirigentes da FAEP. A mudança no estatuto atendia assim a um clamor dos próprios produtores rurais. Eles reconheciam em Ágide o nome ideal para seguir representando a categoria nas questões que envolviam o agronegócio do estado.

Essa preferência foi testada no dia 24 de janeiro de 1997, quando a diretoria liderada por Ágide, em chapa única, foi reeleita para um terceiro mandato (triênio 97-99). Continuava assim o processo de modernização do sistema sindical patronal rural, iniciado a partir de 1991, tendo como exemplo a criação e expansão do SENAR-PR, o Agrinho e a estruturação do Fundeppec, entre outras realizações. “A FAEP tem-se destacado como uma das mais combativas entidades ruralistas do País, procurando participar de todos os movimentos e debates sobre a agropecuária brasileira. A diretoria da FAEP já visitou todos os sindicatos rurais do Paraná, mantendo contato com dirigentes e produtores. Para agilizar o encaminhamento das reivindicações de todo o segmento produtivo, foram reativadas as Comissões Técnicas, com a participação de representantes dos agricultores, indicados pelos sindicatos rurais”, ressaltou em comunicado a diretoria no Boletim Informativo da FAEP, que circulou na semana entre 3 a 9 de fevereiro de 1997.



Reunião da diretoria da FAEP na segunda metade da década de 1990. Desses encontros eram definidas as estratégias que tornaram a Federação uma das mais atuantes entidades ruralistas do país.

A combatividade da FAEP, reconhecida nas urnas, seria acionada outras vezes ainda naquela década nos mais diferentes setores envolvendo o setor agrícola do estado. A questão agrária enfrentava momentos de tensão e criminalidade, com o recrudescimento dos conflitos no campo. A FAEP, no ano de 96, havia contabilizado 13 invasões de propriedades no Paraná. Só nos quatro primeiros meses do ano seguinte, foram registradas outras nove invasões.

Situações recorrentes

Ao todo, eram 87 áreas ocupadas até setembro de 97 no estado. A Federação seguia cobrando das autoridades competentes providências em defesa do direito à propriedade, como o cumprimento dos mandados de reintegração de posse, para evitar que os conflitos ficassem ainda mais graves por causa da impunidade. Ainda em setembro, a FAEP e outras entidades de classe, como Fiep e Ocepar, assinaram um manifesto defendendo que o governo do estado combatesse a onda de invasões e passasse a atender os mandados de reintegração de posse. O Paraná era o líder nacional em conflitos agrários naquele ano. Havia casos de agressão a produtores rurais durante as ações. Situações assim mostravam que o campo era terra sem lei. Nos anos seguintes, principalmente entre 1998 e 2000, o clima de tensão e violência no campo paranaense se repetiria com novas invasões, restando ao setor produtivo rural manter as autoridades pressionadas a cumprir com suas atribuições legais. Uma campanha na imprensa e anúncios publicitários nas emissoras de TV do estado foram criados para condenar as atitudes do Movimento dos Sem-Terra (MST), com o slogan “Reforma Agrária sim. Sem lei, não”. A repercussão foi imediata, com a sociedade urbana manifestando solidariedade aos produtores vítimas da violência do MST.



SENAR
PARANÁ



FAEP
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ



Boletim
Informativo

Nº 497 - ANO XII

Curitiba, semana de 15 a 21 de setembro de 1997

Invasão e tortura deixam produtores aterrorizados



Em nota oficial conjunta enviada ao governo do estado e à imprensa, a FAEP e a OCEPAR repudiaram as agressões usadas pelos sem-terra durante a invasão da Fazenda Cordilheira, no município de Jundiá do Sul, onde seis pessoas foram feitas como reféns pelos invasores após serem violentamente espancadas, e pelo assassinato ocorrido em Tamarana. Segundo a nota, que é assinada pelos presidentes Ágide Meneguette e João Paulo Koslovski, os produtores rurais não estão surpresos, mas "estarecidos pela violência e pelos atos de banditismo e vandalismo" feitos pelos sem-terra. Para a FAEP e OCEPAR, o MST é uma organização revolucionária, que busca a conquista do poder pela força da intimidação de grupos treinados para o embate, sob a forma de guerrilha. Insistem que é necessário punir os marginais travestidos de sem-terra, e promover indistintamente todas as desocupações das áreas invadidas. "Ao processo de invasões, entendem os produtores, tem que ser dado um basta, seja pela força da Lei, seja pela acatização do embate", alerta a nota. Em Brasília, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), se manifestou solidário com o drama dos produtores rurais. Segundo Antônio Ernesto de Salvo, presidente da CNA, o senador baiano pediu mais informações sobre as invasões que estão ocorrendo no país para respaldar as decisões dos parlamentares na votação de matérias relacionadas com a questão fundiária. Páginas 3, 4 e 5

O produtor rural Nel Mário Monardi foi hospitalizado depois de ser agredido

**De Salvo critica
ineficiência
do governo**

Pág. 13

**Nova lei do
meio ambiente é
inadequada**

Pág. 9

**Normas do
Pronaf são
inviáveis**

Pág. 7

Pelo Boletim Informativo, a FAEP denunciava os crimes dos invasores e solicitava providências às autoridades.



Foto: reprodução do Boletim Informativo

FAEP e Ocepar criaram campanha para chamar a atenção da sociedade para a onda de invasões e pedir ações das autoridades para combater os crimes.

Os temores do produtor recaíam também sobre a liberação de recursos para financiar a safra de verão. A exemplo de anos anteriores, as incertezas sobre quando o governo iria liberar o dinheiro permaneciam na pauta de trabalho da FAEP naquele segundo semestre de 97. O presidente Ágide Meneguette teve de enviar alertas, por meio de ofícios, aos ministros da Agricultura, Arlindo Porto, da Fazenda, Pedro Malan, e à direção do Banco do Brasil, solicitando “medidas urgentes” para a liberação imediata dos recursos aos agricultores. Ele chamava a atenção para o fato que o plantio estava em fase adiantada no final do mês de outubro, mas sem sinal de quando haveria a chegada dos recursos aos bancos para financiar a safra. A pressão deu resultado, com o

senador Osmar Dias informando que a direção da FAEP tinha recebido resposta de que o Ministério da Agricultura reconhecia as dificuldades, e atenderia as reivindicações.

Embora o Plano Real tenha garantido estabilidade na economia, a abertura que acompanhou o lançamento da nova moeda trouxe desafios, como a importação sem critérios de produtos lácteos, o que abalou na época a cadeia leiteira nacional. O Paraná, um dos principais estados do país no setor leiteiro, enfrentou dificuldades, com a FAEP liderando mobilizações para que o Governo Federal revisse as medidas. No dia 2 de fevereiro de 1998, a Federação ajudou a organizar, em Curitiba, audiência pública da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara Federal. A finalidade era mostrar ao consumidor que o leite produzido no Brasil era de boa qualidade e melhor que o importado. O encontro reuniu mais de mil produtores e representantes da indústria e entidades rurais dos estados do Sul, lançando a campanha “SOS Leite”. Já no encontro, os primeiros resultados. O governador Jaime Lerner anunciou medidas, como o diferimento do ICMS na comercialização do leite longa vida e aumento da compra do produto nacional para uso na merenda escolar nas escolas da rede estadual. Em outubro de 98, a movimentação das lideranças trouxe novos resultados. Uma portaria da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura impôs redução da importação de leite e derivados. O principal foco da medida era acabar com a chegada generalizada de produtos que não tinham um sistema de inspeção sanitária equivalente ao sistema brasileiro.



Foto: arquivo FAEP

Em outubro de 1998, após reunião com representantes do setor leiteiro, o governador Jaime Lerner anuncia medidas que ajudaram a enfrentar a liberação sem critérios de produtos importados.

Início do pedágio em rodovias do Paraná: FAEP lidera campanha contra tarifas abusivas

Enquanto o combate à concorrência desleal comprometia a atividade leiteira, uma medida do governo estadual causou mudanças no comportamento dos preços agrícolas: o início da cobrança de pedágio nas rodovias que formavam o chamado Anel de Integração. Sem condições de continuar mantendo as estradas, o governo abriu concorrência, na

forma de lotes, para instituir o pedágio nas estradas. A FAEP promoveu, em abril de 98, em conjunto com a Ocepar e sindicatos ligados às empresas de transporte, o Encontro Estadual sobre os Impactos do Pedágio na Economia Paranaense. A conclusão foi de que era preciso rever as tarifas iniciais que começaram a ser cobradas a partir do mês de junho daquele ano. O custo do frete sofreria aumento médio de 40%, com o produtor rural tendo o risco de bancá-lo sozinho. A FAEP defendia uma ampla discussão com todos os setores produtivos e o governo estadual antes do pedágio passar a ser cobrado. A pressão por mudanças resultou na formação de uma comissão tripartite, formada por integrantes dos usuários, da Secretaria Estadual dos Transportes e das futuras concessionárias. O objetivo era discutir as reivindicações do setor agrícola e do transporte de cargas quanto ao sistema de cobrança que estava sendo finalizado. Ágide Meneguette, em artigo publicado no Boletim Informativo da FAEP, edição da semana de 25 a 31 de maio de 98, fez questão de frisar que as entidades do setor produtivo não eram contra a cobrança, pois esta era a única solução possível para bancar a recuperação de rodovias. “O que os produtores rurais estranham e não aceitam é o alto custo das tarifas, incompatíveis com o valor das mercadorias que transitam pelas rodovias pedagiadas”, ressaltou o dirigente. Uma das soluções encontradas durante as discussões foi a criação do Cupom Safra. Eles eram concedidos pela entidade que representa as concessionárias (a ABCR) e repassados às entidades e organizações do setor agrícola (FAEP, Ocepar e Seab) para posterior distribuição. Os cupons valiam para caminhões carregados exclusivamente com produtos agrícolas primários oriundos do Paraná. Era um primeiro avanço depois da mobilização.

Em julho de 1998, nova vitória na questão do pedágio. Depois de negociações, lideradas pela FAEP, o governo estadual reduz a tarifa em 50%. Ou seja, um caminhão de cinco eixos que custaria R\$ 115 em pedágios para ir de Cascavel a Paranaguá, seria cobrado em menos de R\$ 60 a partir da mudança. “A redução das tarifas é resultado de reivindicação de praticamente todo o setor produtivo paranaense que utiliza as rodovias, principalmente dos produtores rurais representados pela FAEP, que começou a campanha pela redução das tarifas e de isenção de produtos agrícolas”, comemorou a Federação em comunicado aos associados no Boletim Informativo que noticiou a redução.



Foto: arquivo FAEP

A partir da cobrança de pedágio no primeiro semestre de 1998, FAEP iniciou uma série de campanhas e mobilizações para defender um preço justo da tarifa.

Boa notícia contra a aftosa em 1998

O Paraná iniciava em maio de 1998 mais uma campanha de vacinação contra a febre aftosa. A boa notícia: o estado havia completado 36 meses sem o registro de casos da doença.

Plano real sofre mudanças após crise econômica: FAEP orientou produtor sobre ganhos com desvalorização da moeda

Em janeiro de 1999, o Governo Federal aplicou uma desvalorização do Real perante o dólar para combater uma crescente crise econômica que se arrastava desde 1997. Desde a implantação da nova moeda, 1 real equivalia a praticamente 1 dólar, com o governo mantendo a paridade com intervenções no mercado financeiro. Essas medidas artificiais para manter a paridade custavam as reservas internacionais que o país tinha na moeda norte-americana para financiar sua dívida externa, além de pressionar cada vez mais por uma desvalorização da moeda nacional. Em 13 de janeiro de 99, o Banco Central abandonou o regime de câmbio fixo e passou para um câmbio flutuante. O real passou de cerca de R\$ 1,20 por dólar para R\$ 2,00 por dólar em questão de semanas, uma desvalorização de cerca de 60%.

A FAEP, em comunicado no Boletim Informativo que circulou na semana de 18 a 24 de janeiro de 99, informou que o produtor rural poderia sair favorecido. “Os que produzem para exportação vão ter seus preços valorizados no montante semelhante ao valor da desvalorização cambial. Para os produtores que têm somente o mercado interno, e que têm os preços balizados pelas cotações internacionais uma vez que podem ser substituídos por produtos importados, também devem ser valorizados”, destacou o comunicado da Federação.

FAZENDAS DESOCUPADAS PELA POLÍCIA

Nos meses de maio e junho de 1999, a FAEP enviou comunicados ao governo do estado cumprimentando pelas operações de reintegração de posse de 14 fazendas na região noroeste do Paraná. Era o sinal de reação mais forte registrado até aquele período para o resgate da lei e da ordem no campo. As operações vieram após meses

de mobilização do setor produtivo em defesa da propriedade privada e do estado democrático de direito. A partir do ano 2000, levantamento divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário revelou que as invasões haviam caído cerca de 70% no primeiro bimestre do ano 2000.

Sala do produtor: tecnologia que sintonizou a agricultura com o mundo

O Paraná também era notícia nas inovações envolvendo a tecnologia da informação, ainda tão ausente no campo naquele final de década de 1990. Com o início da popularização da internet, o campo começou a se conectar de maneira mais acessível ao online. A FAEP não perdeu tempo e ajudou a patrocinar o projeto “Sala do Produtor”, iniciativa que foi desenvolvida no Paraná e depois levada ao restante do país. Era um espaço que ficava nos sindicatos rurais, conectando via rede mundial de computadores todas as 150 organizações patronais do campo paranaense filiadas à FAEP. Cada sala possuía computador de última geração conectado à internet, impressora, televisor de 29 polegadas com antena parabólica e vídeocassete.

O programa online foi desenvolvido graças a uma parceria da CNA, Sebrae Nacional e SENAR. “As Salas do Produtor vão ter papel decisivo no apoio para modernização e sobrevivência da atividade agrícola, no contexto do acirramento da concorrência pelos mercados interno e externo”, disse o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, no lançamento do projeto em 28 de maio de 1999.

“O conhecimento em tempo real e a informação atualizada sobre o mercado agropecuário podem contribuir para reduzir pela metade o volume de perdas da agricultura brasileira”, disse o então presidente da CNA, Antônio Ernesto de Salvo, que esteve em Curitiba para a inauguração do projeto. A estrutura tornava possível ao

usuário do campo saber informações sobre a previsão do tempo, cotações de commodities, noticiário agrícola em geral, além de manter contato via e-mail com a FAEP. Era uma primeira forma modernizada de quebrar barreiras geográficas e agilizar demandas do produtor rural.

Foto: arquivo FAEP



Sala do Produtor Rural foi um projeto inédito no país iniciado nos sindicatos rurais do Paraná.

Viagens técnicas

O acesso ao conhecimento era incentivado ainda por outros meios. Viagens técnicas a outros países começaram a ser realizadas pela FAEP. O objetivo era conhecer o sistema

produtivo agropecuário no exterior a fim de promover intercâmbio de tecnologias e melhorar o próprio modelo de produção. Em maio de 1999, uma comitiva viajou a Argentina, outra potência agrícola do continente sul-americano. O grupo foi formado por produtores rurais (presidentes de sindicatos), técnicos do SEBRAE e SENAR e da Secretaria Estadual da Agricultura, da FAEP e de jornalistas.

Em junho do mesmo ano, foi a vez de outra viagem, desta vez a um dos principais protagonistas do mercado mundial agropecuário, os Estados Unidos. Foram oito dias para conhecer uma das principais regiões agrícolas do mundo, o chamado *Corn Belt*, ou Cinturão do Milho, no noroeste dos Estados Unidos. Lá, os produtores paranaenses viram cultivos e projetos ligados ao milho, soja, frutas, suínos, aves, gado de corte e toda a logística de estruturação e funcionamento da agropecuária do país. No retorno, os produtores do Paraná trouxeram valiosas informações sobre como sobreviver e reagir a um mercado agrícola que só se tornou cada vez mais competitivo. Entre setembro e outubro de 99, a FAEP organizou mais duas viagens aos Estados Unidos.

O intercâmbio era necessário naquele momento da atual conjuntura da economia agrícola nacional, que saía de um esquema de câmbio fixo para o de variação do Real perante o Dólar. Ao promover esse intercâmbio de conhecimentos, a FAEP passava a contribuir para o aprimoramento da competitividade da agricultura local, incentivando a modernização do campo, a adoção de boas práticas e a abertura de novos mercados, fortalecendo a posição do Paraná no cenário agrícola global. O sucesso das viagens técnicas seguiu ao longo do ano 2000. Desta vez, as delegações da FAEP realizaram visita de trabalho no continente europeu, em três países: Espanha, França e Itália.

Reeleição de Ágide para o triênio 2000/2002

Com uma filosofia de trabalho inovadora, tendo pela frente realizações como o Agrinho, o Fundepac, o SENAR, entre outras ações inéditas que mudaram a perspectiva da representatividade sindical agrícola no Paraná, Ágide Meneguette seguia consolidado

como uma liderança capaz de responder à altura dos interesses do produtor rural. Em 24 de janeiro de 2000, a chapa encabeçada por ele foi reeleita para o triênio 2000/2002. Após o resultado, Ágide comentou que o ano prometia ser de realizações inéditas para a agropecuária do Paraná. A meta era trabalhar nos últimos detalhes para receber da OIE (Organização Internacional de Sanidade Animal), em Paris, o tão esperado certificado de área livre de febre aftosa com vacinação. O estado, ainda em 99, já tinha em mãos um trunfo para requisitar a classificação internacional: o certificado emitido pelo Ministério da Agricultura declarando o Paraná como área livre da doença com a vacinação do rebanho em dia. Presente à reunião que definiu a nova diretoria da Federação, Antônio Poloni, então secretário estadual da Agricultura, destacou a união de esforços do poder público e de entidades como a FAEP para conquistar aquele importante reconhecimento. “A sanidade é de todos, não apenas do governo, mas também da iniciativa privada”, afirmou Poloni.

A criação do Consecana Paraná: reação a uma nova dinâmica de mercado

O setor sucroalcooleiro paranaense enfrentou uma profunda transformação a partir de 1º de fevereiro de 1999, quando o Governo Federal deixou de intervir na fixação dos preços da cana-de-açúcar. A mudança, que viria a ter reflexos a partir do ano 2000, marcou o início de um novo cenário para os produtores rurais, que se viram diante da necessidade de negociar diretamente com a indústria os valores da matéria-prima, para a qual até então havia um preço oficial definido.

Sem a preparação adequada para esse novo ambiente de livre mercado, o setor produtivo rural do Paraná passou por um momento de instabilidade. Faltavam instrumentos e estruturas de negociação que pudessem equilibrar as forças entre agricultores e industriais.

Diante desse desafio, a Comissão Técnica de Cana-de-Açúcar da FAEP assumiu papel de liderança. A partir das discussões realizadas nos dois seminários “Setor Sucroalcooleiro – Dificuldades e Perspectivas”, promovidos em setembro de 1999, começou a ser delineado um caminho para responder às novas exigências do mercado.

Como resultado prático, foi instituído em 2 de março de 2000 um grupo de trabalho reunindo representantes dos setores agrícola e industrial. O objetivo era estudar alternativas viáveis para a formação de preços da cana-de-açúcar no estado. Após diversas reuniões e análises, chegou-se à conclusão de que o modelo Consecana, já adotado com sucesso em outros estados, seria o mais adequado para a realidade paranaense com adaptações às especificidades locais.

O desfecho desse processo ocorreu em 26 de abril de 2000, com a fundação do **Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado do Paraná (Consecana Paraná)**. A entidade passou a atuar como referência na formação de preços da cana-de-açúcar, oferecendo subsídios técnicos e parâmetros objetivos para negociações em regime de livre mercado.

O Consecana Paraná foi estruturado a partir da união de diferentes segmentos do setor:

Entidades Fundadoras:

- FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná;
- SIALPAR – Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool do Estado do Paraná;
- SIAPAR – Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado do Paraná.

Entidades Colaboradoras:

- ALCOPAR – Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná;
- Universidade Federal do Paraná (UFPR), por meio do Departamento de Economia e Extensão Rural;
- Comissão Técnica de Cana-de-Açúcar da FAEP.



Criação do Consecana ajudou a fortalecer as articulações do setor sucroalcooleiro do Paraná.

A criação do Consecana-Paraná simbolizou um avanço institucional importante, contribuindo para a profissionalização das negociações e a consolidação de um ambiente mais justo e equilibrado entre os elos da cadeia produtiva do setor sucroenergético.

OIE reconhece PR como área livre de aftosa com vacinação

Após as movimentações inovadoras no setor sucroalcooleiro, a FAEP participou algumas semanas depois de um fato histórico. O dia 24 de maio de 2000 representou uma data memorável para a agropecuária paranaense. O estado foi aprovado em votação

na assembleia geral da OIE como região preparada para receber o certificado de área livre de febre aftosa com vacinação. A OIE representava na época 155 países signatários das normas de sanidade animal para todo o mundo. O reconhecimento era fruto de um trabalho conjunto de entidades ligadas à produção rural, como a Federação e, a Ocepar, e o governo paranaense. A cada ano, todos juntos não mediam esforços para reforçar as campanhas de vacinação do rebanho contra a aftosa. O estado, naquela ocasião da aprovação em Paris, já havia ultrapassado o período de mais de quatro anos e meio sem detectar focos da doença. As expectativas eram de valorizar a carne produzida no Paraná, a médio prazo, em até 40% no mercado internacional.



Foto: arquivo FAEP

Na embaixada do Brasil, em Paris, a comitiva festeja recebimento do certificado para o Paraná como área livre de febre aftosa com vacinação. Da esquerda para a direita, em primeiro plano: o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, o secretário estadual da Agricultura, Antônio Poloni, o embaixador do Brasil na França, Marcos Azambuja, e o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes.

Liderando uma comitiva que reuniu parlamentares, técnicos e jornalistas, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, acompanhou a entrega do certificado na embaixada do Brasil em Paris. Ele disse naquela ocasião que “a guerra apenas começou, pois precisamos mais do que nunca intensificar a vigilância sanitária para manter este importante status. É um grande passo no sentido de recuperar a nossa pecuária”.

A luta do Paraná contra a aftosa já durava mais de três décadas. Desde os anos 1960, a FAEP se destacou para conscientizar os criadores da importância de aderir às campanhas de vacinação. Não foram poucas reuniões e alertas emitidos pela Federação sobre os perigos da aftosa. O combate à doença, ainda naqueles primórdios, começou pequeno. As ações eram concentradas em poucas propriedades, envolvendo o governo e entidades representativas, como a FAEP. Nas décadas seguintes, o trabalho foi apresentando resultados e convencendo cada vez mais setores da pecuária a aderir. Chegou 1995, o descobrimento de um foco de aftosa, para que tudo fosse mudado, representado na reestruturação de todo o sistema de defesa, uma cadeia de ações que teve seu momento maior naquele reconhecimento em Paris, em 24 de maio de 2000.

Com o certificado de área livre com vacinação garantido, o Paraná passava para uma nova fase. Todo o cuidado precisava ser mantido: vigilância e participação nas campanhas de vacinação eram essenciais. Em outubro de 2000, cinco meses depois de obter o reconhecimento da OIE em Paris, o estado se organizava em um importante evento para manter o setor da pecuária em estado de alerta. O Fórum Paraná Sem Aftosa, realizado em Curitiba, procurava reforçar um pedido aos produtores rurais para que denunciasses quem estivesse trazendo gado, suínos ou qualquer outro animal que pudesse transmitir a doença no estado. O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, alertou que qualquer descuido no combate à aftosa poderia ser um desastre e fazer o Paraná perder cinco anos de trabalho e investimentos.



Foto: arquivo FAEP

Em outubro de 2000, o fórum “Paraná Sem Aftosa”, organizado pela FAEP e demais setores produtivos, mantinha todo o segmento agropecuário alertado: era preciso seguir com os cuidados sanitários contra a doença.

Agrinho: 5 anos com reconhecimento inédito do Ministério da Educação

Em novembro de 2000, o Agrinho completava cinco anos de existência. A formação de pequenos cidadãos, com conhecimento ministrado pelo projeto para valorizar a agricultura e proteger o meio ambiente, seguiu sendo a filosofia de trabalho do Agrinho. Com experiências pedagógicas em sala de aula, culminando com a participação em concursos de redação e atividades artísticas, as crianças envolvidas no projeto desenvolvem um olhar especial para a preservação dos recursos naturais,

orientações de saúde e o trabalho na terra. Os melhores trabalhos escolares que concorriam às premiações do Agrinho seguiam sendo conhecidos em Curitiba numa grande festa preparada para as crianças e professores participantes.

O Agrinho, naquela edição, conquistou um posicionamento de pioneirismo na Educação Nacional. O programa foi a primeira iniciativa educacional no país, reconhecida pelo Ministério da Educação, a colocar em prática uma recomendação que passou a prever o estudo de temas transversais às disciplinas dadas em salas de aula, como educação ambiental, práticas de cidadania e saúde.

Suinocultura livre da peste suína clássica

Janeiro de 2001 marcou um ponto de inflexão para a suinocultura no Paraná. Naquele mês, o setor celebrou uma conquista histórica: o reconhecimento oficial, pelo Governo Federal, do estado como área livre de peste suína clássica. O status foi fruto de quase vinte anos de esforços intensivos, envolvendo produtores, técnicos e órgãos de defesa sanitária.

A certificação representou mais do que um título: abriu as portas para a ampliação dos mercados e impulsionou as exportações de carne suína, que mais do que dobraram em comparação aos números anteriores à conquista. O feito consolidou o Paraná como um dos protagonistas nacionais na produção de carne suína.

Com o apoio técnico da FAEP, os produtores intensificaram a profissionalização da atividade, incorporando práticas mais eficientes e elevando significativamente a produtividade por animal.

A confirmação do novo status sanitário foi resultado de um processo criterioso. Amostras de sangue coletadas de 3,6 mil suínos em diferentes regiões do estado foram analisadas em laboratórios credenciados pelo Ministério da Agricultura. Os resultados da sorologia comprovaram a eficácia do trabalho conjunto entre os setores público e privado, evidenciando o alto nível de rigor adotado nas ações de vigilância sanitária.

Essa conquista não apenas reafirmou o comprometimento do Paraná com a sanidade animal, mas também reposicionou o Estado no cenário internacional, reforçando sua competitividade no exigente mercado global de proteína animal.



Foto: arquivo FAEP

Suinocultura paranaense conquistou em janeiro de 2001 novo status sanitário, o que ajudou no reposicionamento do estado no competitivo mercado internacional.

Atuação do setor rural busca corrigir injustiça no ICMS das agroindústrias

No mês de junho de 2001, mais uma vitória, quando a Assembleia Legislativa aprovou mudanças no recolhimento do ICMS para as agroindústrias do Paraná. A alteração, que foi defendida pela FAEP, corrigiu uma injustiça sofrida pelo setor de carnes e lácteos, tirando competitividade desses produtores no mercado interno e nacional e impedindo melhores preços cobrados ao consumidor. A legislação equiparou as alíquotas do Paraná com as de São Paulo, além de autorizar um crédito presumido de 7% no recolhimento do tributo para os setores atendidos. A nova legislação garantia aos produtos paranaenses a capacidade de concorrer em condições de igualdade com produtos semelhantes que chegavam de outros estados.

Conseleite: conquista de destaque em 2002

O ano de 2002 ficou marcado como um divisor de águas para o setor produtivo de leite no Paraná com a criação do Conseleite-PR, uma das iniciativas mais impactantes para o equilíbrio e transparência nas relações entre produtores rurais e indústrias de laticínios. Criado em outubro daquele ano, o Conseleite-PR surgiu com o objetivo de estabelecer relações justas, colaborativas e transparentes entre os produtores rurais e as indústrias, com foco na redução dos conflitos que haviam se intensificado com a desregulamentação do setor nos anos 90. Desde a sua criação, o Conseleite-PR tem se destacado como uma ferramenta de grande importância para o desenvolvimento sustentável da produção de leite e seus derivados, promovendo constantes melhorias na qualidade e nas práticas da cadeia produtiva.

O Conceleite-PR é uma associação civil, com estatuto e regulamentos próprios, composta igualmente por representantes da FAEP, que representa os produtores rurais, e do Sindileite-PR, que reúne as indústrias de laticínios do estado. Este modelo paritário, com um número igual de representantes de ambos os lados, tem sido a chave para garantir a transparência e a eficácia do conselho.

Fortalecimento através do tempo

Desde sua fundação, os encontros realizados pelo Conceleite-PR foram essenciais para seu fortalecimento. De acordo com Ronei Volpi, que presidiu a Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite do Sistema FAEP/SENAR-PR, a transparência é a essência do conselho. “Ao longo do tempo, é natural que novas pessoas passem a frequentar as reuniões e é necessário promovermos esclarecimentos sobre a dinâmica desse trabalho. Essa série de eventos fortaleceu ainda mais o conselho, que desempenha um papel imprescindível à cadeia produtiva como um todo”, afirmou Volpi, que em 2025 presidia a Comissão Nacional de Pecuária de Leite.

Benefícios para os produtores

Um dos maiores méritos do Conceleite-PR foi a melhoria na remuneração dos produtores, especialmente os menores. Nos primeiros anos de atuação do conselho, os preços recebidos pelos produtores, quando comparados aos valores de referência divulgados pela Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná (SEAB), mostravam uma diferença significativa. No início, os preços situavam-se entre o menor valor de referência e o valor de referência do leite padrão. Com o passar do tempo, à medida que

mais produtores passaram a adotar os dados do Conseleite como base para suas negociações, os preços começaram a se posicionar entre o valor de referência e o maior valor de referência, o que é um reflexo direto dos benefícios trazidos pela iniciativa.

Foto: arquivo FAEP



Setor leiteiro ficou fortalecido com a criação do Conseleite.

Atualmente, o Conseleite-PR tem sido a base para as negociações de leite no estado há mais de oito anos, sendo uma metodologia amplamente confiável tanto para produtores quanto para as indústrias. Este modelo tem sido tão eficaz que outros estados, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, adotaram o Conseleite como referência, além de despertar o interesse internacional, com a província argentina de Entre Rios estudando a possibilidade de implantar o primeiro Conseleite argentino.

Com isso, o Conseleite-PR se consolida como uma das maiores conquistas do setor agropecuário paranaense, tendo contribuído significativamente para a melhoria das condições de trabalho dos produtores e para o fortalecimento da cadeia produtiva de leite. O modelo de transparência e parceria entre produtores e indústrias têm mostrado, a cada ano, que é possível construir um mercado mais justo e equilibrado para todos os envolvidos.

Diretoria da FAEP reeleita para o triênio 2003/2006

Por unanimidade dos votos dos delegados representantes dos sindicatos rurais do Paraná, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, foi reeleito para o triênio 2003/2006 em assembleia geral da Federação no dia 27 de janeiro de 2003. Novos governantes estavam tomando posse nos cargos executivos tanto em nível estadual quanto nacional (Roberto Requião e Luiz Inácio Lula da Silva, respectivamente). A situação demandava uma diretoria experiente nas negociações com os novos representantes no Paraná e em âmbito federal. Todo o conhecimento da FAEP na defesa do produtor rural seria colocado à prova nos anos seguintes.

O clima no campo em 2003 era de tensão. O MST havia lançado uma onda de invasões de terra pelo país para pressionar o novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva a acelerar planos de reforma agrária. Produtores de todo o país se uniram para pedir o respeito às leis e contra a violência no campo. A direção da FAEP lançou em julho de 2003 o programa “Casa em Ordem”. O objetivo era orientar os produtores rurais sobre como cumprir leis, decretos, portarias, instruções normativas e toda legislação que afeta a atividade agrícola no país. As informações eram reunidas numa cartilha que levava o nome “Casa em Ordem”, e surgia numa fase turbulenta e de pressões sobre o setor produtivo rural. O programa foi lançado em Curitiba. Na abertura da solenidade, o diretor-secretário Livaldo Gemin leu comunicado do presidente da FAEP, Ágide Meneguette, em que afirma que “a pressão legal para o cumprimento da função social da propriedade se tornou exacerbada, o que exige que o produtor rural se cerque de todos os cuidados”.

Em seus 22 anos de existência (até 2025), o Programa Casa em Ordem ultrapassou a marca de 1.600 palestras com mais de 43 mil produtores participantes de todo o Paraná. Para atender a demanda foram capacitados um grupo de técnicos nas diversas áreas como suporte a qualquer esclarecimento adicional às questões apresentadas no Programa. Diretores e funcionários de todos os sindicatos rurais foram capacitados no Casa em Ordem. De forma paralela, foi estruturada nos sindicatos rurais, a Sala do Produtor, permitindo a instrumentalização dos locais para atender aos proprietários rurais, principalmente pelo uso adequado da internet. O Casa em Ordem também foi incorporado ao Programa Empreendedor Rural do SENAR-PR. O seu alcance extrapolou as fronteiras do Paraná e diversas entidades implantaram programas que tiveram como modelo o Casa em Ordem, desenvolvido no Paraná. Entre elas, a CNA e federações de diversos Estados brasileiros como Rio de Janeiro, Santa Catarina e Bahia.

Embora com as atenções voltadas para a tentativa de movimentos contra o agro-negócio para tumultuar a produção agrícola e instaurar uma ditadura no campo, havia espaço para trabalhar inovações. Em agosto de 2003, foi lançado pelo SENAR-PR, em parceria com o Sebrae, o Programa Empreendedor Rural (PER). A iniciativa tem como propósito desenvolver, entre os participantes, competências técnicas e comportamentais essenciais à gestão de empreendimentos rurais. Ao final de cada edição, os melhores projetos são reconhecidos em um grande evento anual, que reúne milhares de produtores rurais na capital paranaense.

Transgênicos

Em outubro de 2003, a FAEP realizou reunião para tratar do aparecimento de sementes transgênicas de soja na agricultura nacional. Elas começaram a chegar no começo da década no Rio Grande do Sul, via Argentina, mas o Brasil carecia de uma legislação para disciplinar o uso daquele insumo. A direção da Federação concluiu que a soja transgênica era “um fato irreversível” e que era preciso definir, por parte do Governo

Federal uma legislação que passasse a disciplinar o plantio, a comercialização, o transporte, a segregação e a certificação de produtos transgênicos em geral.

A ausência de uma legislação nacional teve reflexos no Paraná. Ainda em outubro de 2003, a Assembleia Legislativa aprovou lei estadual que proibia o plantio, manipulação, importação, fabricação e venda de produtos transgênicos até 31 de dezembro de 2006. O projeto foi apresentado pela bancada do PT e teve apoio do então governador Roberto Requião.

A FAEP, na ocasião, se manifestou contra a lei, entendendo que a proibição não teve amparo jurídico e colocava em risco toda a produção de soja convencional do Paraná. “É melhor legalizar a soja transgênica porque obrigaria as empresas exportadoras e a indústria a segregar e certificar o produto”, ressaltou a Federação em comunicado. A FAEP na época também defendeu que o produtor rural tivesse assegurado o direito de escolha com qual semente queria trabalhar. Em dezembro de 2003, o STF (Supremo Tribunal Federal) liberou o plantio no Paraná dos transgênicos, atendendo a uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) impetrada pelo Partido da Frente Liberal contra o governo paranaense. A decisão foi recebida com alívio pela FAEP, pois os produtores que optaram pela semente geneticamente modificada poderiam trabalhar sem complicações.

A polêmica envolvendo os transgênicos prosseguiu em 2004. Uma medida provisória do Governo Federal restringe o plantio de soja transgênica no Paraná, ferindo o princípio constitucional de isonomia em relação aos demais estados do país. O setor produtivo rural se mobilizou para organizar um abaixo-assinado que foi remetido ao Presidente da República defendendo a liberdade de plantio. Na ocasião, o governo do Paraná tentava fazer do estado área livre de soja transgênica. O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, veio a público para denunciar que a medida era inconstitucional, pois discriminava produtores paranaenses que queriam cultivar o grão transgênico. O abaixo-assinado contendo 35 mil assinaturas foi entregue ao então ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, em novembro de 2004. A FAEP, em paralelo, obteve vitórias na Justiça Federal, onde impetrou mandado de segurança para garantir o plantio a todos os produtores interessados em cultivar a soja transgênica.

Em janeiro de 2005, a pressão dos setores do agronegócio, incluindo as medidas judiciais buscadas para garantir o direito de o produtor rural escolher como trabalhar, surtiu efeito. O presidente Lula editou a MP 223. Ela autoriza o plantio de soja transgênica na safra 2004/05. As empresas produtoras dessas sementes precisavam apresentar nota para cobrar os royalties dos produtores rurais pelo desenvolvimento da tecnologia. Também foi por meio de ações judiciais que o setor produtivo conseguiu voltar a escoar cargas de soja transgênica pelo porto de Paranaguá. A primeira decisão judicial ocorreu em 28 de março de 2006, a pedido da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP).

Tratoração de 2005

As frentes de luta do produtor rural envolviam ainda outros temas naquele ano de 2005. Uma seca severa provocou queda de cerca de 18,70% nas safras de soja e milho safrinha do Paraná. O Governo Federal não atendia ao clamor do setor produtivo do campo, como um plano abrangente para a agricultura do país que contemplasse mais recursos. Diante do quadro, o setor se organizou em todo o país para protestar. No Paraná, no dia 31 de maio de 2005, aproximadamente 12 mil produtores rurais se concentraram em Londrina para denunciar a crise que atingia o setor agropecuário e pedir medidas efetivas por parte do Governo Federal. Com faixas, veículos agrícolas e a pé, os agricultores tomaram as ruas da cidade para chamar a atenção dos produtores que se veem endividados e sem condições de pagar financiamentos junto às cooperativas e fornecedores de insumos. A crise era resultado de uma conjugação de fatores: seca, dólar desvalorizado, oscilações nos preços das commodities e escassez de recursos para o crédito agrícola. Além de Londrina, foram mobilizados cerca de 250 ônibus, 300 tratores, 200 caminhões nas regiões Noroeste, Centro-Oeste, Sudoeste e Oeste do Paraná. Nos protestos, foi aprovada a “Carta do Paraná”, documento que apontou medidas urgentes para reagir à crise enfrentada pela área rural. Também foram registradas manifestações nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins.



Foto: arquivo FAEP

O dia 31 de maio de 2005 ficou marcado pela luta do setor produtivo para denunciar mais uma grave crise que assolava o campo. Na imagem, o protesto em Londrina.



Foto: arquivo FAEP

Mobilizados pela FAEP, produtores rurais do Paraná atenderam à convocação e demonstraram união para chamar a atenção do Governo Federal.

O sucesso da adesão de tantos produtores rurais inspirou a realização de uma nova manifestação nacional, mas desta vez concentrada na capital federal. O chamado “Tratoração-Marcha a Brasília” foi planejado pela FAEP e outras 11 federações estaduais da agricultura. O “tratoração” foi realizado no dia 29 de junho de 2005, concentrando na Esplanada dos Ministérios 20 mil produtores rurais de todo o país, dois mil tratores e mil caminhões. Do Paraná seguiram mais de mil produtores rurais, mobilizados pela FAEP e os sindicatos rurais, com apoio das cooperativas. As mobilizações em direção a Brasília deram resultado imediato, com o governo atendendo parte das reivindicações dos produtores, como a liberação de mais recursos para quitar débitos junto a fornecedores de insumos. Os manifestantes continuaram mobilizados. Era preciso negociar dívidas da securitização e de débitos referentes a outros modelos de concessão de crédito agrícola.

Foto: arquivo FAEP



Protestos em todos os estados do país culminaram com o “tratoração” realizado em Brasília no dia 29 de junho de 2005. FAEP ajudou na organização do evento, obtendo conquistas que ajudaram o produtor a enfrentar a crise denunciada pelo setor agropecuário.

“Tínhamos uma demanda bastante urgente e mobilizamos, junto à FAEP, e sindicatos e produtores. Fizemos o ‘tratoração’, e a mobilização foi fantástica. Fizemos uma mobilização não só local, mas também fomos para Brasília. Foi o momento em que o sistema falou assim: “é agora que você tem que agir e mostrar o que faz para o produtor’. Essa mobilização foi o ponto forte, pois mostrou que o sistema conseguiu fazer todos trabalharem naquele sentido”, afirmou Aristeu Kazuyuki Sakamoto, presidente do Sindicato Rural de Cambará, ao relembrar o “tratoração”.

Volta da febre aftosa

Para complicar ainda mais o ano de 2005, o Ministério da Agricultura confirmou que o estado tinha registrado em outubro um foco de febre aftosa. O Paraná estava há 10 anos sem registros da doença. O gado infectado foi descoberto pela Secretaria Estadual da Agricultura em uma propriedade rural do município de São Sebastião da Amoreira, no norte do estado. Os animais tiveram contato com cabeças de gado do Mato Grosso do Sul, onde o foco foi descoberto inicialmente. A suspeita da doença foi levantada pela secretaria no dia 21 de outubro e confirmada posteriormente por exames laboratoriais do ministério. As declarações da secretaria criaram um fato consumado e, por isso, era preciso agir. Pelas normas da OIE (Organização Internacional de Saúde Animal), neste caso, as autoridades do país têm que decretar a ocorrência de um foco da doença e tomar as medidas sanitárias - independentemente do isolamento do vírus. No entanto, ela só foi tomada cerca de três meses depois pelo Conesa (Conselho Estadual de Sanidade Animal), entidade multipartite que reúne todos os agentes da cadeia do setor de proteína animal. Até chegar a esta decisão, o período foi marcado pela negação das afirmações iniciais dos representantes estaduais da agricultura, perdendo-se tempo atribuindo a culpa ao Ministério da Agricultura pela decretação do foco. O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, assim como outros líderes de entidades representativas do agronegócio, vinha alertando sobre a necessidade de tomar as medidas previstas pelos organismos internacionais. No entendimento da Federação, protelar ainda

mais a decisão de abater o gado contaminado seria agir com irresponsabilidade diante dos prejuízos contínuos para a economia paranaense, que naquela ocasião registrou queda nas vendas externas do setor pecuário. A decisão de recomendar o abate já havia sido tomada antes pelas entidades que integram o Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (Fundeppec). O abate era uma etapa necessária, pois o setor pecuário poderia recuperar rapidamente o status de área livre da doença, com vacinação, e assim derrubar as restrições impostas pelo mercado após o aparecimento da aftosa. Vale ressaltar que a FAEP, antes da descoberta do foco, ainda detectou queda por parte do Governo Federal dos investimentos na estrutura de defesa da sanidade animal. A situação foi denunciada em reuniões e palestras com produtores, tendo sido publicados avisos de que era necessária uma correção de rota antes que algo pior ocorresse. Em janeiro de 2007, o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Panaftosa) concluiu pela existência de focos da doença no Paraná. Em nota, o órgão citou a identificação de anticorpos compatíveis com a circulação viral. A manifestação oficial do Panaftosa encerrava assim qualquer contestação sobre a existência do foco no Paraná.

Reeleição da diretoria para o período 2006-2008

A retomada do setor agropecuário paranaense, com as definições sobre como superar a passagem da febre aftosa no estado, marcou a reeleição do presidente Ágide Meneguette para o triênio 2006-2008. Em seu discurso, o dirigente da FAEP pediu que os governos federal e estadual não continuem “a criar armadilhas e embaraços” contra o setor produtivo. Meneguette garantiu que a entidade permaneceria atenta, “agindo incisivamente na defesa dos interesses do homem do campo”, o que se tornou uma constante de sua gestão.

A exemplo do que já havia ocorrido em 2005, o setor agropecuário nacional voltou a realizar uma manifestação nacional em maio de 2006 nos principais estados agrícolas. No Paraná, cerca de 100 mil pessoas foram mobilizadas no mês de junho, com

adesão não só do segmento agropecuário, mas também de outros setores produtivos em solidariedade à área rural. A crise no campo seguia forte, com o Paraná liderando uma quebra de safra de 14,7% no complexo soja-milho devido a uma nova onda de falta de chuvas. Pressionado, o Governo Federal desta vez atendeu as reivindicações do setor produtivo, ampliando o prazo de custeio de produtos da safra agrícola, bem como a carência e redução de juros de modalidades de financiamento. As medidas resgataram o fôlego reivindicado pela área rural para continuar produzindo. A FAEP, envolvida nas mobilizações, comemorou as decisões governamentais, lembrando aos filiados que somente com a organização do setor foi possível alcançar avanços e sensibilizar o Governo Federal.

Seguro rural: Paraná vira exemplo para a agricultura nacional

O destaque do Paraná na contratação do seguro rural não é obra do acaso. Trata-se do resultado de um trabalho institucional contínuo e coordenado, iniciado em um período crítico para a agricultura estadual, entre 2005 e 2007, marcado por secas severas e dificuldades de mercado. Naquele momento, entidades como a FAEP, a Ocepar e a Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento uniram esforços para promover o seguro rural junto aos produtores. Foram realizadas campanhas informativas em campo, com o objetivo de orientar os agricultores e aproximar as seguradoras da realidade produtiva paranaense, apresentando os históricos regionais de produtividade como argumento para viabilizar a oferta de apólices. Esse esforço conjunto, que envolveu também sindicatos rurais e cooperativas, foi decisivo para consolidar a cultura do seguro rural no estado.

Outro fator que contribuiu para esse cenário foi a estrutura fundiária paranaense, predominantemente composta por pequenos e médios produtores que, em sua maioria,

acessam o crédito rural. Isso favoreceu a penetração do seguro rural por meio de canais como cooperativas de crédito e bancos comerciais. Soma-se a isso uma consciência crescente por parte dos produtores sobre a importância da gestão de riscos, impulsionada por eventos climáticos que impactaram diretamente a produção e a renda no passado. O resultado foi uma adesão significativa ao seguro rural, movimento que se mantém forte até os dias atuais.

Foto: arquivo FAEP



O seguro rural é importante para ajudar o produtor em períodos de quebra de safra, provocada, por exemplo, em períodos de seca. FAEP já lançou diversas campanhas de conscientização da importância do Proagro.

O Paraná lidera historicamente o número de contratações de seguro rural no Brasil, seguido pelo Rio Grande do Sul. Dados do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) mostram que o estado responde por mais de 30% das apólices firmadas no país — ou seja, de cada 10 apólices, três são de produtores paranaenses. A soja figura

entre as culturas mais seguradas, reflexo do seu protagonismo na produção agrícola estadual e da crescente demanda do mercado internacional.

“Há muito tempo defendemos a importância do seguro rural e trabalhamos para disseminá-lo entre os produtores. O Paraná ser o estado que mais contrata é uma prova de que esse esforço deu resultado e de que os agricultores entenderam a relevância da ferramenta”, destacou Ágide Meneguette.

Período até 2007 marcado por articulação para negociar dívidas

Entre os anos de 2004 e 2007, a FAEP encaminhou diversos documentos ao Governo Federal e ao Congresso Nacional, destacando a urgência da renegociação das dívidas dos produtores rurais. Um dos momentos mais relevantes desse esforço ocorreu em 20 de junho de 2007, quando foi apresentado, durante reunião na sede da CNA em Brasília, um estudo elaborado pela entidade sobre os prejuízos enfrentados pelos agricultores. O encontro contou com a presença do ministro da Agricultura e de parlamentares do Paraná.

Após um longo processo de articulação, o governo deu início à implementação de medidas para enfrentar o endividamento rural, conduzidas em etapas sucessivas. Esse trabalho culminou com o envio e posterior aprovação da Medida Provisória Nº 432, que foi convertida na Lei Nº 11.775, de 18 de setembro de 2008. Apesar de representar um avanço importante, a legislação não solucionou todas as dificuldades enfrentadas pelos produtores.

Durante todo esse processo, a FAEP teve atuação decisiva, mantendo diálogo constante com o Ministério da Agricultura, o Banco do Brasil e parlamentares, além de integrar comissões de negociação. A entidade também apresentou sugestões para aprimorar o conteúdo da medida provisória e, após sua transformação em lei, passou a orientar os produtores por meio de conteúdos informativos publicados em seu site, no Boletim Informativo e em palestras realizadas nos sindicatos rurais.

Setor produtivo ajuda a impedir prorrogação da CPMF

Pressionado por um cipoal de tributos, o setor produtivo se viu, em dezembro de 2007 diante de uma luta que não poderia perder, e aproveitou para mandar um recado ao governo federal: chega de impostos. Criada em 1996, a CPMF (Contribuição Provisória de Movimentações Financeiras) estava nos planos do governo para ser prorrogada. O Senado, porém, frustrou os planos arrecadatórios do governo Lula. No dia 13 de dezembro de 2007, os senadores rejeitaram por maioria a prorrogação da CPMF. O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, disse na ocasião que ao derrotar o governo federal na sua ânsia de prorrogar o imposto, “o Senado proporcionou uma espetacular vitória da democracia, fazendo prevalecer uma aspiração do povo brasileiro”. Meneguette observou ainda que os sindicatos rurais do Paraná sempre estiveram na vanguarda dessa luta por meio de várias manifestações aos senadores. “Na democracia, é assim que funciona. Essa experiência nos mostra o caminho, a necessidade da ação organizada na defesa dos interesses da sociedade”, afirmou Meneguette.

O trabalho conjunto entre os sindicatos rurais e a FAEP têm se consolidado como uma força essencial para a defesa e o avanço do setor agropecuário paranaense. Desde 2008, com participação ativa à frente do Sindicato Rural de Mariluz, Mar Sakashita destaca a importância da forte representatividade da Federação nas esferas legislativas e executivas, tanto estaduais quanto federais.

Sakashita ressalta ainda que a FAEP é hoje uma das federações mais atuantes do Brasil, graças à sua liderança marcante, trabalho sério e o estabelecimento de elos de confiança com os produtores. Essa atuação é destaque justamente por levar pautas concretas do campo às autoridades competentes, promovendo ações em prol de melhorias estruturais, econômicas e sociais para o meio rural. A parceria entre os sindicatos e a FAEP é descrita como uma estruturação contínua e coletiva, resultado de uma história alinhavada ao longo do tempo, que busca sempre o enfrentamento dos desafios do agro com responsabilidade e visão estratégica.

Setembro de 2008 atingiu marca inédita de produção

No levantamento da produção agrícola referente ao mês de setembro de 2008, outro exemplo de desempenho extraordinário da lavoura paranaense. O IBGE indicou uma produção de 31,54 milhões de toneladas, considerada a maior dos últimos anos. O último recorde de produção de grãos no estado foi registrado em 2003, quando foram colhidas 30,33 milhões de toneladas de grãos.

Acervo produzido por alunos do Agrinho surpreendeu pesquisadores em 2008

Se o ano de 2008, foi festejado como aquele que alcançou marcas inéditas no agro-negócio paranaense, com outras ações da FAEP a tendência também seguiu em alta. Ao longo de treze anos (1995 a 2008), o extenso acervo produzido pelo programa Agrinho se consolidou como uma valiosa fonte de pesquisa para estudos acadêmicos, especialmente em níveis de pós-graduação e mestrado. Essa foi a opinião de diversos integrantes da banca examinadora do concurso de 2008. Por mais de duas semanas, os especialistas analisaram cerca de sete mil trabalhos inscritos na premiação, que integra o programa de educação voltado à cidadania e à responsabilidade social promovido pelo SENAR-PR. A cada ano, em média, 1,5 milhão de alunos participam do Agrinho com desenhos, redações e prática de projetos pedagógicos sobre temas como saúde, meio ambiente, cidadania, consumo e higiene.



Agrinho: com o passar dos anos, o acervo produzido por professores e alunos se revelou uma fonte de pesquisa educacional valiosa para as universidades.

Protagonismo na sanidade animal resgatado em 2008

Entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, mais precisamente entre 1999 e 2001, teve início um dos mais relevantes esforços institucionais do Paraná para a sanidade agropecuária. Foi nesse período que o Sistema FAEP, em parceria com a Secretaria Estadual da Agricultura, deu os primeiros passos para a criação e estruturação dos

Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSAs). O foco inicial era claro: combater e erradicar a febre aftosa no estado.

A articulação entre municípios resultou na formação de conselhos intermunicipais dedicados à sanidade animal. O trabalho coordenado, aliado a campanhas intensivas de vacinação, levou o Paraná a conquistar, em maio de 2000, o status de área livre de febre aftosa com vacinação, reconhecimento concedido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

No entanto, após esse marco, houve um enfraquecimento nas ações e estrutura dos conselhos, o que culminou no reaparecimento da doença em 2005, reacendendo alertas no setor agropecuário.



Foto: arquivo FAEP

Na década de 2000, a FAEP não mediu esforços em parceria com a Seab para discutir ações que garantem a sanidade da agropecuária paranaense.

Em resposta, o Sistema FAEP reuniu, em maio de 2007, as principais lideranças do setor para discutir a reestruturação dos CSAs. A partir desse encontro, foi realizado um diagnóstico detalhado da situação dos conselhos em diversas regiões do estado, com a coleta de dados e informações essenciais para orientar os próximos passos.

O ano de 2008 marcou a consolidação de uma nova estratégia: o Projeto de Fortalecimento dos CSAs. O grupo responsável pela iniciativa passou a contar com técnicos da Secretaria da Agricultura, Emater, Conesa e do próprio Sistema FAEP.

A reativação dos conselhos foi acompanhada de uma série de ações práticas. Encontros regionais promoveram a articulação local, materiais informativos foram distribuídos, e planos de ação começaram a ser elaborados. Paralelamente, cursos promovidos pelo SENAR-PR passaram a ser oferecidos em áreas-chave como Aplicação de Agrotóxicos, Controle de Formigas Cortadeiras, Manejo em Bovinocultura Leiteira e Manejo Integrado de Pragas, entre outros.

Esse movimento representou não apenas a retomada do controle sanitário no campo paranaense, mas também a consolidação de uma cultura de prevenção e vigilância ativa — uma herança duradoura para a sanidade agropecuária no estado.

Safra 2008/2009 não repete recordes por causa de forte seca

Se os esforços para o desenvolvimento da agropecuária e recordes de produção marcaram 2008, o ano seguinte foi de perplexidade no campo. Uma violenta seca no segundo semestre daquele ano, coincidindo com o período de semeadura, prejudicou os planos de cultivo. Resultado: a safra paranaense de grãos 2008/2009 encolheu cerca de 5 milhões de toneladas de grãos (quebra de 25%). A FAEP acionou seus departamentos jurídico e sindical para orientar o produtor a requisitar o seguro rural e a negociação do crédito já concedido com os entes financiadores. “A preocupação maior é com a burocracia”, alertava em comunicado a direção da FAEP no primeiro Boletim Informativo do ano de 2009.

A FAEP integrou com outras entidades a Comissão Técnica Permanente de Acompanhamento de Crédito Rural e Proagro, instalada pela Secretaria da Agricultura (Seab). O grupo teve o trabalho de acompanhar os pedidos de perícia para liberar o Proagro. Também discutiu com bancos a flexibilização das normas para o financiamento da safrinha e das lavouras de inverno. A FAEP contava com sua *expertise* de mobilização em momentos de crise para evitar um colapso da produção e da atividade rural. A Federação usou as edições do Boletim Informativo para orientar o produtor sobre como proceder em questões como o financiamento da safra e o Proagro. As perdas na lavoura só não foram maiores por causa das chuvas que chegaram com força em janeiro de 2009. Ainda naquele mês, em reunião com o então ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, a direção da FAEP entregou uma pauta de reivindicações para dar resposta à crise, entre elas a substituição de financiamentos (que estavam retraídos) por mais apoio às exportações com o intuito de fazer novas receitas. Stephanes viajou para Curitiba para se reunir com as lideranças rurais do estado e se inteirar da situação. O ministro foi informado de que a extensão da crise já tinha condições de afetar a safra seguinte (2009/2010).

Seca concentra atenções na reeleição de Ágide para o triênio 2009/2012

Ao ser reeleito para o triênio 2009/2012, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, comentou os efeitos da seca que prejudicou a safra agrícola no Paraná. Foi a quarta seca severa no campo num período de seis anos. Segundo ele, com a valorização do real a partir do segundo semestre de 2004, a produção agropecuária nacional foi prejudicada por secas consecutivas na Região Sul do País, pelo aumento desproporcional do custo de produção e pela política cambial do Governo Federal. Diante do cenário, o dirigente pediu união na assembleia geral da FAEP realizada em janeiro de 2009. Esse apelo, que se mostrou acertado, trouxe resultados que foram sentidos por todo o setor

agrícola paranaense nos anos seguintes. “Nessa nova fase, com crise e tudo, precisamos contar com a participação efetiva de todos os sindicatos e seus dirigentes para enfrentar a situação da conjuntura e, quando ela passar, sairmos mais fortalecidos”, concluiu.

Código Florestal

A articulação das lideranças rurais a partir de 2009 começou também a ser pautada por outro assunto estratégico: o início das discussões para a mudança do Código Florestal Brasileiro. Seguiu no ar a informação de que produtores paranaenses, caso as regras em discussão fossem aprovadas, poderiam contar apenas com 30% de suas áreas rurais para trabalhar, uma situação que inviabilizaria a atividade no campo. Era preciso reagir. Em 16 de fevereiro de 2009, Ágide Meneguette e a presidente da CNA, Kátia Abreu, se reuniram com o presidente Lula e pediram atenção especial às discussões que iriam culminar em um novo Código Florestal. Ágide e Kátia Abreu defenderam a necessidade de atualização da legislação ambiental. “O presidente Lula mostrou-se sensível às mudanças do Código e manifestou a sua indignação pela forma com que a fiscalização ambiental vinha tratando os produtores rurais”, disse Ágide.

O tema volta a ser abordado na solenidade de posse da diretoria para o triênio 2009/2012. O presidente da Federação disse que os produtores tinham que se mobilizar para as mudanças no Código Florestal. O sistema FAEP e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) organizaram seminários em diversas cidades para divulgar as discussões já em andamento com vistas ao novo Código Florestal. “Atualmente, há uma conjugação favorável à discussão de mudanças no Código, principalmente pela ação do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que tem lançado novos argumentos a favor da produção e, com isso, conseguiu reabrir o assunto”, disse Ágide. Maringá, Cascavel, Guarapuava e Irati sediaram os primeiros debates organizados pela FAEP ainda no final de março de 2009. Cerca de 25 mil pessoas participaram dos encontros. Os debates mostraram, por exemplo, que se fossem implantados critérios de preservação usados

no antigo código nas propriedades rurais do Sul do país, uma parte considerável delas estaria impedida de funcionar.



Foto: arquivo FAEP

FAEP teve atuação destacada nos debates sobre mudanças no Código Florestal: Federação defendeu entendimento de que deveria prevalecer uma visão equilibrada entre preservação dos recursos naturais e produção agrícola.

Com apoio da FAEP, o então ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, levou ao Congresso uma nova proposta para o Código Florestal. Era uma forma de participar dos debates, com a sensibilidade de ter ouvido o setor rural. Segundo ele, a insegurança jurídica enfrentada pelo agronegócio brasileiro estava entre as mais elevadas do mundo, o que compromete a atração de investimentos estrangeiros no setor. A legislação ambiental no Brasil estava fragmentada em cerca de 16 mil normas, incluindo leis, portarias e códigos.

Stephanes alertou na época que, caso as regras vigentes fossem aplicadas de forma rigorosa, mais de um milhão de produtores rurais teriam que abandonar suas atividades e mais de três milhões estariam em desacordo com alguma norma, em um universo de 5,9 milhões de produtores no país. Era essa questão central que a FAEP procurava chamar a atenção, em palestras e reuniões regionais. A finalidade era evitar que o futuro código florestal se tornasse um complicador a mais para o produtor rural conseguir trabalhar.

A aproximação com o então ministro da Agricultura ajudou no trabalho de convencimento dos parlamentares que discutiam o futuro Código Florestal Brasileiro. O engajamento da FAEP na mobilização dos produtores rurais em torno da discussão do novo Código Florestal Brasileiro foi decisivo para garantir que a voz do campo fosse ouvida no Congresso Nacional durante as discussões para preparar o texto final. Por meio de campanhas informativas, encontros regionais e apoio técnico, a entidade levou conhecimento e clareza sobre os impactos das propostas legislativas. A atuação da FAEP contribuiu para um debate mais equilibrado entre produção e preservação ambiental. Com isso, os agricultores paranaenses participaram ativamente do processo. O episódio reforçou o papel da entidade como ponte entre o setor produtivo e a formulação de políticas públicas sustentáveis.

Infraestrutura deixa a desejar no Paraná

O Porto de Paranaguá e as ferrovias precisavam de manutenção e investimentos de ampliação. Esse era o diagnóstico da FAEP no início de 2010. O porto tinha problemas para receber navios de grande porte, o que poderia aumentar o escoamento dos grãos. As ferrovias, em boa parte, ainda seguiam traçados da época do império, prejudicando também a agilidade do escoamento. Fazendo a sua parte, a Federação apresentou o diagnóstico aos candidatos a cargos públicos para repensar essa realidade.

FAEP aproveita chegada do período eleitoral de 2010 para iniciar articulação contra a aftosa

Em uma data simbólica para o setor agropecuário paranaense, o dia 18 de março de 2010 entrou para a história como o momento em que o estado deu a largada oficial à sua jornada como área livre de febre aftosa sem vacinação. A cerimônia, realizada no Teatro Positivo, em Curitiba, foi o ponto alto de uma campanha estratégica liderada pela FAEP, que, ao longo dos anos, consolidou as bases técnicas e institucionais para essa conquista.

O evento reuniu produtores, autoridades e representantes da sociedade em dois seminários de peso. O primeiro, promovido em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), debateu as expectativas do setor rural com o tema *“O que esperamos do próximo presidente”*. O segundo, de iniciativa exclusiva da FAEP, teve foco na almejada vitória sanitária do estado: *“Paraná livre de aftosa sem vacinação”*.



Foto: arquivo FAEP

FAEP promoveu encontros regionais em 2010 para reforçar a importância do combate à febre aftosa no estado naquele período.

A programação marcou o desfecho de uma série de encontros regionais promovidos pela CNA em diversos estados brasileiros, que culminaram em Curitiba no dia 17 de março de 2010, quando lideranças do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul consolidaram as demandas do Sul do país. Essas propostas foram posteriormente levadas a São Paulo, nos dias 24 e 25 de março, onde se transformaram em um documento unificado com as prioridades do campo brasileiro a ser entregue aos candidatos à Presidência da República e dirigentes partidários.

O clima de expectativa deu lugar à celebração quando, na tarde do dia 18 de março, o Ministério da Agricultura se posicionou publicamente, reconhecendo o avanço do pedido formal encaminhado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), pela FAEP e por outras entidades do setor. Embora o anúncio oficial do novo status ainda estivesse em trâmite, a sinalização do Governo Federal foi clara: o Paraná estava no rumo certo para cumprir os requisitos para figurar entre as regiões livres de aftosa sem vacinação.

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, destacou as etapas seguintes. “Nós demos a largada no processo de trabalho que terá vários desdobramentos. Por isso queremos cada vez mais que a sociedade participe. Nós, da FAEP, juntamente com a Fundeppec e a Secretaria da Agricultura, criamos 330 Conselhos de Sanidade Animal (CSAs) no Paraná, que serão 399 até maio para que o Estado crie uma cultura sanitária”, afirmou Ágide.

Após o seminário, a direção da FAEP esteve em Brasília para procurar apoio na bancada parlamentar paranaense e junto ao Ministério da Agricultura. Por parte da Federação, foram detalhados os procedimentos que vão ser adotados para o Paraná obter o status de estado livre de aftosa sem vacinação.

Em maio de 2010, a FAEP apoiava mais uma campanha de vacinação contra a febre aftosa. A partir de julho, com apoio do SENAR-PR, foi iniciado um curso de 360 horas para especialização em sanidade animal, coordenado pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar). A proposta de formar especialistas para garantir a sanidade e a qualidade do rebanho nacional no Brasil foi uma iniciativa do Ministério da Agricultura

(Mapa) e contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Em julho de 2010, a FAEP entrega aos dois principais candidatos ao governo do Paraná (Beto Richa e Osmar Dias) as propostas que considerava importantes para ampliar o desenvolvimento do agronegócio no Estado. Uma das propostas defendia a criação de uma agência que estimulasse os projetos do setor agrícola. A Federação já saía vitoriosa do período da campanha eleitoral: ambos os candidatos se comprometeram a adotar propostas da FAEP caso fossem eleitos.

Eram os primeiros passos. Eles seriam somados a muitos outros na nova década que se iniciava. No âmbito do Paraná, a reaproximação política com os novos representantes do Executivo Estadual que tomaram posse a partir de 2011 foi essencial na campanha liderada pela FAEP. Eleito governador do Estado nas eleições de outubro de 2010, Beto Richa comentou como seria sua relação com o produtor rural: “Uma profunda mudança de atitude na forma de tratar a agropecuária, principal alavanca da economia do Estado”. Essa postura iria ajudar no processo para obter a certificação internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação, um acontecimento histórico que será contado em detalhes no próximo capítulo.

Agrinho chega aos 15 anos estimulando educação e cidadania no campo

No dia 12 de dezembro de 2010, o Agrinho tinha muitos motivos para comemorar. A festa foi organizada para celebrar os 15 anos do Programa. Naquela edição especial, foram premiados 212 alunos e professores, que concorreram com 5,5 mil trabalhos entre desenhos, redações e experiências pedagógicas de escolas públicas e particulares. O Agrinho, desde o seu início, foi uma luminosa vitrine do SENAR-PR, que naquele ano já mobilizava mais de 80 mil professores e cerca de 1 milhão e 600 mil alunos.

Uma vida dedicada à estruturação do agro paranaense

Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque é uma figura histórica e influente no desenvolvimento institucional do Sistema FAEP. Advogado de formação, trouxe ao longo de sua trajetória profunda expertise em economia agrícola e gestão pública, desempenhando papéis decisivos nas décadas de transição do agronegócio paranaense.

Em meados da década de 1970, atuava na Cibrazem (a empresa que geria os armazéns do Ministério da Agricultura), onde acompanhou a devastadora geada negra de 1975, um marco que impulsionou a diversificação da agricultura paranaense – com transição do café para soja, milho e leite – e agilizaria o surgimento de grandes integradoras no estado. Também foi diretor de operações do Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep) e presidente do Ipardes, acumulando sólida base em análise econômica e gestão financeira.

Chegou ao Sistema FAEP em 1986, a convite de Ágide Meneguette, durante a gestão de Paulo Carneiro. Foi designado para estruturar e dinamizar o departamento econômico, até então sob responsabilidade de agrônomos. Sua missão era vital: enfrentar os efeitos da inflação galopante e ajustar a arrecadação sindical, que, com repasses defasados, perdia valor real, ameaçando até a subsistência dos sindicatos rurais.

Em 1995, assumiu oficialmente a superintendência adjunta do SENAR-PR, posição que ocupou por décadas, e em ocasiões chegou a liderar a autarquia. Ficou à frente da implantação dos Centros de Treinamento e Aprendizagem (CTAs) em Ibiporã e Assis Chateaubriand, a base histórica que, mais tarde, daria origem ao SENAR. Sob sua supervisão, fortaleceram-se metodologias de formação rural, financeira e técnica, com foco na profissionalização e sustentabilidade do campo.

O “dr. Carlos”, como é carinhosamente conhecido por todos, reuniu um legado de profissionalização institucional e de valorização do suporte econômico-sindical ao produtor. Sob sua liderança, o SENAR-PR consolidou-se como referência em educação rural, inovando em cenários desafiadores – como o período de inflação acelerada – e promovendo uma estrutura robusta de apoio técnico e pedagógico no campo.

Hoje, o dr. Carlos desempenha na FAEP outra função estratégica, a de assessor especial. Ele segue sendo reconhecido como mentor e guardião de uma nova era no agronegócio paranaense, tendo sido fundamental para sustentar a FAEP por meio dos recursos do SENAR, lembrando que “sem o SENAR, e um decreto presidencial, estaríamos a pé”. Seu trabalho permanece vivo nas bases da entidade, na metodologia e no olhar estratégico voltado à gestão rural.



Foto: arquivo FAEP

O “dr”. Carlos é um participante ativo das transformações que a FAEP registrou nas últimas quatro décadas de atividade.



Encontro

Líderes Rurais

SISTEMA FAEP



FAEP
FEDERAÇÃO
DOS ESTADOS
DO RIO
GRANDE



Líderes Rurais
2023

Estadual de

es.
ais
2023

FAEP

FAEP
FEDERAÇÃO DE AGRICULTORES
E PECUARISTAS



2011
2025

Retomada do diálogo
com poder público resulta
em avanços inéditos
para o setor rural do PR

O novo período começa com uma grande conquista para a FAEP: a confirmação da criação da Agência de Defesa Agropecuária, a Adapar. A proposta foi apresentada pela própria federação da agricultura durante a campanha eleitoral de 2010. Esse avanço foi possível devido à retomada do diálogo entre o setor produtivo rural e autoridades estaduais.

Um exemplo: o novo secretário estadual da Agricultura, Norberto Ortigara, anunciou a criação da agência durante a Assembleia Geral do Conselho de Representantes da FAEP, em janeiro de 2011, já no primeiro mês da gestão do governador Beto Richa. O setor agropecuário precisava de uma entidade nova, dotada de estrutura moderna e ágil para atuar em defesa da sanidade agropecuária do estado, conformidade do comércio e uso de insumos agropecuários e o uso adequado do solo agrícola. A Adapar seria um instrumento importante até o começo da próxima década, quando o Paraná, finalmente, alcançaria o status de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação. Todos os detalhes dessa conquista serão mostrados em detalhes neste capítulo.

Ágide Meneguette, presidente da FAEP, creditou o nascimento da Adapar, durante pronunciamento na assembleia da FAEP naquele janeiro de 2011, ao retorno do entendimento permanente com o poder público exercido pela Federação.

A nova agência de fiscalização substituiu o sistema existente de defesa vinculado à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do estado. No documento entregue aos candidatos ao governo do estado, no período eleitoral de 2010, a FAEP e outras entidades ligadas ao agronegócio e setor produtivo lembravam que o Paraná estava sujeito às normas internacionais de sanidade, em razão de sua vocação exportadora. Portanto, para conquistar e manter mercados, tanto em nosso país como no exterior, a produção de derivados da agropecuária precisava estar em conformidade com as exigências dos compradores. “Sem isso, estamos sujeitos a regredir em nosso comércio, como infelizmente sofremos no bolso na ocorrência da febre aftosa em 2005. Aquela foi uma exemplar e definitiva lição”, afirmava a diretoria da FAEP em comunicado aos associados, saudando a confirmação de criação da Adapar.

O assessor especial da FAEP e ex-secretário estadual da Agricultura, Antônio Poloni, disse que uma estrutura voltada a manter um alto nível de segurança sanitária é essencial para a economia agropecuária de qualquer Estado com esta vocação. “Sanidade é uma questão econômica. Quanto maior a eficiência sanitária, menor serão as perdas”, disse Poloni.

Diálogo concreto e conquistas

A agência, efetivamente, iniciou suas atividades em 2012. O presidente Ágide Meneguette voltou a enfatizar naquela ocasião que a entrada em cena da Adapar era fruto de um avanço na reaproximação entre o setor agrícola e as autoridades estaduais da gestão do governador Beto Richa (2011-2018). “Em relação ao governo do estado, as previsões são melhores, porque há mais clareza em relação à nova administração”, destacava a FAEP em comunicado aos associados no seu Boletim Informativo em janeiro de 2011.

De acordo com Otamir César Martins, ex-diretor-geral da Secretaria Estadual de Agricultura e presidente da Adapar (gestão Ratinho Júnior), a FAEP teve papel direto não apenas na concepção da agência, mas também no apoio material ao seu funcionamento. Otamir destaca que até o mobiliário da sede foi doado pelo sistema FAEP, evidenciando o grau de comprometimento da entidade com a consolidação da nova estrutura.

“A estruturação da agência teve participação efetiva do sistema FAEP/SENAR, até com o próprio mobiliário que está aqui hoje, que foi doado pelo sistema, para que a agência pudesse atuar com dignidade”, afirma Otamir.

Naqueles poucos dias de nova administração, a FAEP obteve para a área rural outra grande conquista: uma portaria estadual, em fevereiro de 2011, passou a garantir a autodeclaração para outorga do uso de água inferior a 43 mil litros por dia (1,8 m³/hora) a pequenos, médios e grandes produtores rurais, ou seja, uma quantidade ínfima, mas fundamental nas propriedades. Antes disso, os produtores rurais foram perdendo a

paciência com a demora na outorga de pedidos de uso de água em suas propriedades. Calcula-se que pelo menos 6.000 pedidos estiveram paralisados nas gavetas do Instituto das Águas do Paraná, bloqueando inclusive financiamentos de crédito rural.



Foto: arquivo FAEP

Em janeiro de 2011, já no primeiro mês de mandato, o governador Beto Richa anuncia ações aos representantes da FAEP para resgatar o diálogo com o setor produtivo.

Segue a luta com o novo Código Florestal

Os contatos políticos, tão importantes em assuntos como a criação da Adapar, seguiam sendo estratégicos em março de 2011. A FAEP e outras entidades, Ocepar (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná), Fetaep e a Secretaria Estadual da Agricultura enviaram representantes a Brasília em defesa de mudanças no texto do novo Código

Florestal Brasileiro. A comitiva apoiava o substitutivo do deputado Aldo Rebelo, que, entre as propostas, defendia que as áreas já consolidadas pelos cultivos permanecessem como estavam. O substitutivo de Rebelo era visto como necessário e flexível ao desenvolvimento agropecuário.

“Hoje estamos virtualmente cercados por uma legislação ambiental com mais de 16 mil instrumentos de controle; somos apontados por ONGs financiadas por governos estrangeiros como vilões e não como responsáveis pela comida da mesa dos brasileiros, pela inflação controlada ou pela salvação da lavoura da balança comercial”, lembrou na ocasião o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette. Nova mobilização, desta vez organizada pela CNA, se repetiu em abril de 2011 defendendo urgência na votação. “A manifestação é para mostrar aos deputados que é necessário mudar o Código Florestal, que transformou o produtor rural em criminoso e que isso seja feito rapidamente”, disse Ágide Meneguette.

Foto: arquivo FAEP



Abril de 2011: FAEP ajuda setor produtivo rural a mobilizar categoria agrícola para defender mudanças no Código Florestal, em Brasília.

Mobilização dá resultado e texto de Rebelo é aprovado na Câmara

Na madrugada de 25 de maio de 2011, a Câmara Federal aprova o texto-base do projeto do novo Código Florestal, que estipula regras diferenciadas para a preservação ambiental em pequenas propriedades rurais. Comemorando o resultado, Ágide Meneguette chamou a atenção de que a manutenção do texto original iria penalizar os proprietários rurais e, por consequência, toda a atividade agropecuária do país.

“Querer que os produtores rurais estabeleçam matas ciliares de 30 a 500 metros, dependendo da largura do rio, é condenar milhões de pessoas a deixar de produzir e abandonar suas terras. Noventa por cento das mais de cinco milhões de propriedades rurais do país têm até quatro módulos fiscais, que, no Paraná, são, em média, de 72 hectares, mas onde a grande ocorrência não chega a 50 hectares. São, portanto, pequenas propriedades. Imaginem obrigar esses produtores a reconstituir a mata ciliar na largura de 500 metros no rio Iguaçu, Paraná, Tibagi, Ivaí, Piquiri, Paranapanema; o estrago que isto faria no meio rural; a grande migração rumo à cidade que o cumprimento do Código em vigor acarretaria”, alertou Ágide na ocasião. No Senado, o novo texto do Código Florestal é aprovado no dia 6 de dezembro de 2011.

Código aprovado

Após a passagem vitoriosa no Senado, o novo Código Florestal foi aprovado em segunda votação no dia 25 de abril de 2012 na Câmara Federal. O texto seguiria para a sanção da então presidente Dilma Rousseff, em outubro de 2012. Houve avanços, poderiam ocorrer outros, mas os produtores rurais conseguiram exercer protagonismo nas discussões e encaminhamentos do tema. Para fazer valer sua voz na elaboração do novo código,

a FAEP organizou muitas mobilizações iniciadas em encontros regionais e manifestações junto à classe política de Brasília desde 2009.

Foto: reprodução

Para ajudar a entender as mudanças do novo código, a FAEP editou inclusive uma cartilha com as principais alterações no novo código.

“A mobilização que fizemos, com a participação de todos da área sindical rural, foi fantástica. A participação foi de forma bastante coesa. Houve a possibilidade real de influenciar os rumos da futura legislação para que ela saísse naqueles termos.

Houve muita negocia-

ção, concessões de ambas as partes, mas foi uma orquestração muito bem feita”, afirmou Aristeu Kazuyuki Sakamoto, presidente do Sindicato Rural de Cambará e coordenador do Grupo de Trabalho das Águas na Comissão Técnica de Meio Ambiente da FAEP.



FAEP elaborou cartilha para ajudar produtor a entender mudanças no Código Florestal

Ágide reeleito no início de 2012. Governador prestigia votação

A articulação em defesa dos interesses do campo sofre uma pausa. Todas as atenções se voltam para a posse da nova diretoria. Pela primeira vez na história da FAEP, um governador do estado prestigia e comparece a sua Assembleia Geral realizada na sede da entidade, em Curitiba. No evento, foi reeleito o engenheiro-agrônomo Ágide Meneguette para exercer a presidência no triênio 2012/2015. Dezenas de lideranças e presidentes de sindicatos rurais compareceram à reunião, no dia 23 de janeiro de 2012. O governador Beto Richa veio acompanhado dos secretários Norberto Ortigara, da Agricultura e Abastecimento, e Ricardo Barros, da Indústria e Comércio. A presença de Beto teve o simbolismo das boas relações que passaram a existir com sua presença no comando da administração pública estadual, depois de um período conflitante no estado.

Na área ambiental do estado, FAEP também garante conquistas

O trabalho em parceria realizado pela FAEP e o governo do estado seguiu gerando frutos ainda na questão ambiental. O governador Beto Richa assinou o Decreto Nº 8680 em agosto de 2013, revogando o Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (SISLEG) criado pelos Decretos Estaduais Nº 387, de 03 de março de 1999, e do Decreto Nº 3320, de 12 de julho de 2004. Ao mesmo tempo, o governador instituiu o sistema de Cadastro Ambiental Rural do Paraná (SICAR-PR), integrando-o ao mesmo Sistema de âmbito nacional estipulado pelo novo Código Florestal Brasileiro. Dessa forma, não era mais necessária a averbação (registro em cartório) da Reserva Legal nas propriedades, conforme estabelecido no novo Código Florestal.



Parcerias entre a FAEP e o governo estadual permitiram avanços na legislação, garantindo tranquilidade para o produtor rural seguir trabalhando e gerando riquezas para o estado.

Pedágio

A reaproximação com o governo estadual rendeu ainda espaço para resgatar outro tema bastante caro ao agronegócio: o pedágio. O governo tinha se comprometido a realizar um levantamento de toda a situação envolvendo o serviço. Desde a assinatura dos contratos, em 1997, a FAEP vinha denunciando a distorção existente. O problema se concentrava entre os preços abusivos cobrados nas praças de pedágio das rodovias do Anel de Integração e a baixa quantidade de obras que as empresas estavam obrigadas a realizar.

Em outubro de 2013, o presidente da FAEP esteve na Assembleia Legislativa para fazer uma exposição sobre o assunto na abertura da CPI do Pedágio.

“Estamos pagando preços altos e sem as obras de duplicação, que precisam ser feitas”, afirmou Ágide. “Não dá para a sociedade continuar perdendo vidas nas estradas e perdendo dinheiro no pedágio, porque nunca foi fiscalizado”, ressaltou. Segundo o presidente da FAEP, “para nós, produtores rurais, pouco importa quem é ou quem vai ser o dono da concessão, desde que as obras sejam realizadas e o preço seja reduzido”.

O debate estava lançado e o tema ainda renderia, nos próximos anos, novos capítulos, em que a FAEP teria papel de protagonismo.

Questão indígena abordada pela FAEP

Em janeiro de 2013, a FAEP constatou aumento na invasão de indígenas trazidos do Paraguai em fazendas do Oeste do estado, principalmente em Guaíra e Terra Roxa. Foram 16 áreas invadidas. A Federação adotou uma posição firme e denunciou publicamente as mazelas da Funai naquela região. “Ante nossa posição e uma grande mobilização de produtores pelos sindicatos rurais, o governo federal resolveu agir, suspendendo as demarcações das áreas supostamente indígenas, mas sem garantir a reintegração de posse de propriedades invadidas e o afastamento da Funai da região. Isto é, solução “meia boca”, que nos obriga a permanecer alertas, até porque existem outras áreas nas quais a Funai quer colocar a mão, contrariando a própria Constituição Federal”, afirmou Ágide Meneguette naquela ocasião.

Mais leis em benefício do campo: garantias ao Fundepec

Por falar em leis, no dia 31 de julho de 2014, a FAEP conseguiu aperfeiçoar a legislação em torno do Fundepec, o Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná. O governador Beto Richa assinou naquela data importante norma para tornar os recursos da instituição perenes. Em quase duas décadas, os recursos privados e de repasses

públicos foram administrados com seriedade. Isso levou a Assembleia Legislativa a aprovar a lei. No texto, a responsabilidade da administração dos recursos do Fundo é exclusiva de seu Diretor Executivo, e do presidente do Fundepec, Ágide Meneguette. Na assinatura da lei, Ágide lembrou que essa reserva financeira administrada pelo Fundepec “foi fundamental para mostrar à OIE (organismo mundial de sanidade animal) que o Paraná tinha condições de ser considerado área livre de aftosa com vacinação”. “Tornar perene este fundo garantidor é um ato importante para o desenvolvimento de nossa agropecuária e um testemunho perante o mercado – interno e externo – de que o Paraná leva a sério a sanidade animal”, afirmou Ágide no Palácio Iguaçu, onde ocorreu a sanção da lei.

Foto: arquivo FAEP



Reunião do Fundepec na FAEP: fundo garantidor conquistou em 2014 repasses perenes de recursos públicos, dando demonstração de seriedade aos mercados consumidores.

Mobilização em 2014 ajuda produtor a preencher o novo Cadastro Ambiental Rural

Além de entregar resultados expressivos na economia, o agronegócio não podia des-
cuidar de um tema ainda em andamento nas discussões ambientais. Passados dois
anos da aprovação do Código Florestal, a FAEP seguia atenta aos desdobramentos da
nova lei. A partir de 6 de maio de 2014, os produtores rurais tinham prazo de um ano
para se adequar ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) e realizar o Cadastro
Ambiental Rural (CAR). Para ajudar seus filiados, a FAEP iniciou amplo programa de
treinamentos dos facilitadores dos sindicatos rurais. Eles ajudaram os proprietários ru-
rais a preencher o CAR para que os produtores pudessem procurar os sindicatos com
a documentação exigida para preencher o documento. O CAR é o documento que con-
tém todas as informações do imóvel rural envolvendo a posse ou propriedade dele,
além de dados para controle e monitoramento de seu planejamento ambiental e eco-
nômico. Já o PRA foi negociado durante a tramitação do Código Florestal e visa per-
mitir a regularização da área ambiental de acordo com o novo código.

Com o cadastramento e a adesão ao PRA, ficam suspensas todas as autuações por
supressão de vegetação nativa feitas antes de julho de 2008. Uma vez cumpridos os
compromissos assumidos, as multas são convertidas em serviços de preservação am-
biental e o produtor poderia ter sua situação regularizada.

Novos avanços com o Código Florestal

Ainda no campo da legislação, em novembro de 2014, nova lei estadual veio facilitar
o entendimento do Código Florestal. O governador em exercício Valdir Rossoni san-
cionou a Lei Nº 18295/2014 que normatizou o Programa de Regularização Ambiental
(PRA). Ele permite a adequação dos imóveis rurais do estado ao novo Código Florestal

Brasileiro. O Paraná foi a primeira unidade da Federação a traduzir a confusa redação do artigo 68 do código federal. O projeto de lei de autoria do Executivo foi aprovado pela Assembleia Legislativa, relatado pelo então deputado estadual Pedro Lupion ainda no mesmo mês de novembro. “Essa é uma conquista dos produtores rurais e devemos isso à sensibilidade do governador Beto Richa e ao trabalho ágil e eficiente dos nossos parlamentares na Assembleia Legislativa”, comemorou o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

Era necessário regulamentar e integrar os passivos do antigo Código Florestal e da Lei Florestal do Paraná (Sisleg) ao novo Código. A lei mantém todas as conquistas em relação a áreas consolidadas e isenção de recomposição de Reserva Legal para imóveis inferiores a quatro módulos fiscais (72 ha em média no estado) existentes até 22 de julho de 2008. O novo Código federal, aprovado em maio de 2012, criou dois mecanismos de regularização ambiental: o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Ainda em dezembro de 2014, com o apoio do então deputado estadual Pedro Lupion, a FAEP alcançou outra conquista em relação à legislação tributária. Desta vez envolveu o recolhimento do IPVA dos tratores. O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) passou a exigir naquele mês o licenciamento de máquinas agrícolas que trafegam em vias públicas. A FAEP pediu ao parlamentar, relator do projeto de lei do governo sobre mudanças na legislação do ICMS, a inclusão de uma emenda que tornou isentas de pagamento do IPVA as máquinas agrícolas. A emenda foi aprovada pela Assembleia Legislativa.



Foto: arquivo FAEP

Após solicitação da FAEP, máquinas agrícolas que trafegam pelas vias públicas até às áreas rurais deixaram de recolher IPVA.

SENAR-PR passa de 1 milhão de profissionais capacitados

Até o final de 2014, o SENAR-PR já havia capacitado mais de 1 milhão de trabalhadores e produtores rurais nas 260 diferentes atividades da agropecuária. Sem contar, é claro, os milhares de trabalhadores, produtores e suas famílias em programas de cunho social, como Mulher Atual, Agrinho e produção de alimentos e artesanatos.

Ágide reeleito para mandato 2015-2017

Auditório da FAEP lotado de líderes sindicais de todo o estado. É dia 26 de janeiro de 2015, data da realização das assembleias regimentais. O resultado indica para mais um período à frente da federação da agricultura do estado o presidente Ágide Meneguette. Na agenda de trabalho, o compromisso: “a FAEP não perde, nem perderá de vista os problemas ligados diretamente às cadeias de produção, como o incentivo à modernização da bovinocultura de corte e de leite. Da mesma forma, a luta continua para se obter políticas adequadas ao trigo, feijão, soja, milho e outras culturas, e o cumprimento de promessas oficiais sobre o financiamento do seguro rural”, destacou o dirigente.

Aos representantes do povo, Ágide, em seu pronunciamento lembrou do que o setor produtivo rural esperava: “cabe aos governos fornecerem a direção para onde devem ser alocados os investimentos e dar o apoio necessário para que a iniciativa privada cumpra o seu papel econômico e social”.

Protestos dos caminhoneiros

A nova diretoria da FAEP nem havia tomado posse no início de 2015 e já tinha em mãos um grave assunto para tratar: uma greve nacional dos caminhoneiros. O protesto interdita rodovias em todo o país desde o dia 18 de fevereiro de 2015. Os protestos terminaram no dia 3 de março. Os motoristas realizaram as manifestações diante dos valores recebidos pelos fretes e pela alta no preço do óleo diesel.

A FAEP, durante esses acontecimentos, com apoio dos sindicatos rurais, cumpriu seu papel político de atuar na defesa dos produtores rurais. Em sucessivas notas e

entrevistas na mídia e em contatos com parlamentares em Brasília, o presidente Ágide Meneguette alertou sobre as sérias consequências da omissão do governo em negociar e buscar uma solução para o impasse. A direção da FAEP avaliou na época que as reivindicações dos manifestantes eram legítimas, pois o preço do barril do petróleo estava em constante queda, mas o governo da presidente Dilma Rousseff, que enfrentava severa crise de energia, decidiu pelos reajustes nos preços dos combustíveis. A questão do óleo diesel representa 40% do custo do transporte de cargas.

A disseminação dos protestos por todo o país acertou, porém, alvos imprevistos, denunciou a FAEP. No caso, os milhares de produtores rurais, notadamente os avicultores, suinocultores e a bovinocultura de leite. Os produtos derivados da criação de animais em cada um desses setores têm um período pré-determinado para serem alimentados até o abate, e é apenas durante esse período que a indústria fornece a ração para os rebanhos. A direção da FAEP enviou comunicados aos parlamentares da base do governo para pedir mobilização imediata no Palácio do Planalto, alertando sobre o cenário.

A presidente Dilma sancionou, no 12º dia de paralisação, a “Lei dos Caminhoneiros”, prevendo segurar o preço do diesel pela Petrobras e regras para uma nova tabela de frete. No dia seguinte, 3 de março, a greve foi declarada encerrada.

Paraná: uma potência agrícola

- 2,3% do território nacional
- 4º estado na economia do país
- 11,6 milhões de habitantes – 5,4% do país
- 1,53 milhão - população rural – 13,2% do total no PR
- 85% dos estabelecimentos < 50 ha
- 77% das exportações são do agronegócio
- 1º produtor nacional de carnes
- 2º produtor nacional de grãos

Adiamento do CAR: pressão da FAEP

O prazo final para preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) estava próximo. A pedido da FAEP, o governo do estado encaminhou à então ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, um pedido de prorrogação do prazo para que os produtores rurais realizem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) por mais um ano. O prazo inicial para que os produtores brasileiros entregassem o CAR deveria expirar em 5 de maio de 2015. No entanto, nem 10% das propriedades em todo território nacional foram cadastradas, faltando apenas dois meses para atingir o prazo final. Diante desse fato, o governo, em sintonia com a Federação, solicitou mais tempo para que o cadastramento fosse feito sem atropelos e sem prejuízos dos direitos dos produtores do Estado. Centenas de produtores notificaram a FAEP das dificuldades em acessar o programa do CAR na internet, inclusive com depoimentos em que, formalizado o preenchimento, o Programa se recusava a emitir o respectivo recibo. O sistema estava permanentemente congestionado pela alta procura e havia a singela preocupação de produtores que simplesmente não têm acesso à internet. O Paraná era, em 2015, o segundo estado brasileiro em número de imóveis rurais, com 532 mil propriedades previstas para serem inscritas no CAR. Mas, de passagem por Londrina, no dia 17 de abril, a ministra Izabella Teixeira causou apreensão, dizendo que a tendência era não prorrogar o prazo final de entrega do CAR. A FAEP fez pressão e Dilma, em determinação publicada no Diário Oficial da União, escolheu a própria ministra para definir qual seria a data final para apresentar o CAR. A nova data ficou mesmo para 5 de maio de 2016, como defendia a FAEP.

Essa firme posição da FAEP em defesa dos produtores acuados não só pelo prazo, mas pela inoperância do sistema de cadastro do CAR, feito exclusivamente pela internet, repercutiu na mídia e nos meios políticos. No último documento relatando o cenário do cadastramento no Paraná, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, alertava que a não prorrogação causaria um imenso problema a mais de 4,5 milhões de produtores rurais do país, número aproximado daqueles que não conseguiram cadastrar suas

propriedades. “Já enrolado na economia, na política e com vários setores da sociedade, não parece ser interessante ao governo Dilma se enroscar desta vez com quem ainda oferece saldos positivos à Nação”, lembrou o presidente da FAEP em ofício à ministra do Meio Ambiente. Era a FAEP cumprindo seu papel, sabendo que somente pela fiscalização de atos do poder público, e fazendo a justa cobrança para atender a pleitos legítimos, a situação mudaria em favor dos produtores rurais.

2015: Federação inicia ampla agenda para defender Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação

Se a questão ambiental, como se verificou na conquista do novo prazo para a apresentação do CAR, provocou, no primeiro semestre de 2015, ampla mobilização da FAEP, outro marco importante foi registrado ao longo do mesmo ano: a criação de uma agenda para o triênio 2015/2016/2017 para fazer do Paraná área livre da febre aftosa sem vacinação. Perseguindo esse objetivo, o governo do Paraná, a Adapar, Seab, com apoio da FAEP, Ocepar e outras entidades estabeleceram um amplo cronograma de trabalho. Inicialmente o tema foi exposto no Conselho Estadual de Sanidade (Conesa) e, em seguida em duas audiências públicas na Assembleia Legislativa, com representantes de todos os segmentos dessas atividades. Após a segunda audiência pública, chegava ao Diário Oficial do Estado para publicação o texto do Decreto nº 1535, do governador Beto Richa. Nele estava a nomeação de 169 médicos-veterinários, agrônomos e técnicos para a Adapar, com as funções de fiscais de defesa agropecuária. Paralelamente, com o apoio privado, foram finalizadas as estruturas de 23 novos postos de fronteira ou barreiras sanitárias com o Mato Grosso do Sul e São Paulo. Depois dessa mobilização inicial, um passo importante foi garantido: em maio de 2015, o governo do Paraná encaminhou expediente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), solicitando o início dos procedimentos visando a obtenção do reconhecimento internacional como Zona Livre de Peste Suína Clássica (PSC) e de Febre Aftosa sem vacinação. Na sequência

a este movimento, o Ministério da Agricultura e Abastecimento (Mapa) informou oficialmente que o Paraná tinha plenas condições de atingir um novo e mais vantajoso status sanitário, mediante a adoção das medidas corretivas com o padrão sanitário internacional.

Em paralelo às movimentações burocráticas, a FAEP e o governo do estado desencadearam, em agosto de 2015 uma fase de treinamentos de 131 servidores nomeados pela Adapar. O programa de capacitação contou com a participação do SENAR-PR, envolvendo 74 fiscais de defesa agropecuária e 57 assistentes de fiscalização de defesa agropecuária. “Temos feito esforços neste sentido, com fóruns, viagens técnicas e treinamento de produtores e trabalhadores rurais. A nomeação de técnicos para a Adapar sempre esteve em nossa agenda para lembrar o governo do estado da necessidade de novos técnicos para a formação das equipes de defesa, bem como um plano de carreira compatível com a sua função”, resumiu Ágide a respeito das ações realizadas até aquele momento com vistas a obter o certificado de área livre de aftosa sem vacinação.

Foto: arquivo FAEP



Governo do estado e FAEP lançam em agosto de 2015, nova fase do programa de treinamentos de servidores nomeados para a Adapar.

Pecuária Moderna

Determinados a mostrar que o Paraná tinha condições de atingir o status, governo e FAEP seguiram ainda em agosto de 2015, com novas ações. É lançado o Plano Integrado de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte no Paraná, iniciativa da FAEP, em parceria com outras entidades, envolvendo toda a cadeia produtiva com o objetivo de produzir carne de qualidade e aumentar a remuneração da pecuária nos próximos dez anos.

“O governo estadual faz o que está ao seu alcance para que o Paraná possa conquistar o reconhecimento de status de área livre de aftosa, sem vacinação. De que adianta nós perseguirmos essa meta se não tivermos um produto de qualidade para oferecer aos mercados internacionais, cada vez mais exigentes? O status de uma carne de qualidade garantirá mais exportações e renda aos produtores paranaenses”, destacou o então governador Beto Richa. A meta do plano era melhorar os índices zootécnicos, aumentando a oferta de animais para a industrialização, fomentando a agroindústria e gerando emprego e renda para toda a cadeia. Entre as medidas que fizeram parte do plano, estavam a redução da idade de abate do animal, de 37 meses para 30 meses, assim como a produção de carcaças, que era de 137 kg para 210 quilos por hectare/ano.

Resultados do programa Pecuária Moderna

O programa Pecuária Moderna desencadeou uma série de ações criadas por grupos de trabalho. Eles foram formados pelos próprios produtores interessados. Por meio dos comitês regionais, organizados pelos sindicatos rurais em municípios com pecuária relevante, os produtores passaram a se reunir com frequência para trocar experiências, assistir a palestras e participar de visitas técnicas. Essa conexão direta com técnicos, pesquisadores e universidades tem sido, desde o lançamento do programa até o momento, essencial para aproximar o produtor da academia, tornando a inovação

mais aplicável à realidade do campo. A Pecuária Moderna é, acima de tudo, um movimento de transformação baseado em conhecimento, união e ação coordenada. Detalhe: a pecuária é uma cadeia produtiva estratégica, pois está presente praticamente em todos os municípios do Paraná. Precisava, portanto, de iniciativas como essa.

Como presidente do Sindicato Rural de Guarapuava, da Comissão de Bovinocultura de Corte do Paraná da FAEP e coordenador do Programa Pecuária Moderna do estado, Rodolpho Luiz Werneck Botelho viu com entusiasmo os avanços do programa Pecuária Moderna, uma iniciativa que, diante do amplo diálogo restabelecido com o governo estadual, uniu entidades representativas do setor e o poder público em prol da bovinocultura de corte.

Foto: arquivo FAEP



Lançamento do programa Pecuária Moderna, em agosto de 2015, representou importante avanço para todo o setor da bovinocultura de corte.

A união de esforços envolve prestação de informação de qualidade, capacitação por meio dos cursos do SENAR-PR e suporte técnico, buscando elevar a produção média de carne por hectare – que hoje gira em torno de 100 kg – para patamares mais competitivos. É fundamental que os produtores saiam dessa média, pois quem produz abaixo disso tende a sair do mercado por falta de viabilidade econômica, ressaltava Rodolpho.

O lançamento do programa no Palácio Iguaçu, lembra o dirigente, marcou um passo importante, com o apoio do estado por meio do IDR-PR (antiga Emater), que vem contribuindo com conhecimento técnico.

Café: resgate da excelência no Paraná

Em outubro de 2015, três cafeicultores do Norte Pioneiro do Paraná ficaram entre os finalistas do Cup of Excellence, competição internacional que elege os melhores cafés do mundo. O fato de os três finalistas paranaenses virem da mesma região (são dois em Tomazina e uma produtora é de Jacarezinho), não foi mera coincidência. O Norte Pioneiro vem desenvolvendo sua vocação para a produção de cafés de alta qualidade.

Mais conquistas, desta vez na suinocultura

Enquanto o setor produtivo e o governo estadual seguiam trabalhando ao longo de 2016 para criar condições de ter no Paraná o reconhecimento de Área Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação, uma estratégica área da pecuária paranaense já tinha o que comemorar. Em 26 de maio daquele ano, na 84ª Sessão Geral, realizada em Paris, a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) reconheceu o Paraná como Área Livre de Peste Suína Clássica. Isso significava que os 180 países membros da organização consideram que a

doença está erradicada no estado. Além do Paraná, foram certificados mais 12 estados brasileiros. Na prática, a certificação funciona como uma garantia ao comprador: passaria a eliminar a possibilidade de criação de barreiras sanitárias legais sobre os produtos paranaenses. A FAEP sempre acompanhou com muita atenção as questões sanitárias que envolvem a produção de carne no Paraná, com atuação constante em fóruns internacionais e articulação junto a autoridades estaduais e federais para fortalecer a competitividade do produto paranaense no mercado global. Esse comprometimento ficou evidente mais uma vez durante a histórica 84ª Sessão Geral da OIE, em Paris.

Foto: arquivo FAEP



Pecuária paranaense seguiu obtendo conquistas internacionais que colocaram a suinocultura em novo nível de competitividade no mercado.

O assessor da presidência da FAEP e ex-secretário da Agricultura do Paraná, Antônio Poloni, foi o único representante paranaense presente no evento, que oficializou o reconhecimento do estado como Área Livre de Peste Suína Clássica. Para Poloni, além de garantir a permanência do Paraná nos mercados internacionais já consolidados, a certificação

abre caminhos para futuras conquistas. Ele destacou que, uma vez alcançado o status de Estado Livre de Febre Aftosa sem Vacinação, o Paraná iria acessar novos mercados. “Além disso, o reconhecimento como área livre de peste suína clássica pode nos beneficiar em situações de emergência sanitária em outros países exportadores, criando oportunidades para que o Paraná assuma a demanda deixada por eles”, afirmou Poloni.

Manejo do solo e fontes de água

Para ajudar na busca por um rebanho com carne de qualidade e uma agricultura com recursos naturais protegidos, nova ação era desenvolvida em paralelo. O processo correto verificado para uma pecuária de excelência e a colheita farta dependem também da proteção e aproveitamento do solo e da água. O Paraná já foi exemplo no manejo dessas duas fontes de riqueza no campo nas décadas de 1980 e 90. Era preciso resgatar essa experiência bem-sucedida. Com o apoio da FAEP, o governo do estado lança no final de agosto de 2016, o Programa Integrado de Conservação do Solo e da Água, o Prosolo. O setor rural já vinha detectando a necessidade, pois cerca de um terço do solo agricultável apresentava algum tipo de erosão. Portanto, havia motivos de sobra para intensificar práticas que davam certo, como o SPD, Sistema de Plantio Direto, e o plantio de nível, além da conservação de nascentes de água e manutenção da terra na região das microbacias.

As transformações tecnológicas na agricultura nas últimas décadas introduziram máquinas de grande porte, que, em muitos casos, dificultam a adoção de certas práticas de conservação, como o terraceamento — técnica voltada para o controle da erosão, especialmente em áreas de relevo acentuado. O abandono dessas práticas aumenta o risco de erosão do solo, o que pode comprometer diretamente a produtividade das lavouras.

A FAEP, mais uma vez, fez sua parte ao apoiar a iniciativa governamental. Além de uma campanha de divulgação em todo o estado, o Sistema FAEP realizou encontros, em parceria com sindicatos e comissões técnicas regionais, em todas as regiões do

Paraná, para repassar detalhes sobre o programa. O objetivo era uma participação em massa dos produtores. Isso aconteceu desde o lançamento, quando a direção da FAEP organizou a ida de dezenas de produtores rurais para conhecer detalhes do programa.

Foto: arquivo FAEP



Em agosto de 2016, é lançado no Palácio Iguazu o Prosolo, uma ação que visa resgatar e proteger o solo e as fontes de água, unindo representantes de todo o setor produtivo e do governo do estado.

Ao fazer uma avaliação da largada do programa, em edição do Boletim Informativo de novembro de 2016, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, destacou a importância de encarar as ações a longo prazo. “O programa está em andamento e não visa uma solução em curto prazo, requer dedicação das entidades estaduais ligadas ao agronegócio, dos profissionais que atuam no campo. Mas, principalmente do entendimento dos produtores rurais de que não estamos falando de um programa de preservação ambiental apenas, mas de um programa de preservação e viabilidade da propriedade rural. Solo

degradado significa produtividade menor, maior uso de insumos, menor retenção de nutrientes, ou seja, maior custo de produção e menos dinheiro no bolso do produtor”, afirmou o dirigente.

Engenheiros-agrônomos, engenheiros-agrícolas, engenheiros-florestais e técnicos agrícolas seguiam, nos meses de novembro e dezembro de 16 em treinamento para serem capacitados na elaboração de projetos de manejo de solo e de água, de acordo com as necessidades de cada propriedade rural. Com 300 horas de duração, o treinamento era conduzido pelo SENAR-PR. Em dezembro foram liberados R\$ 12 milhões para investimentos no Prosolo. O ano de 2016 terminou assim, em intensa movimentação, com a FAEP defendendo, por meio de ações como essa, o atendimento das necessidades da cadeia agrícola no estado.

Conversando, a gente se entende. Mais uma conquista importante sobre o uso da água

Os produtores rurais do Paraná ficaram isentos das taxas de controle, acompanhamento e fiscalização do uso de recursos hídricos e minerais. A Lei Nº 18.878/2016 que trata do tema, foi publicada no Diário Oficial do dia 30 de setembro de 2016. A medida atendeu solicitação da FAEP e do Sistema Ocepar, que estiveram em reuniões e audiências públicas com as lideranças do governo na Assembleia Legislativa.

Prosolo segue nova etapa em 2017

Após o lançamento, o Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo) deu início a uma nova etapa em 6 de março de 2017. Profissionais de instituições ligadas ao setor rural – como Emater (atual IDR), Adapar, Fetaep, Ocepar, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab) e instrutores do SENAR-PR – participaram de um amplo treinamento realizado em Curitiba, com o objetivo de ampliar a divulgação do programa.

A proposta do encontro foi capacitar esses profissionais, que atuam em diversas regiões do estado, para que se tornem multiplicadores das informações do Prosolo. A tarefa foi levar as diretrizes do programa ao campo, atuando como elo entre o Comitê Gestor e os produtores rurais beneficiados, além de contribuir para a formação e organização dos comitês municipais do Prosolo.

Foto: arquivo FAEP



FAEP incentiva ações de manejo do solo para manter a fertilidade da terra e a garantia de produtividade da lavoura.

Em um ano de funcionamento do Prosolo, no mês de agosto de 2017, a FAEP contabilizou os esforços para divulgar a importância de o produtor rural aderir ao Prosolo. Junto com outras entidades do setor produtivo e a Seab, foram organizadas cerca de 100 reuniões regionais por todo o estado, atingindo um público de aproximadamente 10 mil pessoas. Esses encontros se traduziram na realização de dias de campo, seminários e reuniões com secretários municipais da Agricultura e com produtores rurais.

Agrinho fez parceria para ajudar na conservação de solo e água

O SENAR-PR também se engajou no fomento do Prosolo. A iniciativa marcou um novo capítulo na história da educação rural paranaense: o programa Agrinho Solos. Sob o tema “*Conservação de solos: sustentabilidade que garante o amanhã*”, a ação integrou a metodologia já consagrada do projeto educacional Agrinho às diretrizes do Prosolo.

Essa edição especial, concebida como uma modalidade independente dentro do Agrinho, teve como principal objetivo inserir de forma mais incisiva o debate sobre a conservação do solo no ambiente escolar, sensibilizando os estudantes do ensino fundamental para a importância do tema. Paralelamente, ofereceu suporte técnico ao produtor rural por meio de ações voltadas à capacitação e à pesquisa.

História do núcleo de Cadecs no Paraná: fortalecendo o diálogo na integração produtiva

Em um cenário em que a cooperação entre produtores e agroindústrias se torna cada vez mais essencial, o Sistema FAEP/SENAR-PR assumiu um papel estratégico ao criar, em agosto de 2017, o Núcleo de Cadecs do Paraná. A iniciativa surgiu como uma ferramenta de apoio e fortalecimento às Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs), previstas na Lei Federal nº 13.288/2016, conhecida como Lei de Integração. Essa legislação garante paridade entre representantes dos produtores integrados e das agroindústrias, além de estabelecer regras claras para o funcionamento das comissões, como a periodicidade das reuniões e a existência de regimentos internos.

Desde sua criação, o Núcleo tem sido fundamental para ampliar a representatividade e a eficiência das Cadecs no estado. Atualmente, 95% das 33 unidades industriais de avicultura e 25% das 11 unidades de suinocultura já contam com comissões

formadas, evidenciando o avanço do modelo de integração e a importância de um canal estruturado de diálogo.

No dia 3 de setembro de 2017, o Núcleo de Cadecs esteve novamente no centro das discussões, em uma reunião na sede da FAEP, em Curitiba. O encontro reuniu membros da diretoria do Núcleo e representantes de algumas das principais agroindústrias do Paraná. Na ocasião, foram detalhadas as formas de atuação do Núcleo, cujo objetivo é promover o fortalecimento e a sustentabilidade do setor produtivo, além de dinamizar a comunicação entre os diferentes elos das cadeias de aves e suínos.

A iniciativa representa um avanço significativo. O Núcleo fortalece ainda mais as Cadecs. Quando a Comissão de uma indústria não conseguir resolver uma eventual pendência, a ideia é que o Núcleo entre em ação para mediar esse trabalho. Assim, o Núcleo de Cadecs do Paraná consolida-se como uma ponte essencial entre produtores e agroindústrias, promovendo o diálogo, a transparência e a busca por soluções coletivas que garantam o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas no estado.

Foto: arquivo FAEP



Reunião do SENAR-PR é realizada no início de 2018 para planejar a formação de instrutores que iriam atuar nos núcleos das Cadecs.

Campanha pela área livre de aftosa sem vacinação ganhava importante capítulo

Enquanto avançava a difusão do conhecimento sobre técnicas de negociação entre as partes em atividades da agropecuária, uma ação importante do setor produtivo voltada à sanidade animal ganha novo capítulo. No dia 20 de outubro de 2017, os presidentes do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, e da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), José Roberto Ricken, formalizaram a entrega de um manifesto ao então governador do estado, Beto Richa, defendendo que o Paraná fosse reconhecido como área livre de febre aftosa sem vacinação “no menor prazo possível”.

O documento, respaldado por assinaturas de representantes de mais de duzentas entidades ligadas ao setor produtivo, expressava o anseio histórico do estado em conquistar esse status sanitário diferenciado — condição almejada por décadas como um passo estratégico rumo à ampliação dos mercados internacionais para a carne paranaense. A entrega ocorreu durante a inauguração do frigorífico da cooperativa C.Vale, em Palotina, no Oeste do Paraná, simbolizando o alinhamento entre os setores público e privado em torno da pauta sanitária e econômica.

Segundo destacou Ágide Meneguette na ocasião, o pedido refletia a confiança do setor produtivo no potencial do estado: “Quando produtores rurais e indústrias ligadas à produção de carnes pedem que o Paraná seja declarado área livre de febre aftosa sem vacinação, é porque enxergam o nosso grande potencial. E, a partir do novo status, vamos conseguir atingir novos mercados que valorizam e pagam mais pelos nossos produtos”.

Como parte dos esforços para garantir a segurança sanitária necessária à nova classificação, a Adapar reforçou seu quadro de profissionais com a contratação de mais médicos veterinários, assegurando a presença desses especialistas em todas as unidades de fiscalização do estado. Além disso, foram realizadas obras de construção e reforma em postos fiscais localizados em pontos estratégicos nas divisas estaduais, e solicitada à Polícia Rodoviária Estadual (PRE) a autorização para fiscalizar a documentação sanitária de cargas em trânsito pelas rodovias paranaenses.

Esse conjunto de ações consolidou o compromisso do Paraná com a excelência sanitária e o fortalecimento de sua presença no mercado global de proteína animal. Diante de tantos esforços, o setor produtivo recebeu uma boa notícia. Ela seria revelada já no ano seguinte.

Janeiro de 2018: reeleição da diretoria e nova governadora

A série de esforços verificados no último triênio em prol do desenvolvimento do campo no Paraná obteve novamente o reconhecimento do produtor rural. Ágide Meneguette foi eleito em 29 de janeiro de 2018 para o triênio 2018/20 à frente da FAEP. A eleição foi realizada de forma paralela à Assembleia Geral, na sede da entidade, em Curitiba, no dia 29 de janeiro de 2018. Ao agradecer a todos a confiança renovada, em nome da diretoria eleita, Ágide prometeu manter o entusiasmo da primeira gestão. O governador Beto Richa compareceu para marcar mais uma vez a parceria entre setor produtivo e o governo.

Em se tratando de sucessão, o Poder Executivo Estadual também foi marcado por mudanças. Candidato nas eleições de 2018 ao parlamento brasileiro, Beto Richa se desincompatibilizou da função, assumindo sua vice, Cida Borghetti. Uma posse histórica e bastante concorrida por se tratar da primeira mulher a assumir, em definitivo, o Palácio Iguaçu. A notícia que animou o setor foi seu compromisso de apoio ao agronegócio. Cida fez jus à promessa. Nos oito meses em que ficou à frente do cargo, ela teve pela frente temas de relevância que abordou de forma decisiva em favor do setor rural.

Ranking nacional - produção e exportação paranaense

- Soja: 2º em produção e 3º em exportação
- Feijão: 1º em produção e 1º em exportação
- Milho: 2º em produção e 6º em exportação

- Trigo: 2º em produção e 2º em exportação
- Cana-de-açúcar: 5º em produção e 3º em exportação
- Produtos florestais: 1º em produção e 1º em exportação
- Tilápia: 1º em produção e 1º em exportação
- Carne de frango: 1º em produção e 1º em exportação
- Carne suína: 2º em produção e 3º em exportação
- Leite: 2º em produção e 5º em exportação
- Carne bovina: 9º em produção e 10º em exportação

Lei do Biogás

A nova governadora não perdeu tempo e ajudou a encaminhar importante pauta para aprovação na Assembleia Legislativa: a Lei do Biogás (Política Estadual de Biogás e Biometano, aprovada em 2018 por meio da Lei Nº 19.500 e da Lei Complementar 211).

A FAEP investiu bastante ao longo daquela década para fomentar a importância do biogás nas propriedades rurais do estado. Em 2017, por exemplo, foram organizadas viagens técnicas a países europeus como Itália, Áustria e Alemanha para conhecer e coletar subsídios sobre projetos bem-sucedidos com a produção de biogás e biometano. Com base nessas experiências, o Sistema FAEP teve participação direta na formulação da Política Estadual de Biogás e Biometano. A legislação proporcionou diretrizes claras para os produtores rurais que desejam investir na geração de energia própria.

“Foi uma lei que sancionei no mês de maio, e por meio dela, foi instituída a política do biogás e biometano no Paraná. É um marco legal que garantiu maior segurança jurídica aos produtores para investir no setor e abrir oportunidades de negócios baseados nas energias limpas e renováveis”, destacou em depoimento para este livro a ex-governadora Cida Borghetti.

Greve dos caminhoneiros: FAEP apoiou em prol de preços melhores na agropecuária

Em maio de 2018, diante dos altos preços dos combustíveis e da defasagem nos valores dos fretes, caminhoneiros deflagraram uma paralisação nacional que durou dez dias. A FAEP manifestou apoio ao movimento, reconhecendo que o aumento no custo dos combustíveis impactou diretamente os preços dos produtos agropecuários.

Como forma de pressionar por soluções, a Federação encaminhou ofícios aos deputados estaduais, parlamentares do Congresso Nacional, à governadora do estado e ao presidente da República, solicitando medidas urgentes para reduzir a carga tributária sobre gasolina, diesel e etanol — que pode representar até 40% do valor final ao consumidor.

Em resposta à mobilização, o governo federal atendeu parte das demandas, promovendo a redução de tributos federais e editando Medidas Provisórias que incluíram isenção de pedágio para eixos suspensos, aumento nos valores dos fretes para caminhoneiros autônomos e estabelecimento de um preço mínimo para os fretes.

Com a adoção dessas medidas, a FAEP emitiu uma nota pública solicitando a normalização do transporte, alertando que o abastecimento de combustíveis e alimentos estava em situação crítica. Uma vez que as principais reivindicações haviam sido atendidas, não havia mais justificativa para a continuidade dos protestos.

Foto: arquivo FAEP



Na greve dos caminhoneiros de maio de 2018, FAEP se posicionou a favor do movimento e defendeu que o governo federal criasse medidas para baixar o preço dos combustíveis e valores do frete.

Ministério confirma que Paraná não precisava mais vacinar rebanho após maio de 2019

Em um marco histórico para a agropecuária paranaense, havia caído a última barreira que separava o Paraná do reconhecimento como zona livre de febre aftosa sem vacinação. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) autorizou a antecipação da retirada da vacina contra a doença, consolidando um avanço aguardado há décadas. Assim, a campanha de vacinação, que teve início em 1º de maio de 2019, foi confirmada como a última realizada no estado.

A decisão foi oficializada durante reunião nos dias 24 e 25 de abril de 2019, em Curitiba. O encontro reuniu representantes do Mapa e lideranças do setor agropecuario dos estados integrantes do Bloco V do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA) – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

“Essa era praticamente a última etapa para que o Paraná avançasse rumo à conquista do status sanitário tão almejado. É fundamental que nossos pecuaristas cumpram com rigor esta última vacinação, para que possamos trilhar os próximos passos em direção a mercados mais exigentes e valorizados”, destacou Ágide Meneguette. O presidente do Sistema FAEP também lembrou o longo caminho percorrido: “Foram décadas de dedicação e trabalho incansável até atingirmos este patamar. Essa conquista comprova que estávamos certos em investir nossos esforços nessa causa, que trará benefícios expressivos aos produtores paranaenses de todas as cadeias de proteína animal.”

O fim da vacinação contra a febre aftosa marcou não apenas o encerramento de um ciclo, mas o início de uma nova era para a agropecuária do Paraná – mais competitiva, valorizada e reconhecida internacionalmente. Enquanto o status não era confirmado, o Sistema FAEP já preparava os pecuaristas para a nova realidade. Em parceria com outras entidades, foram realizados uma série de encontros sob o Fórum Regional Paraná Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação. Ao longo do mês de maio de 2019, o fórum recebeu dezenas de produtores rurais nas cidades de Paranavaí, Cornélio

Procópio, Guarapuava, Pato Branco, Cascavel e Curitiba. Os fóruns foram estratégicos, pois contaram com a adesão em massa dos pecuaristas, um sinal de que a participação do setor era uma forte demonstração de apoio aos esforços para alcançar a certificação internacional.

Curso de drones do Senar-pr tem adesão maciça do produtor

O curso “Trabalhador na Agricultura de Precisão: Operação de Drones” ultrapassou sua centésima edição cinco meses após sua criação. Disponibilizada pelo SENAR-PR desde fevereiro de 2019, a capacitação ensina produtores e trabalhadores rurais a explorar as potencialidades desses equipamentos, aplicadas à agropecuária. A alta procura revelou, desde o início do curso, o interesse do setor, cada vez mais, em aderir às novas tecnologias.

Ainda no mês de agosto de 2019, eram finalizadas as últimas exigências para atender aos requisitos do Mapa para encaminhar o pedido a OIE: a construção do último posto de fiscalização e a contratação de mais médicos veterinários e técnicos agrícolas.

Em outro setor da pecuária, na suinocultura, o ano de 2019 é encerrado com uma conquista que colocou a sanidade animal em outro nível.

Paraná é oficialmente declarado área livre da peste suína clássica: um marco histórico na sanidade agropecuária brasileira

Já em clima de expectativa a respeito da futura declaração de área livre de aftosa sem vacinação, o setor produtivo paranaense testemunhava: no dia 6 de dezembro de 2019, consumou-se um dos episódios mais significativos da trajetória sanitária e agropecuária do estado do Paraná. Na ocasião, o Mapa, sob a liderança da ministra Tereza

Cristina, assinou o ato que reconheceu oficialmente o Paraná como área livre da peste suína clássica (PSC), enfermidade que historicamente ameaçou a suinocultura nacional.

A medida, de alto impacto estratégico e econômico, retirou o Paraná de um grupo de 14 unidades federativas até então consideradas em risco sanitário, e inseriu-o em um seleto bloco de excelência, ao lado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul – estados igualmente reconhecidos pela rigorosa vigilância e pelo controle sanitário. Este desmembramento representou o coroamento de esforços coordenados entre diferentes esferas de poder, com destaque para a atuação decisiva do deputado federal Pedro Lupion e do deputado estadual Antônio Anibelli Neto.



Foto: arquivo FAEP

No mês de dezembro de 2019, a ministra Tereza Cristina assina em Curitiba medida que reconhecia o Paraná como área livre de peste suína clássica.

Importa destacar que, ainda em 2016, o Paraná já havia alcançado reconhecimento internacional como área livre da PSC (Peste Suína Clássica) por meio da chancela da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE). Contudo, a ausência de uma declaração oficial do governo federal limitava os efeitos práticos daquela conquista, expondo o estado à vulnerabilidade diante de surtos provenientes de outras regiões do país. Com o documento firmado pelo Mapa, essa lacuna foi finalmente superada.

Durante a solenidade, a ministra Tereza Cristina enfatizou a importância histórica da decisão: “Esse ato representa muito para o estado, que ganha condições importantes para a exportação da carne suína. Agora, o Paraná está entregando tudo aquilo que o mundo precisa.” O governador Carlos Massa Júnior acrescentou que o reconhecimento trazia segurança e estabilidade aos compradores internacionais, reforçando a posição estratégica do Paraná no mercado global.

O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, sublinhou a importância da certificação em um contexto de crescente demanda global por proteína animal, impulsionada especialmente pela crise sanitária provocada pela peste suína africana, que assolava rebanhos na Ásia e em parte da Europa. “Dentro e fora da porteira, a suinocultura do Paraná é de qualidade. Com mais essa medida, deixamos claro para o mercado interno e para o mundo que estamos prontos para atender qualquer demanda”, afirmou.

Esse feito foi fruto da união entre produtores, técnicos, gestores públicos e legisladores, permanecendo como um divisor de águas na história da agropecuária paranaense e brasileira. Quando poder público e setor produtivo se unem, como vem sendo enfatizado neste capítulo, a sociedade só tem a ganhar.

Paraná - Evolução de área plantada, produção e produtividade de grãos

- Em 43 anos (1980 a 2023)
- Área: crescimento de 36%
- Produtividade: expansão de 150%
- Produção: aumento de 228%

Descomplica Rural no início de 2020

As novidades com o início de mais um ano de trabalho não paravam de surgir. O que não mudava era a filosofia de trabalho: a parceria de governo e entidades do setor agropecuário resultando em mais avanços. Durante sua participação na Assembleia Geral da FAEP, realizada em janeiro de 2020, o governador Carlos Massa Ratinho Júnior anuncia a criação do programa “Descomplica Rural”. Com contribuições técnicas e jurídicas da FAEP, a medida visa promover o desenvolvimento sustentável por meio de ações que garantam agilidade na concessão de licenciamentos ambientais. Isso tornou possível levar às normas modificações que atendem reivindicações históricas da área agrícola para facilitar a implantação de investimentos no meio rural e, consequentemente, a geração de emprego no Paraná. Entre as atividades contempladas pela iniciativa estão a aquicultura, a avicultura, a bovinocultura tanto de corte quanto leiteira e a suinocultura, setores de grande relevância para a produção agropecuária nacional.

Ágide Meneguette comemorou o lançamento do programa: “O produtor vive em meio a um emaranhado de burocracia, pois precisa bater em várias portas para conseguir tocar o seu negócio. O Descomplica Rural irá dar condição de trabalho. Ou seja, o governo irá fazer o favor de não atrapalhar os produtores”, ressaltou. Entre as medidas, estava a garantia de criação de novos empreendimentos rurais em poucos dias, destacou o governador.

Para ajudar o produtor a entender as mudanças, a FAEP elaborou na ocasião uma cartilha informativa voltada aos produtores rurais, com o propósito de apresentar as principais alterações promovidas pelo Descomplica Rural no processo de licenciamento ambiental. A publicação teve como objetivo esclarecer a natureza do programa e destacar as mudanças práticas que ele traz para o dia a dia no campo.



Ações promovidas pela FAEP, como este encontro em Londrina no dia 6 de março de 2020, ajudaram a esclarecer o Descomplica Rural.

Pecuária mantém saldo positivo em ano difícil para a lavoura

O Paraná terminou 2019 com desempenhos distintos no campo. Impulsionada por recordes de seus produtos, a pecuária paranaense obteve um desempenho excelente, com faturamento 14,2% maior em relação a 2018, passando dos R\$ 34,6 bilhões. Este aumento de receita compensou as perdas amargadas nas lavouras. Principalmente em decorrência da quebra da safra de soja, a agricultura do estado viu seus ganhos encolherem 8,2%.

Pandemia da Covid-19 altera toda programação para 2020

Se, a cada início de ano, um acontecimento novo servia para pautar as ações da FAEP, o primeiro trimestre de 2020 cumpria à risca essa regra, mas, naquela ocasião, de forma nunca vista antes no mundo. A ocorrência da Covid-19, com os primeiros focos verificados na China, provocou mudanças profundas na sociedade global. A pandemia desafiou sistemas de saúde, economia e relações sociais em escala inédita. Milhões de vidas foram impactadas direta e indiretamente, com perdas humanas e emocionais significativas. O distanciamento social e o isolamento transformaram a forma como nos relacionamos e trabalhamos. Além disso, a crise sanitária acelerou processos de digitalização e expôs desigualdades estruturais em diversos países.

A produção agrícola e o cotidiano rural não escaparam dos reflexos causados pela Covid-19. A partir das primeiras confirmações de casos no Brasil, em março de 2020, a FAEP procurou realizar uma série de orientações para a classe produtiva rural. O momento era de muitas incertezas e exigia cautela para se continuar produzindo, com segurança para todos.

Uma das primeiras medidas foi suspender os encontros regionais para detalhar ao setor produtivo o programa Descomplica Rural. As aglomerações em locais públicos deviam ser evitadas para diminuir a transmissão do coronavírus pois os estudos para uma vacina ainda engatinhavam naquele momento. A prevenção era o melhor remédio. Na parte econômica, o setor produtivo rural já acumulava déficits. O Departamento Técnico e Econômico da FAEP apontou queda de 10,13% nas exportações agrícolas paranaenses nos dois primeiros meses de 2020 em comparação ao mesmo período de 2019. Insumos agrícolas importados de países do leste europeu, como Bielorrússia e Rússia para auxiliar no plantio da lavoura brasileira, tiveram queda de 27,5% em fevereiro de 2020 em comparação ao mesmo mês do ano anterior.

Era o efeito Covid-19 que exigia uma completa revisão de processos e rotina de trabalho por parte da FAEP. Outra das primeiras ações foi usar o Boletim Informativo, publicação semanal de esclarecimentos e notícias de interesse dos filiados, para informar

sobre adiamentos de datas de obrigações tributárias e relacionadas à legislação, além de orientações de como realizar solicitações que passaram a ser feitas por via remota a órgãos dos governos, por exemplo.

A FAEP passou a alertar pelos canais informativos, como o Boletim, nas redes sociais e no site da entidade, cuidados pessoais para evitar a contaminação da Covid-19. A Federação lembrava ao produtor para usar as BPAs (Boas Práticas Agropecuárias) como aliadas para barrar a disseminação da doença. As BPAs são fundamentais para garantir a segurança dos alimentos sob os aspectos físico, químico e biológico – ou seja, assegurar que os produtos cheguem à mesa do consumidor livres de qualquer risco à saúde. Além de proteger quem consome, as BPAs também cuidam da saúde dos trabalhadores ao longo da cadeia produtiva, por meio de protocolos e procedimentos específicos. Muitos desses cuidados, inclusive, estão alinhados com as recomendações para conter a disseminação do coronavírus. A boa notícia naquele contexto de riscos com a Covid-19 era que, no Paraná, grande parte dos produtores já adotava essas práticas, reforçando a segurança desde dentro da porteira.

Após um período inicial de queda nos negócios, devido às restrições e o pouco conhecimento sobre o desenvolvimento da pandemia, os meses seguintes para o setor agrícola brasileiro começaram a ser revertidos. A orientação, inclusive da FAEP, era não arrefecer o ritmo da produção, ao mesmo tempo em que os cuidados deveriam ser respeitados para evitar o contágio. Os resultados não tardaram a aparecer.

“A pandemia do coronavírus provocou um apagão nas economias paranaense e brasileira. Porém, neste ambiente nebuloso, que dificulta a execução do planejamento e a tomada de decisão, o agronegócio no Paraná e no Brasil souberam tatear, com maestria, o melhor caminho para contornar os percalços impostos pela crise e continuar produzindo para garantir alimentos à população e empregos e renda à sociedade”, comemorou o presidente Ágide Meneguette em artigo no Boletim Informativo de junho de 2020. O PIB da agropecuária brasileira havia crescido 1,9% no primeiro trimestre de 2020 em comparação aos três meses iniciais do ano anterior. “Os dados estão aí para provar e comprovar que o agronegócio é uma espécie de farol no imenso apagão econômico”, destacou Ágide no texto.



Foto: arquivo FAEP

Agronegócio paranaense, com contribuições da FAEP, soube reagir aos reflexos causados pela COVID-19, exibindo bons resultados econômicos.

Apesar da pandemia, cronograma para tornar PR livre da aftosa sem vacinação seguiu avançando

A pandemia do novo coronavírus não desviou o Paraná de conquistar o reconhecimento internacional como área livre de febre aftosa sem vacinação. Mesmo diante das restrições e desafios impostos pelo combate à Covid-19, o Paraná conseguiu se adaptar e seguir o cronograma estabelecido pela OIE.

Com todas as etapas sendo cumpridas, estava garantida a data de declaração oficial programada para maio de 2021 durante a assembleia-geral da OIE.

Em junho de 2020, o estado avançou mais um passo rumo a essa conquista. Técnicos da Adapar finalizaram a coleta de amostras de 10 mil animais em 330 propriedades rurais. Esse material foi encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), responsável pela análise no âmbito de um inquérito soroepidemiológico, que verificou a não existência de circulação viral da febre aftosa dentro do território paranaense.

Em mais um marco histórico para a agropecuária do estado, após a análise das amostras, o Mapa reconheceu oficialmente o Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação. A medida foi oficializada por meio da Instrução Normativa nº 52, assinada pela ministra Tereza Cristina e publicada no Diário Oficial da União em 11 de agosto. A norma entrou em vigor no dia 1º de setembro.

O reconhecimento não contemplou apenas o Paraná. Também foram incluídos na nova classificação sanitária os estados do Acre, Rio Grande do Sul, Rondônia e partes do Amazonas e do Mato Grosso. A decisão representou novo avanço significativo no processo de certificação internacional conduzido pela OIE.

“O reconhecimento por parte do Mapa é parte deste processo, cujo objetivo maior é que o Paraná obtenha a chancela internacional, o que deve ter um impacto muito positivo para o nosso agronegócio. O reconhecimento mundial abre mercados mais sofisticados não só para a bovinocultura, mas para toda a nossa pecuária. É um selo de que temos sanidade”, mencionou Ágide em editorial do Boletim Informativo para comemorar a conquista.

Com a nova classificação, o Paraná consolidou décadas de esforços em vigilância sanitária, reforçando sua posição estratégica no cenário agroexportador e abrindo caminho para acessar mercados mais exigentes, em que a ausência de vacinação é um pré-requisito para a importação de carne. Faltava agora a confirmação em Paris, aguardada para 2021.

Enquanto o setor produtivo esperava a tão sonhada oficialização, a atividade na agropecuária paranaense seguia em frente, tendo ainda a ameaça da pandemia de Covid-19.



Foto: arquivo FAEP

Com apoio da FAEP, foram feitos investimentos para garantir a certificação de área livre de aftosa sem vacinação, como a criação de novos postos de inspeção sanitária nas divisas do Paraná com outros estados.

Nova realidade com o Descomplica Rural

Ao longo de 2020, poucos meses após o lançamento do programa Descomplica Rural, a FAEP começou a receber informações de produtores que tinham motivos para comemorar. Eles relatavam que estavam conseguindo tirar do papel projetos de empreendedorismo em questão de meses, o que antes aguardavam por anos, sem sucesso. Foi o caso, por exemplo, de um projeto de piscicultura em Paranaguá, no litoral do estado. O processo de licenciamento com a adesão ao programa durou apenas 20 dias. O projeto estava parado há quatro anos, desde a ideia inicial.

2020 termina com atuação da FAEP para economizar no consumo de energia

O ano de 2020 ficou marcado como um dos mais desafiadores da história recente. Em meio a uma crise sanitária global e incertezas econômicas, uma notícia positiva ao final do ano trouxe alívio e ajudou a renovar o ânimo no campo: a confirmação da prorrogação do programa Tarifa Rural Noturna por mais dois anos, abrangendo 2021 e 2022.

A manutenção do subsídio representou mais do que um benefício aos produtores rurais. Foi um passo estratégico que auxiliou na preservação da competitividade da agropecuária paranaense — especialmente na produção de carnes, uma das principais forças econômicas do estado. Ao garantir condições mais favoráveis para o funcionamento das propriedades durante o período noturno, o programa contribui diretamente para a geração de renda, empregos e movimentação econômica nos municípios do interior.

A conquista, no entanto, não veio sem mobilização. Liderada pela FAEP, a articulação envolveu sindicatos rurais, produtores e diversas entidades do setor. Em uma ação coordenada, o grupo atuou junto ao governo estadual e à Assembleia Legislativa para demonstrar a relevância do subsídio — tanto para o campo quanto para as cidades.

O esforço coletivo deu resultado. Sensíveis aos argumentos apresentados, o Executivo estadual e os parlamentares garantiram os recursos necessários para a continuidade do programa. A decisão assegurou não apenas a economia de milhares de produtores, mas também reforça a política de valorização da agropecuária como eixo estratégico para o desenvolvimento do Paraná.

Chapa com Ágide é referendada para o próximo triênio (2021-2024)

Em um momento marcado por transformações profundas no cenário sindical brasileiro, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) reelegeu, em 25 de janeiro de 2021, a diretoria que conduziria os rumos da entidade até 2024. Sob a liderança do presidente Ágide Meneguette, a nova gestão assumiu o firme compromisso de fortalecer o sistema sindical rural paranaense por meio de ações estratégicas, programas estruturantes e políticas voltadas à sustentabilidade das entidades de base.

Entre as prioridades da diretoria reeleita estava o Programa de Sustentabilidade Sindical, criado em 2018 como resposta ao fim da obrigatoriedade da contribuição sindical. A iniciativa tem como objetivo assegurar a autonomia financeira e a relevância dos sindicatos rurais diante dos novos desafios institucionais e econômicos.

A eleição que definiu os rumos da FAEP para o próximo triênio também entrou para a história. Pela primeira vez, em razão da pandemia de Covid-19, a Assembleia Geral foi realizada de forma totalmente virtual. Cada um dos 138 sindicatos habilitados participou da votação a partir de suas cidades, utilizando um sistema digital criptografado, desenvolvido por uma empresa especializada, o que garantiu segurança e transparência ao processo.

Trabalho do Sistema FAEP resulta em vitória na OIE contra a aftosa

Em março de 2021, o Paraná deu um passo decisivo rumo a uma conquista aguardada há cerca de cinco décadas: o reconhecimento internacional como área livre de febre aftosa sem vacinação. Após rigorosa avaliação técnica, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) emitiu parecer favorável à solicitação do estado, que também obteve aprovação como zona livre de peste suína clássica independente.

A decisão da OIE não se restringiu ao Paraná. Estados como o Rio Grande do Sul e os integrantes do chamado Bloco I – Acre, Rondônia e partes do Amazonas e do Mato Grosso – também receberam parecer técnico positivo. Com isso, o Paraná estava oficialmente habilitado a receber o reconhecimento internacional durante a 88ª Sessão Geral da Assembleia Mundial dos Delegados da OIE, realizada entre 22 e 28 de maio de 2021.

Esse marco sanitário, celebrado em todo o setor agropecuário, foi resultado de décadas de trabalho articulado e investimento constante. Desde os anos 1970, o Sistema FAEP tem atuado de forma estratégica na consolidação de um sistema sanitário robusto, em parceria com o poder público e o setor produtivo. Entre 1997 e 2019, a entidade destinou mais de US\$ 10,2 milhões para o fortalecimento dessa rede, promovendo a participação de técnicos e lideranças em eventos internacionais e contribuindo para a formulação de políticas públicas que elevaram a qualidade e credibilidade dos produtos paranaenses.

“O trabalho conjunto de todos os elos da cadeia produtiva do Paraná e do poder público foi fundamental para chegarmos até esse momento. E, em maio de 2021, aguardávamos a coroação de todas as ações construídas ao longo destas últimas décadas”, destacou à época Ágide Meneguette.

O setor de carnes comemorou as novas possibilidades que o status adquirido representaria para a agropecuária paranaense. O trabalho de esclarecimento da FAEP foi determinante para se conquistar a certificação internacional.

“Foi realizado um trabalho muito forte de conscientização dos produtores rurais sobre a necessidade de sanidade animal. Em primeiro lugar, foi levantada a importância da vacinação de todo o rebanho do estado, com uma campanha forte de esclarecimento. Em segundo ponto, depois de determinado período, em que estávamos já com a Adapar, partimos para convencer produtores rurais e demais entidades da importância de o Paraná se tornar uma área livre de febre aftosa sem vacinação, e que isso deveria causar uma grande possibilidade de aumento de mercado exportador, principalmente de carne suína, mas também das demais carnes dentro do setor”, enfatizou Rodolpho Luiz Werneck Botelho, presidente do Sindicato Rural de Guarapuava, e da Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte do Sistema FAEP.

“Acho que, depois de várias reuniões, palestras e discussões, as entidades e associações entenderam a importância disso, com o estado e a FAEP investindo num trabalho de esclarecimento e conquistando o selo de área livre junto às entidades internacionais”, acrescentou Rodolpho.

Faltava a solenidade

O tão esperado novo patamar sanitário veio no dia 27 de maio de 2021. Em um momento que ficará registrado na memória do agronegócio brasileiro, lideranças políticas, representantes de entidades do setor produtivo e autoridades nacionais celebraram naquela data, o reconhecimento do Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação pela OIE. A cerimônia, transmitida ao vivo pela internet, coroou um trabalho iniciado décadas antes — um esforço coletivo que mobilizou o estado em torno de uma meta ambiciosa e, finalmente, alcançada.

O evento teve ares de celebração histórica. O governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Júnior, fez um resgate das etapas que conduziram à conquista e destacou o protagonismo de inúmeras instituições envolvidas ao longo da jornada. “Hoje é um dia histórico. Após 63 anos, tenho a honra de anunciar ao povo do Paraná que somos oficialmente uma área livre de febre aftosa sem vacinação. Estamos agora entre os territórios com o mais alto nível de sanidade do planeta”, declarou. Em seu discurso, o governador também reforçou a importância da vigilância contínua. “Agora, precisamos manter esse status: com o cadastramento do rebanho, fiscalização rigorosa nas divisas e, acima de tudo, com responsabilidade.”



Solenidade de certificação do Paraná como Área Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação foi realizada de forma remota, por causa de medidas contra a Covid-19. O evento reuniu representantes do setor produtivo e do poder público no Palácio Iguaçu, em Curitiba, no dia 27 de maio de 2021.

Diretamente de Brasília, a então ministra da Agricultura, Tereza Cristina, participou da cerimônia por videoconferência. Com entusiasmo, exibiu os certificados enviados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) pela OIE e destacou o papel do Paraná e de outros estados que também conquistaram o status sanitário. “Parabéns a todos. Essa não é uma conquista de uma única liderança, mas de todas as mãos que se uniram nesse processo. Foi necessário planejamento, dedicação e, acima de tudo, ousadia. Como disse o governador: ‘Vamos abrir o Paraná’. E aqui estamos.”

Uma das vozes mais respeitadas do setor, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, relembrou a longa trajetória da entidade na construção desse reconhecimento. “O Sistema FAEP se orgulha de ter contribuído de forma relevante desde os anos 1990, acompanhando cada etapa técnica, cada medida de vigilância. Essa conquista representa muito para a economia do estado: abre novos mercados e garante um novo patamar para o nosso agronegócio. Mas é também uma vitória do produtor rural, que passa a ter acesso a melhores oportunidades e a uma maior fatia da renda gerada pela agropecuária.”

Ágide também alertou sobre os desafios que viriam após a conquista. “O novo status sanitário é uma grande conquista, mas também uma grande responsabilidade. Precisamos manter a união que nos trouxe até aqui para garantir que não haja retrocessos.”

O reconhecimento internacional simbolizou não apenas o sucesso de uma política sanitária rigorosa, mas também a força da cooperação entre instituições públicas e privadas, algo que vinha sendo resgatado desde 2011 em benefício do produtor rural e da sociedade como um todo. Uma página histórica foi virada, abrindo um novo capítulo de possibilidades para o Paraná no cenário agropecuário mundial.

A conquista do reconhecimento internacional como área livre de febre aftosa sem vacinação foi muito além de um objetivo técnico-sanitário, de acordo com Otamir César Martins, presidente da Adapar (gestão Ratinho Júnior). Para o Paraná, tratava-se de um projeto estratégico com forte impacto econômico. Segundo Otamir, essa condição sanitária abriu mercados, valorizou a produção e passou a ser um diferencial competitivo fundamental para os produtos agropecuários do estado.

“Desde aquela época já era discussão: nós queremos ser livres de febre aftosa sem vacinação. Porque, se for livre sem vacinação, você tem condição de exportar para outros países.”

Otamir destaca que o trabalho da FAEP foi essencial para preparar os produtores rurais a entender essa nova lógica, abandonando a cultura de que a vacinação, por si só, era a garantia de proteção.

Erosão

R\$ 242 milhões. Esse é o custo gerado pela erosão no começo da década de 2020 no Paraná. Programas como o Prosolo foram criados para combater a degradação do solo, que onera a lavoura. Atento aos prejuízos causados pela erosão, o SENAR-PR lançou, em 2016, o curso “Manejo de Solo e Água em Propriedades Rurais e Microbacias Hidrográficas”.

Crise hídrica complica safra 2021/2022

Ainda em clima de comemoração pela conquista do novo status sanitário, o produtor rural paranaense se viu em meio aos efeitos de uma forte seca, semelhante às registradas nas décadas de 1970 e 80, gerando muitos prejuízos. Pelo terceiro ano consecutivo, apontaram os serviços de meteorologia, choveu abaixo do esperado no período de plantio e floração entre o segundo semestre de 2021 e primeiro semestre de 22. De acordo com o Departamento de Economia Rural (Deral) da Seab, a previsão inicial para a safra de soja 2021/22 era superior a 21 milhões de toneladas, mas só seriam colhidas 12,5 milhões de toneladas. A quebra foi de 45%. No feijão, essa perda foi da ordem de 31%, e, no milho, insumo central para o desenvolvimento das cadeias de produção animal, o percentual de perdas atingiu 36%. De acordo com o Deral, as perdas computadas na soja representaram mais de R\$ 23 bilhões, as do milho somaram R\$ 2,2 bilhões e, no feijão, os prejuízos ultrapassaram R\$ 395 milhões. Com seu corpo técnico, a FAEP percorreu as áreas afetadas para compreender a fundo o tamanho dos estragos causados pela seca. Neste momento, o melhor que poderia se fazer era deixar o produtor rural informado da situação para que pudesse encontrar meios de reagir. O Paraná é o estado que mais contrata apólices de seguro rural no país. Graças a essa cultura, fomentada também pela FAEP em palestras e até cursos técnicos do SENAR-PR, o produtor rural pôde dar fortes respostas ao tamanho da crise que estava enfrentando naquela ocasião.

Estímulo à liderança

Apesar dos resultados negativos no campo, por conta do clima desfavorável, a FAEP seguia em frente no trabalho de aprimorar a representatividade do produtor rural. No final de junho de 22, o Sistema FAEP concluiu a série de encontros “Liderança Rural – Cultivando Conexões”, promovida em parceria com o Sebrae-PR. Realizada em dez municípios de diferentes regiões do Paraná, a iniciativa mobilizou mais de 2,5 mil participantes, entre agricultores e pecuaristas, em uma demonstração clara do interesse crescente do setor em se engajar ativamente nos processos decisórios do agronegócio.

A proposta dos encontros foi incentivar a participação dos produtores rurais no fortalecimento da representatividade do setor agropecuário, promovendo o protagonismo por meio da liderança e da organização coletiva. A mobilização integrou o Programa Sustentabilidade Sindical (PSS), lançado em 2018 pelo Sistema FAEP, com o objetivo de apoiar os sindicatos rurais na busca por autonomia financeira e maior atuação política, após o fim da contribuição sindical obrigatória.

Durante os eventos, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, destacou a importância de uma cadeia representativa fortalecida – formada pelos sindicatos rurais, pela FAEP no âmbito estadual, e pela CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), em nível nacional. “O sistema sindical precisa ser forte desde sua base. Para isso, precisa contar com a participação ativa dos produtores rurais. Criar essa base foi o grande propósito dessa série de encontros”, afirmou Ágide.

Segundo ele, o engajamento acima das expectativas revela que os produtores compreendem a necessidade de qualificação constante para exercerem papéis de liderança. “Ou nos aperfeiçoamos, ou ficamos para trás. E esse aperfeiçoamento precisa ser constante”, reforçou.



Encontro de Líderes Rurais: incentivo à participação dos produtores rurais paranaenses no fortalecimento da representatividade do setor agropecuário.

Walter Ferreira Lima, presidente do Sindicato Rural de Centenário do Sul, enfatizou a importância do preparo das lideranças para representar os interesses de sua classe profissional:

“As nossas lideranças precisam de treinamento para que possam se desenvolver e representar nossa categoria com bastante propriedade. Quando o repórter chega e coloca o microfone na sua frente, tem de saber o que está falando e não ficar deslumbrado, ou ser induzido ou falar o que não deve. Esse treinamento consegue dar a consciência da importância de representar sua entidade e seus filiados. Não é só representação, mas como você prepara as pessoas para que elas possam fazer essa representação, não só da federação, mas do pessoal da nossa base”, afirmou Lima.

Queijos também incentivam protagonismo no campo

Em continuidade às ações que vêm fortalecendo a liderança rural e o protagonismo dos produtores no campo, o Paraná deu mais um passo importante no incentivo à valorização da produção agropecuária de qualidade. No dia 31 de agosto de 2022, foi lançado oficialmente o Prêmio Queijos do Paraná, iniciativa que promete impulsionar a visibilidade e o desenvolvimento da cadeia leiteira no estado.

Mais do que reconhecer os melhores queijos produzidos no território paranaense — sejam artesanais ou industriais —, a premiação nasceu com a missão de ser uma vitrine para o setor e uma plataforma de qualificação para produtores de leite, queijeiros e indústrias lácteas. A proposta é ambiciosa: oferecer não apenas reconhecimento, mas também capacitação, eventos promocionais e minicursos voltados ao público consumidor, incentivando o consumo consciente e valorizando a produção local.

Idealizado por um comitê gestor composto pelo Sistema FAEP, Sebrae-PR, IDR-Paraná e Sindileite-PR, o prêmio reúne ainda o apoio de outras 28 entidades, entre universidades, associações e órgãos públicos, em uma verdadeira força-tarefa institucional em prol do fortalecimento da cadeia produtiva do leite no Paraná.

A escolha por valorizar os queijos não é por acaso. O estado conta com mais de 100 mil produtores rurais dedicados à atividade leiteira, sendo o segundo maior produtor de leite do Brasil. São cerca de 12 milhões de litros de leite processados por dia, dos quais 5 milhões são transformados em queijos, agregando valor ao produto e gerando renda tanto nas propriedades quanto na agroindústria. O leite é hoje o quarto item em Valor Bruto de Produção (VBP) do Paraná, movimentando aproximadamente R\$ 9 bilhões anuais.

Foto: arquivo FAEP



O Prêmio Queijos do Paraná foi criado para reconhecer uma atividade que tem gerado divisas estratégicas e valor agregado para o setor rural do estado.

Foto: arquivo FAEP



Dos 12 milhões de litros processados diariamente no Paraná, cerca de 5 milhões são transformados em queijos.

A cerimônia de premiação da primeira edição aconteceu em 1º de junho de 2023, no Dia Internacional do Leite. O prêmio foi acompanhado por uma série de ações de capacitação, promovidas principalmente pelo SENAR-PR e pelo IDR-Paraná, com foco em todos os elos da cadeia produtiva. Trata-se de um esforço integrado que conecta qualidade, valorização de produtos locais e fortalecimento da liderança rural no campo — pilares fundamentais para o futuro do agro paranaense.

Solenidade de premiação

A aguardada cerimônia de premiação da primeira edição do Prêmio Queijos do Paraná foi realizada em Curitiba no dia 1º de junho de 2023, data escolhida estrategicamente por coincidir com o Dia Mundial do Leite. A premiação consagrou 98 produtos com medalhas de bronze, prata, ouro e superouro, reconhecendo a excelência dos queijos paranaenses.

O grande destaque da noite foi o parmesão da cooperativa Frimesa, produzido em Marechal Cândido Rondon, eleito o melhor queijo do concurso. Outro nome que brilhou foi o do produtor Leomar Melo Martins, de Santana do Itararé, que levou três medalhas super ouro, além de quatro ouros e uma prata — consolidando a pequena cidade do Norte Pioneiro, com apenas 5 mil habitantes, como um polo de excelência na produção artesanal de queijos.

Já em 2025, devido ao sucesso do evento pioneiro, foi realizada a segunda edição do concurso, no mês de maio. Batendo o recorde da primeira edição, o Prêmio Queijos do Paraná teve 515 produtos inscritos, dos quais 477 foram habilitados a participar, concorrendo em 21 categorias. Os queijos participantes foram produzidos por um total de 108 queijeiros ou ligados a cadeia de laticínios, oriundos de 76 municípios paranaenses. Setenta e cinco queijos foram reconhecidos na segunda edição do prêmio: 10 superouro, 15 queijos conquistaram medalha de ouro, 20 levaram a prata e 30 ficaram no bronze.

Exemplos de liderança: FAEP evita projeto de taxaço de alimentos planejado pelo governo estadual

A força da liderança rural paranaense, evidenciada ao longo de 2022 em palestras, encontros e eventos de premiação, teve mais uma prova concreta de sua eficácia no final daquele ano: uma mobilização rápida e coordenada impediu que o governo do Paraná avançasse com um projeto que criaria uma nova taxaço sobre o agronegócio. A reação do setor, articulada em tempo recorde pela FAEP, resultou no recuo do Executivo estadual e na retirada do projeto de lei 498/22 da pauta de votação da Assembleia Legislativa.

O episódio teve início na tarde de 21 de novembro de 22, quando a FAEP foi informada de que o governo estadual encaminharia à Alep uma proposta para instituir o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Logística do Estado do Paraná (FDI-PR). A principal fonte de financiamento do fundo? Uma taxa sobre os produtos agropecuários paranaenses — medida que afetaria diretamente a competitividade do setor.

A proposta tramitava em regime de urgência, uma manobra conhecida como “tratoração”, que poderia levar à sua aprovação em apenas dois dias, sem o devido debate com os setores envolvidos. A resposta do agro, no entanto, foi imediata.

Sob a liderança do presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, sindicatos rurais de todo o estado foram acionados. O Departamento Técnico e Econômico da entidade elaborou, ainda na manhã seguinte (22 de novembro de 2022), um estudo detalhado que demonstrava o impacto devastador da medida: um prejuízo estimado em R\$ 2 bilhões ao setor produtivo. Com esses dados em mãos, lideranças sindicais iniciaram contato direto com os deputados estaduais, munindo-os de argumentos técnicos e reforçando o apelo contra a aprovação do projeto.

A mobilização envolveu todas as bases do setor agropecuário: produtores rurais, lideranças locais e parlamentares. Ainda na terça-feira (22), a FAEP publicou uma nota de repúdio, destacando que o setor não havia sequer sido consultado pelo governo. A nota foi lida em plenário pelo deputado Plauto Miró, enquanto o presidente da Comissão de Agricultura da Alep, deputado Anibelli Neto, condenava a proposta e pedia alternativas viáveis para o financiamento da infraestrutura sem penalizar o agro.

A pressão funcionou. No fim da tarde de terça-feira, o governo do estado recuou e retirou o projeto da pauta. Para Ágide Meneguette, o resultado foi uma vitória da união e da representatividade. “Demos um exemplo de democracia e mobilização. Somos contra qualquer imposto que discrimine o setor rural. Se for para dividir o esforço com toda a sociedade, estamos juntos. Mas não aceitaremos carregar o fardo sozinhos”, afirmou.

O caso reforça uma máxima que tem guiado o campo paranaense: liderança forte, base unida e articulação eficaz são as chaves para proteger e desenvolver o setor rural no estado. A vitória do campo contra a tentativa de taxação também foi comemorada no mês de dezembro de 22, no já tradicional Encontro Estadual de Líderes Rurais. Cerca de 4,2 mil produtores e produtoras de todo o Paraná, vestidos de verde e amarelo, estiveram presentes celebrando a união da categoria e suas conquistas, de olho no futuro. “Esse episódio é exemplar para mostrar o quanto é importante o esforço que a FAEP e os sindicatos rurais fazem para se manterem vigilantes. É assim que conseguimos enfrentar incidentes como este, que podem nos custar uma penca de dinheiro”, afirmou Ágide.

Marca histórica

O SENAR-PR, em fevereiro de 2023, chegava a uma marca histórica: tinha conseguido triplicar o número de cursos que poderiam ser acessados por EAD (Ensino a Distância). Ao todo, 118 títulos de curso com certificado podiam ser acessados por via digital.

Chegada de 2023 é de alívio: chuvas voltam e recuperam produção de grãos

As máquinas colheram do campo mais de 21 milhões de toneladas de soja na safra 2022. Segundo o Deral, nove milhões a mais em relação ao último ciclo, quando a produção quase não alcançou as 12 milhões de toneladas por causa da seca. Por isso, com praticamente tudo jogando a favor das lavouras, graças ao retorno das chuvas regulares, a sensação de otimismo retornava ao cotidiano do setor agrícola do estado. No milho, havia também motivos para comemorar. Depois de uma colheita de 2,9 milhões de toneladas na primeira safra 2021/2022, o registro foi de 3,7 milhões para o mesmo período seguinte. O crescimento também foi confirmado na segunda safra do grão, de 13,3 milhões para 15,3 milhões de toneladas, respectivamente.

Missão técnica a Israel

A agenda de inovação ambientalmente sustentável e tecnológica no agronegócio paranaense ganhou ainda mais fôlego no primeiro semestre de 2023, com destaque para a missão técnica liderada pelo Sistema FAEP a Israel, em maio. A delegação foi composta por 38 integrantes, entre produtores rurais, líderes sindicais e representantes políticos do Paraná. O grupo partiu em busca de soluções avançadas para a produção agropecuária em cenários de escassez hídrica.

Durante a viagem, o grupo visitou centros de referência global, como o Volcani Center e o Gilat Research Center, onde conheceu tecnologias de ponta em irrigação por gotejamento, fertirrigação e reuso de água. Em um país onde mais de 60% do território é desértico, Israel consegue reutilizar mais de 90% da água residual tratada na agricultura e abastece boa parte de sua população com água dessalinizada — mais de 80% do total consumido.

A missão também incluiu paradas estratégicas na Netafim, empresa pioneira em irrigação de precisão, e na cooperativa Afik Emek Hefer, que fornece água reciclada para uso agrícola. As soluções observadas chamaram atenção pelo potencial de aplicação em regiões do Paraná que enfrentam desafios semelhantes de gestão hídrica.



Foto: arquivo FAEP

Missão técnica a Israel foi um dos destaques das ações realizadas pela FAEP no ano de 2023.

Além das visitas técnicas, o intercâmbio abriu espaço para articulações voltadas à cooperação internacional. Foram discutidas possíveis parcerias entre instituições brasileiras, como a Embrapa, e centros de pesquisa israelenses, com o intuito de fomentar a transferência de conhecimento e inovação no campo.

Ao fim da missão, ficou claro o alinhamento do Sistema FAEP com práticas sustentáveis e de alta eficiência, reafirmando o compromisso da entidade em promover o avanço tecnológico do agronegócio paranaense, em sintonia com os mais elevados padrões internacionais.

Recorde histórico do Agrinho

Mais de 4 mil pessoas, entre estudantes, familiares, professores, diretores, autoridades e representantes da comunidade escolar, prestigiaram o evento de comemoração dos 30 anos do Programa Agrinho, a maior iniciativa de responsabilidade social do Sistema FAEP. Nesta edição histórica, em outubro de 2025, o Agrinho bateu recorde de premiados: 2594 premiados, com mais de 6,6 mil trabalhos enviados e 2155 escolas inscritas. A edição de 2025 contou com a participação de mais de 1,1 milhão de alunos e 13 mil professores de todos os 399 municípios do Paraná. São números que reforçam sua relevância para a educação no estado.

Foto: arquivo FAEP



Edição que celebrou os 30 anos do Agrinho foi marcada por recordes de trabalhos e escolas inscritas.

Chapa de Ágide reeleita para o período 2024/2027. Defesa do fortalecimento sindical

Com um mandato que exigiu empenho e trabalho de toda a diretoria e trouxe muitos resultados, como se percebeu anteriormente, em janeiro de 2024, Ágide Meneguette foi reeleito para comandar a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) no triênio 2024-2027. A eleição foi realizada no dia 29 daquele mês na sede da entidade, em Curitiba. O novo mandato teve início em 11 de março.

Na ocasião, Ágide destacou como principal meta o fortalecimento do sistema sindical rural paranaense, reafirmando o compromisso com os interesses do setor agropecuário do estado. “As lideranças dos nossos sindicatos rurais perceberam a importância da representatividade dos produtores em seus municípios e a sua força em questões estaduais e nacionais. Por conta disso, vamos continuar dando o total e amplo apoio aos nossos sindicatos rurais”, afirmou Ágide. “O produtor rural tem que nos pautar, apresentar as demandas, para que possamos correr atrás lá em Brasília. Não existe nada que a FPA consiga fazer sozinha. Quando a gente consegue nos organizar, ninguém nos segura”, destacou o deputado federal Pedro Lupion, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Demarcação de terras indígenas e o Marco Temporal

A defesa do produtor rural ganha um novo capítulo a partir de fevereiro de 2024, quando a FAEP vem a público pedir o respeito às regras vigentes para demarcação de terras indígenas. A região Oeste do Paraná tem registrado ao longo dos anos invasões e conflitos agrários envolvendo imóveis reclamados por povos indígenas. No entender da FAEP, essas propriedades estão fora do chamado Marco Temporal, que reconhece as áreas ocupadas por povos originários até a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.

A FAEP participa de ação interposta perante o STF (Supremo Tribunal Federal) para suspender o processo de demarcação de terras que abrangem 24 mil hectares nos municípios de Guaíra, Terra Roxa e Altônia. O caso tem um avanço importante ainda em abril de 2024. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Prefeitura de Guaíra ingressaram como *amicus curiae* na mesma ação. Nesse contexto, o departamento jurídico da FAEP recorreu na mesma ação, defendendo que o STF não teria competência para julgar a suspensão da demarcação de terras feita pela Comunidade Indígena Ava-Guarani do Oeste.

O STF acolheu os argumentos apresentados pela FAEP no caso. O ministro Dias Toffoli reconheceu os argumentos da Federação no julgamento da Ação Cível Ordinária envolvendo a mencionada comunidade indígena. Em seu voto, Toffoli destacou que a ação trata exclusivamente da reparação de impactos causados pela construção da Usina de Itaipu às comunidades indígenas, sem qualquer relação com demarcações de terras.

A FAEP reforçou que o processo não menciona conflitos fundiários entre indígenas e produtores rurais, tampouco discute a criação de novas áreas demarcadas. A interpretação foi vista como uma vitória para o setor agropecuário paranaense.

“Essa decisão traz segurança jurídica para os produtores do Oeste, que agora podem trabalhar com mais tranquilidade”, afirmou o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, em declaração registrada no Boletim Informativo de abril de 2024, que tratou sobre o tema. “Vencemos uma batalha, mas a luta continua. Seguiremos atentos a qualquer processo que envolva os direitos dos agricultores e pecuaristas do Paraná”, completou.

Em 2025, novos desdobramentos apontaram que houve permissão judicial arbitrária (sem a participação dos produtores rurais) para a compra das terras por parte de Itaipu. A FAEP segue em defesa dos produtores na luta por restabelecer o direito de propriedade. Os reflexos dessa decisão recaem sobre a prevalência da conquista do Marco Temporal, o que reforça o compromisso do departamento jurídico da Federação em seguir de perto qualquer ameaça contra os produtores do campo.

Presidente interino assume

Os desafios à frente da defesa dos interesses do setor produtivo rural tiveram mudanças no início do segundo semestre de 2024. Desde 11 de julho, o vice-presidente Ágide Eduardo Meneguette assumiu interinamente a presidência do Sistema FAEP, substituindo Ágide Meneguette, eleito em janeiro para o triênio 2024/27 e afastado temporariamente para tratamento de saúde. A sucessão segue o Artigo 34 do estatuto da entidade, que permite ao presidente indicar um dos seis vice-presidentes para assumir o cargo provisoriamente.

Membro da atual diretoria empossada em 11 de março, Ágide Eduardo é formado em Administração pela PUCPR, com pós-graduação em Comércio Exterior e Negócios Internacionais pela mesma instituição. Possui ainda especializações em gerenciamento de projetos e finanças pela Universidade da Califórnia, Berkeley (EUA), além de certificado de Chief Operating Officer (COO) pela EAESP-FGV.

Com ampla experiência no setor privado, atuou por anos como gestor administrativo e operacional do Grupo Santa Terezinha, presente em 12 municípios do Paraná e do Mato Grosso do Sul. Entre 2021 e 2023, foi superintendente geral de parcerias do Governo do Paraná, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (Sedest).

Atualmente, representa o Sistema FAEP/SENAR-PR nos conselhos executivos do Sebrae-PR e do Instituto Pensar Agropecuária (IPA).



Ágide Eduardo assumiu a presidência interina da FAEP em julho de 2024.

Agrinho: projeto educacional da FAEP é procurado por outros estados

Atualmente, o Sistema FAEP possui cinco termos de cooperação do Agrinho com Goiás, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rondônia e Ceará. Somando todos esses estados, incluindo o Paraná, estima-se que mais de 3,7 milhões de jovens sejam impactados todos os anos pelas ações do projeto educacional, que mobiliza estudantes e professores em defesa de uma agricultura sustentável e outros temas de impacto na sociedade brasileira.

Programação dos 60 anos da FAEP

O dia 6 de dezembro de 2024 não representou só o momento da realização do já tradicional Encontro de Líderes Rurais. A data também ficou marcada como a largada do período comemorativo dos 60 anos de existência da FAEP, em 16 de dezembro de 2025. No discurso de abertura, o presidente Ágide Eduardo enfatizou a importância de celebrar o aniversário. “Essas seis décadas contabilizam diversos desafios no nosso caminho. Mas, unidos, desenvolvemos vários projetos e ações, conseguimos inúmeros feitos e conquistas, travamos lutas e discussões técnicas, trabalhamos de forma coesa e consistente, que resultaram no fortalecimento do nosso setor e desenvolvimento da agropecuária paranaense ao patamar de destaque nacional e internacional”, afirmou.

Nada foi conquistado sem empenho. “A nossa caminhada até aqui exigiu esforços intensos. Pelo que se desenha no cenário nacional e mundial, as próximas décadas serão ainda mais desafiadoras. Mas tenho certeza de que unidos e preparados, vamos vencer esses desafios e continuar contabilizando conquistas para o nosso produtor rural. Quero agradecer a dedicação, trabalho, parceria e entusiasmo de cada um ao longo dos últimos anos e décadas”, ressaltou Ágide Eduardo.

Complementando a fala de Ágide Eduardo, o encontro também contou com a exibição de um vídeo gravado por Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP, atualmente afastado do cargo desde abril de 2024 por questões de saúde. Reconhecido como a maior liderança da história do setor agropecuário paranaense, Ágide está à frente da FAEP desde 1991, tendo protagonizado diversas lutas em defesa do setor, como o fortalecimento dos sindicatos rurais e a valorização da profissionalização no campo.

Na mensagem em vídeo, Ágide destacou a importância da união entre produtores rurais e lideranças sindicais, além de reforçar a necessidade de investir na formação de novas lideranças que garantam a continuidade e o fortalecimento do agro paranaense.

“A trajetória da FAEP é um exemplo de atuação voltada ao fortalecimento dos produtores, dos sindicatos rurais e à profissionalização do setor agropecuário. Muitas das iniciativas apoiadas e desenvolvidas pela FAEP beneficiaram e beneficiam não só os produtores rurais do Paraná, mas são replicadas com sucesso no meio rural em várias partes do País.”

A afirmação é de João Martins da Silva Júnior, presidente da CNA, ao comentar a trajetória dos 60 anos de existência da Federação. De acordo com ele, “além de atuar na defesa intransigente do setor, a Federação promove o desenvolvimento do agro, levando capacitação, formação e treinamento de produtores rurais por meio do SENAR-PR”.

Para Silva Júnior, a FAEP acumulou um histórico de ações e conquistas que a credencia para enfrentar os desafios do futuro. “Muitos contribuíram com o trabalho incansável dos produtores rurais para que o estado do Paraná se transformasse em uma potência agropecuária. A FAEP e os sindicatos rurais patronais podem se orgulhar de fazer parte dessa história de sucesso. O futuro traz enormes desafios, mas também oportunidades para o agro. Com sua história e experiência, a FAEP está pronta para enfrentá-los, pronta para fazer a diferença e estar ao lado, como sempre esteve, dos produtores rurais paranaenses”, afirma o presidente da CNA.

ATeG é solução para as complexidades do campo nas próximas décadas

Essa filosofia de trabalho, destacada por dirigentes do agro nacional, representou um dos pilares de atuação ao longo dos 60 anos da FAEP. Quem ganhou foi o produtor rural e a sociedade. São novas ações que projetam a entidade para encarar as complexidades

do agronegócio nos próximos anos, desenvolvendo formas inovadoras de acompanhar e apoiar os desafios do campo. Um exemplo desse legado para as próximas décadas foi a Assistência Técnica e Gerencial (ATeG), uma das iniciativas mais relevantes do Sistema FAEP nos últimos anos. Ela começou uma expansão significativa em 2025. Lançado em fase-piloto em 2023, o programa oferece atendimento individualizado e personalizado às propriedades participantes, atuando tanto na parte técnica — com foco na melhoria dos resultados produtivos — quanto na gestão, promovendo a organização financeira e o equilíbrio das contas dos produtores rurais.

Em janeiro de 2025, o programa ATeG iniciou uma nova etapa, com a ampliação de sua atuação para as regionais do Sistema FAEP, por meio do SENAR-PR, em todo o Paraná. Nesta fase, o atendimento personalizado passou a contemplar 300 novas propriedades rurais, distribuídas em sete cadeias produtivas: fruticultura, olericultura, cafeeicultura, ovinocultura, apicultura e bovinocultura de leite e de corte.

Os atendimentos são realizados por técnicos de campo especializados nas respectivas atividades. Esses profissionais visitam mensalmente as propriedades cadastradas, permanecendo cerca de quatro horas em cada uma delas para tratar de aspectos técnicos e gerenciais ligados à produção. A participação de cada propriedade no programa tem duração de dois anos.

Atendimento

“Com esse atendimento, o Sistema FAEP complementa os serviços já ofertados aos produtores rurais por meio do seu catálogo com mais de 250 títulos de cursos do SENAR-PR e também da representação política e institucional da classe”, destaca o presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette. “Agora, vamos atacar as deficiências pontuais em cada propriedade atendida, para que os resultados da nossa agropecuária sejam cada vez melhores. Tenho certeza de que a ATeG será o começo de uma nova era para a agropecuária paranaense”, complementa.



A ATeG representa um marco nos 60 anos de história da FAEP, valorizando a melhor gestão nas propriedades rurais.

A metodologia da ATeG é estruturada em cinco etapas. O processo começa com o diagnóstico produtivo individualizado de cada propriedade atendida. Em seguida, é elaborado um planejamento estratégico, alinhado aos objetivos específicos de cada produtor. A terceira etapa envolve a adequação tecnológica da atividade rural, garantindo maior eficiência e produtividade. Paralelamente, os produtores têm acesso à capacitação profissional, por meio de um portfólio com os mais de 250 cursos oferecidos pelo Sistema FAEP.

A quinta e última etapa consiste na avaliação sistemática dos resultados obtidos. Para isso, produtores e técnicos utilizam o aplicativo “Conecta Produtor Senar”, que organiza e apresenta, de forma clara e acessível, todas as informações gerenciais da propriedade diretamente na tela do celular.

Energias renováveis

Projetos como o da ATeG exibem uma postura de preocupação constante da FAEP com o produtor rural e seu legado para o futuro do agronegócio. Esse posicionamento por parte da Federação verifica-se em outro setor estratégico, que vai crescer ainda mais nos próximos anos, o do setor de energias renováveis. O Paraná ocupa a liderança no ranking nacional de potência instalada em projetos de energias renováveis no meio rural. As instalações em propriedades rurais paranaenses somam capacidade para gerar 178,3 mil kilowatts (kW), o que representou 18,4% da potência instalada no campo em todo o Brasil até 2024. Minas Gerais aparece em segundo lugar, com capacidade de 119,7 mil kW. Detalhe: Minas tem quase o dobro do Paraná em área territorial e conta ainda com mais que o dobro de municípios.

Os esforços da Federação no incentivo às fontes renováveis de energia vão perdurar pelos próximos anos. “Esse resultado não surgiu por acaso. Há mais de uma década, o Sistema FAEP realiza um trabalho institucional consistente para levar informações de qualidade aos produtores rurais, por meio de estudos técnicos, seminários em todas as regiões do estado e até viagens técnicas internacionais. Incentivamos nossos agricultores e pecuaristas a adotarem as energias renováveis, que deixariam de ser o futuro para se tornarem o presente”, destaca Ágide Eduardo Meneguette.



Ágide Eduardo: “Há mais de uma década, o Sistema FAEP realiza um trabalho institucional para incentivar nossos agricultores a adotar as energias renováveis”.

Além da atuação educativa por meio do SENAR-PR, desde 2021 o Sistema FAEP também dá o exemplo na prática no setor de energia renovável. Naquele ano, foi inaugurada a primeira usina solar fotovoltaica da instituição, no Centro de Treinamento Agropecuário (CTA) de Assis Chateaubriand. Composta por 220 painéis, a unidade tem capacidade de gerar 181,8 mil kWh por ano e reduzir em 18,2 toneladas as emissões de CO² anualmente. A energia abastece diversas unidades do Sistema FAEP, incluindo a sede em Curitiba, garantindo autossuficiência energética e uma economia anual de R\$ 103 mil.

Em dezembro de 2024, o Sistema FAEP deu mais um passo ao inaugurar uma segunda usina solar, desta vez no CTA de Ibiaporã, com as mesmas dimensões e estrutura da primeira. “Com essas duas usinas, mostramos que não apenas falamos em sustentabilidade, mas a vivemos no dia a dia. Essa é uma prática comum ao produtor rural, e com o Sistema FAEP não é diferente”, reforça Ágide Eduardo. “Sem contar o impacto econômico positivo: geramos nossa própria energia e reduzimos custos.”

Essa caminhada consistente e estratégica vai seguir se traduzindo em resultados concretos nas próximas décadas, fruto de uma atuação firme e visionária. As conquistas alcançadas ao longo dos 60 anos revelam a força da representatividade da FAEP e o impacto transformador que exerce sobre o setor agropecuário paranaense. São avanços que têm a contribuição de um personagem especial, cuja trajetória de mais de quatro décadas de serviços prestados à defesa do campo será contada no próximo capítulo.

FAEP contra tarifaço de Trump e defesa para estabelecer negociações

Em julho de 2025, todo o sistema produtivo foi pego de surpresa com o anúncio de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, de que o Brasil pagaria uma sobretaxa de 50% se quisesse seguir exportando produtos para o país norte-americano. A medida de Trump foi apresentada em protesto contra o que ele chamou de um clima de perseguição política ao ex-presidente Jair Bolsonaro, acusado de planejar a derrubada do Estado de Direito no Brasil. Por mais que a alegação seja política e com poder de interferência nos assuntos internos do país, o governo precisa construir pontes que levem a entendimentos concretos. “É fundamental que haja atuação diplomática do governo federal à abertura das negociações para reverter e/ou mitigar a medida”, afirmou em nota oficial o presidente interino do Sistema FAEP, Ágide Eduardo Meneguette, após os anúncios de Trump.

Os Estados Unidos são o segundo principal parceiro comercial do Paraná. Em 2024, as exportações totalizaram US\$1,58 bilhão, envolvendo produtos florestais (madeira, celulose, papel), café, couros, pescados, e diversos itens alimentícios, todos vulneráveis ao tarifaço. Para a direção da FAEP, era preciso estabelecer por parte do governo federal “um canal de negociação, buscando preservar nossos acordos comerciais e minimizar os impactos sobre quem trabalha no campo”. A FAEP seguiu trabalhando junto aos setores políticos e produtivos, defendendo dois eixos de atuação para conter a crise: medidas urgentes tanto no aspecto diplomático quanto no apoio às cadeias produtivas.

Angelina Viel: a grande história de uma profissional discreta e dedicada na FAEP

Naquela manhã de 27 de março de 2024, o auditório da FAEP estava repleto de emoção. Sob aplausos demorados e olhares marejados, Angelina Viel recebeu um arranjo de orquídeas das mãos do presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette. Em seguida, posicionou-se entre ele e o superintendente Carlos Augusto Albuquerque para uma última foto oficial. Era o encerramento de uma trajetória de quatro décadas à frente do gabinete da entidade. Mas, acima de tudo, era o reconhecimento público de uma vida dedicada com rigor, discrição e lealdade à agropecuária do Paraná.

Dona Angelina, como carinhosamente se tornou conhecida por todos, não era apenas uma colaboradora. Era uma referência. Uma presença constante que, sem ocupar holofotes, moldou a história da FAEP como poucos. Sempre nos bastidores, organizando agendas, documentos, encontros, decisões. Tudo com a elegância de quem entende que grandeza também se manifesta no silêncio.

Nascida em Erechim, no interior do Rio Grande do Sul, Angelina chegou a Curitiba ainda criança, acompanhada da mãe e do irmão. A vida impôs responsabilidades precoces. Aos 15 anos, já trabalhava no antigo Departamento Estadual de Estatística. Em 1972, ingressou na Secretaria da Agricultura do Estado. Ali começou sua ligação com o campo, os produtores e as engrenagens do setor rural. Foi nessa época que conheceu um jovem estudante de Agronomia chamado Ágide Meneguette, com quem mais tarde dividiria uma longa jornada institucional.

Foi Paulo Carneiro, então secretário de Agricultura e mais tarde presidente da FAEP, quem a trouxe para a Federação em meados da década de 1980. A entidade ainda era pequena, com equipe reduzida, mas cheia de vontade de fazer a diferença. E foi nesse ambiente de espírito coletivo e propósito comum que Angelina encontrou sua casa. Uma casa que ocuparia por 40 anos, com o mesmo comprometimento do primeiro dia.

Ela enfrentou, junto com a equipe, momentos difíceis, como o represamento dos repasses por parte do governo federal, que por meses ameaçou a estabilidade da instituição. Mas também viveu a alegria de cada conquista: a criação do SENAR-PR, o fortalecimento dos sindicatos, o crescimento do Sistema FAEP em todo o Paraná. Em meio a tudo isso, Angelina era o ponto de equilíbrio. Foi testemunha e protagonista silenciosa da evolução de uma das entidades mais importantes do país.

Com a chegada de Ágide Meneguette à presidência, em 1991, a sinergia com o gabinete só se fortaleceu. Nos tempos de máquinas de escrever, mimeógrafos e fax, todos faziam tudo: etiquetavam correspondências, dobravam jornais à mão, passavam cera no chão da sede. E, após o expediente, permaneciam por horas, conversando, trocando ideias e fortalecendo laços. “Tenho saudade daquela FAEP”, diz ela, com nostalgia serena.

Sempre formal, mesmo com amigos de décadas, dona Angelina nunca se permitiu informalidades. “Temos que ser formais. É a nossa personalidade, enquanto entidade. Tudo o que sai do gabinete carrega o nome do presidente. E não pode haver margem para erro”, diz.

Participou de caravanas a Brasília, dormiu em hotéis simples de beira de estrada, acompanhou de perto o esforço político da FAEP em defesa do setor. Nunca reclamou. Nunca buscou destaque. Preferia agir, coordenar, preparar o terreno para que os outros brilhassem. Essa foi sua maneira de servir, e de construir um legado.

Aos 83 anos, decidiu atender ao pedido dos filhos, Carla e Marco, e dos netos, Leonardo e Felipe. Era hora de se despedir oficialmente da FAEP. Mas não do que ela representa. “Sempre vou levar a FAEP comigo. Minha vida não teria sido minha vida sem a FAEP. E vou ter saudades”, afirmou, com os olhos brilhando.



Foto: arquivo FAEP

Angelina Viel: trabalho de excelência marcou uma trajetória de quatro décadas na FAEP.



URRA

Especial

Ágide Meneguette

Ágide Meneguette
uma vida dedicada
à defesa do campo

Nas décadas de 1940 e 50, a economia paranaense, baseada no cultivo do café, atraiu para o estado milhares de pessoas de outras regiões do país. As cotações dos preços do grão estavam em alta no mercado internacional naquele período, com as lavou-
ras precisando de muita mão de obra para atender a uma demanda que parecia não ter fim. Cidades inteiras no interior do Paraná eram erguidas em poucos meses para receber os migrantes que vinham em busca de uma vida melhor, todos atraídos pelas promessas de ganhos e riquezas rápidas no setor cafeeiro.

É nesse contexto que a família de Ágide Meneguette chega ao estado em 1946. O pai dele, Irineu, saiu com os demais irmãos do interior de São Paulo e aportou em Maringá a convite de Silvino Dias, conhecido pecuarista. Silvino é pai dos irmãos Osmar e Álvaro Dias, que trilharam extenso caminho na política paranaense no Senado (Álvaro e Osmar) e no governo do estado (Álvaro como governador e Osmar na função de secretário da Agricultura). A família de Ágide, além dos serviços na pecuária com Silvino, começou a investir também em lavouras de café, a exemplo de muita gente que se mudava para a região. Era impossível não fazer igual. Aquela terra saudável, de cor avermelhada, espalhada pelo norte e noroeste do Paraná, abrigou a maior parte das lavouras nacionais, que eram referência mundial de liderança na produção cafeeira.

Ágide Meneguette nasceu em Maringá, no dia 30 de dezembro de 1950. Ele era um dos três filhos do “seo” Irineu e da dona Laurinda. Ágide viria a ter mais dois irmãos do segundo casamento do pai após este ter ficado viúvo. Essas situações delicadas e extremas que a vida apresenta acompanharam a família desde cedo, explicando muito do modo de ser e agir do próprio Ágide. O então menino, sem a mãe desde os quatro anos de idade, trocava os momentos de brincadeiras para ajudar no sustento de casa, vendendo pelas ruas de Maringá abacate, limão e ovos produzidos na pequena propriedade agrícola da família. O imóvel ficava nos fundos do que viria a ser a Vila Progresso, em Maringá.

A ligação com o pai lança luz sobre essa obstinação pelo trabalho desde a infância, uma característica conhecida de Ágide até os dias de hoje. “O pai cobrou muito dele. A vida inteira o pai sempre contava com o Ágide para ajudar a tocar o sítio. Então, o Ágide falava assim: ele delegou para mim e eu tenho de resolver. Ele não podia perder um dia de trabalho”, conta a esposa Rosângela. Apesar de não faltar trabalho e comida, a vida no campo podia ser dura, repleta de obstáculos, em várias ocasiões.

Questões climáticas, como as geadas, que sempre assustaram os produtores de café, fizeram a família pensar em outros investimentos ainda no início da década de 1960. Diante da convivência direta com várias atividades ligadas à agropecuária, a família representada pelos seis irmãos, José, Felizardo, Irineu, Mauro, Hélio e Albino (segundo a ordem societária) se convenceu que poderia expandir sua atuação para além da agricultura. Então, eles apostaram na criação de uma destilaria, para produzir cachaça. Era 1961, e daí nasceu o embrião do Grupo Santa Terezinha, que chegou a ter 11 unidades, com área plantada de 330 mil hectares espalhados por 54 municípios do Paraná, gerando mais de 8,3 mil empregos diretos e moagem de cerca de 12 mil toneladas de cana/ano. O grupo foi se consolidando a partir da década de 1970, principalmente depois da grande geada de 1975. Nessa época, ficou decidido que era necessário aumentar os investimentos na produção de açúcar e álcool, um movimento que ganhou força também pelo lançamento do Proálcool. O projeto do governo federal foi criado para gerar energia e combustível a partir da cana de açúcar, numa alternativa ao petróleo, bastante afetado por crises internacionais de produção nos anos 1970.

Ágide acompanhou e contribuiu de perto, em conjunto com os familiares, com a expansão do grupo Santa Terezinha.



Foto: arquivo FAEP

A defesa incansável do produtor rural é uma característica forjada na personalidade de Ágide Meneguette desde muito cedo na sua vida, marcada por desafios familiares.

Esse convívio com as coisas da terra, repassado pelo pai desde a juventude, representou um caminho natural para Ágide decidir estudar agronomia. Começa aí sua ligação com a capital do Paraná. Quando veio estudar agronomia na UFPR, em Curitiba, o ritmo no interior era mantido nos finais de semana. “Ele pegava o ônibus e voltava para Maringá para continuar ajudando no sítio”, relata Rosângela.

“Era só isso que ele gostava de fazer. Meu marido gostava de trabalhar, a meta dele era essa. Curtir a vida para ele é trabalho”, completa a esposa. Essa realidade seguiu ao chegar à presidência da FAEP. O único motivo para deixar o trabalho de lado era o convívio com a esposa e os dois filhos, Ágide Eduardo e Veridiana. “O sábado era sagrado para os filhos. Era difícil ir para um sindicato. Ele sempre foi muito família

conosco. Esse lado sempre foi muito de preservar, de passar o final de semana com a gente, mas chegava domingo à noite tinha de ir embora para Curitiba. Tinha esse lado de muita responsabilidade”, afirma Rosângela, casada há 45 anos com Ágide.

Liderança

No curso de agronomia da UFPR, também predominou a vontade de liderar, um perfil que vinha sendo moldado desde a gestão dos negócios da família. Assim, Ágide se destacou, sendo presidente do Diretório Acadêmico do Setor de Ciências Agrárias nos anos de 1974 e 75. As qualidades de dirigente estudantil o levaram na sequência a responder pela diretoria do Centro de Estações Experimentais da UFPR (1976 a 79), também conhecida como a fazenda Canguiri.

Aquele jovem de espírito resoluto e seguro de suas decisões já era bastante conhecido no setor agrário, diante da rápida carreira na profissão de agrônomo. A defesa da classe profissional surgiu como uma missão natural para quem tinha na veia o dom da liderança. Ela passou a ser mostrada na presidência da Associação dos Engenheiros Agrônomos do estado do Paraná, gestão 1978/80. Tratando de questões inerentes a sua profissão nos meios empresariais e políticos, Ágide também trava contato com o poder público. Ele ocupou a chefia de gabinete na gestão de José Cassiano Gomes dos Reis, então secretário estadual da Indústria e Comércio no governo de Ney Braga (1979-82). Conhecedor da realidade econômica e social como poucos, Ágide ingressou no sindicalismo, filiando-se ao Sindicato Rural de Maringá na década de 1980, sendo presidente da entidade entre 1989 e 91. Chegar à FAEP foi tido como um caminho previsto.



Foto: arquivo pessoal

Com a família no dia da posse para a primeira gestão como presidente da FAEP, em março de 1991.

Já na primeira gestão do presidente Paulo Carneiro Ribeiro, em 1985, Ágide foi seu fiel vice-presidente, tendo permanecido na reeleição a partir de 88. O reconhecimento pelo trabalho na atuação sindical do produtor e de profissionais do setor rural, já comprovado desde os tempos de universidade, ajuda a abrir caminho para que o jovem dirigente sindical seja o nome certo para suceder a Carneiro. E assim foi feito. Ágide Meneguette assume, após eleição de chapa única, a presidência da FAEP em março de 1991. Começava uma transformação profunda e de muitos resultados positivos na representação sindical do produtor rural no Paraná.



Ao lado do então presidente Paulo Carneiro, Ágide Meneguette participa como vice-presidente da FAEP de reunião de diretoria na década de 1980.

“Desde a política estudantil, o Ágide sempre foi uma liderança e se destacou. A característica principal do Ágide é a mobilização. Todas as vezes que um tema precisava ser destacado dos demais que estavam sendo debatidos, o Ágide mobilizava milhares de pessoas para demonstrar a necessidade daquela decisão. É quando ele consegue fazer com que haja atenção do poder público sobre aquele tema, o que produziu sempre muitos bons resultados”, afirma o deputado federal Ricardo Barros, de Maringá, cuja família tem uma relação com os pais de Ágide desde a época da fundação da cidade.

“A minha relação com o Ágide Meneguette é muito forte. Nós somos de Maringá, de famílias pioneiras, com muitos anos de convivência pessoal. Frequentamos a casa um do outro. O Ágide sempre foi muito pronto a nos apoiar em causas que eram relevantes

para o estado do Paraná e em questões também da área social”, ressalta Ricardo Barros.

Esposa de Barros, a ex-governadora Cida Borghetti, primeira mulher a ocupar o cargo máximo do Executivo Estadual no Paraná, em 2018, retrata um episódio ocorrido no Palácio Iguaçu, logo depois de sua posse. Ela reforça essa força interior que move Ágide na busca por saídas adequadas às adversidades do campo ou temas considerados quase impossíveis de se resolver. Audiência marcada com a governadora, entra no gabinete o presidente da FAEP. Segura em mãos um maço de documentos importantes para declarar o Paraná como área livre da doença sem vacinação e outros projetos prioritários, como a geração de energias renováveis em propriedades rurais.



Foto: Jonas Oliveira (ANPR)

Ágide e a esposa Rosângela com o casal Cida Borghetti e Ricardo Barros: amizade que move o reconhecimento mútuo em defesa da classe rural.

“Ele não entrava com pasta. Já vinha com os papéis sacudindo na mão, aquele jeito italiano e dizendo: ‘governadora, precisamos ir a Brasília falar com o ministro Blairo Maggi, precisamos dar o reconhecimento ao Paraná de área livre de febre aftosa sem vacinação. Isso vai ser um marco não só no seu governo, mas para o Brasil’. E foi o que aconteceu. Fomos à Brasília, liderados pela comitiva do governo e da FAEP, sentamos com o ministro Blairo Maggi e pedimos que ele acelerasse o processo para esse reconhecimento do Paraná como área livre de febre aftosa sem vacinação”, recorda Cida Borghetti.

A ex-governadora vê em Ágide uma liderança que opta por expor ao interlocutor uma visão clara da questão. Se preciso for, observa Cida Borghetti, não teme entrar numa boa briga por motivos nobres. “O Ágide Meneguette é uma pessoa que tem uma liderança com uma visão extraordinária, pelo seu amor e dedicação à causa do agro-negócio. Ele enfrenta, derruba barreiras e não tem medo de posições que muitas vezes, veladas por medo de oposição ou por medo de enfrentar as discussões temáticas, como foi a febre aftosa no Paraná”, afirma.

Dedicação

“Ágide dedicou a maior parte da vida dele à FAEP. Sua história se confunde com a própria existência da FAEP, com 40 anos de atuação”, afirma Antônio Poloni, ex-secretário estadual da Agricultura e assessor especial da FAEP. “Ele foi um puxador, conseguia fazer a entidade em que atuava alertar os órgãos do estado a priorizar as ações em prol do setor agropecuário. O Ágide sempre teve um poder muito forte de priorizar as ações de governo”, diz Poloni.

Reinhold Stephanes, ex-secretário e ministro da Agricultura, além de ter exercido mandatos como deputado federal, destaca que o trabalho da FAEP a elevou como referência nacional entre as federações estaduais, nível que ele credita a Ágide. “Como

ministro da Agricultura testemunhei que a FAEP é a mais organizada e ativa das federações, com uma ótima equipe de profissionais.

Ágide simboliza uma sólida liderança na defesa do setor rural. Sempre se envolveu nas grandes causas da agricultura e pecuária, foi fundamental na estruturação do sistema de defesa sanitária que ao lado de Santa Catarina é o melhor do país”, afirma Stephanes. O ex-ministro revela que a FAEP servia como constante bússola para ajudar nas deliberações governamentais ligadas ao agronegócio. “A FAEP sempre manteve uma integração com a secretaria e com o Ministério da Agricultura apresentando análises, sugestões e quando necessário também críticas. Destaco ainda o pioneirismo na busca de experiências positivas em outras federações e inclusive no exterior”, ressalta Stephanes. Uma amizade sólida foi o resultado desses contatos em que boa parte do PIB Nacional estava em jogo. “Sob o ponto de vista pessoal, ao longo dos anos formamos uma forte amizade. Como ministro era comum consultá-lo e receber dele sugestões.”



Foto: arquivo FAEP

Ágide com Reinhold Stephanes durante manifestações pela aprovação do Código Florestal, em 2011: conversas e consultas marcaram relação em prol de políticas públicas de governo e do setor produtivo rural.

Revelada por Stephanes, a capacidade de atuar também como conselheiro de representantes do poder público, com alcance para influenciar decisões em temas importantes, é reforçada pelo ex-governador Beto Richa nos dois mandatos à frente do Palácio Iguaçu (2011-2018) “Admiro o Ágide pela sua simplicidade, pela sua determinação, mas também pela sua motivação em defender os legítimos interesses dos produtores rurais por um Paraná melhor, mais forte, mais próspero. Sempre busquei o diálogo com essas entidades, muitas vezes procurei não só para me aconselhar, mas para pedir apoio, que não foi negado”, diz Richa, recordando uma das reuniões em que participou a convite da FAEP para tratar da implementação da Adapar, um marco nascido da união do poder público, durante a gestão de Beto, e do apoio da FAEP à iniciativa. A parceria entre Federação e as gestões de Beto rendeu muitas conquistas para o setor agropecuário do estado, como a criação da própria Adapar.

Apoio

Mas ao contar seu convívio com Ágide e o resgate das relações com a FAEP, após um período turbulento com a gestão de Roberto Requião, Beto destaca outra característica de Ágide: a de assumir posições em questões polêmicas, com capacidade de antecipar reflexos positivos ao Paraná, muito além do tempo presente. Era abril de 2015, e o governo estadual enfrentava uma grave crise financeira que assolava o país. Beto relata ter sido necessário um pacote de medidas para sanear dívidas herdadas e resgatar a capacidade do Paraná de obter financiamentos. Sua gestão apresentou uma série de medidas, que despertaram contrariedades, principalmente em sindicatos de servidores públicos. Sua gestão passou a ser muito criticada. Beto recorda que seu governo estava praticamente sozinho tentando explicar à população os benefícios que aquela reforma poderia render para o conjunto de ações e obras públicas que o estado precisava.



Foto: arquivo FAEP

Beto Richa: apoio de Ágide em momentos decisivos de sua gestão no governo estadual.

“Na questão do ajuste fiscal, o Ágide foi muito compreensivo. Havia sindicatos, com lado político e querendo inviabilizar a votação na Assembleia, que tinha sido invadida por duas vezes. Chamei o G7 (grupo das entidades representativas do setor produtivo paranaense) e o Ágide foi um dos primeiros a compreender meus argumentos, e convenceu o resto do G7, entrando em campo para ligar aos deputados, e mandando e-mail. Os deputados estavam pressionados, com vigília em frente à casa deles, e as galerias lotadas na Assembleia, levando pancada. O Ágide foi fundamental para conseguirmos fazer o ajuste fiscal”, ressalta Beto.

Esse lado de estabelecer parcerias com o poder público pôde ser observado ainda em Itaipu Binacional. Quem lembra é Jorge Samek, que ocupou a função de diretor-geral pelo lado brasileiro entre 2003 e 2016. Amigo de Ágide desde os tempos do curso de agronomia na UFPR, Samek recorda as iniciativas celebradas entre a FAEP e a hidrelétrica. Mais uma vez, ambos os lados saíram ganhando.

“Quando fui para Itaipu, em 2003, passamos a fazer todas as edições do Agrinho, dava carro, computador para os alunos, passei a interagir e acompanhar as ações que o Ágide fazia. A FAEP foi crescendo e passou a formular com bastante força políticas agrícolas de financiamento, seguro agrícola, se unindo com a Ocepar. Ele é um grande articulador”, conta Samek.

A hidrelétrica enfrentava problemas por causa do assoreamento do reservatório da usina, perdendo profundidade e, com isso, comprometendo em décadas futuras a geração de energia. Ágide topou o desafio para ajudar e mobilizou a base.

“Fizemos acordo com sindicatos rurais, FAEP e cooperativas para recuperação dos rios, incentivando a técnica do plantio direto. No começo a ideia era só fazer margeando o reservatório. Mas os pequenos rios que chegam precisavam ter o manejo integral do solo e o plantio direto”, explica Samek.

Jorge Samek diz que diante das experiências acumuladas desde a UFPR, Ágide teve condições de reunir um repertório particular de experiências para imprimir um novo ritmo de trabalho na presidência da FAEP. “O Ágide veio com essa bagagem toda desde o curso de agronomia e na presidência da associação dos agrônomos. Ele tinha a porta aberta em Brasília, o Ney Braga o tratava como um filho. Quem abre a FAEP para discutir novos temas é o Ágide. Ele tinha essa interlocução”, afirma Samek.

Ademir Mueller, presidente da FETAEP entre 2003 e 2019, afirma que a relação da FAEP com a entidade que representa os agricultores familiares e da mão de obra rural ficou mais próxima após a chegada de Ágide à presidência. Mueller recorda que era necessária essa aproximação. Quando procurou Ágide para conversar e ver o que poderia ser feito, percebeu que estava diante de alguém que queria estabelecer uma agenda de trabalho produtiva para ambos os lados. “Naquele ano em que assumi (2003), procurei o pessoal da FAEP para tentar distensionar a relação. Já nesse período

conseguimos um convênio para cursos e seminários. Essa aproximação, com respeito e autonomia, resultou em avanços para a nossa federação”, afirma.

Admiração e respeito

“Percebemos que tínhamos muita coisa em comum”, diz Mueller, referindo-se à criação de meios de atuação conjunto em diversos temas, como a defesa de políticas públicas para o setor rural, meio ambiente, crédito, exportação e regras sindicais. Com isso, a FETAEP conseguiu expandir sua atuação, recorda o ex-presidente, e passou a ter uma cadeira no conselho administrativo do SENAR-PR, além de representatividade também nos conselhos da Adapar, Conseleite e Fundepec. Tudo conquistado com muito diálogo e respeito do que cada categoria poderia contribuir.



Foto: arquivo FAEP

Estimular a formação de lideranças rurais: a experiência de Ágide como referência para ampliar a representatividade do setor rural no Paraná.

“Posso dizer que tive com o dr. Ágide uma relação de admiração e respeito. No Paraná, ele fez muito pela agricultura. Se hoje o que temos, devemos muito a pessoas assim, como o Ágide na presidência da FAEP. Essa relação não era de ganhos pessoais para nós, mas para os agricultores terem uma qualidade de vida cada vez melhor”, destaca Mueller.

Atuação internacional

Da defesa de relações sindicais harmônicas e que tragam justiça e avanço de direitos para os agricultores, a atuação de Ágide ultrapassa fronteiras locais e alcança os grandes debates globais. É junho de 2017. Em um momento decisivo para o Brasil, em que se discutia a modernização da legislação trabalhista, Ágide Meneguette mais uma vez se destacou como liderança do setor agropecuário. Presidente do Sistema FAEP e vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Ágide foi escolhido para liderar a delegação brasileira das entidades patronais na 106.^a Assembleia Geral da Conferência Internacional do Trabalho, na sede das Nações Unidas, em Genebra, Suíça.

O evento, promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), é considerado um dos principais fóruns globais dedicados às relações trabalhistas, reunindo representantes de governos, empregadores e trabalhadores de todo o mundo. Na ocasião, o dirigente da FAEP atuou como delegado titular, encabeçando uma comitiva que incluía outras grandes confederações nacionais dos setores da indústria, comércio, transportes e saúde. A CNA, sob sua liderança, ainda presidiu comissões estratégicas, entre elas o Comitê de Aplicação de Normas da OIT — órgão responsável por examinar possíveis violações das normas internacionais do trabalho.



Ágide discursa na OIT em junho de 2017: marco histórico da representatividade sindical e as relações trabalhistas envolvendo governos, empregadores e trabalhadores de todo o mundo.

A importância de se fazer presente nas discussões da OIT vai além da diplomacia: é nesse espaço que nascem convenções que, uma vez ratificadas pelos países, tornam-se normas com força de lei. Muitas das obrigações que regem o trabalho no campo têm origem nesses fóruns.

A atuação de Ágide Meneguette na OIT reafirmou seu papel não apenas como um expoente da produção rural do Paraná, mas como uma liderança comprometida com o fortalecimento do setor agropecuário e a construção de políticas que garantam segurança jurídica e progresso econômico no campo.

Pense numa pessoa de olhar penetrante, que fala com franqueza. Ou seja, se apresenta de forma autêntica, sem indiretas ou envio de recados. Para o interlocutor, pode

passar a impressão de intimidação. Mas essa postura faz parte de uma pessoa obstinada em alcançar metas e superar obstáculos. Tudo em nome dos interesses e reivindicações de seus pares. Não é muito diferente do espírito autêntico do produtor rural quando trata das coisas, ali mesmo ao pé da cerca, numa conversa informal, olho no olho. Basta que o acerto finalize com um aperto de mãos, na base do “fio do bigode”. Então o assunto e a decisão estão esclarecidos. Palavra dada é palavra cumprida.

Foto: arquivo FAEP



Outra face da atuação sindical de Ágide: a atenção especial pelo Agrinho, nascido em uma de suas gestões, em 1995. “É a grande paixão do Ágide para fazer as crianças gostarem das coisas da terra”, afirma a esposa Rosângela.

A vasta experiência na representação sindical foi usada a favor do setor agropecuário paranaense em decisões que envolviam contatos com o poder público, observam representantes da área sindical rural. “O dr. Ágide tem uma presença muito forte dentro do setor produtivo do Paraná. Principalmente, ele tem um conhecimento de causa,

é um homem extremamente respeitado não só nas entidades agropecuárias, quer seja no governo e demais entidades afins”, ressalta Rodolpho Luiz Werneck Botelho, presidente do Sindicato Rural de Guarapuava, da Comissão de Bovinocultura de Corte da FAEP e coordenador do Programa Pecuária de Corte do estado.

Um dos fatores que chama a atenção é a capacidade de projetar a agropecuária paranaense. “O Ágide Meneguette é um líder que coloca o Paraná em outro patamar no agro. Sua capacidade de negociação e visão estratégica fazem da FAEP uma referência nacional. É trabalho incansável em defesa dos produtores rurais”, afirma o deputado federal Pedro Lupion, presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) no Congresso.



Foto: arquivo FAEP

Encontro estadual de líderes rurais: momento em que Ágide valoriza o contato direto com o setor rural do Paraná. Na imagem, o reconhecimento da força da mulher paranaense no campo.

Ao mesmo tempo em que se destaca a atuação nos grandes fóruns, o trabalho de Ágide também é conhecido pelo constante diálogo com as bases. “O Ágide sempre nos recebeu, ouviu nossas demandas e as defendia, assim como deve ser o nosso Sistema de apoio ao produtor. Importante destacar que, sempre que possível, ele se fez presente em Toledo, nos visitando e dialogando com todos nós. O Ágide é uma referência pela sua presença e diálogo com as bases. É isso que fortalece o Sistema”, afirma Nelson Gafuri, presidente do Sindicato Rural de Toledo.

Um exemplo dessa preocupação em estar sempre próximo dos líderes dos sindicatos rurais é revelada pelo decano destas organizações, o engenheiro agrônomo e presidente do Sindicato Rural de Jacarezinho, Eduardo Quintanilha, 80 anos. Como representante dos produtores rurais de sua região, o dirigente precisava estabelecer contato próximo com os empresários, boa parte ligada às usinas de cana de açúcar. Ao procurar Ágide para ajudá-lo, Quintanilha percebeu que o líder da FAEP entendeu de imediato a importância do trabalho que precisava executar.

Foto: arquivo FAEP



Deputado federal Pedro Lupion, presidente da FPA: “Ágide Meneguette é um líder que coloca o Paraná em outro patamar no agro”.

“No tempo do Ágide, fui levado pessoalmente nas usinas. Será uma dívida que eu terei com ele sempre. Eu era presidente de um sindicato pequeno. Foi difícil entrar nesses lugares. O Ágide me abriu muitas portas”, destaca o sindicalista de Jacarezinho. A preocupação em resolver situações que desafiam o trabalho do produtor rural no dia a dia é outra qualidade que chama a atenção de Quintanilha. “Eu me recordo de um dia em que a direção da ALCOPAR estava apresentando a situação aqui da região de Jacarezinho para o governador. E o dr. Ágide estava ali dando segurança para nós. Tínhamos problemas com a conservação de estradas rurais. No outro dia, o assunto estava resolvido. Ele tem acesso, e consegue resolver as coisas. Esse homem sempre teve muita penetração nos políticos. Temos a nossa voz na FAEP, que é o Ágide”, reconhece Quintanilha.

“Homem visionário e de credibilidade”

O presidente do Sindicato Rural de Medianeira, Ivonir Lodi, enfatiza a importância da liderança de Ágide Meneguette na estruturação da FAEP, descrevendo-o como um “homem visionário e de credibilidade”. Ele expressou gratidão pela parceria com a FAEP, ressaltando que sempre recebeu apoio em suas demandas, o que permitiu a entidade que preside, o Sindicato Rural de Medianeira, crescer e se consolidar como um dos mais respeitados do Paraná. Lodi relata ter enfrentado desafios financeiros levando a implementar serviços que garantiram a sustentabilidade do sindicato, como a prestação de declarações de Imposto de Renda e ITR. Sob sua liderança, o sindicato de Medianeira passou de uma arrecadação modesta para um capital estimado em 5 milhões de reais, além de se destacar pela infraestrutura de qualidade. Lodi também abordou os desafios enfrentados pelo agronegócio brasileiro, mencionando a volatilidade dos preços dos produtos e a necessidade de políticas públicas mais eficazes. Para ele, a união entre sindicatos e cooperativas é fundamental para defender os interesses dos produtores, uma filosofia de trabalho incentivada pela FAEP nas várias parcerias que já realizou com a Ocepar.

Presidente da Ocepar entre 1996 e 2016, João Paulo Koslovski afirma que a convivência com Ágide sempre foi realizada no “sentido de somar”. Esse objetivo sempre foi baseado na busca incessante pelo diálogo entre as lideranças do setor produtivo. Koslovski afirma que era uma ferramenta essencial para atingir qualquer objetivo. “A gente sempre conversava, buscando o interesse comum. Nossa convivência sempre foi proativa. O Ágide é um companheiro de primeira hora e uma liderança que sempre teve aquela postura firme para defender a agricultura”, ressalta o ex-presidente da Ocepar.

Foto: arquivo FAEP



Olhos marejados de emoção: Ágide Meneguette fala à imprensa após receber o título de Cidadão Benemérito de Maringá em 13 de agosto de 2004.

Ao explicar quem de fato é Ágide Meneguette e por que se engaja em temas que envolvem muito trabalho e até sacrifício da vida pessoal, o próprio Ágide esclarece, acompanhado do estilo franco e direto. “Tem coisas que a gente faz, brigas que a gente pega pensando no melhor para nosso estado que muitos não entendem, mas nós aqui pagamos o custo de nossa independência. (O escritor) Ariano Suassuna disse certa vez que o otimista é um tolo; o pessimista é um chato. E que bom mesmo é ser `realista esperançoso’. Eu sou um cara realista e esperançoso”, afirmou o dirigente da FAEP numa reunião de trabalho, em janeiro de 2015. Ágide não abre mão de unir esforço, pés no chão e muita fé pelo que a vida prepara para cada um de nós, revelando alguém que não desiste de seus sonhos e responsabilidades.



Oie

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE SANIDAD ANIMAL
Proteger a los animales, preservar nuestros países

Certificado

Estatus de Brasil respecto a la fiebre aftosa

Por el presente documento se certifica que, tras una recomendación de la Comisión Científica de la OIE para las Enfermedades de los Animales, la Asamblea Mundial de los Delegados de la OIE aprobó el 27 de mayo de 2021 que el Estado de Paraná designado por el Delegado de Brasil sea reconocido como una zona libre de fiebre aftosa sin vacunación en conformidad con el Código Sanitario para los Animales Terrestres de la OIE (2019).

Este reconocimiento está basado en la documentación presentada a la OIE por el Delegado de Brasil. El Delegado de Brasil ante la OIE tiene la obligación de notificar inmediatamente a la OIE la existencia de cualquier situación epidemiológica relacionada con la fiebre aftosa en Brasil y confirmar anualmente que la situación epidemiológica no ha cambiado, en conformidad con el Código Sanitario para los Animales Terrestres de la OIE.



27 de mayo de 2021

Dr. Mark Schipp

Dra. Monique Eliot



Oie

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE SANIDAD ANIMAL
Proteger a los animales, preservar nuestros países

Certificado

Estatus de Brasil respecto a la peste porcina clásica

Por el presente documento se certifica que, tras la recomendación de la Comisión Científica de la OIE para las Enfermedades de los Animales, la Asamblea Mundial de los Delegados de la OIE aprobó el 27 de mayo de 2021 que el Estado de Paraná designado por el Delegado de Brasil sea reconocido como una zona libre de peste porcina clásica en conformidad con el Código Sanitario para los Animales Terrestres de la OIE (2019).

Este reconocimiento está basado en la documentación presentada a la OIE por el Delegado de Brasil. El Delegado de Brasil ante la OIE tiene la obligación de notificar inmediatamente a la OIE la existencia de cualquier situación epidemiológica relacionada con la peste porcina clásica en Brasil y confirmar anualmente que la situación epidemiológica de Brasil no ha cambiado, en conformidad con las disposiciones del Código Sanitario para los Animales Terrestres de la OIE.



27 de mayo de 2021

Dr. Mark Schipp
Presidente

Dra. Monique Eliot
Directora general



Especial

Grandes conquistas da FAEP

Grandes conquistas da FAEP

**vitórias que preparam
terreno para o futuro do
agronegócio paranaense**

A sequência de lutas e conquistas da FAEP retratadas nos quatro primeiros capítulos merece um espaço especial. É preciso valorizar o que se revelou uma saga em defesa dos interesses do campo paranaense. Os acontecimentos são tantos, como se percebeu nos eventos relatados entre 1965 e 2025, que também se faz necessário resgatar em detalhes algumas das grandes conquistas do agronegócio do estado. Afinal, são elas que contribuem para garantir terreno fértil e a certeza de farta colheita de novas vitórias no futuro. Confira e celebre.

Organização das mulheres na agricultura do Paraná: uma jornada de transformação e liderança

Pensando em agregar cada vez mais forças e valorizar a liderança no campo, a FAEP entre o final de 2019 e começo de 2020, identificou a necessidade de fomentar a participação feminina nos rumos da produção rural.

A trajetória das mulheres no meio rural paranaense é marcada pela resistência, pela força e, mais recentemente, pela conquista de espaços de liderança e decisão. Um dos marcos dessa transformação é o trabalho desenvolvido por Lisiane Rocha Czech, que há 27 anos é associada ao Sindicato Rural de Teixeira Soares e está atualmente em seu quinto mandato como presidente da entidade.

Historicamente, a participação das mulheres nas decisões do campo era limitada por questões culturais profundamente enraizadas. Enquanto os homens ocupavam os espaços públicos e de deliberação, as mulheres ficavam em casa, encarregadas da criação dos filhos e do cuidado com o lar. Mesmo estando sempre presentes nas tarefas operacionais (como tirar leite, fazer queijo, cuidar da horta), elas raramente eram chamadas para discutir os rumos dos negócios da família.

Essa realidade começou a mudar com ações pioneiras e provocativas, como a de dona Ivoneti Catharina Rigon Bastiani, de Maringá, que em 2010 iniciou um movimento em busca de maior abertura para a participação feminina no sistema sindical rural. A mudança se intensificou em 2020, quando Lisiane foi convidada por Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP, para coordenar a Comissão Estadual de Mulheres da FAEP.

Mesmo em meio à pandemia, o trabalho começou com a solicitação de ferramentas essenciais: apoio técnico, uma consultoria especializada e a possibilidade de escolher lideranças femininas regionais para formar uma rede de suporte. A Assembleia da FAEP, realizada em janeiro de 2021, oficializou a criação da comissão. Na época, apenas 19 dos 165 sindicatos tinham algum tipo de mobilização feminina — em sua maioria ligada a ações sociais como artesanato e coleta de doativos.

Com perseverança, foram organizadas reuniões online e, com a trégua da pandemia, o primeiro planejamento presencial foi realizado. Nessa ocasião, foram definidos o propósito e a missão da comissão, criado o símbolo do grupo e estabelecida a base do movimento que viria a crescer exponencialmente nos anos seguintes.

Hoje, a Comissão Estadual de Mulheres da FAEP conta com 103 comissões locais ligadas aos sindicatos rurais, somando cerca de 3.500 mulheres ativas até o final do primeiro semestre de 2025. Cada comissão tem autonomia para atuar conforme as particularidades de sua região, com o suporte de 16 coordenadoras estaduais (as “madrinhas”) que voluntariamente acompanham, apoiam e motivam o trabalho de base em todo o estado. Mensalmente, a comissão realiza avaliações para definir as próximas ações e garantir a continuidade das atividades.

A comissão também promove cursos de comunicação, capacitações comportamentais, orientação sobre seguro agrícola e incentivo à participação política. O foco é abrir espaço para que cada vez mais mulheres possam sentar-se à mesa das decisões. Como afirma Lisiane: “Não queremos tirar o lugar de ninguém, mas ter o direito de participar igual a todos.”

A presença feminina nas gestões das propriedades e dos sindicatos tem trazido melhorias visíveis. A organização, uma habilidade que se destaca na administração do

lar, tem sido aplicada com sucesso na gestão rural. O resultado é um aumento no número de mulheres nas diretorias, mais associadas nos sindicatos e uma maior procura por cursos e capacitações do SENAR.

Com o apoio técnico da FAEP, que realiza diagnósticos e ajuda na definição de estratégias, a Comissão Estadual de Mulheres consolida seu papel como um movimento transformador e permanente. Como destaca Lisiane, “é um caminho sem volta”, um movimento feito por mulheres, para mulheres, com o objetivo de construir um futuro mais justo e igualitário no campo paranaense com as bases fortalecidas.



Crédito: Divulgação/Comissão Estadual de Mulheres da FAEP

A identidade visual da comissão estadual foi criada em plena pandemia. As integrantes fazem a dramatização para dar vida a logomarca: mulheres de mãos dadas em sinal de união e sororidade. Cada integrante tem um papel de entregar a outra uma parte do solo, um sinal de reverência e respeito à terra que produz riquezas e vida.



Identificação visual da Comissão Estadual de Mulheres da FAEP

Empreendedor Rural

Um produtor rural com mais conhecimento e preparado para reagir às rápidas mudanças que vêm marcando o cenário agrícola. Em 2003, a FAEP detectou a necessidade de criar novas ações que pudessem responder a esses desafios.

Criado naquele ano, por meio de uma parceria entre o Sistema FAEP, representado por meio do SENAR, o Sebrae/PR e a Fetaep, o Programa Empreendedor Rural (PER) surgiu com a tarefa de transformar produtores em empreendedores. Mais do que um curso, o programa tornou-se uma verdadeira jornada de aprendizado, autoconhecimento e capacitação voltada à gestão eficiente das propriedades rurais. Nele, a técnica se alia à visão estratégica e à valorização das competências humanas.

Com carga horária superior a 130 horas e duração média de quatro a cinco meses, o PER é estruturado em cinco grandes etapas, que envolvem diagnóstico da propriedade,

planejamento estratégico e de mercado, estudo de viabilidade técnica e econômica, além da construção de um projeto final. Cada participante elabora um plano de negócio customizado, com base na realidade de sua propriedade, recebendo orientações técnicas e acompanhamento especializado ao longo do processo.

O diferencial do PER está em sua metodologia prática e transformadora. Ele alia teoria à vivência. Ao longo dos anos, mais de 21 mil produtores e produtoras rurais passaram pelas turmas do programa, espalhadas por todas as regiões do Paraná. A partir de 2012, o programa também passou a ser oferecido na modalidade a distância (PER EAD). Isso expandiu ainda mais seu alcance auxiliando como ferramenta essencial de acesso ao conhecimento.

Mas o PER não se encerra na sala de aula. Ao final de cada ciclo, os melhores projetos elaborados pelos participantes são apresentados em um grande evento, que reúne milhares de produtores em Curitiba. Os autores dos três projetos mais destacados são premiados com uma viagem técnica nacional ou internacional, onde o aprendizado continua, em contato com experiências de sucesso, inovação e tecnologia aplicadas ao agronegócio.

Líderes rurais

O Encontro Regional de Líderes Rurais surgiu como parte do Programa de Sustentabilidade Sindical (PSS), criado em 2018 como resposta ao fim da contribuição sindical obrigatória. A primeira série de encontros regionais ocorreu em 2019, com a participação de 1.644 produtores de 121 sindicatos rurais. Com a pandemia, o projeto teve um intervalo forçado por restrições sanitárias. No retorno em 2022, o evento reuniu 143 sindicatos e mais de 2.380 participantes. Em 2023, o destaque foi a participação majoritária das mulheres, sendo 58% das 2.441 pessoas presentes.



Encontro do Programa Empreendedor Rural.

Programa de Sustentabilidade Sindical

Com a queda da obrigação da contribuição sindical, a partir de 2017, as entidades de representatividade profissional no Brasil tiveram que rever suas estratégias de atuação para manter suas bases. A FAEP criou o Programa de Sustentabilidade Sindical. A iniciativa teve como finalidade garantir autonomia financeira, gestão eficiente e atuação propositiva dos sindicatos rurais.

Por meio de capacitações, consultorias e materiais de apoio, a Federação ofereceu ferramentas práticas para modernizar a administração sindical, melhorar a prestação de serviços e ampliar o relacionamento com os produtores. A iniciativa também incentivou a criação de produtos e soluções locais, tornando os sindicatos mais atrativos e próximos das demandas do campo.

Com isso, os sindicatos rurais deixaram de depender exclusivamente de repasses compulsórios e passaram a operar com uma visão mais empreendedora, voltada à geração de valor para os seus associados. Essa nova postura fortaleceu a legitimidade das entidades de base e impulsionou uma nova fase da representatividade sindical rural: mais conectada, técnica e alinhada às transformações do agro moderno.

ATUAÇÃO SINDICAL

Sindicatos rurais no Paraná: 161

Estabelecimentos rurais: 80 mil

Áreas de atuação dos sindicatos rurais:

- Entidade representativa local
- Trazer demandas para o Sistema FAEP
- Oferecer serviços aos produtores e mobilizar os cursos do SENAR-PR

Faixa de fronteira

A aprovação da Lei Nº 13.178, em 2015, representou um avanço importante para produtores rurais com propriedades situadas na faixa de fronteira do Brasil. A nova legislação transferiu aos cartórios de registro de imóveis a competência pela ratificação dominial dessas áreas, processo que antes era conduzido pelo INCRA e levava anos para ser concluído. A FAEP acompanhou de perto a tramitação da proposta desde o início, atuando junto ao Congresso Nacional com articulação política e apoio técnico.

“A FAEP participou ativamente da discussão e da aprovação da lei, com sugestões e orientações jurídicas. Sabíamos que sem essa mudança, muitos produtores continuariam enfrentando entraves para acessar crédito e poderiam até perder suas propriedades para a União”, explica Carla Beck, engenheira agrônoma e assessora técnica da FAEP.

Mesmo após a sanção da lei, a falta de regulamentação gerou confusão. “O produtor ia ao cartório e ninguém sabia como proceder. Era uma situação muito delicada”, relata Carla. Para enfrentar esse cenário, a FAEP promoveu uma série de ações: produziu uma cartilha detalhada com orientações práticas, organizou uma live com especialistas — uma das mais assistidas do canal da entidade no YouTube — e firmou parceria com a Aripa (Associação dos Registradores de Imóveis do Paraná).

A mobilização ganhou novo fôlego em março de 2023, com a publicação do Código de Normas da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Paraná, que finalmente estabeleceu os procedimentos para a ratificação nos cartórios. “Foi um divisor de águas. O código deixou claro como o produtor deve proceder, encerrando anos de insegurança jurídica”, avalia Carla.

Com cerca de 150 mil produtores afetados em 139 municípios paranaenses, a FAEP também solicitou oficialmente a prorrogação do prazo de regularização. “Nossa preocupação era garantir tempo e condições para que os produtores conseguissem reunir os documentos e se adequar à nova exigência”, afirma Carla. A atuação da FAEP garantiu que o setor rural tivesse respaldo técnico, jurídico e institucional para enfrentar um tema complexo e de impacto direto sobre a propriedade da terra.

Protagonismo da FAEP ajuda a tornar o Código Florestal mais justo para o produtor rural

Desde 2008, a FAEP encabeçou uma articulação técnica e política para a reformulação do Código Florestal (Lei 12.651/2012). O objetivo: proteger especialmente os pequenos produtores rurais. A iniciativa partiu da constatação de que a legislação anterior,

de 1965, impunha obrigações ambientais desproporcionais, que inviabilizavam economicamente muitas propriedades de pequeno porte.

“Começamos esse trabalho com a produção de cartilhas técnicas e informativas, onde mostramos que as pequenas propriedades estavam sendo muito prejudicadas”, afirma Carla Beck, engenheira agrônoma e assessora técnica da área ambiental da FAEP. De acordo com ela, os técnicos da entidade foram a campo para demonstrar, in loco, os impactos da legislação antiga. “Se o produtor cumprisse todas as exigências, acabava impedido de produzir”, disse.

Segundo Carla, em muitos casos, as Áreas de Preservação Permanente (APPs) exigiam até 600 metros de vegetação nativa às margens de rios, conforme a largura do curso d’água. “Conhecemos produtores com nascentes nas propriedades que eram obrigados a manter raio de 50 metros de mata ciliar ao redor. Isso representava uma perda de até 65% da área produtiva — em alguns casos, 100%”, relatou.

Com base nesses levantamentos, a FAEP organizou reuniões técnicas, elaborou propostas e levou apresentações aos parlamentares em Brasília. “Nosso objetivo era mostrar o impacto real nas pequenas propriedades. A maioria dos imóveis rurais no Paraná têm até quatro módulos fiscais, o que equivale a cerca de 72 hectares”, reforçou a assessora.

O esforço rendeu frutos. A nova legislação florestal, aprovada em 2012, passou a considerar o tamanho da propriedade, e não mais a largura dos rios, como critério para recuperação de áreas. “Essa foi uma das 12 grandes conquistas listadas em nossas cartilhas”, destacou Carla.

No Paraná, a FAEP também liderou a implementação do novo Código Florestal em nível estadual. Em 2014, foi aprovada a legislação local e iniciou-se um processo de capacitação. “Capacitamos mais de 20 mil agentes, entre sindicatos, prefeituras, cartórios e policiais ambientais para auxiliar os produtores na adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR)”, conta.

O CAR passou a ser um dos instrumentos centrais de regularização ambiental, ao lado do Programa de Regularização Ambiental (PRA), cuja implementação segue em

curso em 2025. “O CAR permite que o produtor registre pendências ambientais sem receber multas, e inicie um processo de adequação com base técnica e prazos definidos”, explicou Carla. “Já o PRA vai indicar como essa regularização será feita, inclusive com espécies vegetais recomendadas para cada área”.

Segundo a assessora, o Paraná foi um dos estados que mais rapidamente concluiu os cadastros ambientais e agora aguarda a execução do PRA. “O novo código trouxe segurança jurídica para o produtor. Ele poderá se regularizar com base em critérios técnicos e realistas, sem penalizações imediatas”, concluiu Carla.

Foto: arquivo FAEP



Com novo Código Florestal, produtor pode equilibrar espaço de trabalho na agropecuária com respeito à nova legislação ambiental.

Bacias hidrográficas: o papel estratégico do produtor rural na gestão da água no Paraná

A gestão dos recursos hídricos no Paraná está diretamente ligada ao papel do produtor rural como agente de preservação ambiental. Embora muitas vezes sem ser lembrado nos grandes debates urbanos, esse protagonista exerce grande proteção das nascentes e dos cursos d'água. No entanto, ao percorrerem longas distâncias, essas fontes acabam poluídas nos centros urbanos. Essa é a constatação revelada por estudos técnicos que embasam as ações e posicionamentos da FAEP sobre o tema.

O Paraná possui 12 bacias hidrográficas. É dentro dessas unidades que ocorrem as discussões a respeito do uso da água, seguindo os preceitos da Lei Federal de Recursos Hídricos. Questões como outorga, enquadramento dos rios e cobrança pelo uso da água são tratadas nos Comitês de Bacia Hidrográfica, organismos colegiados que funcionam como verdadeiros parlamentos da água. Neles, são discutidas diretrizes para o manejo, a conservação e o uso racional desse bem público.

A FAEP tem presença ativa nesses fóruns, por meio da indicação de técnicos e representantes sindicais. A entidade também realiza um trabalho contínuo de capacitação, preparando esses agentes para defender os interesses do setor agropecuário. “É fundamental que os produtores tenham voz nos comitês, pois são eles os principais cuidadores das nascentes e do solo. Por isso, investimos em formação técnica e jurídica por meio do nosso Grupo de Trabalho das Águas”, explica Carla Beck, assessora técnica da área ambiental da FAEP.

Segundo Carla, os debates nos comitês reúnem diferentes usuários da água (da indústria, da agropecuária, do saneamento básico e consumo de água potável). A negociação é indispensável para garantir que todos tenham acesso a água de qualidade. “A água que passa pela bacia é a mesma para todos os setores. Precisamos garantir um uso equilibrado e sustentável”, afirma.

A FAEP também contratou um estudo da Embrapa Territorial para mapear a disponibilidade hídrica em todas as bacias hidrográficas do estado. O levantamento, preparado

em 12 encontros, teve o objetivo de subsidiar decisões sobre a implantação de novos empreendimentos. “Esse mapeamento esclarece se há espaço para novos projetos ou se determinadas regiões já atingiram seu limite de ocupação hídrica”, detalha Carla.

O trabalho se estende ainda à questão dos dejetos agropecuários, em especial nas cadeias de suínos, peixes e aves, setores em franca expansão no estado. A proposta é identificar os passivos ambientais e transformá-los em fontes de energia por meio da instalação de biodigestores. “Estamos buscando soluções que aliem produção e sustentabilidade. O produtor quer produzir com responsabilidade e, para isso, precisa de informação, apoio técnico e planejamento”, completa a assessora.

Lei da Integração

Sancionada em 2016, a Lei da Integração (Lei Nº 13.288/2016) representou um marco regulatório para a atividade de integração entre produtores rurais e agroindústrias, especialmente nas cadeias de aves, suínos e leite. O dispositivo legal nasceu da necessidade de equilibrar as relações contratuais, garantindo mais transparência, segurança jurídica e previsibilidade nos acordos firmados entre as partes. Antes da lei, os contratos eram frequentemente criticados por falta de clareza e riscos desiguais para os produtores.

A FAEP teve papel ativo na construção da proposta. Atuou em articulações técnicas e políticas, representando os interesses dos produtores integrados paranaenses e contribuindo com subsídios para o aperfeiçoamento do texto legal. A entidade também participou de audiências públicas e fóruns nacionais promovidos pela CNA e pelo Congresso Nacional.

A principal inovação da lei foi a criação das Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs). Esses colegiados, formados por representantes dos produtores e das agroindústrias, têm o papel de discutir metodologias de remuneração, critérios técnicos e mediar conflitos.

A Lei da Integração ainda assegurou o direito de acesso às planilhas de custos, bonificações e parâmetros produtivos, promovendo mais igualdade na relação contratual. No Paraná, estado onde a integração agroindustrial é fortemente presente, a legislação trouxe avanços concretos, reforçando o diálogo e a governança nas cadeias produtivas. A FAEP, desde então, segue acompanhando a implementação das CadeCs e prestando apoio técnico às lideranças rurais, fortalecendo uma das principais políticas públicas do setor nos últimos anos.



Foto: arquivo FAEP

CadeCs permitem reforçar o diálogo e a governança nas cadeias produtivas.

Seguro rural

O Paraná é o estado que mais contrata apólices de seguro no país. Em média, os produtores rurais paranaenses respondem por 38% do total das contratações. Em 2021, por exemplo, os agricultores foram responsáveis pela contratação de 84 mil das 217 mil apólices em todo Brasil. O estado também possui, desde 2009, um programa próprio de subvenção ao prêmio do seguro rural, bancado pelo governo paranaense. Esse avanço na cultura de contratação do seguro rural entre os produtores rurais tem participação direta do Sistema FAEP. Desde o começo do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, criado em 2003, a entidade realizou caravanas pelo Paraná, levando seguradoras e governo para debater com os produtores e sindicatos. Em 2012, a Federação patrocinou um estudo que mostra a importância econômica do seguro rural para o país. Em 2016, a FAEP, em parceria com a Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Ocepar, organizou o Fórum Nacional de Seguro Rural. Mais recentemente, desenvolveu e colocou à disposição, desde 2020, um curso específico sobre seguro rural.

Ao relembrar os esforços da FAEP em defesa do seguro rural, o economista Pedro Loyola disse que a cada nova quebra de safra, a equipe da Federação precisava acionar Brasília com pleitos emergenciais. Esse processo era repetitivo, desgastante e ineficiente — tanto para os produtores, que não conseguiam acesso a crédito novo, quanto para o estado, que comprometia recursos públicos com medidas pontuais e não estruturantes.

“Nós tínhamos que praticamente a cada dois, três meses ir a Brasília ou fazíamos petições ao governo solicitando renegociação de dívida, porque não existiam mecanismos automáticos”, disse Loyola, que respondeu pela coordenação do departamento Técnico e Econômico da Federação por 12 anos. Entre suas ações, ele desempenhou funções de assessoramento da diretoria, liderando estudos e ações que envolviam equipe multidisciplinar de 12 colaboradores e demandas de mais de 180 sindicatos e 80 mil agricultores entre os anos de 2004 e 2018.

O desgaste não era apenas institucional. Loyola relata que produtores chegavam a perder patrimônio, pois as renegociações não resolviam a raiz do problema. Esse ciclo de dívidas acumuladas gerava insegurança e paralisia nos investimentos do setor produtivo.

Foi nesse contexto que o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, convocou Loyola a pensar em soluções estruturais. Percebendo que a renegociação constante era “um inferno”, como o próprio Loyola descreveu, Meneguette o desafiou a buscar uma alternativa viável.

“Era o dia inteiro no telefone, caso a caso, tentando resolver o problema dos produtores com os bancos [...] Você imagina milhares de produtores endividados, e você não tinha uma solução no atacado.”

A resposta viria com a descoberta do então recém-criado Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), ainda pouco conhecido e pouco utilizado. Loyola vislumbrou no seguro rural uma política capaz de romper com a lógica de ações emergenciais e criar um mecanismo de gestão de risco mais eficiente e previsível.

Esse momento marca o nascimento da agenda do seguro rural dentro da FAEP – não como uma proposta genérica, mas como uma resposta estratégica a uma crise real e urgente vivida pelo produtor paranaense.

Segundo Loyola, a FAEP teve papel ativo na articulação que culminou na edição da Medida Provisória 432, posteriormente convertida na Lei Nº 11.775/2008, considerada um marco na renegociação de dívidas do setor agrícola no Paraná.

Energias renováveis

A transformação no campo passa pela adoção de fontes de energia renováveis dentro das propriedades rurais. Isso reflete um movimento consistente, que vem sendo impulsionado pelo Sistema FAEP nos últimos anos, e que está redefinindo a matriz energética do meio rural paranaense.

Só em 2024, mais de 7,1 mil produtores rurais paranaenses instalaram usinas solares e/ou de biogás em suas propriedades. Dos 399 municípios do Paraná, 383 tiveram conjuntos de energias renováveis instalados. Ao longo do mesmo ano, o Paraná liderou o avanço nacional das energias renováveis no meio rural, em potência instalada. Os conjuntos em propriedades rurais do estado têm capacidade, juntos, para gerar 178,3 mil kilowatts (kW), o que corresponde a 18,4% da potência instalada no país. Em segundo lugar no ranking, aparece Minas Gerais, com capacidade para gerar 119,7 mil kW (o estado mineiro é quase duas vezes maior que o Paraná em área e tem mais que o dobro de municípios).

Além dos benefícios ambientais, essa transição proporciona economia imediata e maior autonomia aos produtores. Uma das referências dessa trajetória foi a missão técnica internacional promovida em 2017 pelo Sistema FAEP, que levou 160 produtores, lideranças rurais, técnicos do setor e do governo à Alemanha, Itália e Áustria, na Europa.

A experiência direta com tecnologias de geração de energia limpa inspirou um novo olhar sobre o potencial dessas soluções no contexto paranaense. Desde então, o tema se tornou uma bandeira institucional. “A energia é um dos componentes que mais pesam no custo de produção, especialmente em atividades como avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite e piscicultura. Investir em energia renovável é garantir economia, competitividade e sustentabilidade”, resumiu Ágide Meneguette, presidente da FAEP. “As renováveis não são mais o futuro, são o presente”.

Ações concretas

Além da atuação institucional, a FAEP foi protagonista de episódios que exemplificam a capacidade de se antecipar a tendências. “Estava ainda na Itaipu, entre 2012 e 2014, quando o Ágide nos procurou para conhecer a área de energias renováveis. Ele queria entender de perto o que estávamos fazendo com biodigestão. Não apenas entendeu, como levou quatro grupos de produtores e técnicos para a Europa [Itália, Alemanha

e Áustria] para ver essas tecnologias in loco”, afirma o engenheiro agrônomo Herlon Goelzer de Almeida, ex-coordenador de programas em Itaipu Binacional e atualmente no IDR-Paraná.

“Sob a presidência de Ágide Meneguette, a FAEP ajudou a articular a Lei Estadual do Biogás [Lei 19.500], defendida por ele na Assembleia e junto ao governo. Hoje é realidade, e tudo começou com aquele movimento há mais de uma década”, complementa Almeida.



Foto: arquivo FAEP

FAEP foi protagonista para incentivar a difusão das energias renováveis no Paraná.

Marco contra a febre aftosa no Paraná: estado atendeu medidas sanitárias e foi declarado área livre da doença sem vacinação

A direção da FAEP e a então governadora Cida Borghetti tiveram importante protagonismo em agosto de 2018, quando uma decisão foi tomada para acelerar o processo que resultaria, em 2021, na certificação do Paraná como Área Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação. Durante reunião na FAEP, a governadora confirma que iria acelerar o processo para tornar o Paraná livre da doença sem precisar recorrer à imunização. Cida enviou um ofício ao então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi. No documento, a governadora reafirma o compromisso do governo do estado em adotar todas as medidas necessárias para que o Paraná obtenha a certificação internacional como área livre de febre aftosa sem vacinação.

O ofício destaca que o estado se comprometia a atender às recomendações feitas durante auditoria realizada em janeiro de 2018 pelo Departamento de Saúde Animal (DSA), do Ministério da Agricultura, ao Serviço Veterinário Estadual. Na vistoria, os representantes do ministério reconheceram a excelência do serviço prestado na área de sanidade animal. A proposta do estado levada ao conhecimento do ministro, era suspender a vacinação do rebanho a partir de maio de 2019, o que acabou sendo feito.

Cida contou que encaminhar aquele documento exigiu uma plena articulação, em que a FAEP teve papel estratégico. “Não foi fácil. Nós solicitamos a todas as sociedades rurais do Paraná, fomos a cada região do estado, com audiências públicas, escutando o setor, mas tivemos porta na cara, discussões acaloradas, mas a vitória foi extraordinária para o estado. O documento que ratificou, com metas previstas no Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, pelo ministério, foi muito amplo e discutido, o que na prática reforçou o trabalho para que o Paraná obtivesse o reconhecimento da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Esse reconhecimento foi feito em Paris, já com a presença do governador Ratinho Jr., em maio de 2021. É um novo status para o Paraná e o Brasil, graças à liderança de Ágide Meneguette. Porque, sem o

seu posicionamento, a sua vontade de vencer e fazer a diferença, não seria possível”, relatou a ex-governadora. Cida Borghetti também apoiou o fortalecimento da Adapar (Agência de Defesa Agropecuária do Paraná), criada em 2011 e considerada uma referência para convencer as autoridades da OIE a conceder o certificado de área livre sem vacinação.

Uma dessas etapas foi protagonizada pela própria FAEP em outubro de 2018, quando Ágide Meneguette encaminhou à governadora pedido para adotar medidas de fortalecimento dos cuidados com a sanidade animal. Naquela fase final, rumo à conquista do status sanitário, era fundamental que a Adapar contasse com todos os meios necessários para executar as ações necessárias para o reconhecimento internacional. Essas ações, detalhadas no documento da FAEP entregue à governadora, envolveram aspectos financeiros, de recursos humanos e de infraestrutura. O objetivo principal foi fortalecer a estrutura da agência, garantindo a continuidade de um serviço de defesa sanitária eficiente e de alta qualidade no Paraná.

Ao recordar a conquista da certificação de Área Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação, Norberto Ortigara, secretário estadual de Agricultura nas gestões dos governadores Beto Richa e Ratinho Júnior, afirma que a decisão de suspender a vacinação foi baseada em ciência, estratégia e confiança na capacidade técnica do estado.

“Foi feito todo o inquérito soroepidemiológico. Nossos rebanhos demonstraram que a gente tinha estrutura técnica adequada, que não tínhamos circulação viral e que não houve casos clínicos ou subclínicos.”

Ortigara destaca que a FAEP, junto com outras entidades como Ocepar e Fetaep, teve atuação intensa e estratégica para pressionar o governo federal a acelerar o processo de reconhecimento. A entidade participou de articulações técnicas e políticas, campanhas educativas e visitas institucionais.

O reconhecimento, segundo Ortigara, foi um divisor de águas na estratégia comercial do Paraná. A possibilidade de acessar mercados exigentes — como Japão e Coreia do Sul — sem as restrições impostas a produtos oriundos de animais vacinados, passou a ser real.

Embora o selo internacional tenha sido um marco, Ortigara reforça que o objetivo final sempre foi o acesso qualificado a mercados que pagam mais pela sanidade e

rastreabilidade dos produtos. Nesse sentido, a FAEP teve papel essencial na construção do caminho e na sustentação técnica e política da estratégia.

João Paulo Koslovski, que presidiu a Ocepar entre 1996 e 2016, afirma que a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, entendeu que era preciso, mais uma vez, unir forças em conjunto com a FAEP. Missão: ajudar no trabalho de conscientização do setor agropecuário. “Viajamos o Paraná inteiro com o Ágide Meneguette, com grandes mobilizações para mostrar a importância da contribuição dos agricultores para combater a aftosa”, conta Koslovski. “O trabalho que a FAEP realizou para mobilizar os sindicatos e as entidades de todo o setor produtivo foi magnífico. Não tem dinheiro que pague”.

Foto: arquivo FAEP



Solenidade de certificação do Paraná, em maio de 2021, como área livre de aftosa sem vacinação.

Conseleite

No final da década de 1990, produtores de leite no Paraná enfrentavam forte instabilidade na formação de preços. Sem critérios claros ou previsibilidade, o setor vivia sob tensão constante, o que desestimulava investimentos e comprometia a renda das famílias rurais. Foi nesse cenário que surgiu o Conseleite Paraná, uma iniciativa construída envolvendo todo o setor agropecuário, com protagonismo da FAEP, para dar mais equilíbrio e transparência à cadeia produtiva.

A FAEP teve papel decisivo desde os primeiros debates. Atuou como ponte entre os produtores, cooperativas, indústrias e instituições de pesquisa, articulando interesses e propondo soluções técnicas. Inspirado em modelos implantados em outros estados do Sul, o Conseleite paranaense foi estruturado para calcular mensalmente um valor de referência para o leite, com base em dados econômicos e de mercado.

A Federação contribuiu com a mobilização dos sindicatos rurais e apoiou a consolidação da metodologia em parceria com a Universidade Federal do Paraná. O resultado foi a criação de uma ferramenta confiável. Ela fortaleceu a negociação entre todos os envolvidos na cadeia leiteira. Mais do que um indicador de preços, o Conseleite se tornou um símbolo de organização setorial.

Ao longo dos anos, a FAEP seguiu apoiando tecnicamente os debates no âmbito do colegiado, garantindo que a voz do produtor rural estivesse sempre presente. A criação do Conseleite é lembrada como um marco histórico da pecuária leiteira paranaense, tudo isso fruto da união, da técnica e da representação forte no campo.

O médico veterinário e produtor leiteiro Ronei Volpi lembra da CPI do Leite, instaurada tanto na Assembleia Legislativa como na Câmara Federal, para investigar o setor no ano de 2001. A criação do Conseleite está associada às CPIs, que concluíram que nem produtor nem indústria eram vilões. Ambos se revelaram vítimas de uma

situação de mercado. Foi a partir desse diagnóstico que nasceu a ideia do Conseleite. A FAEP liderou esse movimento, com apoio da UFPR e do Sindileite.

“Com apoio do Departamento de Economia Rural da UFPR e o bom relacionamento entre produtores e indústrias, conseguimos desenvolver o método de valores de referência”, conta Volpi, assessor especial da presidência do Sistema FAEP e um dos fundadores do Conseleite, do qual também foi presidente.

O modelo criado no Paraná foi tão bem-sucedido que passou a ser replicado em outros estados. Hoje, estima-se que 70% do leite produzido no Brasil seja precificado com base em metodologias inspiradas no Conseleite. Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Rondônia adotaram o modelo. São Paulo, por outro lado, resistiu à ideia — segundo Volpi, por falta de vontade das indústrias locais de estabelecer diálogo paritário com os produtores.

A governança do Conseleite também é exemplo de equilíbrio. A presidência e a vice-presidência são alternadas anualmente entre representantes dos produtores e das indústrias. A gestão das informações técnicas é feita por uma Câmara Técnica formada por quatro representantes de cada lado, garantindo imparcialidade nas análises.

“É um modelo inovador. Mérito da FAEP, do Sindileite e da universidade”, destaca Ronei Volpi.

Com o tempo, a metodologia também evoluiu. Hoje, além do preço base, são considerados fatores como qualidade do leite (gordura, proteína, CCS), que podem gerar bônus ou descontos — aproximando ainda mais o valor final da realidade produtiva.



Foto: arquivo FAEP

Reunião do Conseleite: grupo de trabalho passou a garantir preços e segurança para o setor leiteiro.

Adapar

A criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), em 2011, foi resultado de uma articulação longa e estratégica, da qual a FAEP teve participação central. Desde os anos 2000, a Federação defendia a necessidade de um órgão autônomo e tecnicamente qualificado para cuidar da sanidade animal e vegetal no estado. Na visão da entidade, o modelo então vigente, vinculado à estrutura administrativa do governo,

não oferecia a agilidade nem a estabilidade necessária para enfrentar os desafios sanitários de uma agropecuária em franca expansão.

A FAEP mobilizou sindicatos rurais, cooperativas e lideranças do setor produtivo para pressionar por uma nova institucionalidade. Também participou ativamente da elaboração da proposta, levando experiências de outros estados e contribuindo com aspectos técnicos e jurídicos. A criação da Adapar, por meio da Lei Estadual Nº 17.187/2012, foi uma conquista coletiva, mas teve na FAEP uma de suas principais fiadoras.

Desde então, a entidade mantém diálogo constante com a agência, apoiando ações de fiscalização, campanhas sanitárias e a consolidação do Paraná como referência em defesa agropecuária. A Adapar é hoje uma das heranças mais importantes da luta da FAEP por uma agricultura forte, segura e competitiva.

Secretário estadual da Agricultura nas gestões dos governadores Beto Richa e Carlos Massa Ratinho Júnior, Norberto Ortigara acompanhou de perto os debates e avanços em torno da sanidade agropecuária do Paraná desde os anos 1970.

O Paraná precisava de uma estrutura institucional mais robusta e permanente para enfrentar os desafios sanitários. “Já na eleição de 2010, a necessidade de o estado ter uma entidade mais robusta para a sanidade agropecuária era uma bandeira. Por isso, junto com o Beto Richa, criamos a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.”

Segundo Norberto Ortigara, a Adapar nasceu com o propósito de dar musculatura técnica, jurídica e orçamentária às ações de defesa — inicialmente focadas na aftosa, mas com potencial para enfrentar qualquer desafio sanitário.

“Demos mais capacidade técnica, demos mais instrumentos e fortalecemos não só para aftosa, mas para todos os aspectos relevantes da defesa agropecuária.”

A estruturação da Adapar foi acompanhada de investimentos públicos e da reorganização das estratégias de vacinação, fiscalização e controle. Com apoio da FAEP e de outras entidades representativas, a agência passou a operar com equipes técnicas capacitadas, uso de dados e protocolos modernos.

“Criamos as taxas, instrumentalizamos a agência para que focasse na superação de várias doenças, especialmente a aftosa. [...] Renovamos a motivação e fizemos novas rodadas de eventos técnicos, mobilizando milhares de produtores rurais.”

Conesa

O Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (Conesa) foi criado em 7 de agosto de 1997, pelo Decreto Nº 3.433, assinado pelo então governador Jaime Lerner. Esse colegiado consultivo, vinculado à SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento), foi instituído com a missão de coordenar e fortalecer o sistema de defesa agropecuária do Paraná, promovendo maior produtividade, competitividade e segurança sanitária nas cadeias rurais.

A FAEP teve papel estratégico no processo: participou ativamente da mobilização técnico-política que levou à sua criação e integrou o Conesa desde seus primeiros passos. Foi por meio do Fundepec (fundo criado em 1995 com apoio da FAEP) que se garantiu o orçamento inicial do Conesa e o apoio para campanhas sanitárias e capacitação técnica.

Além disso, a FAEP se mobilizou para aprovar a Lei Estadual de Sanidade Animal (Lei 11.504/1996), fortalecendo o arcabouço regulatório e operacional do Conesa. A Federação participou ainda da estruturação dos Conselhos Sanitários Agropecuários municipais (CSAs), que proliferaram por todo o estado (eram cerca de 150 até 2000 e 390 hoje), criando uma rede organizada de controle sanitário.

Graças a essa articulação entre FAEP, Fundepec, Conesa, SEAB e entidades públicas, o Paraná conquistou, em 2000, o reconhecimento internacional como área livre de febre aftosa com vacinação, destacando-se como referência em defesa sanitária animal.

Fundepec

Criado no início da segunda metade dos anos 1990, o Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Estado do Paraná (Fundepec) surgiu como uma resposta estratégica para fortalecer a defesa sanitária animal e garantir a sustentabilidade da cadeia pecuária no estado. A iniciativa nasceu em uma realidade de crescente preocupação com a febre

aftosa, além da necessidade de o setor privado participar mais ativamente das ações de vigilância e resposta a eventuais surtos.

A FAEP exerceu atuação importante na criação e estruturação do fundo. Trabalhou como articuladora entre os pecuaristas, o governo estadual e outras entidades representativas, promovendo reuniões, debates técnicos e mobilizações que resultaram na construção coletiva do modelo de governança do Fundepec. A proposta foi inspirada em experiências de outros estados, mas adaptada à realidade paranaense, com forte protagonismo dos produtores.

O fundo passou a funcionar como uma espécie de seguro coletivo, com recursos arrecadados junto aos pecuaristas para serem usados exclusivamente em ações emergenciais de sanidade animal, como a indenização de animais sacrificados e o custeio de medidas de controle em caso de focos de doenças. A existência do Fundepec foi um dos pilares que permitiram avanços importantes na condição sanitária do Paraná, culminando no reconhecimento oficial do estado como área livre de febre aftosa com vacinação e, posteriormente, sem vacinação.

A FAEP segue como uma das entidades que têm responsabilidade sobre a gestão do fundo, contribuindo com visão técnica e garantindo que os interesses dos produtores sejam respeitados.

Norberto Ortigara, ex-secretário estadual da Agricultura, acompanhou de perto a criação do Fundepec. Diante das dificuldades enfrentadas após o surto de aftosa no Rio Grande do Sul, na década de 1990, e da classificação do Paraná como zona tampão, a FAEP assumiu a liderança na construção de um novo modelo de defesa agropecuária no estado. A solução encontrada, aponta Ortigara, foi a criação do próprio Fundepec. Segundo ele, o fundo teria como finalidade assegurar recursos para indenizações sanitárias, caso fosse necessário o sacrifício de animais contaminados.

“Nós criamos o Fundo de Defesa Pecuária, o Fundepec. Inclusive, eu presidi a sessão de criação”, recorda Ortigara.

Sem recursos por parte do estado, que enfrentava dificuldades até para montar a estrutura básica de fiscalização, o ex-secretário da Agricultura ressalta que a FAEP lançou mão de sua credibilidade junto ao setor produtivo para organizar uma arrecadação voluntária entre os pecuaristas.

“O estado não tinha dinheiro. [...] Foi buscar voluntariamente a participação dos

detentores de animais, mediante uma contribuição de 50 centavos por animal vacinado em cada etapa no Paraná.”

Esse fundo — inicialmente garantido por uma promissória da própria FAEP — possibilitou a aquisição de veículos, estruturação de unidades móveis e investimento em campanhas de vacinação e cadastramento.

“Antes disso, a FAEP tinha dado uma promissória, um documento, dizendo que garantia caso houvesse necessidade. [...] O fundo acabou sendo criado, mesmo com o estado reconhecendo sua precariedade fiscal.”

A criação do Fundeppec também esteve atrelada a uma intensa campanha de convencimento junto aos produtores. Foram realizados dezenas de eventos técnicos em todas as regiões do estado, inclusive com o uso de aviões contratados pela própria FAEP para difundir a nova estratégia de erradicação da aftosa e explicar os motivos para, futuramente, abandonar a vacinação.

“A liderança da FAEP contratou aviões. Fizemos dezenas de eventos técnicos em todas as regiões do Paraná, mais de uma vez, no sentido do convencimento, da busca pela cobertura vacinal em todo o rebanho.”

Além disso, a FAEP impulsionou a criação de um cadastro atualizado dos rebanhos, um instrumento considerado essencial para a rastreabilidade e o controle sanitário.

Fazem parte do Fundeppec: FAEP, Ocepar, Fetaep, Sindileite, Sindicarne, Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH), Sindiavipar e Associação Paranaense dos Produtores de Suínos.

Antônio Poloni, ex-secretário estadual da Agricultura e assessor da presidência da FAEP, destaca que a criação do Fundeppec, da qual participou como protagonista na época em que era secretário da Agricultura, ajudou a pavimentar o caminho para novos níveis, como a declaração de área livre de aftosa sem vacinação. “Os governos passam, as entidades ficam. Em todos esses anos de trabalho, tive a chance de falar com todos os governos sobre a necessidade de priorizar a sanidade. Todos eles, de certa forma, aceitaram e cada um deles teve uma participação importante. Temos que lembrar sempre que sanidade é economia. E quem tem que ser valorizado nesse momento é o produtor. Eles que trabalharam em adquirir uma cultura da sanidade e continuam a investir continuamente nesse sentido”, afirmou.



Fundepec: mais segurança para atuar na manutenção da sanidade animal no Paraná.

Quinquênio

Em maio de 2000, com apoio da FAEP, por meio de debates e seminários, o setor produtivo conquistava importante vitória: a aprovação da emenda 28 pelo Congresso Nacional. Ela previa a prescrição trabalhista do empregado rural, de autoria do então senador Osmar Dias, por solicitação do presidente Ágide Meneguette.

A emenda passou a equiparar a prescrição das reclamações trabalhistas da área rural ao mesmo prazo do trabalhador urbano, que é de cinco anos. A Constituição Federal determina um prazo de dois anos para os trabalhadores urbanos reclamarem seus direitos sobre os últimos cinco anos de contrato, o que não acontecia com os colaboradores rurais.

Para Osmar Dias, a nova medida representou um “duro golpe” na indústria das ações trabalhistas que vigorava à época. “Essa indústria de ações trabalhistas gerou o grave problema do desemprego no campo, porque os empregadores, temerosos dessas ações, acabaram por preferir dar emprego eventual, contratar o trabalhador volante, criando a figura do boia fria em nosso país”, assinalou Osmar na ocasião em que a medida foi aprovada.

A emenda trouxe mudanças significativas para o setor rural. Enquanto na zona urbana o trabalhador tinha um prazo de cinco anos para pleitear seus direitos, no meio rural, esse prazo era indefinido, podendo chegar a 20, 25 ou até 30 anos. Imagine, as empresas têm dificuldades de guardar documentação por cinco anos, quanto mais por 25 ou 30 anos.

A falta de documentação frequentemente levava a ações trabalhistas, resultando em condenações que poderiam custar até a propriedade do empregador. “Quando fizemos essa emenda, conversamos com o senador Osmar Dias e começamos a percorrer o Paraná, realizando reuniões em nove núcleos para explicar o que era essa emenda constitucional”, complementa Francisco Carlos do Nascimento, vice-presidente da FAEP.



Ágide Meneguette e Osmar Dias: quinquênio eliminou a “indústria” de processos trabalhistas que prejudicava o setor rural.

Paraná: zona livre de peste suína clássica

Em janeiro de 2001, a suinocultura paranaense alcançou um marco histórico: o reconhecimento do estado como zona livre de peste suína clássica (PSC) pelo governo federal. A conquista coroou quase duas décadas de trabalho intenso, envolvendo esforços conjuntos de produtores, órgãos sanitários, técnicos e entidades do setor. Entre as

protagonistas dessa trajetória esteve a FAEP, que atuou ativamente desde os primeiros momentos da mobilização para erradicar a doença.

A certificação significou mais que um selo sanitário: foi a chave que abriu portas para novos mercados internacionais e permitiu que o Paraná desse um salto nas exportações de carne suína. À época, o volume exportado mais do que dobrou, consolidando o estado como um dos principais polos de produção e exportação do país.

A FAEP trabalhou de forma decisiva tanto na mobilização da classe produtora quanto na estruturação das políticas públicas necessárias ao controle e erradicação da PSC. Por meio de sua assessoria técnica e apoio direto aos sindicatos rurais, a entidade participou da construção de programas de vigilância e controle, defendendo a adoção de medidas sanitárias mais rígidas e a melhoria da infraestrutura de defesa agropecuária.

Ao longo do processo, a FAEP também atuou junto aos governos estadual e federal, cobrando investimentos e a manutenção de profissionais capacitados nas áreas de inspeção e vigilância sanitária. O diálogo constante com os produtores, por meio de campanhas educativas e reuniões em todas as regiões do estado, foi essencial para garantir o engajamento necessário à erradicação da doença.

SENAR-PR

A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Paraná (SENAR-PR), em 1993, representou um avanço decisivo na qualificação da mão de obra rural no estado. Desde o início, a FAEP assumiu a administração regional e coordenou as primeiras ações de formação e capacitação voltadas aos produtores e trabalhadores do campo.

A Federação entendeu desde cedo que a profissionalização da atividade rural era condição essencial para o desenvolvimento sustentável da agropecuária paranaense. Atuou na organização institucional do SENAR-PR, na estruturação das metodologias e na construção de parcerias com sindicatos rurais, cooperativas e entidades de ensino.

Com o apoio da FAEP, o SENAR-PR se consolidou como uma das mais importantes redes de educação rural do Brasil, levando cursos, treinamentos e programas a todas as regiões do estado. A fundação da entidade é lembrada como um marco na valorização do conhecimento no campo e no fortalecimento da agricultura familiar e empresarial paranaense.

O SENAR-PR EM NÚMEROS DE 1993 A 2024:

Formação Profissional Rural

- 173.582 EVENTOS
- 3.302.615 PESSOAS PARTICIPANTES
- 4.669.845 HORAS

Promoção social

- 36.036 EVENTOS
- 639.789 PESSOAS PARTICIPANTES
- 984.499 HORAS

TAE - Treinamento de Agentes Externos

- 4.553 EVENTOS
- 116.752 PESSOAS PARTICIPANTES
- 58.415 HORAS



Foto: arquivo FAEP

SENAR abriu portas para ampliar o desenvolvimento da mão de obra rural, garantindo qualidade nos produtos e qualificação dos profissionais do campo.

Contra a taxaço do agro

Em novembro de 2022, o governo do Paraná encaminhou à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Nº 498/22, que pretendia criar o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura (FDIPR), financiado por uma nova taxaço sobre produtos do agronegócio paranaense. A proposta, enviada às pressas com pedido de urgência, causou surpresa e grande indignação no setor produtivo.

A FAEP reagiu com mobilização imediata: convocou sindicatos, organizou nota técnica e estreitou diálogo com deputados, denunciando impacto potencial de até R\$ 2 bilhões em novas tributações ao setor.

O presidente Ágide Meneguette foi incisivo ao afirmar que os produtores foram “apunhalados pelas costas”. Em poucas horas, a FAEP e o G7 (coalizão de sete entidades do setor produtivo paranaense) conseguiram pressionar a casa legislativa, resultando na retirada do projeto da pauta na sessão de 22 de novembro de 2022.

O movimento foi saudado como demonstração de união e força política. Na visão da FAEP, a atuação reforçou a importância de defender o campo não com mais tributos, mas com investimentos e diálogo institucional.

Terras indígenas

A instituição da Lei do Marco Temporal (Lei Nº 14.701/23) teve um acompanhamento muito próximo da FAEP. A lei reforçou o artigo 231 da Constituição Federal. Este artigo reconhece as terras que tradicionalmente são ocupadas pelos povos indígenas na promulgação da Carta Magna, em 5 de outubro de 1988. Dentro do Brasil, poucos estados registram tantos conflitos indígenas como o Paraná. Após a promulgação do Marco Temporal, a FAEP detectou que faltava o cumprimento efetivo dessa legislação. A Federação vem cobrando nos fóruns de debates políticos e jurídicos o cumprimento da nova lei.

No entender da Federação, o Marco traz segurança ao produtor, pois define uma data para demarcações de terras indígenas. A FAEP sempre pediu o respeito a essa exigência da lei, que é clara e impede a criação de fatos novos, que flexibilizam o direito de propriedade. A finalidade é evitar a continuidade de invasões de terra simplesmente com base em evidências frágeis, por exemplo, baseadas apenas em testemunhos verbais. Com sua atuação jurídica, a FAEP trabalha com outras entidades do setor produtivo para identificar e denunciar supostos indígenas, populações de outros países ou até criminosos de facções que queiram estabelecer uma indústria de invasões

de propriedades rurais, sob o pretexto de demarcação de terras que teriam pertencido a povos originários.

O trabalho da FAEP, nas questões de demarcações de terra, é garantir o direito de dar voz ao produtor atingido por decisões judiciais e governamentais federais. O que se quer é considerar a realidade deste produtor. Muitas vezes, ele é deixado de fora do processo, sendo mero espectador de encaminhamentos alheios que envolvem sua própria terra, tornando o dono deste imóvel vítima de invasões e posterior perda da legitimação de sua propriedade. Nesse contexto, a FAEP tem o papel de fazer a defesa do produtor, lembrando que o direito da propriedade é assegurado pela Constituição Federal e, nesse caso, regulamentado pela lei do Marco Temporal.

Transgênicos

A introdução dos organismos geneticamente modificados (OGMs) no Brasil, no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, foi marcada por polêmicas, insegurança jurídica e disputas políticas. Em meio a esse cenário conturbado, a FAEP teve papel de destaque na defesa do produtor rural, que se via no centro de uma crise regulatória. A entidade se posicionou contra a criminalização do plantio de sementes transgênicas, especialmente da soja, que já era amplamente utilizada em países como Estados Unidos e Argentina, com resultados comprovados na produtividade e redução de custos.

A FAEP atuou intensamente junto aos governos estadual e federal, Congresso Nacional e órgãos como o Ministério da Agricultura, exigindo que as decisões fossem tomadas com base em critérios técnicos e científicos. Em 2003, com a apreensão de cargas de soja transgênica no Porto de Paranaguá e a proibição do escoamento desses grãos, a FAEP coordenou mobilizações, emitiu notas públicas, acionou juridicamente o estado e participou ativamente de reuniões em Brasília para garantir o direito de comercialização.

Também foram promovidos, por parte da Federação, eventos técnicos e reuniões com pesquisadores e especialistas para levar informação qualificada aos sindicatos rurais e produtores. Uma das ações emblemáticas foi a organização de caravanas com

lideranças do setor produtivo para debater, em audiências e fóruns nacionais, a urgência de uma legislação clara e definitiva sobre os OGMs. Paralelamente, trabalhou junto à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para pressionar por um marco regulatório coerente, o que viria a se concretizar anos depois com a criação da CTNBio e a aprovação da Lei de Biossegurança.

Ao longo desse processo, a FAEP construiu pontes entre ciência, política e campo, sempre com o objetivo de garantir segurança jurídica e liberdade de escolha ao produtor. Graças a essa atuação, o Paraná consolidou-se como um dos maiores produtores de soja do país, com ampla adoção de tecnologias que tornaram a agricultura mais eficiente, competitiva e sustentável.

Prosolo

A FAEP criou uma série de iniciativas que ajudaram na estruturação e implementação do Programa Estadual de Conservação de Solo e Água – o Prosolo Paraná. Lançado oficialmente em 2015 pelo governo estadual, o programa surgiu como resposta à crescente degradação do solo e à necessidade de manejo sustentável nas propriedades rurais. Desde o início, a FAEP mobilizou sua base de sindicatos rurais, cooperativas e produtores para aderir às ações propostas, com foco no uso de práticas conservacionistas como o plantio direto, o terraceamento e a rotação de culturas.

A entidade também contribuiu com seu corpo técnico para a construção das diretrizes do Prosolo, integrando câmaras técnicas e promovendo capacitações em parceria com o SENAR-PR. Com forte presença regional, a FAEP auxiliou na elaboração dos Planos Municipais de Conservação de Solo e Água, incentivando a criação de comitês locais para adequação ambiental e produtiva. Além disso, atuou politicamente para garantir recursos públicos e apoio institucional ao programa. Com isso, consolidou-se como uma das protagonistas na missão de preservar o solo paranaense e garantir produtividade de forma sustentável.



Foto: arquivo FAEP

Lançamento do Prosolo pelo governo do estado e lideranças rurais em 2015: programa tem ações para proteger a terra e as nascentes de água, recursos essenciais à agricultura.

Viagens técnicas

As viagens técnicas promovidas pela FAEP têm levado produtores rurais paranaenses a diversos destinos no Brasil e no exterior há décadas. O objetivo é ampliar horizontes e conectar o campo paranaense às principais referências mundiais do agronegócio.

Direcionado a seus produtores rurais, dirigentes de sindicatos rurais e autoridades do setor agrícola, a iniciativa começou em 1999, com uma viagem organizada à

Argentina. No país vizinho, a comitiva conheceu, principalmente, o sistema de cultivo e colheita de soja. Entrando na década de 2000, as viagens se sucederam aos Estados Unidos, principalmente na região do chamado corn belt. O “cinturão do milho” é uma área do centro-oeste do país norte-americano onde predominam as culturas do milho e da soja.

À medida que essas viagens pioneiras foram colhendo informações sobre ações agrícolas inovadoras, novas missões foram sendo programadas pela FAEP. Os grupos organizados pela entidade também já percorreram outros países como França, Bélgica, Alemanha, Holanda, Espanha, Itália, Uruguai, Israel, Canadá e Chile.

Nos anos de 2007 e 2014, o Canadá também foi o destino de viagens técnicas para troca de informações sobre plantio de soja transgênica, cultivo do trigo, gado de corte e produção de leite.

Na Europa, em 2011, a comitiva da FAEP percorreu cinco países: França, Bélgica, Holanda, Alemanha e Itália. O percurso incluiu passagem por propriedades, associações, laboratórios e instituições ligadas à agropecuária. Na Holanda, a missão da FAEP conheceu o moderno Porto de Rotterdam e as práticas de produção agrícola, como a de estufas de vidro.

Em nova viagem ao continente europeu, no ano de 2017, a FAEP promoveu visitas técnicas permitindo que produtores rurais tivessem contato com tecnologias de sucesso em biogás e biometano. Naquele ano, foram conhecidas experiências bem-sucedidas na Alemanha, Áustria e Itália.

Em busca de soluções inovadoras para os desafios do campo, a FAEP realizou, em 2023, uma missão técnica a Israel. O país é referência mundial em tecnologia agrícola e uso racional da água. A comitiva, composta por produtores e lideranças sindicais, percorreu centros de pesquisa, fazendas-modelo e empresas de alta tecnologia.



Foto: arquivo FAEP

Em 2017, FAEP realizou viagem técnica para países europeus. A comitiva conheceu experiências de geração de energia por biogás e biometano.

Prêmio Queijos do Paraná

Com duas edições já realizadas pela FAEP, em 2023 e 2025, o Prêmio Queijos do Paraná já se consolidou como um evento que reconhece o talento dos produtores rurais e a qualidade e excelência do setor lácteo do Paraná.

O objetivo do Prêmio Queijos do Paraná é valorizar, promover e reconhecer a qualidade dos queijos artesanais e industriais produzidos no estado, incentivando a melhoria contínua dos processos de produção, a inovação e o fortalecimento da cadeia leiteira paranaense.

A iniciativa também busca estimular a qualificação dos produtores, por meio de capacitações e troca de experiências, dar visibilidade aos queijeiros locais para que ampliem seus mercados e aumentar a competitividade dos produtos paranaenses no Brasil e no exterior. O segmento turístico e o fomento gastronômico local são outros setores que a premiação busca contemplar com a repercussão do prêmio.

Na primeira edição, em 2023, o concurso registrou 450 produtos inscritos e, após avaliação dos 60 jurados, condecorou 88 produtos com medalhas de bronze, prata, ouro e super ouro. Foram 10 produtos premiados com a medalha super ouro, 30 participantes conquistaram a medalha de ouro, 30 ganharam a de prata e 28, a de bronze.

Já na segunda edição, em 2025, o Prêmio Queijos do Paraná registrou o recorde de 515 produtos inscritos, dos quais 477 foram habilitados a participar, concorrendo em 21 categorias. Os queijos participantes foram produzidos por um total de 108 queijeiros e/ou laticínios, de 76 municípios paranaenses. O júri do concurso formado por 81 integrantes levou em conta critérios técnicos e sensoriais pré-estabelecidos. Setenta e cinco queijos foram reconhecidos: 10 super ouro, 15 queijos conquistaram medalha de ouro, 20 levaram a prata e 30 ficaram com o bronze.

A edição também trouxe como novidade o Concurso Excelência em Muçarela – Edição Pizza, que elegeu os cinco melhores produtos para esta aplicação gastronômica.

Foto: arquivo FAEP



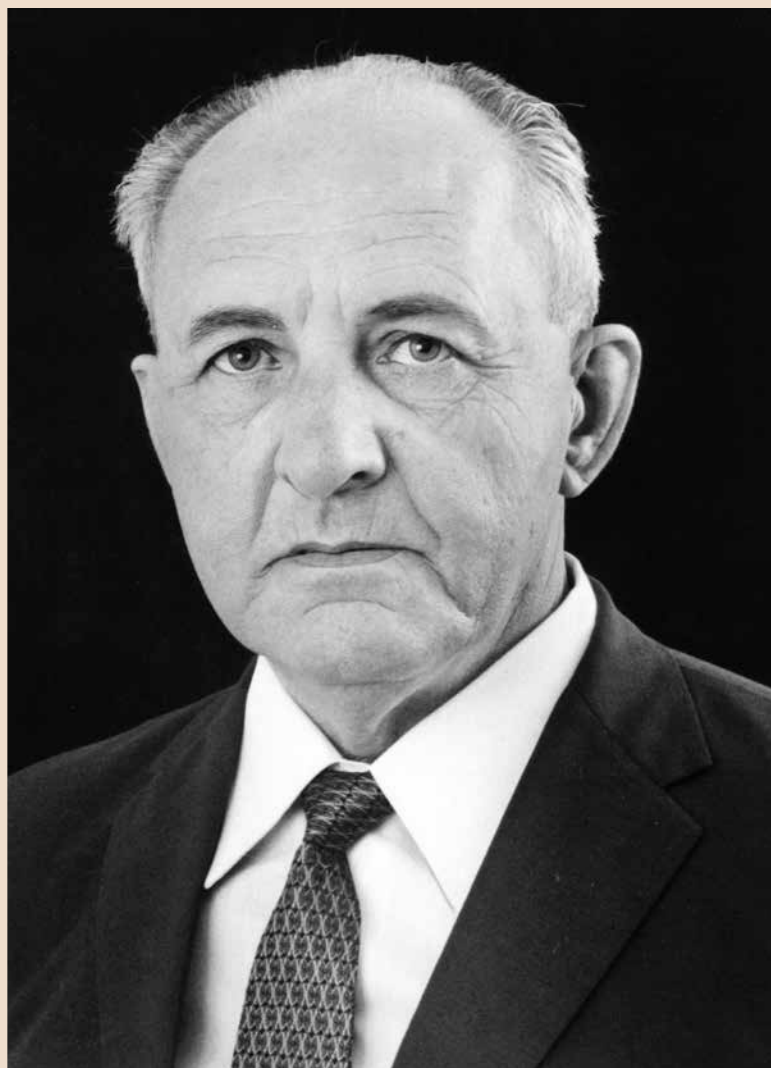
Prêmio Queijos do Paraná impulsiona setor de laticínios a criar produtos para estimular a inserção no setor gastronômico.

Galeria de Presidentes

Os anos em que eles ficaram à frente da presidência da FAEP foram marcados por muito trabalho e sacrifício pessoal em defesa do agronegócio paranaense. Cada um dos dirigentes aqui retratados deixou sua marca, fazendo da representatividade do produtor rural motivo de orgulho para seus filiados. Se a Federação é hoje referência nacional de entidade que sabe lutar para garantir seus interesses, foi por causa da iniciativa de seus presidentes que isso se tornou possível.

Francisco Bertagnoli

Primeiro presidente da FAEP, ainda no período de transição com a antiga FARP (Federação das Associações Rurais do Paraná). Na sua gestão, em 1963, foi encaminhado o pedido de carta sindical para reconhecimento da FAEP por parte do Ministério do Trabalho. Esteve na função até 1965. Bertagnoli também ocupou o cargo de agrônomo do Ministério da Agricultura e Pecuária, lotado em Ponta Grossa, na região dos campos gerais.



Paulo Patriani

Foi o segundo presidente da FAEP. Assumiu também no período de transição da antiga FARP. No dia 16 de dezembro de 1965, já sob sua presidência, o Ministério do Trabalho ratificou a carta sindical que deu origem à Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP). Ficou como interino até 1967, quando é realizada a primeira eleição envolvendo os recém criados sindicatos rurais no Paraná sob a nomenclatura da FAEP. Patriani foi eleito em 1967 e reeleito para mais um período entre 1970 e 1973. Sua presidência foi marcada pela criação do sistema sindical rural no Paraná. Natural de

Santo Antônio da Platina, foi cafeicultor e também ocupou os cargos de Secretário da Agricultura do Paraná e vice-presidente da CNA.



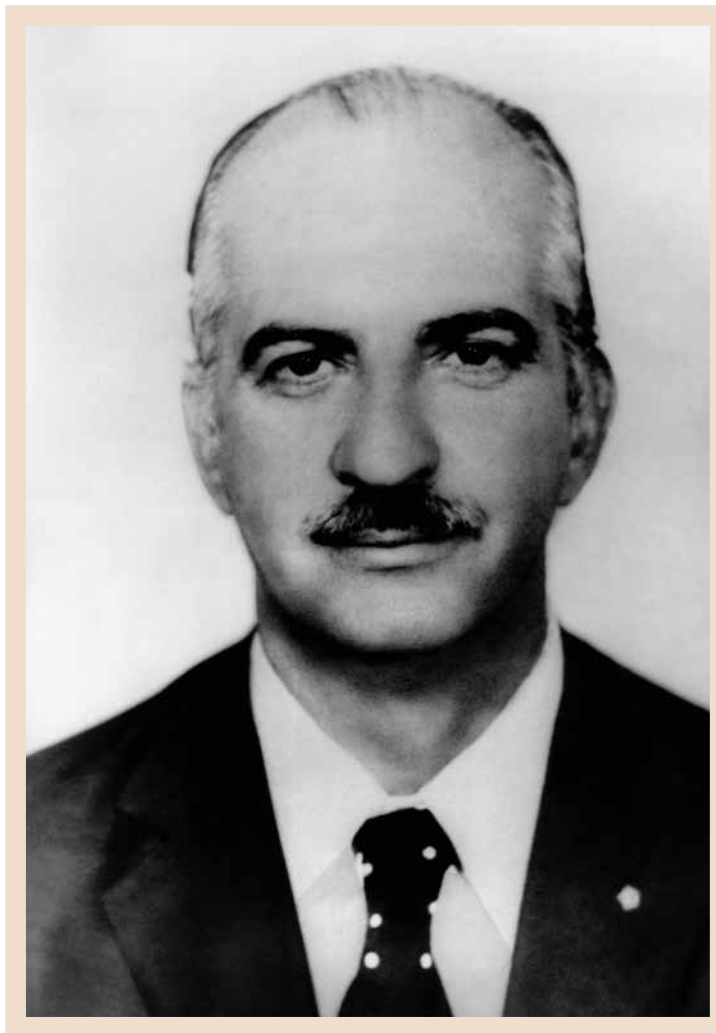
Mario Stadler

Reconhecido por sua visão estratégica, Mário Stadler de Souza presidiu a FAEP entre 1973 e 1985. Sua gestão foi marcada pelo fortalecimento da representatividade dos produtores. Ele também promoveu a criação de um centro de estudos que reunia especialistas e pesquisadores, voltados ao desenvolvimento de capacitações para produtores e soluções para o setor. Foi integrante do CMN (Conselho Monetário Nacional) como representante do setor agropecuário brasileiro. Durante sua gestão, em 1983, a FAEP deu início ao trabalho das comissões técnicas permanentes.



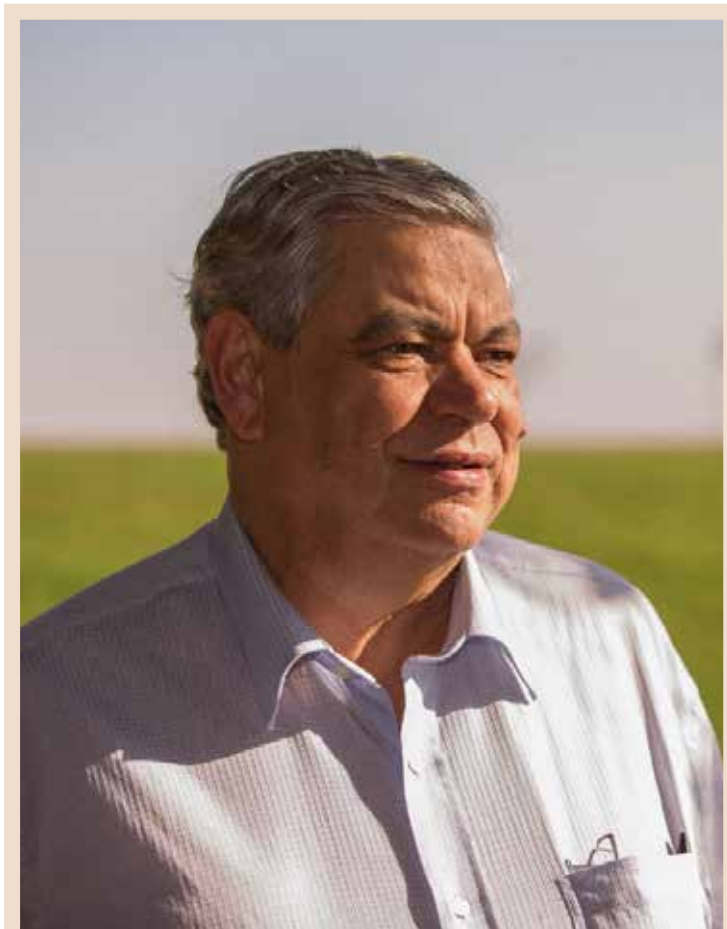
Paulo Carneiro

Ao longo de sua trajetória, Paulo Carneiro Ribeiro ocupou diversos cargos de destaque no IBC (Instituto Brasileiro do Café) e no porto de Paranaguá. Também foi Secretário Estadual de Agricultura no governo Jayme Canet Júnior (1975-1979). Ele presidiu a FAEP entre 1985 e 1991, promovendo avanços em diversas frentes, como o fortalecimento do sistema de sanidade animal. Na área de formação e desenvolvimento de mão de obra, Carneiro teve visão pioneira ao deixar como legado os Centro de Treinamento Agrícola de Ibiporã e Assis Chateaubriand, precursores do SENAR.



Ágide Meneguette

Mais longevo e mais importante líder da FAEP, Ágide Meneguette passou a presidir a FAEP em 1991. Ao longo de sua gestão, empunhou inúmeras bandeiras em defesa do setor agropecuário, desde o fortalecimento dos sindicatos rurais até a profissionalização do setor agropecuário. Meneguette também foi responsável, em 1993, pela criação do SENAR-PR, que anualmente leva capacitação a milhares de produtores rurais.



Diretorias da FAEP

Cada diretoria deixou uma profunda contribuição para responder às transformações que o agronegócio do Paraná e do Brasil registrou nas últimas seis décadas. Fica aqui o agradecimento a cada um deles que aceitou o desafio de fazer da FAEP uma das mais influentes entidades do setor produtivo rural do Brasil.

Diretoria FAEP 1967/1970

Efetivos

Presidente: Paulo Patriani

Júlio Ferreira Brandão

Decio Vergani

Joely Pereira

Benjamin Hammerschmidt

Thirso Silva Gomes

João Romanus

Conselho fiscal

Elyzeu M. Dabul

Rubens Suplicy F. do Amaral

Ely de Andrade

Estanislau Cavalheiro de Liz

Romeu Violani Carneiro

José Ribas

Conselho de representantes

Paulo Patriani

Júlio Ferreira Brandão

Fernando Patriani

Thyrso Silva Gomes

Décio Vergani

Elyseu M. Dabul

Homero Pavan

Joely Pereira

Diretoria FAEP 1970/1973

Efetivos

Presidente: Paulo Patriani

Ubilar Guerra Lobo

João Batista Ribeiro Júnior

Antônio Caggiano

Walmir Gomes da Rocha Loures

João Romanus

Antônio Simões de Araújo

Conselho fiscal

Baptista Cherobin

Florencio Martins de Mello

Rivadavia Menarin

Wilson Figueiredo Forte

Antônio Surger

Bonifácio Batista Ribas

Delegados representantes junto à CNA

Paulo Patriani

Paulo Carneiro Ribeiro

Fernando Patriani

José Augusto Barreto Menezes

Diretoria FAEP 1973/1976

Efetivos

Presidente: Mário Stadler de Souza

Nelson Teodoro de Oliveira

João Ribeiro Júnior

Antônio Caggiano

Walmir Gomes da Rocha Loures

Ubilar Guerra Lobo

João Romanus

Conselho fiscal

Baptista Cherobin

Antônio Simões de Araújo

Francisco Miró

Fernando Patriani

João M. Cruz

Dirceu Moraes de Souza

Delegados representantes junto à CNA

Mário Stadler de Souza

Paulo Carneiro Ribeiro

Ubilar Guerra Lobo

Antônio Caggiano

Diretoria FAEP 1976/1979

Efetivos

Presidente: Mário Stadler de Souza

Nelson Teodoro de Oliveira

Fernando Patriani

Antônio Caggiano

Wilson Baggio

Ubilar Guerra Lobo

João Romanus

Conselho fiscal

Carlos João Thon

Cleodon Alberto Albuquerque

Euridice de Oliveira Campos

João Maria Cruz

Antônio Simões de Araújo

Lydio Roche

Delegados representantes junto à CNA

Mário Stadler de Souza - presidente

Ronaldo Loures Rocha

Ubilar Guerra Lobo

Antônio Caggiano

Diretoria FAEP 1979/1982

Efetivos

Presidente: Mário Stadler de Souza

Nelson Teodoro de Oliveira

Fernando Patriani

Antônio Caggiano

Ronaldo Rocha Loures

Ubilar Guerra Lobo

Antônio Dionizio Bosquirolli

Conselho fiscal

Stefano Paramustchak Filho

Izidoro Wolski

Antônio R. da Silveira

Otacílio Campiolo

Louiz W. F. Von Rainer Hasbesel

João Luiz Rodrigues Biscaia

Delegados representantes junto à CNA

Mário Stadler de Souza

Ronaldo Loures Rocha

Antônio Caggiano

Annibal Bianchini da Rocha

Diretoria FAEP 1982/1985

Efetivos

Presidente: Mário Stadler de Souza

Otílio Renato Baroni

Nelson Teodoro de Oliveira

Mário Lima

João Samek

Otacílio Campiolo

Lourival Rauen

Conselho fiscal

Isidoro Wolski

Stephano Paramustchak

Antônio Ramin Silveira

Diógenes Ferreira de Paula

Carlos João Thon

José Parra Martins

Delegados representantes junto à CNA

Mário Stadler de Souza

Otílio Renato Baroni

Wilson Baggio

Ronaldo Loures Rocha

Diretoria FAEP 1985/1988

Efetivos

Presidente: Paulo Carneiro Ribeiro

Vice-Presidente: Ágide Meneguette

Vice-Presidente: Cristovam Soares Cavalcante

Diretor-secretário: Vilson Fontanella

2º Diretor-secretário: Antônio José do Nascimento

Diretor-tesoureiro: João Luiz Rodrigues Biscaia

2º Diretor-Tesoureiro: Oswaldo Leal

Conselho fiscal

João Samek

Flávio Ghellere

Renato Celso Beraldo

Adhemar Sicuro

Irineu Faria

José Francisco Distéfano Neves

Delegados representantes junto à CNA

Paulo Carneiro Ribeiro

Mário Stadler de Souza

Wilson Baggio

Carlos Aparecido Garcia Delicato

Diretoria FAEP 1988/1991

Efetivos

Presidente: Paulo Carneiro Ribeiro
Vice-Presidente: Ágide Meneguette
Vice-Presidente: Cristovam Soares Cavalcante
Vice-Presidente: Sylvio Fernandes Dias
Vice-Presidente: Moacir Micheletto
Vice-Presidente: Delvino Longhi
Vice-Presidente: Dirceu Dutra Guerra
Diretor-secretário: Vilson Fontanella
2º Diretor-secretário: Antônio José do Nascimento
Diretor-tesoureiro: João Luiz Rodrigues Biscaia
2º Diretor-Tesoureiro: Oswaldo Leal

Conselho fiscal

João Samek
Guerino Guandalini
Livaldo Gemin
Luiz Vieira
Irineu Faria
José Francisco Distéfano Néves

Delegados representantes junto à CNA

Paulo Carneiro Ribeiro
Rubens Costa Monteiro
Antônio Brunetta
Carlos A. Garcia Delicato

Diretoria FAEP 1991/1994

Efetivos

Presidente: Ágide Meneguette

Vice-Presidente: Moacir Micheletto

Vice-Presidente: Dario José Magnani

Vice-Presidente: Guerino Guandalini

Vice-Presidente: Dirceu Dutra Guerra

Vice-Presidente: Vilson Fontanella

Vice-Presidente: Euler Gonçalves

Diretor-secretário: Livaldo Gemin

2º Diretor-secretário: Ricardo Radonski

Diretor-Tesoureiro: João Luiz Rodrigues Biscaia

2º Diretor-tesoureiro: Osvaldo Leal

Conselho fiscal

João Samek

Moacir de Mello

Francisco Carlos do Nascimento

Luiz de Oliveira Neto

Hermínio Leonardi

João Bibiano da Silva

Delegados representantes junto à CNA

Paulo Carneiro Ribeiro

Delcides Pomin

Antônio José do Nascimento

Sylvio Fernandes Dias

Diretoria FAEP 1994/1997

Efetivos

Presidente: Ágide Meneguette

Vice-Presidente: Moacir Micheletto

Vice-Presidente: Nelson Teodoro de Oliveira

Vice-Presidente: Guerino Guandalini

Vice-Presidente: Candido Roberto Ferreira Scholl

Vice-Presidente: Delcides Pomin

Vice-Presidente: Euler Gonçalves

Diretor-secretário: Livaldo Gemin

2º Diretor-secretário: Ricardo Radonski

Diretor-Tesoureiro: João Luiz Rodrigues Biscaia

2º Diretor-tesoureiro: Eduardo Sérgio A. Quintanilha Braga

Conselho fiscal

Francisco Carlos do Nascimento

Luiz de Oliveira Neto

Arnaldo Pradella

João Samek

Helvin Kruger

Moacir de Mello

Delegados representantes junto à CNA

Ágide Meneguette

Paulo Carneiro Ribeiro

Antônio José do Nascimento

Waldemar Alegretti

Diretoria FAEP 1997/2000

Efetivos

Presidente: Ágide Meneguette

Vice-Presidente: Moacir Micheletto

Vice-Presidente: Nelson Teodoro de Oliveira

Vice-Presidente: Guerino Guandalini

Vice-Presidente: Delcides Pomin

Vice-Presidente: Dirceu Frederico

Vice-Presidente: Juarez Luiz Pompeu da Silva

Diretor-secretário: Livaldo Gemin

2º Diretor-secretário: Paulo José Buso Júnior

Diretor-financeiro: João Luiz Rodrigues Biscaia

2º Diretor-financeiro: Eduardo Sérgio A. Quintanilha Braga

Conselho fiscal

Francisco Carlos do Nascimento

Luiz de Oliveira Neto

Arnaldo Pradella

João Samek

Helvin Kruger

Waldemar Alegretti

Delegados representantes junto à CNA

Ágide Meneguette

João Luiz Rodrigues Biscaia

Francisco Carlos do Nascimento

Antônio José do Nascimento

Diretoria FAEP 2000/2003

Efetivos

Presidente: Ágide Meneguette

Vice-Presidente: Moacir Micheletto

Vice-Presidente: Guerino Guandalini

Vice-Presidente: Nelson Teodoro de Oliveira

Vice-Presidente: Pedro Garcia

Vice-Presidente: Dirceu Frederico

Vice-Presidente: Juarez Luiz Pompeu da Silva

Diretor-secretário: Livaldo Gemin

2º Diretor-secretário: Paulo José Buso Júnior

Diretor-financeiro: João Luiz Rodrigues Biscaia

2º Diretor-financeiro: Eduardo Sérgio A. Quintanilha Braga

Conselho fiscal

Francisco Carlos do Nascimento

Luiz de Oliveira Neto

Arnaldo Pradella

João Samek

Lauro Lopes

José Valdecyr Pretto

Delegados representantes junto à CNA

Ágide Meneguette

João Luiz Rodrigues Biscaia

Francisco Carlos do Nascimento

Antônio José do Nascimento

Diretoria FAEP 2003/2006

Efetivos

Presidente: Ágide Meneguette

Vice-Presidente: Moacir Micheletto

Vice-Presidente: Guerino Guandalini

Vice-Presidente: Nelson Teodoro de Oliveira

Vice-Presidente: Ivo Pierin Júnior

Vice-Presidente: Sebastião Olímpio Santaroza

Vice-Presidente: Juarez Luiz Pompeo da Silva

Diretor-secretário: Livaldo Gemin

2º Diretor-secretário: Pedro Paulo de Mello

Diretor-financeiro: João Luiz Rodrigues Biscaia

2º Diretor-financeiro: Paulo José Buso Júnior

Conselho fiscal

Francisco Carlos do Nascimento

Luiz de Oliveira Netto

Arnaldo Pradella

Delegados representantes

Ágide Meneguette

João Luiz Rodrigues Biscaia

Francisco Carlos do Nascimento

Renato Antônio Fontana

Diretoria FAEP 2006/2008

Efetivos

Presidente: Ágide Meneguette

Vice-Presidente: Moacir Micheletto

Vice-Presidente: Guerino Guandalini

Vice-Presidente: Nelson Teodoro de Oliveira

Vice-Presidente: Sebastião Olímpio Santaroza

Vice-Presidente: Ivo Polo

Vice-Presidente: Ivo Pierin Júnior

Diretores-secretários: Livaldo Gemin e Pedro Paulo de Mello

Diretores-financeiros: João Luiz Rodrigues Biscaia, Paulo José Buso Júnior

Conselho fiscal

Francisco C. do Nascimento

Luiz de Oliveira Netto

Lauro Lopes

Delegados representantes

Ágide Meneguette

João Luiz R. Biscaia

Francisco Carlos do Nascimento

Renato A. Fontana

Diretoria FAEP 2009/2012

Efetivos

Presidente: Ágide Meneguette

Vice-Presidente: Moacir Micheletto

Vice-Presidente: Guerino Guandalini

Vice-Presidente: Nelson Teodoro de Oliveira

Vice-Presidente: Francisco Carlos do Nascimento

Vice-Presidente: Ivo Polo

Vice-Presidente: Ivo Pierin Júnior

Diretor Secretário: Livaldo Gemin

2º Diretor Secretário: Pedro Paulo de Mello

Diretor Financeiro: João Luiz Rodrigues Biscaia

2º Diretor Financeiro: Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal Efetivos

Sebastião Olímpio Santaroza

Lauro Lopes

Luiz de Oliveira Netto

Delegados Representantes

Ágide Meneguette

João Luiz Rodrigues Biscaia

Francisco Carlos do Nascimento

Renato Antônio Fontana

Diretoria FAEP 2012/2015

Efetivos

Presidente: Ágide Meneguette

Vice-Presidente: Moacir Micheletto

Vice-Presidente: Guerino Guandalini

Vice-Presidente: Nelson Teodoro de Oliveira

Vice-Presidente: Francisco Carlos do Nascimento

Vice-Presidente: Ivo Polo

Vice-Presidente: Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários: Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech

Diretores Financeiros: João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti

Conselho Fiscal

Sebastião Olimpio Santaroza

Lauro Lopes

Ana Thereza da Costa Ribeiro

Delegados Representantes

Ágide Meneguette

João Luiz Rodrigues Biscaia

Francisco Carlos do Nascimento

Renato Antônio Fontana

Diretoria FAEP 2015/2018

Efetivos

Presidente: Ágide Meneguette

Vice-Presidente: Guerino Guandalini

Vice-Presidente: Nelson Teodoro de Oliveira

Vice-Presidente: Francisco Carlos do Nascimento

Vice-Presidente: Oradi Francisco Caldato

Vice-Presidente: Ivo Pierin Júnior

Vice-Presidente: Paulo Roberto Orso

Diretor Secretário: Livaldo Gemin

2º Diretor Secretário: Mar Sakashita

Diretor Financeiro: João Luiz Rodrigues Biscaia

2º Diretor Financeiro: Julio Cesar Meneguetti

Conselho Fiscal Efetivos

Sebastião Olímpio Santaroza

Ana Thereza da Costa Ribeiro

Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette

João Luiz Rodrigues Biscaia

Francisco Carlos do Nascimento

Renato Antônio Fontana

Diretoria FAEP 2018/2021

Efetivos

Presidente: Ágide Meneguette

Vice-Presidente: Guerino Guandalini

Vice-Presidente: Nelson Teodoro de Oliveira

Vice-Presidente: Francisco Carlos do Nascimento

Vice-Presidente: Oradi Francisco Caldato

Vice-Presidente: Ivo Pierin Júnior

Vice-Presidente: Valdemar da Silva Melato

Diretor Secretário: Livaldo Gemin

2º Diretor Secretário: Mar Sakashita

Diretor Financeiro: João Luiz Rodrigues Biscaia

2º Diretor Financeiro: Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal Efetivos

Sebastião Olímpio Santaroza

Ana Thereza da Costa Ribeiro

Ciro Tadeu Alcantara.

Delegados Representantes

Ágide Meneguette

João Luiz Rodrigues Biscaia

Júlio Cesar Meneguetti

Mario Aluizio Zafanelli

Diretoria FAEP 2021/2024

Efetivos

Presidente: Ágide Meneguette

Vice-presidente: Guerino Guandalini

Vice-presidente: Francisco Carlos do Nascimento

Vice-presidente: Oradi Francisco Caldato

Vice-presidente: Nelson Natalino Paludo

Vice-presidente: Nery José Thomé

Vice-presidente: Valdemar da Silva Melato

Diretor Secretário: Livaldo Gemin

2º Diretor Secretário: Mar Sakashita

Diretor Financeiro: Paulo José Buso Junior

2º Diretor Financeiro: Ivo Pierin Júnior

Conselho fiscal efetivos

Sebastião Olímpio Santaroza

Ciro Tadeu Alcantara

Walter Ferreira Lima

Delegados representantes

Ágide Meneguette

Rodolpho Luiz Werneck Botelho

Eduardo Medeiros Gomes

Gerson Magnoni Bortoli

Diretoria FAEP 2024/2027

Efetivos

Presidente: Ágide Meneguette

Presidente interino: Ágide Eduardo Perin Meneguette

Vice-presidente: Guerino Guandalini

Vice-presidente: Francisco Carlos do Nascimento

Vice-presidente: Oradi Francisco Caldato

Vice-presidente: Lisiane Rocha Czech

Vice-presidente: Nelson Gafuri

Diretor Secretário: Livaldo Gemin

2º Diretor Secretário : Ivo Pierin Júnior Diretor

Diretor Financeiro: Paulo José Buso Júnior

2º Diretor Financeiro: Mar Sakashita

Conselho Fiscal efetivos

Sebastião Olímpio Santaroza

Aristeu Kazuyuki Sakamoto

Walter Ferreira Lima

Delegados Representantes

Ágide Meneguette

Rodolpho Luiz Werneck Botelho

Cezar Augusto Massaretto Bronzel

Eduardo Medeiros Gomes

Referências Bibliográficas

Microfilmes de jornais do Departamento de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná

Jornal “Gazeta do Povo”:

Edições de novembro e dezembro de 1965

Todas as edições dos seguintes anos: 1966 a 1984/1989 e 1990

Edições dos meses fevereiro e março de 1985

Jornal “O Estado do Paraná”:

Todas as edições de dezembro de 1965

Trabalho de pesquisa acadêmica:

“A construção do sindicalismo rural brasileiro.”

Autora: Carolina Ramos (UFF)

Informativos oficiais da FAEP:

“Jornal da FAEP”

Edições de 1985 a 1988

“Boletim Informativo da FAEP”

Edições dos anos de 1991 a 2025

Publicação especial sobre os 20 anos do SENAR-PR

Fotografias:

Arquivo de fotos e banco de imagens do setor de Comunicação Social da FAEP.
Fotógrafos: Fernando Santos, William Goldbach e Hélio Lacerda.

Entrevistas e depoimentos:

Livaldo Gemin
Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque
Antônio Poloni
Jorge Samek
Mar Sakashita
Walter Ferreira Lima
Carla Beck
Aristeu Sakamoto
Ivo Pierin Júnior
Eduardo Quintanilha
Cida Borghetti

Ricardo Barros
Pedro Lupion
Herlon Goelzer
Nelson Gafuri
Rosângela Meneguette
Elias Harmuch Júnior
Rodolpho Luiz Werneck Botelho
Lisiane Rocha Czech
João Lázaro Pires
Inês Pereira Barbos
Ronei Volpi
Paulo Buso Júnior
Pedro Loyola
Beto Richa
Ivonir Lodi
Francisco Carlos do Nascimento
Reinhold Stephanes
Francisco Aparecido do Nascimento
Ademir Mueller
Ronei Volpi
Norberto Ortigara
Pedro Loyola
Otamir César Martins
Francisco Pelição de Oliveira
Araune Cordeiro de Abreu
Ruan Schwertner
João Martins da Silva Júnior
Sidney Samuel Meneguetti
João Paulo Koslovski

A Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), do alto dos seus 60 anos, segue no trabalho incansável de defender e representar os milhares de produtores rurais paranaenses. Isso ocorre diariamente desde 16 de dezembro de 1965, quando o Ministério do Trabalho e Previdência Social outorgou à entidade sua Carta Sindical.

Desde então, foram inúmeros desafios, batalhas, ações, atuações e, principalmente, conquistas. Esse livro reúne, a partir de vasta pesquisa e depoimentos de pessoas ilustres, principalmente produtores rurais, os capítulos da história da FAEP.

A leitura é uma oportunidade de revisitar cada detalhe, para ter a certeza da importância da entidade e recarregar as inspirações para os desafios futuros.

SISTEMA FAEP

